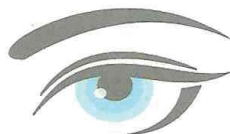


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Resolução

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), da Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Ordinária, realizada no dia 13 de novembro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, da Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 22 de novembro de 2024.


Professora Sara Pereira Silva Novais
Presidente – CME


Camila Ferreira Caires Santos
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 22 de novembro de 2024.


Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DO ALÍVIO RIBEIRO BONFIM

Instrumento norteador das diretrizes pedagógicas da Escola Municipal Professora Maria Do Alívio Ribeiro Bonfim,
construído coletivamente, com o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar.

Diretora: Profª. Patrícia Braga Pires
Vice-Diretora: Prof. Mabel Coqueiro Pereira
Coord. Pedagógicas: Profª. Lorena Nascimento Sales

Barra da Estiva - BA
Outubro de 2024

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

“Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A ‘cara da escola’ decorre da ação conjunta de todos esses elementos”.

(LUCKESI, 2007, p. 15).

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

3

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DO ALÍVIO RIBEIRO BONFIM

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO Aprovado em ___/___/___.

PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA

João Machado Ribeiro

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER – SEMEC

Marizane Martins

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME

Profª Sara Pereira Silva Novais

DIRETORA

Profª. Patrícia Braga Pires

VICE-DIRETORA

Prof. Mabel Coqueiro Pereira

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Profª. Lorena Nascimento Sales

Barra da Estiva -BA

Outubro de 2024

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

4

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

P

É **PROJETO** porque reúne propostas de ações a serem executadas durante determinado período de tempo.

P

É **POLÍTICO** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

P

É **PEDAGÓGICO** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Barra da Estiva -BA
Outubro de 2024

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

5

SUMÁRIO

1.0 APRESENTAÇÃO	07
2.0 JUSTIFICATIVA	07
3.0 OBJETIVOS	09
4.0 IDENTIFICAÇÃO	10
5.0 MARCO REFERENCIAL	12
5.1 DENTIFICAÇÃO DA ESCOLA	12
5.2 ASPECTOS HISTÓRICOS	12
5.3 ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR	13
6.0 MARCO CONCEITUAL	13
6.1 Missão, Visão e Valores da Escola	13
6.2 Princípios filosóficos	14
6.3 Fundamentação Teórica	14
6.4. Concepções teóricas que sustentam a prática pedagógica	16
7.0. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS	18
7.1. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS	18
7.2. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	20
7.3. FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS	23
7.3.1. COMPREENSÃO DE SER HUMANO: INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	23
7.3.2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE	25
7.3.3. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS	28
7.3.4. CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	31
7.3.5. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	32
7.3.6. A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS	33
7.3.7. GESTÃO DEMOCRÁTICA	35
7.3.8. ETAPAS DE ENSINO OFERTADOS	37
7.3.10. OS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS	38
8.0. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO	39
8.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	39
8.3. FORMAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	46
9. MARCO OPERACIONAL	46
9.2 ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE	47
9.3 - PLANO DE SUPORTE E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	48
10. MARCO SITUACIONAL.....	57
10.2 ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR	57
10.2.1 Ambiente Social, Cultural e Físico.	57
10.2 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE.....	58
10.3 HISTÓRICO DA ESCOLA	58
10.4 DIAGNÓSTICO.....	59
10.4.1 Aspectos Físicos	59
10.4.2 Ambiente Escolar	60
10.5 Gestão da Escola.	61

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

6

10.6 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA	62
11. ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE	63
12. AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS	63
13. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS	64
13.2 OBJETIVOS	65
14. PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE A EVASÃO ESCOLAR	66
15. AÇÕES DE COMBATE AO BULLYING E AO PRECONCEITO	67
15.1. ENTENDENDO O BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR	67
15.2. AÇÕES DE COMBATE AO BULLYING: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	68
16. CONSELHO DE CLASSE	69
17. RECUPERAÇÃO	70
18. CONSELHO ESCOLAR	71
19. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	73
20. CONSTITUIÇÃO DE TURMAS	73
21. DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO ESCOLAR	75
22. ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E AOS JOVENS E ADULTOS.	
23. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA	82
23.1 DA FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR	82
23.2 - DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	83
23.3 - DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL II	85
23.4 - DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	86
23.5 - DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DAS CLASSES	87
23.6 - DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	88
23.6.1 AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E RECUPERAÇÃO.	88
24. DO REGIME ESCOLAR	92
25. DA AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA	93
26. DIMENSÃO FINANCEIRA	93
27. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
28. ANEXOS	132

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

7

APRESENTAÇÃO

Cada participante que passa em nossa sociedade vem se desenvolvendo em uma velocidade rápida, principalmente no setor tecnológico, que permite o acesso a tempo real. Esse desenvolvimento crescente da sociedade moderna tem provocado um olhar mais crítico sobre a educação e a escola em sua prática pedagógica, exigindo que todos reflitam sobre a verdadeira atribuição da escola.

Neste sentido, a complexidade do mundo atual exige uma mudança de cunho pedagógico constante na instituição escolar, de modo que a escola, ao organizar seu currículo, não pode apenas pautá-lo em uma grade de conhecimentos acadêmicos, mas também deve ter consciência de que sua responsabilidade é muito maior.

A Instituição Escolar hoje, além de oferecer conhecimentos acadêmicos, tem ressaltada sua função social, na qual precisa interligar ao seu currículo, aspectos da realidade vivenciada por seus alunos, para que possam exercer com consciência sua cidadania e, conseqüentemente melhorar sua condição de vida social.

Sendo assim, com o objetivo de organizar as ações desenvolvidas na Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim, procuramos desenvolver coletivamente, com toda a equipe e comunidade escolar, esse documento que buscará identificar a realidade local das crianças atendidas em nossa instituição, nossas fragilidades e possíveis apontamentos do que poderemos fazer para enfrentar essas possíveis situações, em busca de cada vez mais melhorarmos a qualidade da educação oferecida. Enfim, esse documento de construção coletiva funcionará como um elemento norteador de nossa prática pedagógica. Porém, ressaltamos que nosso projeto não será algo pronto e acabado, mas sim constantemente avaliado e reconstruído, pautando-se no diálogo.

1. JUSTIFICATIVA

Quando se trata da educação sistemática na sua grandeza e complexidade torna-se admissível um trabalho democrático que garanta unidade e poder de organização, procurando cada vez mais autonomia nas decisões relativas ao fazer escolar. Dessa forma, surge a necessidade de um documento referencial, um plano norteador sobre/para a própria escola, alicerçado na reflexão do real para a concretização do ideal, através de uma construção coletiva e bem fundamentada.

Neste contexto, a Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim tem como preocupação diagnosticar dificuldades existentes na comunidade escolar a fim de elaborar propostas de ação que amenizem ou sanem os problemas detectados, melhorando assim a qualidade do ensino.

Tem sido notório a necessidade de um instrumento considerado o plano global escolar, um Projeto Político Pedagógico – PPP que revele a identidade, as opções, visão e julgamento da escola existente. Além disso, toda e qualquer instituição de ensino, nível nacional, deve estar respaldada na Lei

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

8

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, que vem exigindo a autonomia da escola para criar e agir segundo a sua realidade, quando afirma no seu artigo 12 que:

“Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

A escola democrática fundamenta-se no diálogo, na discussão, na reflexão, na participação e na construção conjunta, proporcionando situações que permitam o pensar e o realizar do fazer pedagógico coerente com a proposta educativa da escola. Desta forma, a construção do PPP na escola deve ser vista como planos intencionais do fazer, como arremessar para frente/futuro. É antever um amanhã diferente do que se tem hoje de forma harmoniosa, como diz Gadotti:

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p.579)”.

É evidente a importância do Projeto Político Pedagógico no que se refere aos novos desafios que a instituição deverá enfrentar e almejar de forma contínua as mudanças pertinentes ao contexto social em que esteja inserida.

Baseia-se na construção de um conhecimento que não é pronto e acabado, mas que está em permanente avaliação e reformulação, de acordo com os avanços sociais e paradigmas educacionais segundo as demandas atuais e outras alterações que se fizerem necessárias. Não deseja ser, portanto, um manual de ação pedagógica, mas um caminho aberto para ser enriquecido pela dinâmica da prática, tanto nos aspectos estruturais, como nos conteúdos e metodologias educacionais praticados.

Entende-se que cabe à escola tornar-se um dos agentes de mudança social e constituir-se num espaço democrático, garantindo ao educando o direito de usufruir da construção do seu conhecimento, oferecendo aos professores e demais funcionários formação continuada no sentido de se sentirem comprometidos com a qualidade da educação, viabilizando uma gestão (direção, coordenação e orientação) mais democrática e atuante, criando propostas alternativas para uma possível superação de problemas escolares.

Enfim, este documento vem para contribuir, impulsionar e conduzir o bom desempenho da comunidade escolar no alcance das metas e objetivos no trabalho educativo que a educação requer.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

9

2. OBJETIVOS

- Envolver a comunidade Escolar – alunos, professores, pais ou responsáveis de alunos, funcionários, Conselho Escolar e demais órgãos colegiados – em ações que visem à busca de parcerias que possibilitem uma educação de qualidade com aprendizagens significativas;
- Promover uma escola justa, inclusiva, fraterna, solidária, transformadora, comprometida, democrática, responsável, em que os atores e autores sejam capazes de lutar por seus direitos de cidadão crítico e autêntico;
- Desenvolver um ambiente favorável ao desenvolvimento da consciência crítica, com agentes ativos preparados para a transformação social;
- Garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais condições de acesso aos diversos ambientes escolares com uma formação que leve em consideração suas dificuldades;
- Manter o corpo administrativo, funcionários, direção, docentes e equipe pedagógica unidos com objetivos comuns;
- Promover o conhecimento da cultura Afro, em seus aspectos diversificados;
- Criar condições para que os educadores e educandos reflitam sobre suas práticas cotidianas, resgatando a intencionalidade das suas ações, ressignificando o trabalho, desenvolvido e apontando caminhos para a prática pedagógica;
- Possibilitar a vivência de valores nos diferentes espaços sociais;
- Estabelecer referencial teórico adequado ao contexto situacional da escola.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

10

3. IDENTIFICAÇÃO

Unidade Escolar: Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim
Código: 29472156
Ato de criação: Diário oficial Nº298, de 22/12/17
Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal
Endereço: Rua Padre Gaspar Bertone, S/nº, Cidade Nova,
CEP: 46650-000 - Barra da Estiva – Bahia.
Telefone: (77) 99915-0485
E-mail: escolamarb@hotmail.com

Equipe Dirigente

- a) Diretora: Patrícia Braga Pires
- b) Vice-Diretora: Mabel Coqueiro Pereira
- c) Coordenadores Pedagógicos: Lorena Nascimento Sales
- d) Auxiliar de Secretária: Edilene Almeida
Jailza Alves Sena

Nível

Educação básica da rede pública de ensino (Municipal)

Modalidades

Ensino Fundamental II (de 6º ano a 9º ano)
Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Horários de Funcionamento

Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim

MATUTINO: das 07h40min às 11h45min;
VESPERTINO: das 13h00min às 17h00min;
NOTURNO: das 18h25min às 21h50min.

Número de sala de aula

06 matutino
06 vespertino
05 noturno

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

11

FUNCIONÁRIOS E FUNÇÕES

NOME DOS FUNCIONÁRIOS	FUNÇÕES
1. Adriana Amorim dos Santos Caires	Professora
2. Almir Luz Caires Júnior	Professor
3. Ana Cláudia Amorim Caires	Apoio administrativo
4. Ana Paula Novais da Silva Miranda	Professora
5. Anilton Caires Aguiar	Professor
6. Claudiana Lima Brito Teixeira	Apoio administrativo
7. Cláudio Ribeiro Alves	Professor
8. Cristiane Maria da Silva Souza	Apoio administrativo
9. Denívia Almeida Fiuza	Professora
10. Deusdedith Costa Faria	Apoio administrativo
11. Edilene Almeida da Silva	Professora em desvio de função
12. Elielza Souza dos Santos Pires	Auxiliar de merendeira
13. Evanice Lima Santos	Apoio administrativo
14. Fabiane dos Santos Rocha	Apoio administrativo
15. Fabriele Luz Barbosa	Apoio administrativo
16. Gisele Lima Santana	Apoio administrativo
17. Graciele Cândido Santos Caires	Professora
18. Isabel Ferreira Caires	Professora
19. Jackson Rocha de Almeida	Professor
20. Jailza Alves Sena	Secretária
21. Jakeline Machado do Amaral	Professora
22. João Eudes Santana Alves	Professor
23. João Souza Batista	Professor
24. José Santos Silva	Porteiro
25. Leiliane Oliveira Silva	Merendeira
26. Lorena Nascimento Sales	Coordenadora
27. Mabel Coqueiro Pereira	Vice-Diretora
28. Márcia Ribeiro Silva de Oliveira Almeida	Professora
29. Márcio Araújo Carvalho	Coordenadora Pedagógica
30. Márcio José Oliveira	Professor

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

12

31. Marinalva Anjos	Professora
32. Núbia Maria dos Santos Caires	Professora
33. Paloma da Silva Barbosa	Cuidadora
34. Patrícia Braga Pires	Diretora
35. Pedro Silva Pereira	Professor
36. Roseli Santana Alves	Professora
37. Rosilene Caires Luz	Apoio administrativo
38. Simone Gomes Medeiros de Souza	Apoio administrativo
39. Tiago Luz Ribeiro Souza	Professor
40. Zulimara Santos e Silva	Apoio administrativo

4. MARCO REFERENCIAL

4.1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Unidade Escolar: Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim

Código do INEP: 29472156

Ato de criação: Diário oficial N°298, de 22/12/17

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal

Endereço: Rua Padre Gaspar Bertone, S/nº, Cidade Nova,

CEP: 46650-000 - Barra da Estiva – Bahia.

Telefone: (77) 99915-0485

E-mail: escolamarb@hotmail.com

4.2. ASPECTOS HISTÓRICOS

Em 18 de dezembro de 2017, o Prefeito João Machado Ribeiro, cria a Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim, situada na Rua Gaspar Bertoni, S/N, no bairro Cidade Nova, no município de Barra da Estiva – BA, ofertando a educação básica do 6º ao 9º ano no diurno e a Educação de Jovens e Adultos, do 1º ao 9º ano no noturno.

A Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim foi criada pela Lei Municipal N° 020/2017 e inaugurada em janeiro de 2018 com as matrículas inicialmente para as turmas de 6º ano diurno e as turmas de 1º ao 9º ano EJA. Tendo como diretora a Sr. Patrícia Braga Pires e o Vice-Diretor Maciel Correia Caires inicialmente ambos nomeados. Atualmente tem como gestora a professora Patrícia Braga Pires e a Vice-Diretora Mabel Coqueiro Pereira. Atende cerca de 430 alunos, na faixa etária de onze a dezesseis anos no diurno e a partir de quinze anos no noturno. Em seu corpo de trabalho conta com 42 funcionários entre educadores, merendeiras, auxiliares de apoio administrativos,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

13

monitoras, porteiros, etc. No aspecto físico, a escola possui seis salas de aula onde são atendidas as turmas de: 6º ano ao 9º ano regular no matutino e vespertina, e 1º ao 5º ano, 6º/7º ano, 8º/9º ano EJA no turno noturno. Também possui uma cantina externa com pátio para refeitório, almoxarifado, banheiro para os alunos, bem como banheiros para os funcionários. No setor administrativo, a escola conta com uma sala de direção, sala de professores e uma sala de coordenação pedagógica. Os maioria dos professores desta instituição são efetivos ou possuem contrato temporários através do REDA, são devidamente capacitados para exercerem suas funções dentro da instituição e preparados para o desenvolvimento de uma prática pedagógica voltada para a formação cidadã. A merenda escolar segue orientações da nutricionista municipal Michelle Lago.

5.3 ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

A Escola de Fundamental II oferece educação para crianças, adolescentes, jovens e adultos nos seguintes níveis de ensino: 6º ano A, B, C e D, 7º ano A e B, 8º ano A e B, 9º ano A, B, C e D e 1º ao 5º ano, 6º/7º ano, 8º/9ºano EJA no turno noturno. Sendo os professores divididos por componentes curriculares, mas em alguns casos, os professores lecionam mais de uma disciplina, seja para compor a carga horária ou quando ficam com aulas extras.

Divisão das turmas:

6º anos – Crianças a partir de 11 anos de idade;

7º ano – Crianças a partir de 12 anos de idade;

8º anos – Crianças/adolescentes a partir de 12 anos de idade;

9º anos – Crianças/adolescentes a partir de 13 anos de idade;

1º ao 5º ano, 6º/7º ano, 8º/9ºano EJA - adolescentes a partir de 15 anos de idade.

5. MARCO CONCEITUAL

5.1. Missão, Visão e Valores da Escola

MISSÃO

Oferecer ensino de qualidade proporcionando condições de aprendizagem significativas atualizadas e eficazes com vista à progressão dos estudos e à formação de sujeitos críticos reflexivos e solidários, visando uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da gestão democrática.

VISÃO

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

14

Ser reconhecida pelo trabalho com compromisso e competência através do fazer educativo baseado na qualidade que integra toda comunidade e contribui para a transformação social pautados nos princípios éticos, morais e humanos.

VALORES

Ser Humano: Valorizar o trabalho em equipe, estimulando um ambiente de aprendizagem, desenvolvimento, respeito, colaboração e autoestima.

Responsabilidade Social: Exercer a cidadania, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e o meio em que vive.

Parceria: Fortalecer as relações com a família e a sociedade, possibilitando interações que contribuam para uma educação de qualidade.

5.2. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

A partir de uma concepção sócio-interacionista, a Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim compreende a educação como uma construção coletiva permanente, baseada nos princípios de convivência, solidariedade, justiça, respeito, valorização da vida na diversidade e na busca do conhecimento. Nessa perspectiva, utiliza-se de uma metodologia cooperativa e participativa, que contribua na construção da autonomia moral e intelectual de todos os envolvidos no processo educativo. É necessário manter uma relação de reciprocidade, nesse sentido se deve considerar o Projeto Político Pedagógico como um processo contínuo de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de possíveis soluções para assim alcançar a sua intencionalidade e resolver os seus problemas estruturais.

5.3. Fundamentação Teórica

O projeto tem a escola como uma das instituições responsáveis pelo **desenvolvimento global do cidadão**, então deve propiciar oportunidades ao educando para adquirir competências e habilidades na condução e construção do próprio saber e assim, enfrentar os desafios e buscar soluções. A escola tem um papel bem mais amplo do que passar conteúdos, e para isso precisa modificar a prática, quando fragmentada e individualista. Pois a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, no seu Artigo 2º aborda que:

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Todo preparo para a cidadania requer um trabalho que permita além do aprender a conhecer, sendo assim faz-se necessário centrar-se também no aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver como sugere Jacques Delors nos quatro pilares da educação, no seu relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

15

Para isso, Gardner vem alargando a visão do cérebro humano defendendo a ideia de que não existe apenas uma inteligência, ou melhor, não existe homem completo ou nulo de inteligência. Demonstra a existência de várias inteligências: espacial, musical, naturalista, entre outras, todos tem alguma ou várias, sendo que ocorrem em condições e necessidades diferentes para o desenvolvimento de qualquer uma. Porém a escola veio se apresentando, como instrumento que valoriza e se organiza, prioritariamente, em prol de duas inteligências: linguística ou verbal e lógico-matemática, devido à influência de cultura educacional mais ampla e determinante.

Tratando-se de visão de sujeito tanto para Piaget quanto para Vygotsk, o homem é um ser individual, dotado de estrutura cognitiva que possibilita sua interação com o meio para a produção do saber. Porém A Escola Municipal Professora Maria do Alivio Ribeiro Bonfim, prioriza a pedagogia progressista, a teoria crítica, inclusive quando Lev S. Vygotsky mostra que o papel da escola é possibilitar que o desenvolvimento cognitivo ocorra a partir da experiência, na relação do homem com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente. Tem a concepção de que a construção do conhecimento é um processo sócio-histórico que ocorre através da mediação.

Enfatiza com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs a prática contextualiza, valoriza o conhecimento prévio, a diversidade, a singularidade e a interação em prol de um trabalho qualificado, e acima de tudo, possibilitador da aprendizagem significativa para o desenvolvimento do aluno.

Baseia em pressupostos de teorias pedagógicas realizáveis que buscam enfatizar uma educação pautada na transformação e libertação como afirma Paulo Freire:

“A humanização do homem que é a sua libertação permanente, não se opera no interior da sua consciência, mas na história que eles devem fazer e refazer constantemente”.

Os objetivos apresentam as intenções educativas, estabelecem o que o aluno poderá desenvolver como resultado de ações intencionais do educador. Tanto os objetivos como a organização, seleção e integração dos conteúdos tendem a vivenciar a realidade local em busca do global, as necessidades consideradas básicas e urgentes respaldados na LDB e nos PCNs.

As Diretrizes de avaliação do processo ensino aprendizagem admite que a avaliação deve ser formativa ultrapassando os limites quantitativos e norteada pelas seguintes bases: Diagnóstica, Processual / Contínua, Cumulativa e Participativa / Emancipatória. Uma vez que Cipriano Luckesi concorda com a avaliação voltada para o olhar diagnóstico, favorável a inclusão ao possibilitar orientação e reorientação. O professor neste momento torna-se o avaliador, uma espécie de examinador, não permitindo que a avaliação funcione como elemento classificatório e excludente. Assim afirma que:

“A nota é um recurso de registro da aprendizagem dos educandos; porém, a avaliação é o recurso subsidiário da aprendizagem e da construção do conhecimento por parte dele. Portanto, nota e avaliação estão relacionadas, mas são coisas bem diferentes”.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

16

A recuperação, direcionada pela LDB é obrigatória e de preferência paralela durante o ano letivo para aqueles que obtiveram rendimento escolar baixo a ser orientada pelo regimento do estabelecimento de ensino.

Uma escola precisa na sua totalidade de um rumo, sendo assim, é de fundamental importância à valorização das teorias como subsídios ao fazer educativo. Teoria e prática são termos diferentes na sua significação, porém existe entre elas uma complementação. Na área educacional não é permitido o “achismo”, mas o reflexivo fundamentado constantemente na/para sua dimensão que proporcione uma educação alicerçada e possibilitadora do atendimento as demandas do homem e da sociedade.

6.4. Concepções teóricas que sustentam a prática pedagógica

A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DO ALÍVIO RIBEIRO BONFIM tem em seu projeto educacional o desenvolvimento global do cidadão, devendo propiciar oportunidades ao educando para adquirir competências e habilidades na condução e construção do próprio saber e assim, enfrentar os desafios e buscar soluções. A escola tem um papel bem mais amplo do que passar conteúdos, e para isso precisa modificar a prática, quando fragmentada e individualista. Pois a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional –

LDB nº 9394/96, no seu Artigo 2º aborda que:

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Todo preparo para a cidadania requer um trabalho que permita além do aprender a conhecer, sendo assim faz-se necessário centrar-se também no aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver como sugere Jacques Delors nos quatro pilares da educação, no seu relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre

Educação para o século XXI.

Para isso, Gardner vem alargando a visão do cérebro humano defendendo a ideia de que não existe apenas uma inteligência, ou melhor, não existe homem completo ou nulo de inteligência. Demonstra a existência de várias inteligências: espacial, musical, naturalista, entre outras, todos tem alguma ou várias, sendo que ocorrem em condições e necessidades diferentes para o desenvolvimento de qualquer uma. Porém a escola veio se apresentando, como instrumento que valoriza e se organiza, prioritariamente, em prol de duas inteligências: linguística ou verbal e lógico-matemática, devido à influência de cultura educacional mais ampla e determinante.

Tratando-se de visão de sujeito tanto para Piaget quanto para Vygotsk, o homem é um ser individual, dotado de estrutura cognitiva que possibilita sua interação com o meio para a produção do saber. Porém A Escola MARB prioriza a pedagogia progressista, a teoria crítica, inclusive quando Lev S. Vygotsky mostra que o papel da escola é possibilitar que o desenvolvimento cognitivo ocorra a partir

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

17

da experiência, na relação do homem com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente. Tem a concepção de que a construção do conhecimento é um processo sócio-histórico que ocorre através da mediação.

Enfatiza, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, a prática contextualizada, o conhecimento prévio, a diversidade, a singularidade e a interação em prol de um trabalho qualificado, e acima de tudo, possibilita a aprendizagem significativa para o desenvolvimento do aluno.

A inclusão escolar é um conceito que está relacionado com o acesso e permanência dos cidadãos nas escolas. O principal objetivo é tornar a educação mais inclusiva e acessível a todos, respeitando suas diferenças, particularidades e especificidades. Seja deficiências físicas ou motoras, altas habilidades, déficits cognitivos, autismos e outras condições sociais, emocionais e psíquicas devem ser levadas em consideração.

Essas condições particulares, que influenciam na forma como os alunos podem ser educados, são chamadas de "necessidades educacionais especiais" (NEE).

A Constituição brasileira propõe a obrigatoriedade do Estado sobre a educação. Seja etnia, raça, credo, gênero, condição social ou quaisquer outras formas de discriminação.

Muitos são os desafios da inclusão escolar. Dessa forma, algumas ferramentas são criadas para superar o desafio de educar a todos de forma integral e efetiva e reduzir o número de excluídos e marginalizados pelos sistemas educativos.

Com isso, não se deve criar espaços completamente separados que possam servir como forma de segregação e exclusão dos portadores de necessidades especiais. Para a pedagoga Maria Teresa Mantoan, incluir é dividir o espaço, é conviver.

Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro. (Maria Teresa Mantoan). Sendo assim, todos os alunos participam de todas as atividades, recebendo, quando necessária, uma atenção voltada para suas questões. Deste modo, a Inclusão Escolar torna-se um desafio para além da universalidade do acesso. Torna-se uma tarefa de integrar e criar condições para a permanência de todos dentro do sistema educacional e a promoção de seu desenvolvimento e aprendizagem.

Para Mantoan (2016, p. 46) a educação inclusiva "consiste em uma ação pedagógica cujo objetivo não é curar deficiências fisiológicas, mas em desenvolver ao máximo as potencialidades especificamente humanas, muitas ou poucas, que um determinado sujeito possui". Assim, deve ser dada atenção especial àquelas pessoas que possuem atitudes e aptidões superiores e são capazes de se destacar em uma ou mais áreas do desenvolvimento humano.

A complexidade dos fatores de inclusão escolar faz com que todas as perspectivas sejam analisadas e os modos para superar esses desafios com a democratização dos direitos e a justiça social.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

18

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural. Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Baseia em pressupostos de teorias pedagógicas realizáveis que buscam enfatizar uma educação pautada na transformação e libertação como afirma Paulo Freire:

“A humanização do homem que é a sua libertação permanente, não se opera no interior da sua consciência, mas na história que eles devem fazer e refazer constantemente”.

Os objetivos apresentam as intenções educativas, estabelecem o que o aluno poderá desenvolver como resultado de ações intencionais do educador. Tanto os objetivos como a organização, seleção e integração dos conteúdos tendem a vivenciar a realidade local em busca do global, as necessidades consideradas básicas e urgentes respaldados na LDB e nos PCNs.

O trabalho docente da Escola MARB concebe o aluno como ser educável, sujeito ativo do próprio conhecimento, mas também como ser social, historicamente determinado, indivíduo concreto, inserido no movimento coletivo de emancipação humana. É preciso que o professor aprenda a abarcar todos os aspectos, ligações e mediações inerentes à ação pedagógica, tomá-lo no seu desenvolvimento, nas suas contradições, a fim de introduzir no trabalho docente a dimensão da prática histórico-social no processo do conhecimento.

Assim, as práticas pedagógicas devem ser pautadas em metodologias ativas de ensino-aprendizagem que são caracterizadas pelo ensino centrado no estudante, pelo desenvolvimento da autonomia do mesmo na construção de seu conhecimento e pela integração entre teoria/prática e ensino/serviço, de maneira a desenvolver, nos estudantes, a capacidade de encontrarem soluções para um problema em consonância com o perfil psicossocial da comunidade na qual ele está inserido.

7.0. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS.

7.1. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

Os princípios educativos da Unidade Escolar têm como ponto de apoio e suporte os princípios e fins da educação nacional estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988, que determina a educação como é o dever da família e do Estado e, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios artigos 2º e 3º da LDB;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

19

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância.
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- Gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais.
- Valorização do profissional da educação escolar.
- Gestão democrática do ensino público, na forma da LDB e da legislação dos sistemas de ensino.
- Garantia de padrão de qualidade.
- Valorização da experiência extraescolar.

Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Tendo como base o referencial curricular municipal, a BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR e as DIRETRIZES CURRICULARES DA BAHIA, a escola também tem os seguintes princípios educativos:

- 1- A Escola que aprende;
- 2- O currículo como espaço de cultura;
- 3- As competências e os saberes como eixo de aprendizagem;
- 4- A prioridade da competência de leitura e escrita;
- 5- A articulação das competências para aprender;
- 6- A contextualização no mundo do trabalho;
- 7- Diversidade;
- 8- Inclusão;
- 9- Sustentabilidade;
- 10- Protagonismo Juvenil.

Em relação às finalidades, a Escola toma por base aquelas definida na LDB, onde estabelece que a educação básica tenha por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Também merece atenção às incumbências dos estabelecimentos de ensino admitidas pela LDB, que também fazem parte das incumbências da Escola, que são:

- Elaborar e executar sua Proposta Pedagógica, avaliando o desenvolvimento do PPP de forma contínua para atender as situações previstas, correção de desvios e ajustes das atividades propostas.
- Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros.
- Assegurar o cumprimento dos dias letivos.
- Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente.
- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.
- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
- Informar aos pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de seu Projeto Político Pedagógico, com o acompanhamento dos pais, na efetivação da aprendizagem;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

20

- Difundir as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
- Melhorar a qualidade de ensino, contribuindo para o progresso intelectual e cultural dos educandos, para a formação de cidadãos críticos, capazes e preparados para participarem ativamente da sociedade em que vivem.
- Conciliar o administrativo com o pedagógico, fazendo com que o administrativo trabalhe em favor do pedagógico a tal ponto de provocar mudanças pessoais em relação às atitudes e valores.
- Articular o trabalho no sentido de realizar os projetos para diminuir a repetência e possível evasão em todos os anos.
- Trabalhar a diversidade como um processo importante para a construção da identidade, isto significa que ela tem um papel crucial na criação de valores e atitudes que permitam uma melhor convivência e respeito entre todos os setores para o pleno desenvolvimento da humanidade.
- Incorporar os princípios e práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem, trabalhando a inclusão social, a diversidade e a sustentabilidade nos currículos pedagógicos. Nesse contexto, a educação deve ajudar a construir pontes entre as necessidades da sociedade, a geração de riquezas e as práticas sustentáveis.
- Promover uma educação inclusiva e antirracista que valorize a diversidade cultural e racial presente na sociedade.
- Articular ações de combate ao bullying e ao preconceito.

Para o processo de integração de alunos na escola, a equipe escolar tem como base que a escola seja transformadora e participativa, prevendo uma programação de melhor relacionamento com o aluno e com a comunidade, através das oportunidades de integração pais- alunos-equipe escolar através do Conselho de Escola, reuniões, festividades. Queremos que o aluno seja estimulado a gostar da escola como um prolongamento de seu ambiente familiar.

Nossa escola incentiva e participa de ações voltadas para também os jovens com necessidades especiais.

7.2. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A concepção de Currículo para nossa escola está em consonância com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva, por isso, segue o texto retirado do Documento sobre a Concepção de Currículo.

“Elaborar currículo é ouvir diversas vozes, pois há uma multiplicidade de ideias, interpretações. Não há um consenso teórico sobre o que ele vem a ser, não há uma definição que seja neutra, mas é importante destacar que o currículo é uma construção social (GOODSON, 1997), reflete um momento histórico, político, econômico, cultural.

Pensado dessa forma, o Currículo não é meramente uma prescrição, mas, acima de tudo, um campo de lutas e tensões que traduz a escola e a sociedade que se pretende construir (SILVA, 2002). Compreendido como fruto de uma construção coletiva e democrática, ele não visa aqui apenas definir os conhecimentos a serem aprendidos e ensinados, mas permitir práticas educativas críticas, reflexivas e contextualizadas, que estejam pautadas na dialogicidade como ato primordial na busca do conhecimento daqueles que fazem o processo educativo no seu dia a dia (FREIRE, 1987).

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

21

Para essa construção, foram utilizados como referência, sobretudo, os documentos normativos nacionais e locais, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB no 4/2010), dos Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia e a Base Nacional Comum Curricular (2017). As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos definem currículo como “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos” (Resolução CNE/CEB no. 7/2010, p.3). Assim, o PPP é um recurso efetivo e dinâmico para assegurar aos alunos a aprendizagem dos conteúdos e a constituição das competências previstas no Currículo. A aprendizagem resulta na coordenação de ações entre os componentes curriculares, do estímulo à vida cultural da escola e do fortalecimento de suas relações com a comunidade.

O Currículo apresenta situações de aprendizagem para orientar o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos e a aprendizagem dos alunos. Esses conteúdos, habilidades e competências são organizados por série/ano e acompanhado de orientações para a gestão da aprendizagem em sala de aula e para a avaliação e a recuperação de métodos e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares, desenvolvendo as características cognitivas e afetivas, como as capacidades de resolver problemas, trabalhar em grupo, continuar aprendendo e agir de modo cooperativo, pertinentes em situações complexas, além de respeitar as diferenças e as regras de convivência.

O Currículo da Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim apresenta os princípios orientadores para que a escola seja capaz de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo. Contempla algumas das principais características da sociedade do conhecimento e das pressões que a contemporaneidade exerce sobre os jovens cidadãos, propondo princípios orientadores para a prática educativa, a fim de que as escolas possam preparar seus alunos para esse novo tempo. Para que a democratização do acesso à educação tenha função inclusiva, não é suficiente universalizar a escola: é indispensável universalizar a relevância da aprendizagem. Apenas uma educação de qualidade para todos pode evitar que essas diferenças se constituam em mais um fator de exclusão. O desenvolvimento pessoal é um processo de aprimoramento das capacidades de agir, pensar e atuar no mundo, bem como de atribuir significados e ser percebido e significado pelos outros, apreender a diversidade, situar-se e pertencer.

A educação tem de estar a serviço desse desenvolvimento, que coincide com a construção da identidade, da autonomia e da liberdade. Não há liberdade sem possibilidade de escolhas. Escolhas pressupõem um repertório e um quadro de referências que só podem ser garantidos se houver acesso a um amplo conhecimento, assegurado por uma educação geral, articuladora e que transite entre o local e o global.

Esse tipo de educação constrói, de forma cooperativa e solidária, uma síntese dos saberes produzidos pela humanidade ao longo de sua história e dos saberes locais.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

22

Construir identidade, agir com autonomia e em relação com o outro, bem como incorporar a diversidade, são as bases para a construção de valores de pertencimento e de responsabilidade essenciais para a inserção cidadã nas dimensões sociais e produtivas. Preparar os indivíduos para o diálogo constante com a produção cultural, num tempo que se caracteriza não pela permanência, mas pela constante mudança – quando o inusitado, o incerto e o urgente constituem a regra-, é mais um desafio contemporâneo para a educação escolar.

Assim, o currículo é aqui posto como o fruto de uma construção coletiva, envolvendo diversos sujeitos, buscando a escuta sensível, com intenções e finalidades. Pode-se assim dizer que ele traduz a escola, norteia as relações que são estabelecidas dentro e fora dela e se constitui como um dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar. A BNCC foi uma referência imprescindível para a elaboração curricular, assim como as Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia. A BNCC e as DCRBs definem uma série de orientações que direcionaram os partícipes na elaboração do Currículo de Barra da Estiva. Assim, a Base Nacional Comum Curricular e as DCRBs são documentos normativos de referência que tiveram por objetivo direcionar as redes de ensino e as escolas para o desenvolvimento de práticas que conduzam à construção de competências, habilidades, atitudes e valores humanos na perspectiva de uma formação integral dos estudantes. O documento curricular de Barra da Estiva para a Educação Básica elege princípios e práticas que norteiam o trabalho nas unidades escolares. O foco é no processo de aprendizagem, entendendo o saber como algo falível e provisório que deve ser submetido a uma constante problematização por parte dos estudantes e compreende que o conhecimento tem poder emancipador e deve ser aplicado na intervenção em realidades diversas e complexas.

Dessa forma, deseja que o currículo seja:

1. Aumento da ação reflexiva da equipe escolar;
2. Ofereça referenciais teórico-metodológicos capaz de subsidiar o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na BNCC.
3. Desenvolvimento de práticas pedagógicas nas unidades escolares que sejam significativas aos estudantes;

Os princípios preconizados na BNCC, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica orientaram a construção desse documento:

1. Igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, atendendo à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade;
2. Adoção de práticas pedagógicas que assegurem os direitos de aprendizagem dos estudantes, rompendo com estruturas fragmentadas do conhecimento;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

23

3. Formação integral do sujeito por meio de um processo de gestão da aprendizagem ancorado em valores éticos, políticos e estéticos;

4. Valorização da experiência extraescolar e dos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela; vinculação entre a educação escolar, as práticas sociais e o mundo do trabalho; gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino.”

7.3. FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

A Proposta Pedagógica da Escola Municipal Professor Maria do Alívio Ribeiro Bonfim é pautada em:

7.3.1. COMPREENSÃO DE SER HUMANO: INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O homem é um ser integral corpo e mente, em processo, valorizado pela sua existência pessoal e concreta no espaço e tempo, tornando-se um ser social em convivência.

Essa socialização visa à formação de um ser humano melhor, respeitando os tempos de aprender, a partir do que as crianças estão preparadas a assimilar, conforme demonstrou Jean Piaget. Para o educador suíço, “o homem melhor é aquele que chegará a ser Sujeito por meio de uma consciência e de uma reflexão sobre a sua situação, o seu meio concreto, plenamente consciente, prestes a intervir no real para transformá-lo.” (PIAGET, 1970, p. 35). Nesse contexto, o homem melhor é aquele que terá a responsabilidade frente ao mundo social.

A concepção de infância é marcada pelo progressivo reconhecimento de que as crianças participam como “ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores que constroem conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social.” (BRASIL, 2017, p.34). A partir disso, compreende-se que a criança é um ser ativo, desde o nascimento, e não mera receptora de informações. Ou seja, ela brinca, sonha, inventa, produz e estabelece relações sociais. Além disso, a criança tem papel ativo no seu

processo de socialização e, por meio das interações sociais, significa e interpreta o mundo.

É pertinente afirmar que a existência histórica e social é o que impulsiona o crescimento e desenvolvimento da criança, sua infância e também o referencial ao longo de sua vida.

Isso implica considerá-la um sujeito de direitos, um sujeito em pleno processo de formação. A criança possui expectativas frente ao mundo, e sua expressão é percebida na medida em que a sociedade volta o seu olhar para esse período da vida. Portanto, é preciso pensar em espaços para que ela possa viver sua curiosidade, sentir e estar no mundo.

Para Freire (2006, P. 39) “é fundamental, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

24

realidade, que o faz ser o ente de relações que é.” Assim sendo, como a criança, o adolescente também é compreendido como um ser social que faz uma conexão entre a infância e a vida adulta. É uma fase de mudanças físicas, cognitivas e sociais, cheia de questionamentos e de instabilidade, que se caracteriza por uma intensa busca de “si mesmo” e da própria identidade.

Nesse sentido, os padrões estabelecidos são questionados, almejando assim a liberdade e autoafirmação. Paralelamente, acontece o desenvolvimento de uma nova qualidade da mente, caracterizada pela forma de pensar sistemática, lógica e hipotética.

É através do contato com o ambiente que esse ser humano vai desenvolvendo a capacidade cognitiva, afetiva, autoestima, raciocínio lógico, o pensamento e a linguagem. Linguagem esta permeada tanto para as crianças, como para os adolescentes pelas mídias digitais, não excluindo a necessidade da convivência presencial. As novas tecnologias criaram novos espaços do conhecimento. Além da casa, a escola e o espaço social são educativos. O ciberespaço rompeu a ideia de tempo próprio para aprender. O tempo de aprender é hoje e sempre. E só se aprende com o que faz sentido. Para a criança, o brincar é o aprender. (GADOTTI, 2009, p.106)

O sujeito não pode ser estudado e compreendido isoladamente, por ser um ser histórico, se faz necessário compreendê-lo em cada momento da história, nas relações que estabelece com seu meio. Vemos o sujeito enquanto um ser social, que nas relações que estabelece com o outro nos diversos segmentos da sociedade, produz a vida e interfere no meio que vive, essa participação é possível, por meio de uma organização política e graças à autonomia do sujeito, que sendo um ser de vontade, pode argumentar sobre sua realidade.

Numa ação intencional e planejada, o sujeito age na natureza, por meio do trabalho, transformando-a para atender suas necessidades, sendo esse um processo dinâmico e que se dá em cada momento histórico. Por meio dessa ação o sujeito vai acumulando experiências ao longo da vida e produzindo o conhecimento. Considerando o sujeito um ser social, é na relação com os seus semelhantes que o ser humano aprende e ensina, se constrói enquanto sujeito e adquire autonomia e valores essenciais para o convívio social tais como: respeito mútuo, solidariedade e afetividade. De posse do instrumental teórico e os meios necessários para que perceba e assuma, verdadeiramente, seu papel ativo na história, enquanto cidadão capaz de interpretar e participar da construção do mundo e sobretudo, de fazer-se a si mesmo ao interagir com a realidade e o mundo do trabalho de forma crítica, consciente e produtiva.

Segundo Paulo Freire

“A existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

25

modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (1987, p. 78).

7.3.2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva:

A Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade perpassa pela compreensão de que Gênero e Sexualidade se referem a duas importantes dimensões humanas que estão intimamente relacionadas. Nesse sentido, todos os seres humanos se identificam na construção sociocultural do gênero e da sexualidade genótipo em determinado momento, uma vez que as “identidades são sempre construídas, elas não são dadas e acabadas”.

No que se refere aos estudos de gênero, faz-se necessário compreender alguns conceitos básicos sobre: sexo, gênero, identidade de gênero, papéis/estereótipos de gênero e identidade sexual ou orientação sexual.

Sexo: refere-se aos aspectos biológicos, anatômicos, as características fenotípicas/características externas: genitálias, órgão reprodutores internos, mamas, barba, entre outros e genotípicas/características genéticas: genes masculino e feminino, assim, o sexo pode ser masculino ou feminino.

Gênero: embora contemple as mesmas categorias, masculino e feminino, é designado como “as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres” (ALVES et al., 2014, p. 21). Ainda pode-se dizer que “é o conjunto das relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que é ser homem ou mulher na vida social” (BRASIL, 2011, p. 17). Dessa forma, a identificação sociocultural de pertencer a um determinado gênero é aprendida, incorporada, intencionalmente ou não, “com os amigos (as), a família, nas instituições culturais, educacionais e religiosas e ainda nos locais de trabalho” (BRASIL, 2014, p. 16)

Identidade de Gênero: segundo Louro,

“Refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo biológico de cada pessoa. A identidade de gênero inclui a consciência pessoal do corpo, no qual podem ser realizadas por livre escolha, modificações estéticas e anatômicas por meio médicos, cirúrgicos e outros. Lembremos, em especial, das pessoas transexuais, masculinas e femininas e travestis. Todos (as) nós temos nossa identidade de gênero, pois trata-se da forma como nos vemos e queremos ser vistos,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

26

reconhecidos e respeitados, como homens ou mulheres.”
(BRASIL, 2011, p. 16).

Na segunda metade do século XX, os estudos das Ciências Sociais instituíram outro conceito importante, o de papéis de gênero ou estereótipos de gênero, para circunscrever o conjunto de representações, posições e valores culturalmente atribuídos à mulher e ao homem, reforçando o ideal de sociedade que favorece marcos de uma tradição patriarcal que, até então, vem predominando em boa parte do mundo ocidental.

A mesma lógica das práticas excludentes ao feminino recai sobre os homens e mulheres homossexuais, pessoas trans e travestis, pois a expressão das suas identidades de gênero e de orientações sexuais (orientação afetiva e do campo erótico do desejo para com o outro) vai de encontro aos referenciais legitimados pelos “padrões masculino, cristão e heteronormativo” (LOURO, 2014, p. 37).

Diante do exposto, os currículos escolares e as práticas pedagógicas dos profissionais da educação, em todas as etapas e modalidades de ensino, devem considerar as diversidades sexuais presentes nas representações e relações sociais existentes na escola.

Os currículos escolares da Educação Básica, respeitando os devidos ciclos de vida e com as devidas adequações de linguagens, metodologias e materiais didáticos, devem auxiliar a comunidade escolar na construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes para o fortalecimento da autoestima, promoção da alteridade, autonomia, do autocuidado, autoconhecimento, da afetividade pessoal e entre pares, independente das expressões das identidades sexuais ou de gênero; da compreensão do funcionamento do próprio corpo, respeitando seus limites e do outro, da autoproteção e proteção dos pares contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e/ou gravidez não planejada; do compartilhamento de responsabilidades, frente a uma gravidez não planejada; da compreensão sobre a alienação parental; dor e conhecimento e combate à exploração sexual e às diversas formas de violências contra as meninas e mulheres, sobretudo as negras e os grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Queers (LGBTQQ+), incluindo feminicídio e homicídio da população LGBTQQ+.

A temática da sexualidade na escola vem sendo tratada desde 1994 com as Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade e tratada nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal, conforme trecho abaixo:

“A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

27

imposição de determinados valores sobre outros.” (BRASIL, 1997).

A Resolução nº 4, do Conselho Nacional de Educação, de 13 de julho de 2010, que estabelece as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, no parágrafo 3º, art. 43, capítulo 1, define as questões de gênero, entre outras, como componente integrante dos PPPs escolares:

“A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.”

No PNE (2014), bem como no PEE (2016), a “promoção dos princípios do respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” é uma das diretrizes apresentadas no documento.

Além disso, o PEE na meta 7, estratégia 7.1, no que diz respeito a violência doméstica e sexual, garante:

“Políticas de combate à violência na escola, por meio do desenvolvimento de ações destinadas a capacitar profissionais da Educação Básica para detecção dos sinais de suas causas, dentre estas a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.” (BAHIA, 2016).

7.3.3. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva, a Educação para as Relações Étnico-Raciais demanda uma abordagem enfática no Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, tendo em vista a necessidade urgente de enfrentar o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira e baiana.

A pluralidade sociocultural na Bahia é expressiva e significativa para o contexto nacional, considerando que a história do Brasil começou neste estado. Essa diversidade, resultante dos povos

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

28

precursores da nação — indígenas, portugueses e africanos —, foi enriquecida ao longo da história por novos contornos culturais dos imigrantes e descendentes de europeus, africanos, asiáticos, latino-americanos, ciganos, entre outros. Diante dessa realidade, seria coerente e legítimo que a coexistência desses povos, bem como suas tradições culturais, convivessem harmonicamente, com respeito e igualdade de oportunidades. Entretanto, a prática revela outra realidade.

No Brasil, após quase quatrocentos anos de escravidão, o Estado Republicano não estabeleceu um projeto de reparação para os povos libertos e excluídos do acesso a direitos básicos, como terra, moradia, educação e saúde. Tampouco houve reconhecimento e valorização da pluralidade cultural desses povos. Como resultado, a identidade nacional tornou-se frágil, e persistem até os dias de hoje a intolerância e o desrespeito à diversidade. Não houve uma preocupação em construir um conceito de povo, uma identidade nacional ou em garantir aos trabalhadores direitos elementares, como alimentação e moradia.

Na contemporaneidade, os números das desigualdades, exclusão e violações de direitos desses povos são expressos continuamente nas diversas mídias de comunicação do país e do mundo. As desproporções nos indicadores sociais entre brancos e negros se refletem no acesso, rendimento e permanência na Educação Básica e no Ensino Superior, na produção científica, literária e artística, entre outros.

Esses desequilíbrios também aparecem nas relações entre brancos e outros grupos étnico-raciais, como indígenas e ciganos, e tendem a se repetir nas interseções de identidades sociais, como mulheres, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, entre outras.

Os valores, atitudes e práticas que envolvem as questões étnico-raciais na sociedade brasileira e baiana estão igualmente presentes na comunidade escolar, marcadas pelo preconceito, discriminação, racismo, machismo, sexismo, LGBTfobia e xenofobia.

Esses comportamentos afetam todos os grupos sociais que convivem no ambiente escolar, particularmente aqueles que fogem às interseções das identidades sociais histórica e culturalmente validadas e valorizadas pela sociedade brasileira, tradicionalmente representadas pelo homem branco e cristão.

Na busca pelo combate às violações de direitos e pelo reconhecimento das contribuições desses povos à constituição social do país, diversas normas legais vigentes no Brasil e na Bahia foram sancionadas, como a LDBEN/96, o Estatuto da Igualdade Racial/2010, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa no Estado da Bahia/2014, o PNE/2014 e o PEE/2016. Esses normativos abordam o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos e a redução das desigualdades étnico-raciais.

Contudo, impulsionadas pelas lutas dos movimentos sociais, as Leis nºs 10.639/03 e 11.645/08 foram sancionadas como medidas mais contundentes para romper as fronteiras do preconceito étnico-racial, partindo da escola. Essas leis estabelecem a inclusão obrigatória, nos currículos das Redes de Ensino da Educação Básica, dos estudos da "História e Cultura Afro-Brasileira" e dos estudos da "História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena", respectivamente.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

29

A Lei nº 10.639/03 é fundamental para assegurar que, em um país que se intitula “o paraíso da democracia racial”, as escolas discutam a história de nossos ancestrais africanos a partir de uma ótica distinta da apresentada pelo colonizador, conferindo voz às pessoas que efetivamente construíram este país, tanto objetiva quanto subjetivamente, por meio de seu trabalho, cultura e conhecimentos.

O "lugar de fala" dessas "minorias", com suas tonalidades de pele, texturas de cabelo religiões e culturas diversas, deve ser considerado na elaboração e materialização dos currículos escolares. Dessa forma, a execução de ações e estratégias didático-pedagógicas de valorização e reconhecimento das produções culturais, científicas, literárias e tecnológicas africanas, afro-brasileiras, indígenas e dos povos itinerantes, como os ciganos, entre outros, torna-se fundamental. A descolonização didática é necessária para alcançar esse objetivo.

Diante do exposto, é imprescindível que a diversidade humana seja vista como um subsídio essencial para a formação dos estudantes. A escola, como instituição democrática, deve atuar na desconstrução de todos os estereótipos arraigados nas práticas educacionais e sociais. A produção cultural, literária, científica e tecnológica africana, indígena e dos povos itinerantes deve ser considerada de forma estruturante nos currículos escolares, e não de maneira vazia, caricatural ou pontual.

O Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, portanto, constitui uma referência para que as unidades escolares abordem a Educação para as Relações Étnico-Raciais na perspectiva de incorporar a diversidade em toda a sua complexidade, compreendendo a dinâmica da ação educativa como prioritária para eliminar as discriminações, emancipar grupos historicamente discriminados e valorizar socioculturalmente o sujeito, demarcando a importante contribuição das ações pedagógicas na construção de identidades.

A educação étnico-racial representa um dos pilares essenciais para a edificação de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural. No contexto do Ensino Fundamental II, a abordagem dessa temática deve ser intencional e contínua, promovendo o respeito à diversidade, a erradicação do preconceito e a valorização das distintas culturas que compõem o tecido social brasileiro.

A implementação da educação étnico-racial nas instituições de ensino está respaldada pela Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e incluiu a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" no currículo oficial da Rede de Ensino. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa abordagem ao incluir o ensino da "História e Cultura Indígena". Essas legislações visam promover uma educação que reconheça e valorize as contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas na formação da sociedade brasileira, rompendo com a invisibilidade e os estereótipos historicamente construídos.

No contexto da educação para as relações étnico-raciais vale ressaltar ainda a educação escolar quilombola, que desempenha um papel crucial ao assegurar que os estudantes de comunidades quilombolas tenham a oportunidade de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e culturais de suas comunidades. Garantir a inclusão dos saberes e práticas ancestrais quilombolas nos currículos escolares é fundamental para o reconhecimento e valorização dessas culturas. A educação escolar quilombola deve ser orientada para o respeito e a valorização das tradições, práticas e conhecimentos que são parte integral da identidade dessas comunidades. Além disso, essa abordagem educacional

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

30

contribui para o fortalecimento da autoestima dos alunos, promovendo um ambiente educacional inclusivo e equitativo. A integração dos saberes quilombolas no ensino não só enriquece o currículo, como também assegura que o conhecimento tradicional seja transmitido de forma adequada e valorizado, refletindo o compromisso com a diversidade cultural e a justiça social conforme estabelecido pela Resolução

Municipal Nº 006 de 18 de dezembro de 2023, em anexo.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola deve incorporar práticas pedagógicas e ações que promovam a igualdade étnico-racial e o respeito às diferenças. As atividades escolares, os conteúdos programáticos e as metodologias devem alinhar-se aos princípios de equidade e inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade que reconheça e valorize suas identidades e pertencimentos culturais conforme disposto na Resolução Municipal Nº 004 de 4 de outubro de 2023 em anexo.

Para atingir esse objetivo, é fundamental que a formação continuada dos professores e demais profissionais da educação inclua o desenvolvimento de competências específicas para a abordagem da temática étnico-racial. Isso contribuirá para a construção de um ambiente escolar que celebre a diversidade. A escola deve ser um espaço de diálogo e reflexão crítica, onde o estudo das contribuições históricas, culturais, artísticas e científicas dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas seja integrado ao currículo e permeie todas as disciplinas.

Ademais, a gestão escolar, em colaboração com a comunidade educativa, deve desenvolver e implementar políticas contra o racismo e a discriminação racial. A participação ativa de todos os segmentos da escola na construção de uma cultura de paz e respeito mútuo é essencial. A valorização da identidade étnico-racial dos estudantes e o reconhecimento de suas origens devem ser priorizados tanto na organização curricular quanto nas atividades extracurriculares.

O compromisso com a educação étnico-racial é, portanto, um compromisso com a formação de cidadãos críticos, conscientes e empenhados na construção de uma sociedade mais equitativa e plural. Ao assumir esse papel, a escola contribui para a transformação social e o fortalecimento da democracia, promovendo a justiça social e a inclusão de todos os grupos étnico-raciais na história e cultura do Brasil.

7.3.4. CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Na construção desta Proposta Curricular temos sido indagados sobre o processo de ensino aprendizagem.

Discutir o processo de ensino-aprendizagem requer compreender e discutir os seus desdobramentos no trabalho educativo. A educação escolar tem como objetivo a aprendizagem do aluno.

Na relação ensino-aprendizagem é necessário considerar, sobretudo o trabalho desenvolvido em sala de aula e nos demais espaços educativos como fundamentais para a socialização e a problematização do conhecimento científico.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

31

Compete à escola proporcionar aos alunos o ensino dos conhecimentos essenciais e indispensáveis para à inserção na cultura letrada, na cultura erudita, ou seja, ensinar a ler, escrever, contar, socializar conhecimentos das ciências naturais e sociais. É por meio desses conhecimentos que as possibilidades de inserção no mundo cultural mais elevados será possível.

O acesso aos conceitos científicos depende de processos de alfabetização devidamente conduzidos e concluídos, bem como de processos de ensino devidamente orientados, de forma que se rompa com as exclusões tão frequentes, as quais ocorrem em decorrência do não domínio dos conteúdos presentes na cultura letrada/erudita.

Instrumentalizar os alunos é, sobretudo, promover um ensino que possibilite a apropriação dos conteúdos da ciência e da cultura em suas diferentes manifestações.

Na prática pedagógica que se efetiva na sala de aula, é correto afirmar que se estabelecem a atividade de ensino, como prática efetiva do professor, e a atividade de estudo, como prática do aluno e que provoca transformações em si mesmo.

Tomando como ponto de partida a promoção da aprendizagem de conteúdos importantes para formação na perspectiva emancipatória, a organização do ensino requer clareza quanto aos procedimentos metodológicos.

O ato de planejar o ensino e a aprendizagem como trabalho pedagógico em sala de aula precisa ser intermediado por ações intencionais, rigorosamente organizadas. Portanto, cabe a cada componente curricular planejar o caminho para garantir a apropriação dos conhecimentos científicos de forma contextualizada.

Busca-se o desenvolvimento de uma concepção de ensino onde educador e educandos sejam sujeitos do seu processo de desenvolvimento, pois necessitam da mediação das experiências e saberes de ambos, para que se concretize a aprendizagem. Nessa concepção a função do educador deve ser a de oportunizar atividades que encaminhem o educando ao seu desenvolvimento potencial, dessa forma, é papel do educador ser mediador das atividades. Para tal, os conteúdos trabalhados nascem da necessidade que o educando encontra ao tentar realizar sua tarefa. Há a necessidade de criar situações em que o indivíduo seja instigado a refletir e buscar o conhecimento, por meio de circunstâncias em que ele precise fazer escolha diante de problemas que surgem espontaneamente e não criados num clima artificial. Prezamos em nossa escola por um espaço em que o professor não assuma a posição de concentrador do saber, mas sim o professor é quem direciona o trabalho pedagógico, o sujeito que proporciona um espaço democrático e aberto.

7.3.5. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Entendemos a avaliação educacional como um processo de observação e acompanhamento que promove a aprendizagem. Não qualquer aprendizagem, mas aquela que ofereça condições para que o educando e o educador se reconheçam como sujeitos em um processo de educação, o qual se propõe a ser instrumento de transformação social, superando aprendizagens que levam ao ajustamento, à sociedade posta e à manutenção do status quo.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

32

Nessa perspectiva, a avaliação será entendida como um meio e não um fim. Educador e educando terão no processo de avaliação, um processo avaliativo deve estimular o raciocínio, acionar a reflexão e a criatividade, provocar julgamentos e promover linhas de pensamentos por meio de pensamentos dos quais, gradativamente, ambos- educador e educando- possam compor, resolver, criar alternativas e inserir-se crítica e ativamente na realidade estudada. A avaliação deve ser a imersão para uma transformação interior e para uma ação consciente, tanto no nível individual quanto no coletivo.

Dessa forma, apresentamos uma proposta de avaliação que está em função de um projeto de homem e de sociedade, por isso atrelado também ao Projeto Político Pedagógico da escola, contemplando, assim, a totalidade do processo ensino aprendizagem. Daí, a necessidade de superar seu caráter autoritário, amarrado quase exclusivamente à classificação, para realizar uma avaliação diagnóstica, contínua, processual, que objetiva explicitar o grau de compreensão da realidade.

Percebe-se também que pouco se discute sobre o acompanhamento das aprendizagens nas escolas, e exaustivamente se debate sobre as formas de registro de desempenho escolar. Ou seja, discute-se avaliação pelo avesso, pois o sistema de registro é apenas a ponta de um grande iceberg (Hoffmann, 2001). Se o problema for analisado apenas superficialmente, o navio afunda, pois seus fundamentos são amplos, complexos e pontiagudos.

A partir de muitas visões distorcidas e não-saberes, mudam-se, a cada novo governo ou direção de escola, tipos de instrumentos e sistemas de registros de avaliação, como se, com tais mudanças instrumentais, alterações significativas pudessem ocorrer. O resultado é o caos total. Porque, de fato, só ocorrem os avanços, quando há mudanças de concepções.

No cerne de tudo, discute-se avaliação para tentar melhorar a aprendizagem dos alunos, quando se deveria fazer exatamente o inverso: discutir a aprendizagem dos alunos para aperfeiçoar o processo avaliativo e a educação. É esse ponto crucial. Nenhum avanço significativo ocorrerá enquanto a discussão não estiver atrelada às questões de base. Diz Demo (2004) que avaliar é cuidar que o aluno aprenda.

Decorre daí que não se deve denominar por avaliação testes, provas ou exercícios. Muito menos se deve nomear por avaliação boletins, fichas, relatórios, dossiês dos alunos (registros de avaliação).

Métodos e instrumentos de avaliação estão fundamentados em valores morais, concepções de educação, de sociedade, de sujeito. São essas as concepções de educação, de sociedade, de sujeito. São essas as concepções que regem o fazer avaliativo e que lhe dão sentido. É preciso, então, pensar primeiro como os educadores pensam a avaliação antes de mudar metodologias, instrumentos de testagem e formas de registro.

A avaliação da aprendizagem consubstancia-se no contexto próprio da diversidade. Para que o processo avaliativo tenha sentido, as propostas educativas precisam estar articuladas em termos de gradação e complexidade. O objetivo é fazer desafios superáveis aos alunos, de modo que as respostas de cada um provoquem o professor a fazer outras perguntas sobre elas, em outras dimensões, sobre outros assuntos, sob diferentes formas e provocativas, também, em termos de estratégias de pensamento.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

33

Nesse sentido, a heterogeneidade, ou seja, os diferentes saberes do aluno, que coopera entre si e debatem os assuntos, é um fator fortemente favorecedor da melhoria das aprendizagens.

7.3.6. A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

A Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim considera a avaliação consonante documentos oficiais (BNCC, DCRB, RCMBE, ECA). Conforme o Referencial Curricular de Barra da Estiva, A Base Nacional Comum Curricular BNCC orienta que as ações das instituições escolares devem concorrer para o desenvolvimento das dez competências gerais que visam a garantia da aprendizagem e desenvolvimento do educando.

Competência é entendida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, BNCC, 2017). Nessa perspectiva, os instrumentos avaliativos devem contemplar competências e habilidades tanto cognitivas quanto socioemocionais, com vistas ao desenvolvimento integral do estudante e estarem em conformidade com as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem do Município de Barra da Estiva dispostas na Resolução Municipal Nº 001 de 13 de março de 2024 em anexo.

É importante observar que a avaliação, de fato, começa com a coleta e análise de dados oriundos dos instrumentos utilizados pelo docente. Ele é um indicador da aprendizagem que possibilita reflexão e intervenção, com o intuito de orientar para um (re)planejamento de ações pedagógicas intencionais para superação das dificuldades apresentadas, das resistências, bem como a valorização dos avanços e identificação das possibilidades tanto dos alunos quanto dos docentes.

Considerando esses pressupostos, a avaliação servirá, inicialmente, como um diagnóstico orientador e impulsionador para a atuação de professores e alunos, pois “informa o quanto conseguimos avançar e ajuda a pensarem como impulsionar novas ações educativas e projetos, e definir novas políticas públicas” (DCRB, 2019, p. 99).

É oportuno ressaltar que a avaliação diagnóstica aponta para novas ações que ganharão sentido com a avaliação formativa que visa o “reajuste constante do processo de ensino” e que tem como principais funções “inventariar, harmonizar, tranquilizar, apoiar, reforçar entre outras [...]” (Weiss; Coelho, 2015, p. 9).

Nesse sentido, assim como preconiza o RCMBE, “consideramos a avaliação formativa como eixo norteador do processo de ensino e aprendizagem, por ser interna ao processo e mais centrada no estudante.” (RCMBE, 2020, p.99) E reiteramos que

“A avaliação da aprendizagem, bem como todo processo educativo, deve considerar e problematizar os princípios norteadores do currículo:” identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade, contextualização, permitindo avançar no processo de

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

34

aprendizagem do aluno e uma reflexão da práxis pedagógica pelo professor, por meio de uma educação formal que parta do plano real das vivências e ações cotidianas. (RCMBE, 2020, p.100)

Essa, também nossa, visão sobre avaliação, pode ser resumida pelo texto das DCRB, quanto indica que o processo de avaliação deve tornar possível:

a criação de políticas públicas, o planejamento de intervenções pedagógicas focalizadas nas reais necessidades das escolas e dos estudantes, a identificação dos estágios de aprendizagem, a definição de materiais didáticos, a formação de educadores, a (re)elaboração de currículos, a detecção da distância ou a proximidade entre o que o ensino é e o que deveria ser. (DCRB, 2019, p. 100).

Somente assim, a avaliação deixa de ser um mero instrumento para aprovar ou reprovar os estudantes e passa a ser significativa, passa a ter “valor”, essência de sua etimologia latina.

Na Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim, utiliza-se tanto as avaliações internas quanto as externas (realizadas pelas instâncias maiores da organização dos sistemas de ensino, estadual ou federal), a exemplo das avaliações diagnósticas e formativas do CAED, da Prova SAEB e OBMEP. Os resultados são discutidos em Reuniões Pedagógicas ou em momentos de Atividades Complementares (AC's) e servem como um indicador a mais para a reflexão da prática pedagógica e para a tomada de algumas decisões acerca do currículo em sala de aula.

Temos ciência de que, embora forneça alguns dados, tais avaliações não são suficientes para orientar e conduzir o fazer pedagógico. Como bem define o DCRB, elas “não dão conta da amplitude e complexidade do trabalho em sala de aula, não detalham dificuldades, não apresentam, de forma clara, informações que permitam intervenções imediatas durante o processo pedagógico” (DCRB, 2019, p. 101), de forma que é importante que a existência das avaliações internas da escola, mais próximas ao contexto e à realidade de nossos estudantes.

No que se refere à quantificação, ou seja, a atribuição de notas e conceitos, Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim adota a legislação municipal vigente, ressaltando que os aspectos qualitativos devem se sobrepor ao quantitativo, como propõe a LDB em seu Artigo 24, inciso V, alínea “a”: “a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Conforme a Resolução Municipal 001 de 13 de março de 2024, a avaliação ocorre da seguinte forma:

Art. 64º – Organizar o Sistema Municipal de Ensino em trimestres, dividindo-os em três unidades de ensino.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

35

Art. 65º – Os trimestres serão divididos com dias aproximadamente iguais no calendário escolar que será elaborado pela Secretaria Municipal da Educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 66º – Manter o valor máximo de trinta (30) pontos e mínima no valor de quinze (15) pontos para efeito de aprovação durante o ano letivo.

I – Primeiro trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

II – Segundo trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

III – Terceiro trimestre – valor máximo dez (10) e mínimo de cinco (5) pontos para aprovação.

A concepção de avaliação qualitativa é importante para a avaliação de estudantes da Educação Especial, já que esta deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade, conforme a necessidade do estudante.

Em relação à nota mínima para aprovação ou reprovação dos estudantes, a escola seguirá a legislação municipal vigente. É importante ressaltar que, além da nota mínima definida aprovação, o aluno deve ter, no mínimo, 75% de frequência escolar, como garante a LDBEN, em seu Artigo 24, inciso VI “o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas para aprovação”;

7.3.7. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Gestão Democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola.

Conforme Lück (2000, p. 11), gestão escolar: [...] constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais dos estabelecimentos de ensino orientadas para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento, bem como o desenvolvimento integral do educando. O gestor escolar deve agir como líder, pensando no progresso de todos que fazem parte de sua equipe.

A equipe escolar é composta também pelos pais dos alunos e por toda a comunidade de forma geral, que deve ser mobilizada para que juntos possam promover o principal objetivo de toda equipe escolar: a aprendizagem dos alunos. A contribuição de todos os segmentos na tomada de decisões é imprescindível para uma escola mais justa e democrática. É importante que todos tenham voz e possam se envolver nas ações propostas pela escola.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

36

Um gestor líder é capaz de desenvolver o potencial de trabalho de toda sua equipe, fazendo com que esta se sinta capaz de transformar e realizar com sucesso todos os programas desenvolvidos pela instituição de ensino. O projeto pedagógico é um fator muito importante no desenvolvimento do curso escolar, o papel do gestor da escola no desenvolvimento do projeto pedagógico escolar deve influir de maneira determinante nos resultados positivos da escola, por que consideramos que o trabalho de controle do gestor da escola, é fator determinante no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

O gestor escolar deve visualizar sempre em sua atuação, de que o administrativo deve estar a serviço do pedagógico, isto é, deve servir de suporte para a consecução dos objetivos educacionais da unidade escolar. O gestor deve ter autonomia para atuar ativamente, desafiando os processos tradicionais de gestão em favor de um modelo normativo mais interveniente e desafiador dando apoios efetivos e desafiadores na construção de identidades organizacionais diferenciadas e isto só se concretizará na prática se o gestor for atuante e conhecedor de sua função.

Assim, as propostas pedagógicas da escola devem indicar com clareza as aprendizagens que devem ser asseguradas aos alunos, nas diferentes áreas e componentes curriculares apresenta o seguinte:

1. A avaliação dos alunos, ao ser realizado pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo devendo ser redimensionada a ação pedagógica, sendo processual, formativa e participativa, contínua, cumulativa e diagnóstica; Avaliação identificadora das potencialidades e dificuldades de aprendizagem, além de detectar problemas de ensino;
2. Subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;
3. Utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;
4. Fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de provas finais.

7.3.8. ETAPAS DE ENSINO OFERTADOS

A Escola MARB atualmente oferece o Ensino Fundamental II – Anos Finais nos turnos matutino e vespertino e Educação de Jovens e Alunos – EJA, no noturno.

Ao longo dos Anos Finais os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas, aprofundando e ressignificando conhecimentos dos anos iniciais. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

37

lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Os componentes curriculares poderão acessar a memória e conhecimentos locais, considerando suas especificidades disciplinares e os objetivos de ensino. Os conteúdos podem dialogar com a BNCC, o Referencial Curricular Municipal, no entanto, ao acessar os potenciais educativos do território, esses conteúdos são expandidos e potencializados na escola.

Outro aspecto importante é a possibilidade de a escola contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio.

Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro bem como o planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Um ponto destacado na BNCC do Ensino Fundamental é a necessidade de articulação entre as etapas, como por exemplo, valorizar situações lúdicas de aprendizagem nos Anos Iniciais para conectar com experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tendo em vista a maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

7.3.9. METODOLOGIA

A Escola MARB visa uma educação que promova a aprendizagem ativa e a participação do aluno na construção de conhecimentos. Considera que o importante não são somente as diversas estratégias metodológicas, mas o olhar docente para a aprendizagem do aluno.

A metodologia promoverá o protagonismo estudantil, favorecendo a estruturação e expansão do conhecimento, tendo o professor como função principal, a mediação. Esse deve pesquisar para compreender como o aluno constrói o conhecimento, como aprende, estuda, tece sua teia de saberes para que a aprendizagem se consolide e seja significativa.

O objetivo é, portanto, desenvolver nos alunos habilidades e competências que serão o suporte para criações em áreas diversas e para a resolução de situações-problema pessoais ou coletivos ao longo da sua vida.

É necessário elucidar que as estratégias metodológicas que serão descritas a seguir estão em conformidade com as 10 competências gerais da BNCC: “conhecimento; pensamento científico crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania”.

Todas as competências convergem para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, estabelecendo uma articulação dos seus anseios em relação à construção do futuro. “Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro e de planejamento de ações para construir este

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

38

futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social” (BRASIL, 2017, p.62).

7.3.10. OS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) buscam uma contextualização do que é ensinado, trazendo temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão. O objetivo central da Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim é que educando não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade. Assim, espera-se que os TCTs permitam ao aluno entender melhor: como utilizar seu dinheiro, como cuidar de sua saúde, como usar as novas tecnologias digitais, como cuidar do planeta em que vive, como entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres, assuntos que conferem aos TCTs o atributo da contemporaneidade.

No contexto educacional, os Temas Contemporâneos Transversais não pertencem a uma área do conhecimento em particular, mas que atravessam todas elas, pois delas fazem parte e a trazem para a realidade do estudante. Na escola, são os temas que atendem às demandas da sociedade contemporânea, ou seja, aqueles que são intensamente vividos pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e pelos educadores no dia a dia, que influenciam e são influenciados pelo processo educacional.

O trabalho interdisciplinar pressupõe a abordagem dos conteúdos relacionados aos temas contemporâneos de forma integrada aos conteúdos de cada componente curricular. Não se trata, portanto, de abordar o tema paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos Temas Contemporâneos Transversais. Por sua vez, a interdisciplinaridade implica um diálogo entre os campos dos saberes, em que cada componente acolhe as contribuições dos outros, ou seja, há uma interação entre eles. Nesse pressuposto, um TCT pode ser trabalhado envolvendo dois ou mais componentes curriculares. A abordagem transdisciplinar contribui para que o conhecimento construído extrapole o conteúdo escolar, uma vez que favorece a flexibilização das barreiras que possam existir entre as diversas áreas do conhecimento, possibilitando a abertura para a articulação entre elas.

Os temas contemporâneos transversais entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo da escola e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação sócio-política, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais. São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades. Devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticados no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos.

São 10 os temas integradores considerados pelo Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia:

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

39

1. Educação em Direitos Humanos;
2. Educação para a Diversidade;
3. Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade;
4. Educação para as relações étnico-raciais;
5. Educação para o Trânsito;
6. Saúde na Escola;
7. Educação Ambiental;
8. Educação Financeira e para o Consumo;
9. Cultura Digital;
10. Educação Fiscal;
11. Educação alimentar e nutricional;

8.0. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

8.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim tem como proposta ser uma escola inclusiva. Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, busca-se reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e a garantia igualdade de condições de acesso e permanência do aluno na escola conforme a Resolução Nº 002, de 4 de agosto de 2023 em anexo. Acredita-se, para tanto, que os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade. Conforme CARVALHO (2000, p. 17):

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva: A partir deste referencial, estrutura-se a oferta da chamada Educação Especial, em um “tripé”, ou seja, alicerça-se em três pilares: A construção de um arcabouço político para regulamentar esta modalidade; A institucionalização de políticas de financiamento para subsidiar a oferta de recursos e serviços para tais atendimentos; E orientações específicas para que haja avanços nas práticas pedagógicas inclusivas.

Numa perspectiva de construção de políticas públicas, práticas pedagógicas com o foco principal no direito de todos à educação e a educação para todos. Assim que reza a nossa Carta Magna;

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III-pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (BRASIL, 1988)

Para isso, é importante que todo documento baseado neste contexto venha como princípio pensar na Declaração de Salamanca, que é um documento central para a construção de proposta de educação especial que temos no nosso país.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

40

A Declaração de Salamanca não é exclusivamente para os alunos de Educação Especial e Inclusiva, mas traça ideias e conquistas de todos os sujeitos que de alguma forma passam por evidências que necessitam de inclusão, mas em percussores teóricos e necessários que venham enfraquecer sistemas de ensino que direcionam a concretização de práticas de exclusões que evidenciam grupos consideradamente padrões, homogeneizadores de ensinamentos inseridos nos processos de escolarização. A Educação Especial, nesse caso, não é um conceito de sinônimo de Educação Inclusiva. A Educação Especial está inserida na Educação Inclusiva... Então, o que se entende sobre educação especial? Ela é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente, na rede de Ensino Regular (LDB), bem como afirma a Constituição Federal de 1988 com, "o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência". Realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem. Para entendermos mais este conceito vale destacar a lei nº 9394/1996 Art. 58 e 59, ressaltando a importância do professor especializado em nível médio ou superior, trazendo bons resultados e melhorias para o ensino voltado a educação especial inclusiva, através de recursos como: currículos; métodos e técnicas, para uma organização eficaz de ensino, proporcionando uma educação especial que esteja disposta a inserir pessoas no mercado de trabalho, para sua participação justa no meio social. Além de formar um ensinamento com acesso igualitário dos benéficos dos programas sociais para com todos das escolas regulares.

A Educação Especial atende um público alvo que são os alunos que são diagnosticados como: pessoas com deficiência com impedimentos, sejam eles, físicos, mentais ou sensoriais de longo prazo. E apresentam fatores que, segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de oportunidade com as demais pessoas; transtornos globais de desenvolvimentos, que caracterizam como aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais e na comunicação, incluindo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil; e, altas habilidades ou superdotação, pessoas que demonstram potenciais elevados em quaisquer áreas, sejam elas intelectuais, acadêmicas, liderança, psicomotricidade e artes, como também, pessoas que apresentam grandes criatividade e potenciais em aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

De acordo o capítulo 5, da LDB, no que se refere ao atendimento educacional especializado (AEE), tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especiais. Para a atuação deste serviço, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Quem executa o plano de execução para alunos com necessidades são os professores que atuam na sala de recursos. O professor regente coloca em ação os planos e tem que estar em constante parceria com o professor do AEE, sendo este atendimento utilizado em momentos durante a semana.

Para reforçar o profissional deve realizar um diálogo para que possa haver resultados significativos, tornando-se este trabalho do atendimento educacional especializado uma ferramenta dentro do PPP das escolas, havendo benefícios satisfatórios para uma educação inclusiva qualificada, voltada aos estudantes e educadores.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

41

De acordo com as Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, os alunos tem que estar matriculados nas classes comuns do ensino regular; o AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular; a elaboração do plano de AEE é de competência dos professores que atuam na sala de recursos; e o projeto pedagógico deve institucionalizar a oferta do AEE. Prevê também, cronograma de atendimento; plano para identificar as necessidades específicas de cada aluno; organização, como sala de recursos, espaços físicos, imobiliários, recursos pedagógicos, equipamentos que facilite o processo e a acessibilidade; planos de recursos necessários e atividades a serem desenvolvidas. Diversos fatores que venham reforçar o direito estabelecido pela Constituição Federal, art. 205, que, define a educação como um direito de todos que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a "igualdade de condição de acesso e permanência na escola" como um princípio.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, art. 2, Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

A inclusão na área educacional de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica envolve recursos e serviços educacionais especiais, não apenas se limitando a colocar o aluno com necessidades educacionais especiais em uma sala junto com os estudantes que não apresentam essas necessidades, a escola deve firmar seu compromisso com a educação oferecendo a todos os alunos educação de qualidade, colocar-se à disposição do aluno. A ação pedagógica escolar deve atender a diversidade de diferentes formas: no âmbito político, deve garantir o direito à matrícula do aluno com necessidades especiais em classes comuns, prover recursos pedagógicos orientada na política de inclusão no que se refere à capacitação de recursos humanos para atender as necessidades dos estudantes; no âmbito técnico-científico, a formação do corpo docente, assim como o desenvolvimento de trabalho em grupo para atender a diversidade de forma inclusiva; no âmbito pedagógico, em qualquer momento da vida os alunos podem apresentar necessidades educacionais e os professores conhecem diferentes maneiras para trabalhar com esses alunos. No entanto, há necessidades educacionais que requerem recursos e apoio de maneira mais especializado, são as denominadas Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

O foco nesses alunos vai além da deficiência do aluno, envolve também o ensino e a escola. Para que o aluno tenha acesso ao currículo, a escola deverá realizar uma avaliação pedagógica dos alunos com necessidades educacionais especiais. Nessa avaliação as considerações devem ser feitas de forma individual, deve levar em consideração as condições da escola e a prática do professor, para identificar as necessidades educacionais especiais bem como as potencialidades, deverá ser formada na escola uma equipe envolvendo todos os profissionais que trabalha como aluno, uma vez identificado que os recursos não são suficientes, deve-se procurar uma equipe multiprofissional.

Os alunos que necessitarem de atenção individual podem ser atendidos em núcleos, sejam eles públicos ou privados, quando houver necessidade, por meio de parcerias com serviços da área da Saúde, Assistência Social e Trabalho, com o objetivo de garantir o desenvolvimento integral do aluno.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

42

No âmbito administrativo, no processo de construção de educação inclusiva, é necessário o funcionamento no que se referem os recursos humanos, materiais e financeiros.

A inclusão na escola é muito mais do que a partilha do mesmo espaço físico, ela deve também proporcionar aos alunos um espaço de interação, gerando oportunidades para que ocorram aprendizados significativos. E para isso, temos que entender que a diferença não é empecilho para aprender, e que todas as pessoas podem ajudar umas as outras (SILVA, 2011).

Nessa perspectiva, os benefícios de uma educação inclusiva, podem contribuir também para os estudantes sem necessidades especiais. Pois o processo de inclusão permite fornece aos demais alunos, benefícios acadêmicos, sociais e psicológicos, visto que os mesmos poderão adquirir uma nova visão de mundo com essa troca de saberes.

Porém, de acordo com Mantoan (2003), desenvolver ações educacionais voltadas para a inclusão pode não ser uma tarefa tão fácil. Pois, muitos professores relatam que não estão preparados para essa nova modalidade de ensino, o que pode abalar sua identidade profissional em uma dada estrutura ou sistema de ensino, gerando conflitos contra a sua experiência, e os esforços que fizeram para adquiri-las.

Portanto, o processo de inclusão vai muito além dos muros da escola, é uma ampliação da circulação social, gerando uma construção cotidiana de uma sociedade que ofereça múltiplas oportunidades a todos os indivíduos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças (PAULON, 2005).

A educação inclusiva tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela almeja garantir a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção. Quando falamos em projetos voltados a inclusão, principalmente em uma realidade local, é preciso um pouco mais de reflexão, pois é muito difícil trabalhar com Educação Especial na prática. A princípio entendemos que o professor pode fazer um trabalho lindo com um aluno especial, mas se ele não envolver toda a turma, esse trabalho pode não ter tanta eficácia. Sendo assim, percebemos que é necessário mais profissional para acompanhar os professores e também desenvolver mais atividades para o atendimento a esses estudantes. São muitos alunos a serem atendidos e apenas um educador em sala de aula não consegue atender a demanda. Vale ressaltar também que Inclusão é um trabalho de equipe, apenas o acompanhamento com o psicólogo não resolve, assim como atividades rotineiras sem levar em consideração a especificidade do aluno também não é relevante. É preciso entender que nem todo aluno com necessidade especial terá o mesmo comportamento. Duas pessoas podem ter o mesmo diagnóstico, mas isso não significa que uma atividade que dá certo para um, dará certo para o outro também.

Para fazer a inclusão de verdade e, garantir a aprendizagem de todos os alunos, é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

43

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Como esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado.

A inclusão de alunos/as com necessidades educacionais especiais implica redimensionamento curricular dos processos de ensino-aprendizagem, bem como do acesso aos diferentes espaços físicos da Instituição. Segundo Werneck (1999, p. 12-13), Partindo da premissa de que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mais ela adquire o genuíno conhecimento, fica fácil entender porque a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência. A segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios. Sem bons desafios, como evoluir.

Dessa forma, a Escola busca organizar a prática pedagógica, possibilitando a personalização do ensino de acordo com as particularidades de todos os alunos. Pressupõe, sobretudo um trabalho de planejamento centrado-se no contexto do grupo, atendendo não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas também as eventuais especificidades dos demais alunos, contribuindo, dessa forma, com o processo de inclusão escolar. As adaptações curriculares, tanto no que se refere às adaptações dos objetivos, dos métodos, como também da avaliação, ocorrem como uma das formas mais específicas de contemplar as necessidades individuais do aluno.

Além disso, entende-se que as discussões a respeito da inclusão devem ser ampliadas e estendidas a toda comunidade escolar, para que haja o entendimento e respeito às diferenças, já que somos todos diferentes com um jeito próprio de pensar e agir. Assim, “[...] é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.” (SANTOS apud MONTOAN, 2003, p.34).

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam a diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. A Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente a espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

A Escola respeita os princípios de igualdade e equidade, promovendo o fortalecimento da escola inclusiva, e entende que a educação especial integra a educação regular e perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. A escola está voltada a promoção de uma educação para todos, nesse contexto ela:

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

44

1. Efetua a distribuição ponderada dos alunos público alvo da educação especial pelas várias classes da fase escolar em que forem classificados, buscando a adequação entre idade e série/ano (ano da escolarização);

2. Promove o estabelecimento de parcerias e redes de apoio para auxiliar os alunos com deficiência;

3. Procura garantir, no âmbito de sua governabilidade, a presença de intérpretes da Libras, guias intérpretes e cuidadores, monitores, sempre que necessário;

4. Busca dar sustentabilidade ao processo escolar, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio com a participação da família e de outros agentes da comunidade no processo educativo;

Atuar no sentido de uma prática pedagógica que seja acessível a todos, integrar a diferença, portanto, não se trata de somente diferenciar para um, mas, antes de tudo, de construir um cotidiano no qual as diferenças possam encontrar — eco.

Equivocadamente algumas concepções reduzem a criança à sua deficiência e à patologia, tornando invisível o sujeito e negando as demais características e habilidades.

Para fortalecer a inclusão e garantir que a Educação Especial seja efetiva em um ambiente escolar, é essencial compreender e aplicar a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015). Essa legislação, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece diretrizes cruciais para a promoção da acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência em diversas áreas da sociedade, incluindo a educação. Em seu artigo 28, a lei define o Plano Educacional Individualizado (PEI) como um recurso fundamental para garantir a adequação das práticas pedagógicas às necessidades específicas de cada aluno com deficiência. O PEI deve ser elaborado com a participação da equipe multidisciplinar, incluindo o próprio aluno e sua família, e visa assegurar que o plano de ensino seja ajustado para atender às particularidades e potencialidades do estudante, promovendo a sua plena participação e aprendizado.

Sendo assim, o PEI não apenas estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento educacional do aluno, mas também busca a eliminação de barreiras e a promoção de um ambiente educacional inclusivo e adaptado às necessidades de cada indivíduo. A aplicação do PEI está alinhada com o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, conforme preconizado pela Constituição Federal e pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. Assim, a Lei Brasileira de Inclusão reforça a importância de personalizar o ensino, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades ou habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, conforme os objetivos previstos na Resolução Nº 003 de 16 de maio de 2024 em anexo.

8.2. SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

A Sala de Recursos Multifuncional é um espaço de desenvolvimento, de pesquisa e construção de novos conhecimentos sobre o processo de aprendizagem que visa contribuir para avanços na área educacional de forma significativa. Exige do profissional que lá atua uma nova forma de pensar,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

45

individualmente sobre as peculiaridades de cada um, de despertar a aprendizagem na/para a vida do aluno. O ensino necessita ser organizado para contemplar os alunos em suas distintas capacidades, com adaptação curricular sempre que necessário. A prática desenvolvida neste espaço, bem como a desenvolvida nos diversos espaços desta escola, deve ser reflexiva e alicerçada em subsídios teóricos consistentes, buscando a construção de novos conhecimentos, e conforme Carvalho (2006, p.160)

Precisamos fazer da nossa prática o celeiro de novas teorias ou de reforçamento das existentes. Precisamos confirmar que alguns princípios para o sucesso da aprendizagem são universais. Dentre eles, destaco neste texto, o desejo e a escuta. Desejo do professor e do aluno: aquele de contribuir decisivamente para a cidadania plena do aprendiz e este, de aprender impelindo-o a perguntar, a questionar, a relacionar com o objeto conhecimento, prazerosamente, desenvolvendo habilidades e competências.

É importante fazer deste um espaço de discussão, de formação continuada sobre as concepções que orientem o trabalho do professor que lá atua, possibilitando um suporte para a prática pedagógica em sala de aula através de um trabalho colaborativo. Fazer deste um espaço pedagógico que contemple um olhar psicopedagógico de investigação, intervenção e apoio ao processo de aprendizagem, propondo-se a investigar o processo próprio de cada um e sua forma particular de aprender, compreendendo-o a partir da sua história pessoal e do contexto no qual está inserido e criando estratégias de atendimento educacional diferenciado levando o aluno a desenvolver-se como cidadão completo. O público alvo para este espaço segundo a Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 (Brasil, 2009 b) são alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

8.3. FORMAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Inclusão social é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais.

Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático em que vivemos. Nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecidos por um grupo que é a maioria. E diante dos olhos deles, também somos diferentes.

E é bom lembrar que as diferenças se fazem iguais quando colocadas num grupo que as aceita e considera, pois nos acrescentam valores morais e de respeito ao próximo, com todos tendo os mesmos direitos e recebendo as mesmas oportunidades diante da vida. A escola atende uma demanda de aproximadamente 18 alunos diagnosticados com Relatório Médico, entre crianças e adolescentes,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

46

com Autismo, TDAH, quadro de deficiência intelectual, múltipla e física. Para melhor acolher e proporcionar um ambiente inclusivo, a escola conta com uma sala de recursos multinacionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinada a atender as necessidades específicas desses alunos, promovendo a inclusão de forma efetiva.

Alguns desses alunos recebem atendimento psicológico em horário oposto no Núcleo de Psicologia Integrado (NUPi), sendo atendidos individualmente ou em grupos, dependendo da deficiência ou dificuldade. No entanto, infelizmente, pela ausência de recursos e, muitas vezes, pela falta de formação dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, o ensino a esses alunos ainda enfrenta desafios, comprometendo sua capacidade de avançar com qualidade no processo educativo.

16. MARCO OPERACIONAL

O Marco Operativo, por ser o modo de agir de todos quantos integram a comunidade escolar e os órgãos, coordenadores e dirigentes, é um dos fatores decisivos de educação dos alunos. Explicita a forma de organização da Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim, em suas questões mais abrangentes do cotidiano escolar. Essa explicitação é um processo que se traduz em diretrizes e normas. No contexto atual, em que as metodologias ativas pedem uma reconfiguração do espaço da sala de aula, da transformação do papel do professor de transmissor de conhecimento para um mediador dos processos de ensino e aprendizagem, quando o foco está na aprendizagem por habilidades e competências e há um constante incentivo ao protagonismo estudantil, torna-se essencial a projeção e criação de um programa de formação continuada para os docentes.

Os profissionais da Escola MARB estão em contínua formação, através de reuniões gerais, por áreas, anos de escolarização, áreas de linguagem. Nesses momentos de formação são contempladas situações de estudo, de planejamento coletivo, de desenvolvimento de ações conjuntas, estratégias de reflexão da prática, análise de situações didáticas, reflexão sobre as ações educativas, troca de experiências entre os educadores, entre outras questões. Nesses encontros, busca-se fomentar a capacidade de aprender a aprender juntos, assim como pensar e ressignificar a prática pedagógica, considerando os espaços, os tempos, os processos de aprendizagem.

Além da formação permanente na Escola, os profissionais são incentivados a participarem de cursos, seminários, congressos, viagens de estudos, entre outros eventos. Compartilhamos, também, do mesmo entendimento de Eyng (2010, p. 121), sobre a formação continuada, quando diz que “[...] no espaço em que atua como formador, o professor é desafiado a educar-se, responsabilizar-se por sua aprendizagem continuada”.

Acreditamos que a formação continuada assume um espaço de grande importância, sobretudo quando se deseja uma proposta pedagógica que tenha implicações em novas posturas frente ao conhecimento, conduzindo a uma renovação das práticas no processo ensino-aprendizagem. Parafraseando Freire: “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática” (FREIRE, 1991, p.58)

9.1. ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE - AC

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

47

FREQUÊNCIA SEMANAL DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR – 2024

MATUTINO – FUNDAMENTAL II

VESPERTINO – FUNDAMENTAL II

NOTURNO - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROFESSOR(A)	ÁREAS	TURNOS	C. H. DAS ATIVIDADES.
1. Adriana Amorim dos Santos Caires	Linguagem	Matutino	04 horas
2. Almir Luz Caires Júnior	Ciências da Natureza	Matutino	05 horas
3. Ana Paula Novais da Silva Miranda	Ciências Exatas	Vespertino	04 horas
4. Anilton Caires Aguiar	Ciências Exatas	Matutino	05 horas
5. Cláudio Ribeiro Alves	Ciências da Natureza	Vespertino	04 horas
6. Edilene Almeida da Silva	Professora em desvio de função	Vespertino	04 horas
7. Isabel Ferreira Caires	Ciências Humanas e Linguagem	Noturno	05 horas
8. Denívia Almeida Fiuza	Linguagem	Matutino	04 horas
9. Isabel Ferreira Caires	Ciências Exatas e Ciências Humanas	Matutino	04 horas
10. Jackson Rocha de Almeida	Linguagem	Vespertino	04 horas
11. Jakeline Machado do Amaral	Ciências Humanas	Matutino	04 horas
12. João Souza Batista	Ciências Humanas	Matutino Vespertino	04 horas 04 horas
13. João Eudes Santana Alves	Ciências Exatas	Vespertino	04 horas
14. Marinalva Anjos	Ciências Humanas	Matutino	04 horas
15. Márcia Ribeiro Silva de Oliveira Almeida	Linguagem	Matutino Vespertino	04 horas
16. Márcio Araújo Carvalho	Ciências Exatas	Vespertino Noturno	04 horas
17. Márcio José Oliveira	Linguagem e Ciências da Natureza	Noturno	04 horas
18. Graciele Cândido Santos Caires	Ciências Humanas	Vespertino	04 horas
19. Núbia Maria dos Santos Caires	Linguagem, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências da Natureza	Matutino	05 horas
20. Pedro Silva Pereira	Linguagem	Noturno	04 horas
21. Roseli Santana Alves	Linguagem	Vespertino	
22. Tiago Luz Ribeiro Souza	Exatas	Vespertino	

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

48

ÁREAS DO CONHECIMENTO: Ciências Exatas e Suas Tecnologias (EXATAS), Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias (LINGUAGEM), Ciências da Natureza e Suas Tecnologias (NATUREZA), Ciências Humanas e Suas Tecnologias (HUMANAS).

OBSERVAÇÃO: Quando houver necessidades, as possíveis REPOSIÇÕES das Atividades Complementares – AC serão feitas mediante autorização da Coordenação Pedagógica ou Direção.

16.2 - PLANO DE SUPORTE E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com avaliação do diagnóstico da realidade escolar e considerando os desejos manifestados pela comunidade escolar, traçamos agora o plano que dará sustentação às transformações da visão estratégica da Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim em ações práticas. Esse Plano Estratégico será composto de Objetivos, Estratégias e Metas.

16.3 Objetivos Estratégicos, Estratégias e Metas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.	1.1. fazer avaliações diagnósticas no início e no final de cada ano letivo. 1.2. Reunir esforços nas disciplinas e séries críticas; 1.3. Desenvolver e manter estratégias inovadoras e criativas;	1.1.1. Identificar as habilidades que já foram consolidadas e desenvolver as habilidades básicas que ainda não foram alcançadas. 1.1.2. Melhorar o desenvolvimento das habilidades básicas de leitura, escrita e compreensão matemática, trabalhando na perspectiva da progressão da aprendizagem. 1.1.3. Estudar os resultados dos indicadores para identificar necessidades. 1.1.4. Estimular o protagonismo e participação dos alunos nos órgãos colegiados da escola e nas atividades escolares. 1.1.3. Reduzir o índice DE ABANDONO DA EJA para, no máximo, 20% o índice de abandono dos alunos da EJA. 1.2.1. Fixar padrões de desempenho para todas as séries de acordo com os descritores e habilidades básicas para cada ano/série; 1.2.2. Executar um sistema contínuo de acompanhamento e avaliação dos alunos

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

49

		com baixo desempenho.
2. Solidificar a gestão democrática escolar.	2.1. Gerar medidas formais da eficácia escolar para cada disciplina ofertada pela escola; 2.2. Empreender a atuação do Conselho Escolar; 2.3. Dar voz ao coletivo como maneira de manter uma gestão democrática escolar eficaz;	2.1.1. Programar um sistema de indicadores e desempenho acadêmico para todas as séries e disciplinas. 2.2.1. Realizar reunião mensal com os membros do Conselho Escolar; 2.3.1 criando oportunidades de participação guiadas pela responsabilidade e esforço coletivo para a consolidação dos objetivos educacionais
3. Assegurar a participação dos pais na escola.	3.1. Aumentar a comunicação entre escola e pais de alunos; 3.2. Encorajar a participação dos pais no processo ensino – aprendizagem.	3.1.1. Elaborar um boletim informativo para divulgar nos grupos de WhatsApp da escola com as atividades desenvolvidas na escola. 3.2.1. Promover uma reunião bimestral informativa e de sensibilização com os pais ou responsáveis de alunos.
4. Fortalecer a integração escola – comunidade.	4.1. Estabelecer estratégias de comunicação entre escola e comunidade; 4.2. Estimular a participação da comunidade nos eventos, projetos e atividades escolares.	4.1.1. Produzir texto impresso com definição dos eventos e atividades escolares para divulgação externa; 4.2.1. Promover uma reunião semestral com a comunidade para discutir o andamento da escola.

16.4 PLANO DE AÇÃO.

1.1.1. Plano de Ação

Objetivo estratégico: 1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.

Estratégia: 1.1. Reunir esforços nas disciplinas e séries críticas.

Meta: 1.1.1. Aumentar, para pelo menos, 90% o índice de aprovação dos alunos de 6º ano – do Ensino Fundamental.

Indicador de Meta: Documento de registro das disciplinas e séries críticas.

Início:

Revisão: Bimestral.

Nº	Ações	Responsáveis	Resultado Esperado
----	-------	--------------	--------------------

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

50

01	Levantar as dificuldades dos alunos nas disciplinas/habilidades não consolidadas;	Professores, coordenação e direção.	Diminuir a dificuldades dos alunos apresentadas nas disciplinas críticas.
02	Discutir com os educadores métodos a serem aplicados com as disciplinas críticas.	Professores, coordenação e direção.	Métodos discutidos pelos educadores.
03	Aplicar a metodologia de ensino de acordo com o contexto.	Professores	Metodologia aplicada.
04	Avaliar o desempenho dos educandos envolvidos no processo.	Professores, coordenação e direção.	Desempenho final avaliado.
05	Elaborar o relatório final dos conteúdos desenvolvidos e acompanhamento dos alunos.	Professores	Relatório final concluído.

1.1.2. Plano de Ação

Objetivo estratégico: 1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.

Estratégia: 1.1. Reunir esforços nas disciplinas e séries críticas.

Meta: 1.1.2. Reduzir para, no máximo, 20% o índice de abandono dos alunos Da EJA.

Indicador de Meta: Documento de registro dos índices de evasão escolar.

Gerente de Meta:

Início:

Revisão: Bimestral.

Nº	Ações	Responsável	Resultado Esperado
01	Coletar dados dos alunos evadidos.	Secretária	Dados coletados.
02	Diagnosticar as razões dos índices de evasão escolar.	Professores, coordenação e direção.	Diagnóstico apresentado.
03	Discutir com os docentes o ambiente escolar.	coordenação e direção.	Ambiente escolar debatido.
04	Aplicar estratégias de permanência do aluno na escola.	Professores, coordenação, direção e Secretaria de Educação.	Estratégias aplicadas.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

51

05	Avaliar a metodologia de ensino aplicada.	Professores, coordenação e direção.	Metodologia avaliada.
06	Elaborar um relatório final dos índices de evasão e metodologia aplicada.	Coordenação e direção.	Relatório final concluído.

1.2.1. Plano de Ação

Objetivo estratégico: 1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.

Estratégia: 1.2. Desenvolver e manter estratégias inovadoras e criativas.

Meta: 1.2.1. Fixar padrões de desempenho para todas as séries de acordo com os PCN.

Indicador de Meta: Documento contendo registros das estratégias.

Gerente de Meta:

Início:

Revisão: Bimestral.

Nº	Ações	Responsável	Resultado Esperado
01	Realizar seminário presencial com foco na interdisciplinaridade e abrangência de todas as séries.	Professores e coordenação	Seminário presencial apresentado.
02	Elaborar um projeto interdisciplinar para todas as séries.	Professores, coordenação e direção.	Projeto interdisciplinar elaborado.
03	Avaliar os resultados do projeto interdisciplinar.	Professores, coordenação e direção.	Resultados do projeto avaliado.
04	Elaborar um relatório final dos procedimentos adotados.	Coordenação	Relatório final concluído.

1.2.2. Plano de Ação

Objetivo estratégico: 1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.

Estratégia: 1.2. Desenvolver e manter estratégias inovadoras e criativas.

Meta: 1.2.2. Executar um sistema contínuo de acompanhamento e avaliação dos alunos com baixo desempenho.

Indicador de Meta: Documento de registro de acompanhamento e avaliação dos alunos.

Gerente de Meta:

Início:

Revisão: Bimestral.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

52

N°	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Identificar as dificuldades dos alunos com baixo desempenho.			Professores, coordenação e direção.	Dificuldades identificadas.
02	Realizar estratégias de ensino para os alunos de baixo desempenho.			Professores, coordenação e direção.	Estratégias executadas.
03	Avaliar paralelamente as ações pedagógicas desenvolvidas.			Professores, coordenação e direção.	Ações pedagógicas avaliadas.
04	Elaborar um relatório final dos procedimentos dos alunos com baixo desempenho.			Professores e coordenação.	Relatório final concluído.

1.3.1. Plano de Ação

Objetivo estratégico: 1. Promover o desempenho acadêmico dos alunos.

Estratégia: 1.3. Prosseguir com o Ensino Fundamental de 09 anos de acordo com as leis vigentes.

Meta: 1.3.1. Cumprir os padrões do Ensino Fundamental de 09 anos.

Indicador de Meta: Documento de registro de regulamentação.

Gerente de Meta:

Início:

Revisão: Anual.

N°	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Adequar as ações pedagógicas com inovação e de acordo com o contexto de cada disciplina.			Professores, coordenação e direção.	Ações pedagógicas adequadas.
02	Discutir a aplicabilidade da matriz curricular.			Professores, coordenação e direção.	Matriz curricular discutida e aplicada.
03	Realizar a avaliação contínua e processual dos componentes curriculares do ensino fundamental de 09 anos.			Professores, coordenação e direção.	Avaliação contínua e processual realizada.
04	Formalizar o relatório final do cumprimento dos padrões do ensino fundamental de 09 anos.			Professores, coordenação.	Relatório final formalizado.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

53

2.1.1. Plano de Ação

Objetivo estratégico: Solidificar a gestão democrática escolar.

Estratégia: 2.1. Gerar medidas formais da eficácia escolar para cada disciplina ofertada pela escola.

Meta: 2.1.1. Programar um sistema de indicadores e desempenho acadêmico para todas as séries e disciplinas.

Indicador de Meta: Documento de registro contendo os indicadores acadêmicos dos alunos.

Gerente de Meta:

Início:

Revisão: Bimestral.

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Realizar uma reunião para explanação dos índices acadêmicos dos alunos para todas as séries e disciplinas.			Direção.	Reunião realizada.
02	Definir estratégias paralelamente ao ensino-aprendizagem.			Professores, coordenação e direção.	Estratégias definidas.
03	Avaliar os procedimentos e a rotina das estratégias.			Professores, coordenação e direção.	Procedimentos e rotina das estratégias avaliadas.
04	Elaborar o relatório de conclusão do desempenho acadêmico dos alunos.			Professores e coordenação	Relatório de conclusão finalizado.

2.2.1. Plano de Ação

Objetivo estratégico: Solidificar a gestão democrática escolar.

Estratégia: 2.2. Empreender a atuação do Colegiado Escolar.

Meta: 2.2.1. Realizar uma reunião mensal com os membros do Colegiado Escolar.

Indicador de Meta: Documento de registro das reuniões do Colegiado Escolar.

Gerente de Meta:

Início:

Revisão: Bimestral.

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Convocar para uma reunião os membros do Colegiado Escolar.			Direção.	Reunião convocada.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

54

02	Definir as metas de atuação do Colegiado Escolar.			Direção e colegiado	Metas definidas.
03	Atuar na escola como agente transformador e parceiro no processo ensino-aprendizagem.			Todos	Atuação do Colegiado Escolar.
04	Avaliar a atuação do Colegiado Escolar.			Todos	Avaliação do Colegiado Escolar.
05	Formalizar um relatório final das reuniões do Colegiado Escolar.			Direção	Relatório final concluído.

3.1.1. Plano de Ação

Objetivo estratégico: Assegurar a participação dos pais na escola.

Estratégia: 3.1. Aumentar a comunicação entre escola e pais de alunos.

Meta: 3.1.1. Elaborar um boletim informativo bimestral para divulgar as atividades e desempenho da escola.

Indicador de Meta: Documento de registro da participação dos pais e responsáveis de alunos.

Gerente de Meta:

Início:

Revisão: Bimestral.

Nº	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Realizar uma reunião com o envolvimento da comunidade escolar.			Direção.	Reunião realizada.
02	Criar um Plano Participativo dos Pais na Escola com a implantação da Associação de Pais e Mestres.			Direção e coordenação	Plano Participativo dos Pais na Escola elaborado e Associação estabelecida.
03	Executar as diretrizes do Plano Participativo dos Pais na Escola.			Direção e coordenação	Execução do Plano Participativo dos Pais.
04	Avaliar a atuação do Plano Participativo dos Pais na Escola.			Direção, professores e coordenação	Plano Participativo avaliado.
05	Elaborar um parecer conclusivo da atuação do plano.			Direção e coordenação	Parecer conclusivo finalizado.

3.2.1. Plano de Ação

Objetivo estratégico: 3. Assegurar a participação dos pais na escola.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

55

Estratégia: 3.2. Encorajar a participação dos pais no processo ensino-aprendizagem.

Meta: 3.2.1. Promover uma reunião bimestral informativa e de sensibilização com os pais e responsáveis de alunos.

Indicador de Meta: Documento de registro das reuniões dos pais.

Gerente de Meta:

Início:

Revisão: Bimestral.

N°	Ações	Período de Realização		Responsável	Resultado Esperado
		Início	Término		
01	Confeccionar convites aos pais e responsáveis de alunos.			Direção e coordenação	Convites confeccionados.
02	Consolidar dinâmicas de integração com os pais e com os estudantes, através da implantação do Grêmio Estudantil.			Direção e coordenação	Dinâmicas inseridas no contexto e Grêmio Estudantil implantado.
03	Definir temas reflexivos sobre a atuação dos pais na escola.			Direção e coordenação	Temas reflexivos definidos.
04	Realizar uma reunião de mobilização com os pais.			Direção e coordenação	Reunião mobilizada.
05	Avaliar as ações aplicadas na sensibilização dos pais.			Direção e coordenação	Ações avaliadas.
06	Elaborar um relatório final das atividades desenvolvidas.			Direção e coordenação	Relatório final concluído.

4.1.1. Plano de Ação

Objetivo estratégico: 4. Fortalecer a integração escola-comunidade.

Estratégia: 4.1. Estabelecer estratégias de comunicação entre escola e comunidade.

Meta: 4.1.1. Produzir texto impresso com definição dos eventos e atividades escolares para divulgação externa.

Indicador de Meta: Documento de registro dos eventos e atividades escolares.

Gerente de Meta:

Início:

Revisão: Semestral.

N°	Ações	Responsável	Resultado Esperado
01	Reunir toda comunidade escolar no Plano Participativo de Gestão de Recursos Financeiros.	Direção	Reunião realizada e Plano Participativo de Gestão elaborado.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

56

02	Definir os eventos e atividades escolares do ano letivo.	Direção, professores e coordenação	Definição dos eventos e atividades da escola.
03	Elaborar um calendário de eventos e atividades da escola.	Direção, professores e coordenação	Calendário elaborado.
04	Avaliar o procedimento definido para a produção dos textos.	Direção e coordenação	Produção de textos avaliados.
05	Formalizar um parecer conclusivo dos eventos e atividades definidas pela escola.	Direção e coordenação	Parecer conclusivo formalizado.

10.0 - MARCO SITUACIONAL

10.1 ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

10.1.1 Ambiente Social, Cultural e Físico.

A Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim, é uma escola recente, fundada em dezembro de 2017, está localizado no Bairro Cidade Nova, município de Barra da Estiva, na Rua Padre Gaspar Bertone, s/nº. Uma das maiores escolas do município, ofertando o ensino fundamental II e a Educação de Jovens e Adultos desde sua fundação. Foi criada na administração do Sr. João Machado Ribeiro (atual prefeito) e administrado pela diretora Patrícia Braga Pires, tornando-se em poucos anos de atuação, referência para a educação de Barra da Estiva. Atualmente, a Escola Marb é administrada por um time feminino, tendo como Diretora Patrícia Braga Pires, Vice-Diretora Mabel Coqueiro Pereira e Coordenadora Pedagógica Lorena Nascimento Sales. Atende um público de várias localidades diferentes, desde vários bairros da cidade a diferentes comunidades da zona rural.

A estrutura física desta Unidade de Ensino não é muito adequada. O espaço era a antiga Cesta do Povo, ou seja, era um galpão que foi modificado para receber uma escola. O interior é muito apertado e as salas são de médio porte, só podendo abrigar seis (06) turmas em cada turno de ensino.

A escola recebe alunos de diferentes níveis econômicos, sociais e religiosos, pois atende a uma clientela muito diversa. Entre seus eventos/projetos, o Carnaval, São João, Copa Marb, Sete de Setembro, Família na escola e Natal. Quanto ao lazer, os alunos contam com um espaço adaptado para vôlei, uma quadra de terra no interior da escola e quadra recém inaugurada na área externa.

A escola é de fácil acesso para os estudantes da área urbana, contudo, os alunos da área rural enfrentam problemas em épocas chuvosas uma vez que grande parte deles pertencem a esta área e fazem uso de transporte escolar para chegar a escola. E em dias chuvosos se torna impossível trafegar nas estradas de chão escorregadias com grande acúmulo de lama.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

57

Possui um sistema de comunicação bem eficaz, contando com grupos de comunicação rápida em redes sociais. Possui computadores com acesso à internet possibilitando aos professores estarem conectados com o mundo para facilitar o planejamento e melhorar as metodologias das aulas. A instituição ainda conta com recursos audiovisuais como data show, Microsystems, caixa amplificadora, conta também com impressoras e xerocopiadora.

10.2 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE

A escola atende uma clientela de pais e alunos de classes sociais diversificadas, principalmente média-baixa, onde alguns precisam de ajuda (doações) da própria comunidade como um todo, inclusive da comunidade escolar.

A comunidade escolar reside na área urbana e rural, alguns fazem uso de transporte próprio e a maioria, utiliza transporte público. A Unidade é formada por pessoas que trabalham em áreas diversificadas como, produção agrícola, comércio local, pedreiros, mecânicos, artesãos, professores, atividades domésticas e alguns são autônomos, ainda existem os que sobrevivem com a ajuda de alguns programas do governo.

O governo tem incentivado a frequência e a permanência do aluno na escola, através dos Programas Brasil na Escola (antigo Bolsa Família), isto tem contribuído para que o índice de crianças e jovens fora do ambiente escolar venha diminuindo gradativamente, garantindo assim, a inclusão social dos menos favorecidos, ainda que necessite maior conscientização das famílias referente ao acompanhamento acadêmico dos mesmos.

A Unidade de Ensino oferece uma merenda de qualidade com um cardápio diversificado e saudável, uma vez que, o cardápio é montado pela nutricionista municipal, com alimentos provenientes da agricultura familiar, como: aipim, banana, laranja, maracujina, entre outros, a nutricionista em questão acompanha ainda a aceitação desses pratos com acompanhamento periódico.

O período pós pandemia tem evidenciado diversas questões que estavam maquiadas. Mesmo com os avanços tecnológicos atuais, a escola percebe uma carência nesse sentido pois a maior parte dos estudantes não possui computadores, não tem acesso a internet de qualidade, livros de pesquisa e materiais didáticos básicos (dicionários, revistas, jornais, etc.). Além de não terem tais recursos, o principal meio de acesso ao conhecimento é a escola e muitas vezes estes alunos não valorizam este momento de aprendizado. Outros recursos como televisão ou internet que também trazem conhecimento e informação, tem sido utilizado de uma forma inadequada, desviando assim, a atenção dos conteúdos educativos para os programas e conteúdos sensacionalistas e de baixo nível.

O município/SEMEC possui Orientador Educacional e psicólogos para o atendimento dos educandos que apresentarem alguma necessidade, que em tempos de pos-pandemia, a demanda é extremamente alta, no entanto, esta unidade não recebe acompanhamento da Orientadora Educacional e a Psicóloga não consegue acompanhar a demanda que surge. A Instituição, conta ainda com parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde SMS, inclusive de Agentes Comunitários de Saúde

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

58

ACS, que contribui para o bem estar dos educandos, oferecendo palestras sobre diversas temáticas importantes, além disso, pode-se contar com o apoio de outros órgãos municipais como: Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, CAPS, CREAS, CRAS e Conselho Tutelar, entre outros.

Apesar da escola não possuir uma área de lazer adequada, pode-se afirmar que a se preocupa em adequar os espaços existentes para as atividades recreativas e esportivas.

10.3 HISTÓRICO DA ESCOLA

Em 2017, assume a administração do Município o Senhor João Machado Ribeiro, atual prefeito, e cria em 18 de dezembro do mesmo ano, a **ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DO ALÍVIO RIBEIRO BONFIM**, homenageando a Professora Maria Do Alívio Ribeiro Bonfim, professora da multisseriada, falecida nesse mesmo ano. Em Janeiro do ano de 2018, nas dependências da antiga Cesta do Povo, ambiente onde anteriormente era o ANEXO da Escola Municipal Padre Vergílio Zoppi, inicia-se as matrículas para as turmas de 6º ano, agora numa escola recém-fundada e administrada pela Senhora Patrícia Braga Pires.

Desta forma, por força de Decreto Municipal nº 020/2017, Nº 298, de 22 de dezembro 2017, publicado pelo então prefeito João Machado Ribeiro, nasce oficialmente a **ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DO ALÍVIO RIBEIRO BONFIM**.

A organização do espaço aconteceu ao mesmo tempo em que as matrículas eram feitas. Inicialmente tudo era improvisado, doado... Cadeiras, livros, mesas, foram cedidas de outra escola, assim como computador, impressora e matérias pedagógicos. A parte humana foi transferida de outras unidades de ensino, passando a compor agora a Equipe Marb. Em poucos dias, a escola estava aberta à comunidade, oferecendo inicialmente o 6º ano e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que era administrada pelo então Vice-diretor Maciel Correia Caires.

Já iniciamos com um quantitativo muito grade de alunos e maiores ainda os desafios que surgiam. As turmas eram em média de 25 alunos no diurno e cerca de 30 alunos nas turmas do noturno. Sendo que nos anos seguinte, por conta do bom trabalho e da credibilidade conquistada pela escola e de educação de qualidade, começou a se formar filas para conseguirem vagas para as novas turmas de 6º anos que iriam entrar. A partir dos anos seguintes, foram adicionando as demais turmas: 7º, 8º e 9º anos no diurno.

Inicialmente a equipe gestora composta por Patrícia Braga Pires e Maciel Correia Caires, foram nomeados pela Secretaria de Educação e garantindo a lei de gestão democrática e participativa, assegurados pela Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual de 1989 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, e em consonância com a Lei Municipal 010/2011, no ano de 2019 a são eleitos Patrícia Braga Pires (Diretora) e Maciel Correia Caires (Vice-diretor), para

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

59

o mandato de 2020 a 2023, com as Portarias nº 019 e 020, de 27 de dezembro de 2019 respectivamente.

Graças ao empenho atual gestão escolar, da equipe de uma forma geral, nota-se uma participação da comunidade escolar, por conta da criação do Conselho Escolar e ampliação dos projetos e/ou eventos que são promovidos e que há mobilização de toda comunidade. Para tanto, a escola procura estabelecer vínculos, buscando parcerias e integração nas atividades, com a Prefeitura Municipal de Barra da Estiva, Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, entre outras.

10.4 DIAGNÓSTICO

10.4.1 Aspectos Físicos

A Escola Municipal Professora Maria Do Alívio Ribeiro Bonfim está localizado na Rua Padre Gaspar Bertone, S/nº, Cidade Nova, Barra da Estiva-BA, CÓDIGO INEP: 29472156, e-mail: escolamarb@hotmail.com. É uma escola pública da Rede Municipal de Ensino, tendo como entidade Mantenedora a Prefeitura Municipal de Barra da Estiva-BA e conta atualmente com duas modalidades de ensino: Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos – EJA (1º ao 5º ciclo, 6º e 7º ano e 8º e 9º ano), distribuídos em três turnos: matutino, vespertino e noturno com um total de aproximadamente 430 (quatrocentos e trinta) alunos.

No que se refere aos Recursos Humanos, a escola possui 42 (quarenta e dois) funcionários, dentre eles 01 (uma) Diretora, 01 (uma) Vice- Diretora, 01 (uma) Coordenadora Pedagógica, 14 (quatorze) Auxiliares de Serviços Administrativos Educacionais, (02) merendeiras, e 24 (vinte e quatro) professores.

Na área física dispõe de dezoito salas de aula (quatorze na sede e quatro no anexo), Coordenação Pedagógica, Secretaria, Direção/SOE (Serviço de Orientação Educacional), Laboratório de Informática PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional), mini Biblioteca, Cantina, Almoarifado, quadra de esportes, é cercado com muro e possui pátio coberto.

10.4.2 Ambiente Escolar

A Escola Municipal Professora Maria Do Alívio Ribeiro Bonfim vem buscando constantemente se aprimorar nas práticas pedagógicas enquanto instituição responsável pela formação de indivíduos capazes de exercer plenamente a sua cidadania. Em se referindo aos relacionamentos interpessoais da comunidade escolar, não há uma interação homogenia entre os alunos, a grande maioria dos pais/responsáveis participam diretamente da vida escolar de seus filhos, comparecem nas reuniões,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

60

quando não podem estar presentes, justificam e vão à escola em outros momentos. Os alunos cumprem as normas de condutas estabelecidas pela unidade escolar são relativamente cordiais com os colegas, todos os profissionais da escola interagem entre si, tanto educadores quanto os demais funcionários. Todos os momentos de comemoração são feitos com todos os profissionais ao mesmo tempo, justamente para criar um laço de afetividade construindo relações cooperativas e naturais no ambiente. A escola reconhece e tenta envolver toda a sua comunidade num processo educativo, de modo que todos se sintam valorizados.

Buscamos sempre trabalhar de maneira democrática e participativa, em que todos os envolvidos façam parte do ambiente escolar, não havendo distinção entre os mesmos dentro de seus parâmetros, considerando-se todos meros educadores para a contribuição de uma sociedade digna e interativa. Desta forma a unidade escolar é considerada um ambiente de trabalho prazeroso, onde todos se sentem bem, faremos o possível para essas relações interpessoais se tornem ainda mais sólidas e que todos da unidade se encontrem engajados na busca de um trabalho coletivo e espontâneo, que traga benefícios a todos com bons resultados diante de uma sociedade que muda a cada instante.

Na sociedade atual as relações não tem sido muito valorizadas e duradouras, mas se todos da unidade escolar querem caminhar em uma única direção, que é o do crescimento e o da democracia, faz-se necessário que haja a união, humildade, responsabilidade e comprometimento. Entendemos que essa é a melhor maneira de se alcançar o sucesso. Sendo uma unidade escolar bem conceituada, que busca atender às especificidades de cada um, há uma preocupação muito grande por todos, dedicando a nossa atenção especial a indisciplina de alguns alunos e a dificuldade de outros. Diante das exigências do mundo globalizado, não basta apenas qualificar os professores e sim todos da unidade escolar, em busca de um tratamento adequado para os discentes, pois só assim terão grandes chances de se tornarem alunos críticos, questionadores, reflexivos e capazes de exercer sua cidadania onde quer que esteja.

10.5 Gestão da Escola.

A gestão da escola tem buscado abrir espaço para uma maior participação da comunidade escolar através de atitude que priorize essa parceria e oportunizando momentos em que todos possam expressar suas opiniões sobre a escola. A avaliação do trabalho da escola também vem a reforçar a ideia de uma gestão participativa, pois seus resultados são discutidos procurando usá-los para aperfeiçoamento do trabalho coletivo.

Há bem pouco tempo, falava-se em administração escolar, que compreendia as atividades de planejamento, organização, direção, coordenação e controle. "A gestão, por sua vez, envolve estas atividades necessariamente, incorporando certa dose de filosofia e política. O que existe é uma dinâmica interativa entre ambas". (LUCK, 2006, p. 99).

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

61

A direção de uma escola já foi considerada tarefa rotineira e simples, onde cabia ao diretor zelar pelo bom funcionamento da escola. Atualmente, essa situação mudou. O autoritarismo agora não é válido, passou a ser duramente criticado e combatido, deixando claro a diferença entre autoridade e autoritarismo. As contínuas transformações sociais, científicas e tecnológicas passaram a exigir um novo modelo de escola e conseqüentemente, um novo perfil de dirigente, com formação, conhecimentos específicos para o cargo e uma flexibilidade para a função de diretor-gestor. Dessa forma a gestão democrática surge para fixar novas ideias e estabelecer na instituição uma orientação transformadora conforme sustenta a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 206, inciso VI e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 em seu artigo 14.

Participar da gestão democrática da escola significa que todos se sentem e efetivamente são partícipes do sucesso ou do fracasso da escola em todos os seus aspectos: físico, educativo, cultural e político.

Significa usar o espaço escolar como um recurso de Educação para todos, na perspectiva do “aprender a viver juntos”, de tal forma que os espaços públicos e particulares possam ser respeitados, de modo ativo, ou seja, no sentido de agir a favor de um modo mais satisfatório de vida para todos.

Existem os órgãos que auxiliam a direção nas tomadas de decisões que são: o Conselho Escolar com representação de todos os segmentos da comunidade com uma reunião programada a cada mês e a Caixa Escolar que também possui representantes dos diversos segmentos escolares que auxilia a gestão se reunindo para as tomadas de decisões sobre como será aplicado os recursos do programa PDDE. Além disso, existem reuniões constantes com a comunidade escolar para decisões, sugestões e avaliações de todo o trabalho escolar. A cada final de unidade é realizada uma reunião com todo o corpo docente, coordenação pedagógica e direção da instituição para analisar a frequência e rendimento dos alunos e apresentar aos pais os resultados. Sabe-se ainda que há muito o que melhorar, principalmente no que diz respeito ao Conselho Escolar, a participação dos membros representativos de pais e alunos que ainda se encontram passivos e as relações de trabalho entre gestão/aluno/professores/funcionários/ famílias.

Gerir democrática e participativamente a escola significa usar de todas as oportunidades que ela oferece, tanto para realizar práticas como para aprender condutas com elas. Mais importante do que os resultados práticos imediatos da gestão democrática é a aprendizagem para vida pessoal e social. Afinal, a escola não é uma oficina produtiva, mas sim um lugar de aprendizagem e desenvolvimento. “O mais importante na vida escolar não é o ganhar ou o perder, mas o aprender a ser e o aprender a viver juntos, para o bem-estar de si mesmo e do outro, com qualidade” (LUCKESI, 2007, p. 15).

10.6 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA

A Avaliação Institucional é um instrumento de transformação e aperfeiçoamento, pois é uma ação importante na escola por sinalizar para todos os seus agentes (direção, professores, funcionários, pais e alunos) as ações que estão dando certo, as que precisam ser melhoradas e também aquelas que precisam ser implantadas. É por meio dela que as equipes das escolas podem aprimorar seus

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

62

projetos pedagógicos e enfrentar os problemas identificados na avaliação para que, em última instância, seja possível aprimorar o processo ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a finalidade principal da Avaliação Institucional é exatamente a busca pela melhoria da qualidade da escola (gestão, ensino e aprendizagem) e pela efetiva oportunidade de recuperação ou revigoramento de professores, servidores técnicos e administrativos, de alunos, da escola e do sistema educacional.

Sabemos da importância da realização da Avaliação Institucional para a escola Marb, pois nos possibilita acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos, além de centralizar em processos, relações, decisões e resultados das ações da instituição ou do sistema educacional da nossa escola, tendo como objetivo corrigir e melhorar o desempenho de todos, evitando o fracasso antes que este ocorra. Sendo assim, procuramos realizar esta avaliação anualmente, para ficar mais fácil identificar e corrigir os problemas encontrados.

As dimensões avaliadas serão: **Ambiente educativo, Prática pedagógica e avaliação, Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, Gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, Ambiente físico escolar e Acesso e permanência na escola.**

Para que a avaliação institucional ocorra, a Direção da Escola elabora, juntamente com os setores de Coordenação Pedagógica, projetos específicos com indicadores que pautam a coleta de dados para serem analisados posteriormente, visando ao replanejamento qualitativo do processo de ensinar e de aprender.

A Avaliação Institucional da Escola MARB é pautada em estudos, diálogos e pesquisas com seus profissionais, estudantes e suas famílias, a partir de temas como: Formação Continuada, Práticas Pedagógicas, Cultura / Clima Organizacional escolar, Fortalecimento e Integração da comunidade escolar, Infraestrutura, Gestão e Processos.

Para que a avaliação institucional ocorra, a Direção da Escola elabora, juntamente com os setores de Coordenação Pedagógica, projetos específicos com indicadores que pautam a coleta de dados para serem analisados posteriormente, visando ao replanejamento qualitativo do processo de ensinar e de aprender.

11. ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

A escola como parte integrante da comunidade põe-se a disposição dos pais de alunos na busca da formação de um desenvolvimento integral das crianças, propondo-se a dar informações e orientações, favorecendo maior autonomia e segurança emocional, contribuindo para um desenvolvimento saudável de seus filhos, resgatando o compromisso de ambos.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

63

São realizadas assembleia de pais no início de cada ano letivo com informes gerais e pedagógicos, além de reuniões e palestras com os pais organizadas pela direção e coordenação pedagógica com profissionais da Secretária de Educação e profissionais das áreas de psicologia, assistência social, saúde, enfatizando os seguintes temas: Limites e valores, formas de comunicação, afetividade, sexualidade ou outros que se fizerem necessários.

12. AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A recuperação terá como objetivo proporcionar aos alunos que demonstrarem rendimento insuficiente, oportunidade de aproveitamento e aprovação. Os estudos de recuperação serão planejados e aplicados em função das necessidades individuais, considerando a deficiência da aprendizagem.

Para tanto, a avaliação deverá utilizar diversas técnicas e instrumentos avaliativos (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva, subjetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outros).

A avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos adaptados, procedimentos e temporalidade. Devem ser considerados os resultados ao longo de cada período avaliativo, expressando o desenvolvimento escolar do estudante, seus avanços bem como as necessidades identificadas, para que se constituíam num novo ponto de partida.

A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo ensino- aprendizagem pelo qual o professor pode refletir sobre sua metodologia e reorganizá-la em função dos resultados de aprendizagem apresentados.

A mesma deve acontecer de forma permanente e concomitante ao processo de ensino- aprendizagem, assegurando aos estudantes novas oportunidades de aprendizagem.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e tem como objetivos a efetivação da apropriação dos conteúdos básicos, devendo ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independentemente de seu rendimento.

A recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, a ser realizada no final do último trimestre.

Se no processo de recuperação, o educando obter um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa seu melhor momento em relação à aprendizagem dos conteúdos e devem ser registrados no Livro Registro de Classe.

O processo de avaliação e as estratégias de recuperação de estudos devem estar explícitos no planejamento do professor, com a construção de seus baremas com respectivos instrumentos e critérios.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

64

13. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

É sabido por todos, especialmente os sujeitos da área educacional, dos desafios que existiam na educação no Brasil, de modo geral. Contudo, com a pandemia do Covid-19 esses desafios foram intensificados, obrigando as redes de educação de todo país articularem ações para a reordenação e estímulo as aprendizagens.

Nesse sentido, a partir da indicação atual dos especialistas, torna-se indispensável a organização desse Plano Norteador em torno da recomposição de aprendizagens, na perspectiva, que o foco no protagonismo e no desenvolvimento dos alunos, para além da 'recuperação de aprendizagem' devido às dificuldades trazidas pela pandemia, sejam observados em cada escola, segmento(s) que as mesmas atendem, de modo que equipes gestoras e de apoio, docentes e discentes se sintam apoiados a partir das orientações e dicas para um planejamento mais humanizado, considerando diferentes frentes, desde a busca ativa dos estudantes até as ações de mão na massa referentes a estruturação do processo de recomposição de aprendizagem. Esse movimento é o ponto de partida para assegurarmos espaços e ações de formação continuada com apoio dos coordenadores pedagógicos, nos momentos de planejamento (que já constam em carga horária) para essa ação, cujo foco será o processo de ensino e aprendizagem na escola, observando a priorização e a flexibilização do currículo, partindo dos resultados da avaliação institucional e de processo realizada por cada professor, de modo que possam fazer o replanejamento com base em evidências e não em inferências como dizem alguns pensadores da educação. Imperativo informar que a seguir apresentaremos experiências de outras redes para fomentar ideias e possibilidades, mas cada equipe pode escolher o arranjo mais adequado a realidade da comunidade escolar.

13.1. OBJETIVOS:

- Organizar os alunos em agrupamentos produtivos de acordo com os níveis de escrita e os níveis de matemática;
- Trabalhar com atividades de relevância cognitiva, social e afetiva, que sejam adequadas aos alunos dos anos iniciais e finais;
- Desenvolver a escrita e a leitura dos alunos, a partir de atividades estruturantes diversificadas, de acordo com os níveis de escrita dos agrupamentos produtivos;
- Desenvolver o pensamento matemático dos alunos, a partir de atividades contextualizadas diversificadas, de acordo com os níveis matemáticos dos agrupamentos produtivos.

Assim, espera-se que na nossa rede educativa, para além dos educadores e o gestores, que toda comunidade do entorno escolar esteja envolvida no processo de se reinventar a partir dos dilemas que se descortinam no cotidiano de modo que possamos remediar os impactos na aprendizagem causados pelo contexto pandêmico e o ensino remoto.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

65

Por fim, cabe destacar que para facilitar o planejamento de modo articulado inicialmente com as equipes gestoras, por conseguinte destas com os professores, algumas premissas devem ser asseguradas. São elas:

I. Busca Ativa Escolar, organização de esforço multidisciplinar e de acolhida diária dos estudantes são duas ações essenciais para realizar este trabalho e combater a evasão e o desenvolvimento dos estudantes;

II. A Avaliação Processual, que compreende vários aspectos, desde o contexto social que o estudante está inserido, bem como as suas características; sua participação nas atividades; seu grau de autonomia; suas habilidades e dificuldades; seu comportamento e relações com professor(a) e colegas nas aulas, entre outros, deve ser a base para a correção de rotas e avanços nas aprendizagens;

III. Os Arranjos Didáticos, que se relacionam com os agrupamentos que a escola vai organizar visando a melhoria dos resultados;

IV. Formação Continuada, que deve favorecer o Planejamento com foco na diferenciação/personalização pedagógica a partir dos combinados em cada Escola.

V. Acompanhamento, dar feedback ao trabalho docente planejado com o apoio da equipe gestora e apoiar seu aprimoramento. Na observação da sala de aula não perder de vistas a interação entre os alunos e o conteúdo(adequação/desafios), a interação entre aluno/a e professor(a), bem como as intervenções/mediações realizadas, ainda observar a interação entre os colegas em arranjos diversificados: duplas ou outro tipo de agrupamento.

VI. Produto final: Organizar um portfólio pedagógico, contendo: planejamento das ações de formação na escola, frequência, material bibliográfico utilizado, produções dos professores e dos estudantes (relatos de experiências individuais e/ou coletivos, trocas de experiências) indicando o nível de aprendizagem dos alunos diante da proposta de ensino apresentada, relatório reflexivo (CP) desde o processo das ações de formação na escola, avaliações, registros fotográficos e/ou vídeos feitos.

14. PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE A EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é caracteriza-se quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o ano letivo e não retorna a matricular-se no ano seguinte. Discutir a proposta de prevenção e combate à evasão escolar requer discutir ações e traçar estratégias com objetivo de prevenir casos de infrequência, detectando suas causas, evitando que a evasão escolar ocorra.

Embora a evasão escolar nos 6º e 7º anos da Educação Fundamental – Anos Finais seja menor, a partir do 8º ao 9º ano a incidência da evasão escolar tende a aumentar. Nestas séries subsequentes regularmente os professores, padrinhos das turmas e demais funcionários da escola são sensibilizados quanto à importância do acompanhamento periódico da frequência do estudante, destacando procedimentos concretos no cotidiano como:

- Informar a secretaria e equipe gestora na segunda falta semanal do estudante;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

66

- Na terceira falta consecutiva e injustificada é realizado o contato telefônico com os pais e/ou responsáveis para questionamentos sobre o motivo das faltas ou se há atestado médico / justificativa por escrito para amparo legal dessas faltas;
- A partir da quinta falta consecutiva e injustificada, e insucesso no contato telefônico ou por mensagem, é realizado o encaminhamento para a equipe do Programa da Busca Ativa Escolar-BAE.

A realidade, porém, é muito diferente no noturno, na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Os alunos do noturno geralmente são maiores de idade, trabalham durante o dia, muitas vezes sustentam suas respectivas famílias com suas rendas, sendo mais difícil se manter na escola. mesmo nestas situações, a medida a ser adotada é a mesma para poder restara os alunos e tentar estimular a permanência dos mesmos até o final de cada período letivo.

O fato é que a evasão escolar é apenas a última etapa de um longo processo que se apresenta nas primeiras faltas e que a escola no intuito de prevenção propõe providências básicas que podem prevenir essa situação:

- A chamada na sala de aula, para acompanhar as faltas e identificar os alunos que estão tendo problemas para ir à escola – e eventualmente identificar tais problemas.
- E a captação, registro e análise de dados para acompanhar o progresso de cada aluno nas disciplinas, entender as falhas e tentar encontrar soluções.

Diante de dados levantados sobre a evasão escolar a Escola Marb faz contato com a família conscientizando da importância da frequência do aluno e suas consequências. O aluno precisa perceber uma conexão real entre o que aprende e o contexto no qual vive. Uma maneira de proporcionar essa ligação é investindo em projetos interdisciplinares que fomentam o engajamento dos alunos e criam um campo de debate positivo, fazendo com que haja uma construção efetiva de conhecimento valorizando o aprendizado que o aluno possui.

Através do Programa Bolsa Família / Auxílio Brasil / Sistema Presença podemos ter acesso ao controle de frequência trimestralmente dos alunos beneficiários, com esse repasse de dados há intervenção do responsável pelo Programa beneficiando ou excluindo os mesmos, sendo que a frequência é de 85% (oitenta e cinco por cento).

15. AÇÕES DE COMBATE AO BULLYING E AO PRECONCEITO

Nos últimos tempos, temos ouvido muito sobre bullying. Dentro do espaço escolar, é perceptível esse tipo de atitude, que normalmente os alunos que normalmente os alunos dizem ser “brincadeira”. Sabe-se do perigo que ele representa para os nossos alunos. Compreendido como uma forma sistemática de violência física ou psicológica, impõe desafios consideráveis ao ambiente escolar, afetando não apenas a vítima, mas todo o ecossistema educacional. Este fenômeno, caracterizado por agressões intencionais, repetitivas e com desequilíbrio de poder entre os envolvidos, tem se mostrado um dos principais fatores de evasão escolar, desinteresse pelos estudos e problemas emocionais entre

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

67

os alunos. Portanto, o combate ao bullying se torna uma prioridade indiscutível para qualquer instituição que busca oferecer uma educação de qualidade e inclusiva.

15.1. ENTENDENDO O BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR

No ambiente escolar, o bullying pode se manifestar de diversas formas: física, verbal, relacional e, mais recentemente, no ambiente digital, através do cyberbullying. Este último, em especial, amplia o alcance e a duração dos ataques, uma vez que as agressões virtuais podem ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar, não se limitando ao espaço físico da escola. A escola, como espaço formativo e socializador, tem a responsabilidade de entender e agir frente a essas situações, adotando práticas preventivas e interventivas.

Além de violar os direitos básicos dos alunos à segurança e à dignidade, o bullying compromete o desempenho acadêmico, o bem-estar emocional e a saúde mental das vítimas. Estudos demonstram que crianças e adolescentes que sofrem bullying têm maior propensão a desenvolver quadros de depressão, ansiedade e, em casos extremos, ideias suicidas. Por outro lado, aqueles que praticam o bullying também estão em risco, uma vez que tais comportamentos, se não corrigidos, podem evoluir para atitudes antissociais e até criminosas na vida adulta.

A Lei 14.811 de 2024, que altera o Código Penal Brasileiro para incluir os crimes de bullying e cyberbullying, reforça a gravidade dessas práticas, estabelecendo penalidades específicas para os agressores. Isso sublinha a responsabilidade da escola em prevenir, identificar e lidar com casos de bullying, garantindo que todos os alunos tenham acesso a um ambiente seguro e respeitoso.

15.2. AÇÕES DE COMBATE AO BULLYING: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Para enfrentar este problema complexo, a escola precisa adotar uma abordagem multidimensional, que envolva a comunidade escolar como um todo: alunos, professores, equipe pedagógica, pais e responsáveis. O combate ao bullying deve ser parte integrante do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, e as ações propostas devem ser contínuas e articuladas com os demais projetos e programas desenvolvidos pela instituição.

Educação e Sensibilização: A primeira frente de combate ao bullying é a conscientização. É fundamental que todos os membros da comunidade escolar compreendam o que é bullying, suas consequências e como identificá-lo. Para isso, a Escola MARB estará promovendo palestras, mesas redondas, rodas de conversas, workshops e campanhas educativas que esclareçam sobre o tema, convidando profissionais capacitados para se tornarem parceiros da escola nesta campanha.

A promoção de uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças, na empatia e na solidariedade é essencial. Projetos que incentivem a inclusão, como rodas de conversa, dinâmicas de grupo e atividades que valorizem a diversidade, são ferramentas eficazes para construir um ambiente onde o bullying não encontre espaço para se desenvolver.

Em relação à Equipe Escolar, todos desempenham um papel crucial no combate ao bullying. Portanto, é necessário o investimento na formação continuada desses profissionais, capacitando-os para reconhecer sinais de bullying, intervir de maneira eficaz e oferecer apoio às vítimas. Além disso, a

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

68

formação deve abranger técnicas de mediação de conflitos e promoção da convivência pacífica e atendimento psicológico para os envolvidos.

Diante da seriedade do assunto, o bullying será tratado com a importância que merece, e isso inclui as normas educativas, convocações das famílias e punições escolares que cabíveis, em consonância com a Lei 14.811 de 2024. Essas normas devem ser amplamente divulgadas e compreendidas por toda a comunidade escolar, e sua aplicação deve ser justa e consistente.

Alunos envolvidos em situações de bullying, seja como vítimas ou agressores, devem ter acesso a apoio psicológico. A presença de um psicólogo escolar é fundamental para trabalhar questões emocionais e comportamentais, oferecendo um espaço seguro para que os alunos possam expressar seus sentimentos e receber orientações adequadas.

O combate ao bullying não pode se limitar aos muros da escola. A parceria com as famílias e a comunidade é essencial para a construção de uma rede de apoio ampla e eficaz. Programas que promovam o diálogo entre a escola e os pais, assim como ações comunitárias que abordem a questão do bullying, fortalecem a coesão social e ampliam as possibilidades de intervenção.

Para garantir a eficácia das ações de combate ao bullying, é necessário implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua. A aplicação de questionários anônimos, a realização de grupos focais e o acompanhamento de casos específicos são estratégias que permitem à escola ajustar suas práticas e responder de maneira mais eficiente às necessidades da comunidade escolar.

O combate ao bullying é um desafio que exige compromisso, competência e ação coordenada. A escola, enquanto espaço de formação integral, tem o dever de proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, onde todos os alunos possam desenvolver suas potencialidades de maneira plena. O enfrentamento do bullying, portanto, não é apenas uma questão de disciplina, mas uma expressão do compromisso ético e pedagógico com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao integrar estratégias de prevenção e intervenção no seu Projeto Político-Pedagógico, a escola assume um papel ativo na promoção da cidadania, na defesa dos direitos humanos e na construção de uma cultura de paz.

16. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é o órgão colegiado fundamental para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem da escola em assuntos didático-pedagógicos e o órgão de maior poder para tomada de decisões da escola.

Dada a sua natureza consultiva e deliberativa, compete ao Conselho de Classe analisar informações e dados apresentados por diferentes segmentos (professores, alunos e responsáveis por alunos) e propor ações interventivas imediatas, visando a melhoria do estudante e/ou da turma durante o processo escolar, incluindo aspectos metodológicos, quando for o caso.

As reuniões de Conselho de Classe deverão ocorrer ao final de cada unidade letiva e serão sempre lavradas em livro ata, como forma de registro.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

69

O Conselho de Classe será organizado em duas categorias:

I – Conselho de Classe Participativo: momento em que todos os envolvidos no processo discutem os dados e informações existentes sobre cada turma e se posicionam frente a esses dados, propondo e definindo ações que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

II– Conselho de Classe com propósito de Aprovação e Reprovação: Será realizado ao final do ano letivo, envolvendo apenas as equipes diretiva, pedagógica e docente, com a finalidade de avaliar as habilidades desenvolvidas pelos estudantes que não obtiveram bom desempenho nos estudos e avaliações de recuperação desenvolvidos, com o propósito de aprovar ou reprovar os referidos estudantes.

Alguns critérios devem respaldar as decisões do Conselho como: os avanços obtidos pelo estudante no período letivo em discussão e o seu interesse pelas aulas/atividades; as estratégias e metodologias adotadas para melhorar a aprendizagem dos estudantes, bem como os critérios e instrumentos de avaliação utilizados; o desempenho do aluno em todos os componentes curriculares; as questões estruturais que podem interferir na aprendizagem; e outros.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação, mediação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe.

17. RECUPERAÇÃO

Diante do contexto pandêmico vivenciado nos anos de 2020 e 2021, a aprendizagem de nossos estudantes ficou comprometida, o que exige um olhar diferenciado para esses discentes por parte de toda equipe pedagógica. Nesse sentido o Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022 que Instituiu Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica intensifica a ideia de que é preciso trabalhar no processo de recomposição e recuperação da aprendizagem. Portanto, cabe a escola seguir a orientações do Decreto 11079/22 (em anexo), bem como buscar estratégias que valorizem cada vez mais os conhecimentos já adquiridos pelos alunos e estimule-os na busca de novas aprendizagens.

Conforme a LDB, em seu Artigo 24, inciso V, alínea “e”: “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;”

A recuperação é entendida pela Escola MARB como um aspecto importante do processo ensino-aprendizagem que permite ao professor refletir sobre a metodologia e os instrumentos utilizados, os avanços/desenvolvimentos obtidos, bem como o interesse e participação dos alunos, a partir disso, reorganizar suas aulas para retomada das aprendizagens não efetivadas e realizar uma nova avaliação. É importante se pensar em metodologias diversificadas durante a retomada, para que as possíveis lacunas na aprendizagem sejam preenchidas. Nessa perspectiva, a recuperação acontecerá de forma paralela ao processo de ensino aprendizagem, sem data pré-determinada, devendo ocorrer logo após a verificação do rendimento dos estudantes, assegurando a eles novas oportunidades de aprendizagem. A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e deve ser oportunizada a todos (as) os (as) estudantes. Em relação à nota, prevalecerá a que o aluno obtiver o maior valor atribuído, devendo ser desconsiderada a menor. Além do processo de recuperação

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

70

paralela, ainda é assegurado, conforme ao calendário municipal, estudos de Recuperação Final para estudantes que não alcançarem a média anual. O processo de avaliação e as estratégias de recuperação de estudos devem estar explícitos no planejamento. Convém ressaltar que a educação é uma ação coletiva, um ato político e como tal, deve ser pensada, refletida e construída por todos os sujeitos que a compõe. O mesmo vale para a avaliação. Somente com a união de todos os envolvidos, conseguiremos fazer a educação realmente acontecer

26. CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar, com personalidade jurídica, é um órgão de deliberação coletiva, sem fins lucrativos, de duração de dois anos. Todos os segmentos da Comunidade Escolar terão representatividade no Conselho Escolar, através de eleição secreta ou por aclamação. Considera-se Comunidade Escolar o conjunto formado por alunos, professores, pessoal técnico e administrativo, pais, mães ou responsáveis legais pelos alunos matriculados frequentes.

Ocorre que o Conselho Escolar possui uma característica própria que lhe dá dimensão fundamental: ele se constitui uma forma colegiada de gestão democrática. Assim, a gestão deixa de ser o exercício de uma só pessoa e passa a ser uma gestão colegiada, na qual os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para, juntos, constituírem uma educação de qualidade e socialmente relevante. Com isso, divide-se o poder e as consequentes responsabilidades.

Nesse contexto, o Conselho Escolar deve ser um órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola. Sua participação, nesse processo, precisa estar ligada, prioritariamente, à essência do trabalho escolar.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados que representam as comunidades escolar e local, atuando em sintonia com a administração da escola e definindo caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas condizentes com as necessidades e potencialidades da escola. A composição, funções, responsabilidades e funcionamento dos Conselhos Escolares devem ser estabelecidos pelos sistemas de ensino e pela própria escola, a partir de sua realidade concreta e garantindo sua natureza essencialmente político-pedagógica.

O Conselho Escolar traz para si o propósito de discutir e definir o tipo de educação a ser desenvolvido na escola, para torná-la uma prática democrática comprometida com a qualidade socialmente referenciada. Sendo assim, sabendo onde se deseja chegar e que tipo de educação se deseja desenvolver, o Conselho Escolar pode iniciar uma ação consciente e ativa na escola.

Com isso definido, pode-se compreender porque a função do Conselho Escolar é fundamentalmente político-pedagógica. É política, na medida em que estabelece as transformações desejáveis na prática educativa escolar. E é pedagógica, pois estabelece os mecanismos necessários para que essa transformação realmente aconteça.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

71

No que tange, a estrutura e funcionamento do Conselho Escolar, é importante salientar que todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tornando este colegiado não só um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola.

Romão (2000, p. 70) esclarece que “com exceção do diretor, que é membro nato, todos os outros membros do conselho são eleitos por seus pares, isto é, todos os professores da escola elegem, por voto direto, os professores que os representarão no Conselho”. Todos os alunos, por sua vez, também escolhem os alunos que os representarão e assim por diante.

Cada rede de ensino através de seu Regimento Comum determina as atribuições, o funcionamento e a composição dos Conselhos de Escola. Não obstante, cada Conselho de Escola pode se achar necessário elaborar um regimento interno estabelecendo normas relativas à convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, à eleição de seus membros etc.

“É no Conselho que os problemas da gestão escolar devem ser discutidos e é nele que as reivindicações educativas serão analisadas para, se for o caso e dependendo dos encaminhamentos e da votação em plenária, serem aprovadas e remetidas para o corpo diretivo da escola que se encarregará de colocá-las em prática”. (GADOTTI, 2000, p. 72).

Assim sendo, nesse acompanhamento co-responsável, o Conselho Escolar participa da elaboração do projeto político-pedagógico e acompanha o desenrolar das ações da escola num processo permanente de acompanhamento e avaliação. Esses momentos de avaliação servem como diagnóstico, ou seja, como apresentação da realidade que, por sua vez, indica quais aspectos podem ser mantidos, quais os que devem ser revistos na prática cotidiana da escola e quais novos procedimentos precisam ser propostos.

COMPOSIÇÃO:

Conselho Escolar da Escola Municipal Professora Maria Do Alívio Ribeiro Bonfim

Gestão: Biênio 2021 / 2024

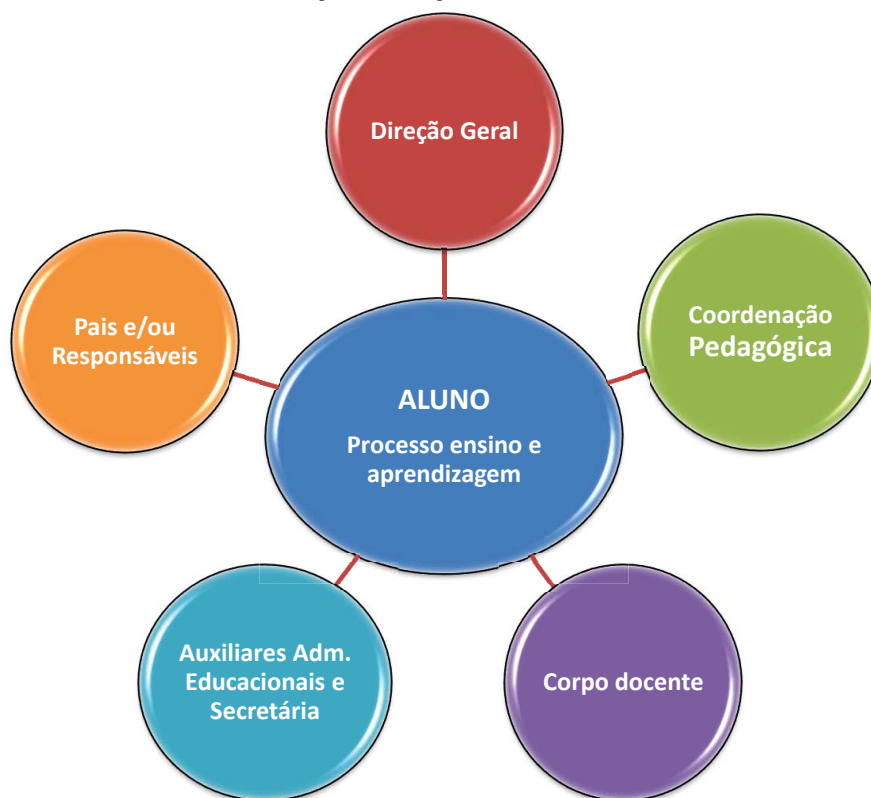
SEGMENTOS	CONSELHEIROS	
FUNCIONÁRIOS	1. Cristiane Maria da Silva Souza	(Titular)
	2. Deusdedita costa Faria	(Suplente)
PROFESSORES	3. Márcia Ribeiro Silva de Oliveira Almeida	(Titular)
	4. Cláudio Ribeiro Alves	(Titular)
	5. Jakeline Machado do Amaral	(Suplente)
PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	6. Ana Cláudia Amorim Caires	(Titular)
	7. Adelmo Silva de Oliveira	(Titular)
	8. Valdirene Pereira Lima	(Suplente)
ALUNOS	9. Taynara Costa Jardim	(Titular)
	10. Samantha de Jesus Santos Pires	(Suplente)

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

DIREÇÃO	11. Patrícia Braga Pires	Direção
	12. Mabel Coqueiro Pereira	Direção

27. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Organização Escolar: A organização escolar compreende todos os órgãos necessários ao funcionamento da Unidade Escolar, abrangendo os seguintes serviços:



28. CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

A Escola Municipal Professora Maria Do Alívio Ribeiro Bonfim, neste ano de 2024, possui um total de 454 alunos sendo estes distribuídos em três turnos, sendo seis turmas no matutino e no vespertino e duas modalidades de ensino, Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos no noturno; 179 no matutino, 178 no vespertino; 97 no noturno. As classes são organizadas de acordo com ciclo, série/ano cursadas pelos alunos, adotando como regra o agrupamento heterogêneo.

TURMA	TURNO (HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO)	MODALIDADE	ETAPA	QTD. DE ALUNOS
-------	-------------------------------------	------------	-------	----------------

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

73

6º ano A	Matutino (07h40min às 11h45)	Ensino fundamental II	Anos finais	29
6º ano B	Matutino (07h40min às 11h45)	Ensino fundamental II	Anos finais	30
7º ano A	Matutino (07h40min às 11h45)	Ensino fundamental II	Anos finais	27
7º ano B	Matutino (07h40min às 11h45)	Ensino fundamental II	Anos finais	27
8º ano A	Matutino (07h40min às 11h45)	Ensino fundamental II	Anos finais	38
9º ano B	Matutino (07h40min às 11h45)	Ensino fundamental II	Anos finais	30

TURMA	TURNO (HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO)	MODALIDADE	ETAPA	QTD. DE ALUNOS
6º ano C	Vespertino (13h às 17h)	Ensino fundamental II	Anos finais	27
6º ano D	Vespertino (13h às 17h)	Ensino fundamental II	Anos finais	27
7º ano C	Vespertino (13h às 17h)	Ensino fundamental II	Anos finais	27
7º ano D	Vespertino (13h às 17h)	Ensino fundamental II	Anos finais	28
8º ano B	Vespertino (13h às 17h)	Ensino fundamental II	Anos finais	37
9º ano B	Vespertino (13h às 17h))	Ensino fundamental II	Anos finais	29

MODALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - RESOLUÇÃO CME Nº 002, DE 04 DE MAIO DE 2021: “Estabelece as Diretrizes para os Cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA em modalidade do Ensino Fundamental, instalados ou autorizados pelo Poder Público no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, e dá outras providências correlatas”.

TURMA	TURNO (HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO)	MODALIDADE	ETAPA	QTD. DE ALUNOS
1º/5º ANO ÚNICO	NOTURNO (18h25min às 21h50)	Educação de Jovens e Adultos	EJA Presencial- Anos iniciais	12

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

74

6º/7º ANO única	NOTURNO (18h25min às 21h50)	Educação de Jovens e Adultos	EJA Presencial- Anos finais	28
8º/9º ANO "A"	NOTURNO (18h25min às 21h50)	Educação de Jovens e Adultos	EJA Presencial- Anos finais	32
8º/9º ANO "B"	NOTURNO (18h25min às 21h50)	Educação de Jovens e Adultos	EJA Presencial- Anos finais	25

29. DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

O tempo e o espaço são categorias que sempre estiveram no centro da preocupação humana com a vida. O ser humano reconhece no tempo a sua existência finita. Com o avanço científico-tecnológico, o tempo e o espaço passaram a ser dimensionados em função de novas possibilidades criadas pelo homem.

O tempo escolar oferece estruturas variadas como: a dos níveis e modalidades de ensino no qual temos: o Ensino Fundamental II nos turnos matutino e vespertino com duração de 04 anos e a EJA com duração de 02 e ou 4 anos no turno noturno.

O tempo escolar do Escola Municipal Professora Maria do Alivio Ribeiro Bonfim NO CALENDÁRIO ESCOLAR, NA DISTRIBUIÇÃO SEMANAL E DIÁRIA DAS DISCIPLINAS E ATIVIDADES, NOS HORÁRIOS DAS CLASSES E NA HORA-ATIVIDADE.

Base Legal

RESOLUÇÃO CME Nº 002, DE 04 DE MAIO DE 2021: "Dispõe sobre a organização da Grade Curricular do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, da Rede Pública Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, e dá outras providências correlatas."

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno do CME em Sessão Extraordinária, realizada no dia 04 de maio de 2021 e com fundamento na LDBEN nº 9.394/96.

RESOLVE:

ART.1º - Fica aprovada a Matriz Curricular da Rede Pública Municipal de Ensino, do município de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no ANEXOS ÚNICO desta Resolução.

ART. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

75

Barra da Estiva – BA, em 04 DE MAIO DE 2021.

Diário Oficial do
MUNICÍPIO

Barra da Estiva

Segunda-feira
10 de Maio de 2021
7 - Ano VI - Nº 1513



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES E LAZER



GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO		
		Q.A	C.H.	Q.A	C.H.	Q. A	C.H.	Q.A	C.H.	
BASE COMUM	Área de Linguagens	Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80
		Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	02	80	02	80	02	80	02	80
	Área de Matemática	Matemática	05	200	05	200	04	160	04	160
	Área de Ciências Humanas	História	02	80	02	80	02	80	02	80
		Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80
Área de Ciências da Natureza	Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120	
Área Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40	
PARTE DIVERSIFICADA	Projeto de Vida	01	40	01	40	01	40	01	40	
	Redação	**	**	**	**	01	40	01	40	
CARGA HORÁRIA TOTAL		25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

76

Segunda-feira
10 de Maio de 2021
8 - Ano VI - Nº 1513

Barra da Estiva

Diário Oficial do
MUNICÍPIO



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES E LAZER



ANEXO IV

EJA I: ETAPAS I e II – NOTURNO

Dias letivos:200.	Semanas letivas:40.	Dias Semanais: 05.	Nº de Horas/Dias:04
-------------------	---------------------	--------------------	---------------------

TEMAS INTEGRADORES	BASE NACIONAL COMUM						
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA
Educação em Direitos Humanos	X				X	X	
Educação para as relações étnico-raciais	X			X	X		
Educação para o trânsito	X		X	X		X	
Saúde na escola			X				X
Educação Ambiental			X	X			X
Educação Financeira e para o consumo		X	X			X	
Educação Digital	X	X	X	X	X	X	X
Educação Fiscal		X		X			
Educação Alimentar e nutricional			X				X

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 – E-mail: semecbe@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

77


NOTAS:

1) O Currículo é composto de uma **BASE NACIONAL COMUM**, integrando e articulando os Aspectos da Vida Cidadã com as Áreas de Conhecimento, visando a formação integral do educando.

Diário Oficial do
MUNICÍPIO

Barra da Estiva

Segunda-feira
10 de Maio de 2021
9 - Ano VI - Nº 1513



CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTO

ETAPA	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	C.H.
								TOTAL
ETAPA I (1º ao 3º Ano)	320	240	80	40	40	40	40	800
ETAPA II (4º ao 5º Ano)	280	200	80	80	80	40	40	800
Total Geral	600	440	160	120	120	80	80	1.600

NOTAS:

1) O Currículo é composto de uma **BASE NACIONAL COMUM**, integrando e articulando os Aspectos da Vida Cidadã com as Áreas de Conhecimento, visando a formação integral do educando.

2) As Áreas que integram o Currículo da 1ª Série devem ser trabalhadas de forma articulada, sendo essencial o respeito às culturas, à ludicidade, à espontaneidade, à autonomia e à organização das crianças, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento humano.

3) Ao final da 1ª Série é necessário que o aluno atinja os objetivos definidos para essa série, tendo em vistas referenciais de aprendizagem adotados para a avaliação do processo de desenvolvimento humano do aluno.

4) Na 2ª Série, será dada continuidade ao processo iniciado na 1ª Série, com aprofundamento dos conhecimentos, para assegurar ao aluno o princípio da aquisição da engenharia da lecto-escrita.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Segunda-feira
10 de Maio de 2021
10 - Ano VI - Nº 1513

Barra da Estiva

Diário Oficial do
MUNICÍPIO




SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURAL,
ESPORTES E LAZER

ANEXO V
EJA: ETAPAS I e II – NOTURNO

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		
		EJA I		C.H. TOTAL
		ETAPA I	ETAPA II	
Área de Linguagens	Língua Portuguesa	08	07	600
	Arte	01	01	80
	Educação Física	01	01	80
Área da Matemática	Matemática	06	05	440
Área de Ciências da Natureza	Ciências	02	02	160
Área de Ciências Humanas	História	01	02	120
	Geografia	01	02	120
TOTAL DE AULAS/SEMANAL		20	20	1.600

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Diário Oficial do
MUNICÍPIO

Barra da Estiva

Segunda-feira
10 de Maio de 2021
11 - Ano VI - Nº 1513



SECRETARIA MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES E LAZER



ANEXO VI
EJA II: ETAPAS III e IV - NOTURNO

Dias letivos:200.	Semanas letivas:40.	Dias Semanais: 05.	Nº de Horas/Dias:45min
-------------------	---------------------	--------------------	------------------------

TEMAS INTEGRADORES	BASE NACIONAL COMUM							
	Língua Portuguesa	Arte	Educação Física	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	Matemática	História	Geografia	Ciências
Educação em Direitos Humanos	X	X				X		
Educação para as relações étnico-raciais	X			X		X	X	
Educação para o trânsito	X	X						X
Saúde na escola			X					X
Educação Ambiental			X				X	X
Educação Financeira e para o consumo		X			X			X
Educação Digital	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação Fiscal					X		X	
Educação Alimentar e nutricional			X					X

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER.
Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Centro - CEP: 46650-000 - Barra da Estiva - BA
Fone/Fax: (77)3450-1220 - E-mail: semecb@yahoo.com.br


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

80

Segunda-feira
10 de Maio de 2021
12 - Ano VI - Nº 1513

Barra da Estiva

Diário Oficial do
MUNICÍPIO



GRADUATION CURRICULAR CURRICULAR OF YOUNG AND ADULTS - EJA II: STAGES III e IV - NIGHT

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	EJA II				
		ETAPA III (6º ao 7º Ano)		ETAPA IV (8º ao 9º Ano)		
		Q.A	C.H.	Q.A	C.H.	
BASE COMUM	Língua Portuguesa	05	200	05	200	
	Arte	01	40	01	40	
	Educação Física	01	40	01	40	
	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	02	80	02	80	
	Área da Matemática	05	200	05	200	
	Área de Ciências Humanas	História	02	80	02	80
		Geografia	02	80	02	80
Área de Ciências da Natureza	Ciências	02	80	02	80	
DIVERSIFICADA	**	**	**	**	**	
	**	**	**	**	**	
	**	**	**	**	**	
	**	**	**	**	**	
CARGA HORÁRIA TOTAL		20	800	20	800	

RESOLUÇÃO CME Nº 002, DE 04 DE MAIO DE 2021: “Estabelece as Diretrizes para os Cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA em modalidade do Ensino Fundamental, instalados ou autorizados pelo Poder Público no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, e dá outras providências correlatas”.

ETAPAS DA CARGA HORÁRIA: As etapas devem observar a duração mínima que proporcione o tempo necessário para aquisição de habilidades e competências e garanta os conhecimentos básicos e significativos para o alunado.

A carga horária mínima é de pelo menos 3.200 (três mil e duzentas) horas presenciais para a EJA em todas suas etapas, sendo 800 (oitocentas) horas presenciais para cada Etapa que abrange.

A carga horária das Etapas I e II devem ser preferencialmente, 04 (quatro) horas por dia.

A carga horária das Etapas III e IV deve estabelecer no mínimo 40 (quarenta) minutos por hora/ aula.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

81

30. ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E AOS JOVENS E ADULTOS.

Inclusão social é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático em que vivemos. Nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecidos por um grupo que é a maioria. E diante dos olhos deles, também somos diferentes.

E é bom lembrar que as diferenças se fazem iguais quando colocadas num grupo que as aceitem e considerem, pois nos acrescentam valores morais e de respeito ao próximo, com todos tendo os mesmos direitos e recebendo as mesmas oportunidades diante da vida. A escola atende uma demanda de 17 alunos diagnosticados, entre crianças, jovens e adultos, apresentam um quadro de deficiência intelectual, autismo, entre outras. Alguns desses alunos recebem atendimento psicológico (no NUPI), mas infelizmente pela ausência de recursos e muitas vezes pela falta de formação dos profissionais envolvidos no processo ensino aprendizagem, o aprendizado desses alunos fica comprometido, impedindo-os de avançarem com qualidade no processo educativo.

31. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

23.1 DA FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR

Art. 57 – A organização didática das Unidades Escolares do Ensino Fundamental, integrantes da Rede Municipal de Educação, abrange todas as atividades curriculares, seguindo as diferentes etapas e modalidades de ofertas educacionais, com base em uma estrutura técnico – pedagógica do Sistema Municipal de Educação desta Unidade Escolar, atendidas as disposições contidas neste regimento.

Art. 58 – A Secretaria Municipal da Educação – SEMEC, através dos órgãos competentes e, em articulação com as Unidades Escolares, definirá a estrutura do Corpo Técnico e Pedagógico, desenvolvendo as funções da administração Central e das Unidades Escolares, de acordo com suas peculiaridades e com as diferentes modalidades de ofertas educacionais.

Art. 59 – Uma vez analisados pelo órgão competente, os currículos farão parte do Projeto Político Pedagógico da Escola – PPPE e serão anexados a este Regimento, passando a ser parte integrante do mesmo.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

82

PARÁGRAFO ÚNICO – Os currículos só poderão ser alterados mediante solicitação ao órgão competente da SEMEC, através de proposta da U.M.E., consubstanciada no Plano Escolar e referente ao ano letivo seguinte.

Art. 60 – O Calendário Escolar ordenará a distribuição dos dias letivos prescritos por lei, em dois períodos, fixando as épocas de recesso e férias escolares.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Diretor designará uma comissão, constituída de Professores e Coordenador Pedagógico, para elaboração do Calendário Escolar, com base no calendário das escolas oficiais do Município.

23.2 - DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 61 – O ensino da educação Básica ministrado nesta Unidade Escolar da Rede Municipal observará o objetivo desta etapa, definido em Lei.

Art. 62 – A composição curricular deverá observar os seguintes elementos:

I – todos os componentes curriculares deverão conjugar-se entre si para assegurar a unidade do currículo em todas as fases do seu desenvolvimento;

II – todos os componentes curriculares serão escalonados da maior para a menor amplitude do campo abrangido, constituindo atividades, áreas de estudo e disciplinas;

III – as fases de desenvolvimento curricular deverão ser realizadas de acordo com a sequência e ordenação dos conteúdos abrangidos a partir do relacionamento dos objetivos, gradualmente definidos para cada fase.

Art. 63 – O currículo desta Unidade Escolar de Ensino da rede Municipal é pleno, constituído da Base Nacional comum, e da Parte Diversificada, tratadas ambas as partes como disciplinas, integrando e articulando as áreas de conhecimento com os aspectos da sociedade (saúde, sexualidade, relações sociais, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagem), terá a seguinte composição com amparo legal na LDB 9394/96 e nas Resoluções vigentes.

§ 1º - A Base Nacional Comum é constituída pelas disciplinas obrigatórias, relacionadas na Matriz Curricular.

§ 2º - A Base Nacional Comum no Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos deverá contemplar as três áreas do conhecimento com tratamento metodológico que evidencie a interdisciplinaridade e contextualização.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

83

§ 3º - A Parte Diversificada das modalidades de ensino ofertadas por esta UE deverá basear-se na Lei 9394/96 – Art. 26 e Art. 36 e Res. CNE/CEB – 2/99.

- 1) Esta UE deverá oferecer, de acordo com o Caput do Art. 26 da LDB 9394/96, para atender às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela a(s) disciplina(s) que constam na Matriz Curricular Municipal;
- 2) A seleção das disciplinas será feita, a partir das possibilidades da escola, dentre as eleitas pelo coletivo da UE;
- 3) O número de opções (disciplinas) oferecidas poderá ser de até 05 (cinco), incluindo, obrigatoriamente, Língua Estrangeira Moderna. LDB – Art. 26 –Parag. 5º;

§ 4º - A Educação Física, disciplina obrigatória, será ministrada do 6º a 9º ano do Ensino Fundamental II e integrada nas atividades curriculares de 1º ao 5º ano (EJA) como recreação, cumprindo as determinações da legislação específica.

§ 5º - A inclusão de Língua Estrangeira Moderna, no currículo da Educação Básica será de acordo com a LDB 9394/96 – Art. 26 - § 5º e Art. 36 – parágrafo III.

§ 6º - O ensino da Arte, componente curricular obrigatório, deverá ser integrado em todas as atividades da Base Nacional Comum, de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I (EJA) e como disciplina obrigatória do 6º a 9º série do Ensino Fundamental II e Ensino de Jovens e Adultos, considerando-se:

1. Os recursos humanos e materiais disponíveis;
2. O tipo de aluno a que se destina;
3. As necessidades e expectativas da comunidade em que atua.

§ 7º - Os estudos de Meio Ambiente, Redação, Filosofia e Relações Humanas serão incluídos, obrigatoriamente, na Matriz Curricular Municipal do Ensino Fundamental, distribuídas do 6º ao 9º Ano, de acordo com a Resolução CME 003/10, em consonância com a LDB 9394/96.

§ 8º - Esta UE incluirá em seu currículo, em atendimento à Lei 11.645/08, estudos sobre a História e Cultura da África, dos africanos e Afro-brasileiros, além dos povos indígenas no Brasil, resgatando sua importância na formação da identidade nacional e suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

I - Os conteúdos referentes à História e Cultura Africana, Afro-brasileira e dos Povos Indígenas do Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Ciências Humanas (História e Geografia), Arte e de Literatura Brasileira.

Art. 64 – As disciplinas do Ensino Fundamental e do Ensino de Jovens e Adultos obedecerão ao seguinte tratamento:

I – O ensino deve ir além da descrição com disciplinas integradas em áreas do conhecimento, sem perder sua especificidade contribuindo para o estudo de problemas concretos ou para o desenvolvimento de projetos de investigação e/ou ação;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

84

II – Na situação do ensino e aprendizagem o conhecimento deve ser relacionado com a prática e a experiência do aluno a fim de adquirir significados.

III – Em todas as modalidades de ensino ofertadas por esta UE, a aprendizagem desenvolver-se-á predominantemente na forma de área de estudo e complementarmente na forma de disciplinas, que se organizarão em conhecimentos sistemáticos.

Art. 65 – A carga horária mínima, anual, admitida nesta UE é de 800 horas, distribuídas em 200 dias mínimos, de efetivo trabalho escolar.

PARÁGRAFO ÚNICO – As horas referentes às atividades de Recuperação não serão computadas (nem as das eventuais provas finais e/ou disciplinas facultativas).

Art. 66 – A jornada escolar, diária, no Ensino Fundamental, em sala de aula, será de 04(quatro) horas, distribuídas em 05 horas/aula de 45 minutos; no Ensino de Jovens e Adultos, será de 03 (três) horas e 35 (trinta e cinco) minutos, distribuídas em 05 horas/aula de 40 minutos.

Art. 67 – A organização curricular para a Educação de Jovens e Adultos obedecerá as determinações da LDB 9394/96 – Art. 37, Art. 38 e respaldada pela Resolução CME 006/2010.

23.3 - DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Art. 68 – Os componentes curriculares obrigatórios do ensino fundamental II serão assim organizados em relação às áreas do conhecimento:

I – Linguagens e Códigos e suas Tecnologias:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Estrangeira Moderna (Inglês);
- c) Redação;
- d) Arte;
- e) Educação Física.

II – Ciências da Natureza e Matemática e suas Tecnologias:

- a) Matemática;
- b) Ciências;

III – Ciências Humanas e suas Tecnologias:

- a) História;
- b) Geografia;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

85

IV – Base Diversificada:

- a) Redação;
- b) Ensino Religioso.

PARÁGRAFO ÚNICO – No 9º ano do ensino fundamental, o currículo de Ciências da Natureza preverá a iniciação dos estudantes à Física e à Química.

23.4 - DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

ART. 69 – Os componentes curriculares na Educação de Jovens e Adultos serão assim organizados em relação às áreas do conhecimento:

I – Linguagens e Códigos e suas Tecnologias:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Arte;
- c) Língua Estrangeira Moderna (Inglês);
- d) Educação Física.

II – Ciências Humanas e suas Tecnologias:

- a) Geografia;
- b) História;

III – Ciências da Natureza e Matemática e suas Tecnologias:

- a) Ciências;
- b) Matemática;

§ 1º – Os temas transversais indicados nos Parâmetros Curriculares Nacionais e/ou os Aspectos da Vida Cidadã, além de outros, devem ser abordados e definidos conforme interesse da comunidade escolar.

§ 2º – A Educação Física, é componente obrigatório, sendo sua prática facultativa, conforme a Lei nº 10.793, de 01 de dezembro de 2003.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

86

§ 3º – Os conteúdos de Arte e Educação Física devem ser inseridos em todas as atividades curriculares com tratamento globalizado sem ter avaliação de aproveitamento para efeito de promoção na EJA I das Etapas I e II.

ART. 70 – Na organização curricular da EJA II, além dos currículos da Base Nacional Comum, inclui – se na Parte Diversificada das Etapas III e IV:

I – a Língua Estrangeira Moderna, ficando a escolha do idioma a cargo da comunidade escolar dentro das possibilidades da Instituição;

II – o Educação Religiosa e Relações Humanas devem constar do currículo da Educação de Jovens e Adultos na Etapa III.

III – Atividade Laborais deve constar do currículo da Educação de Jovens e Adultos na Etapa IV.

23.5 - DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DAS CLASSES

Art. 71 – As classes desta UE serão organizadas de acordo com um ciclo e/ou séries cursadas pelos alunos, adotando-se como regra o agrupamento heterogêneo.

Art. 72 – As classes serão distribuídas, respeitando as condições físicas de cada sala, conforme legislação específica.

Art. 73 – O Diretor desta Unidade Escolar deverá propor ao titular do órgão responsável da SEMEC, a criação ou instalação de novas salas de aula, sempre que a demanda for maior do que a capacidade instalada e serviços de Educação Especial, quando necessário.

§ 1º – A proposta de que trata este Artigo deverá ser encaminhada através de expediente oficial, acompanhada dos dados necessários para a comprovação do que foi solicitado.

§ 2º – O encaminhamento da proposta deverá ocorrer antes do período oficial da matrícula.

§ 3º – Os serviços de Educação especial citados no Caput do Artigo poderão também ser criados por indicação do órgão competente da SEMEC, sempre que constatada sua necessidade.

Art. 74 – Esta UE organizará as classes existentes, observando:

I – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental II;

II – 1º ao 3º e 4º/5º Séries do Ensino de Jovens e Adultos, Ciclos I e II;

III – 6º/7º e 8º/9º Séries do Ensino de Jovens e Adultos, Ciclos III e IV;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

87

Parágrafo único – No último ano do ensino fundamental, o currículo de Ciências da Natureza preverá a iniciação dos estudantes à Física e à Química.

23.6 - DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

23.6.1 Avaliação, Acompanhamento e Recuperação.

O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem na escola Municipal Maria do Alívio Ribeiro Bonfim na LDB 9394/96, na BNCC, no Referencial Curricular Municipal, bem como o acompanhamento dos registros oficiais dos resultados e acompanhamento sistemático da frequência dos alunos está regulamentado no Regimento Escolar e legislação vigente.

A avaliação se dará em momentos e finalidades específicas como: diagnósticas, mediadora, formativas e somativas, a serem realizadas ao longo do ano e discutidas e divulgadas com a comunidade escolar. O desempenho do aluno nos diversos instrumentos de avaliação utilizados pelo professor, destacando as provas orais e escritas, os trabalhos, a verificação de cadernos e o desempenho global, bem como sua participação individual e no grupo, organização, assiduidade, pontualidade, iniciativa, responsabilidade e envolvimento com seu processo educativo, além dos resultados nas avaliações externas, que são realizadas por pessoas que não compõem o contexto das escolas avaliadas e se estendem a todas as redes de ensino.

Os resultados da avaliação do aproveitamento deverão ser analisados com o aluno em sala de aula e pela escola, sintetizados em menção única encaminhada ao Conselho de Classe, conselho escolar, considerando seu desempenho global nas diferentes áreas do conhecimento e o crescimento pessoal/ cognitivo/social/emocional.

Os registros serão enviados trimestralmente à secretaria e os pais/responsáveis serão convidados a participar de reuniões trimestrais com os professores e alunos, destinadas à análise dos resultados e relatos constantes da Ficha de Acompanhamento do Aluno, a ser elaborada/redigida pelo professor representante de classe a partir das informações coletadas e do cotidiano do aluno na Escola, abarcando seu desempenho, relacionamentos com seu grupo, professores e funcionários e seu envolvimento com o processo educativo quando é sujeito corresponsável pela própria formação.

Avaliar um educando implica, antes de mais nada, acolhê-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer. A disposição de acolher está no sujeito do avaliador, e não no objeto da avaliação (LUCKESI, 2000).

Segundo o entendimento do autor supracitado, a essência da prática da avaliação da aprendizagem, só se torna plausível quando o seu objetivo estiver centralizado na aprendizagem do educando, para isso o docente deve se empenhar para que o aluno seja capaz de absorver o que está sendo explicado.

Assim, ao longo do período escolar a Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim, promoverá momentos de avaliações como:

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

88

Avaliação mediadora: A avaliação mediadora significa observar mais o aluno, entender suas dificuldades, reconhecer seus pontos fortes e os que precisam ser melhorados, para a educadora cada aluno é único. Segundo ela deve-se guiar o aluno procurando desafiar e leva-lo a conquistar autonomia moral e intelectual (HOFFMANN, 2012). Por meio dessa avaliação, é possível que o docente melhore suas ações sobre a elaboração e aplicação da própria avaliação, encontrando assim, melhores resultados para alcançar seu objetivo.

[...] tem a função de exame, pois valoriza os aspectos cognitivos com ênfase na memorização; a verificação dos resultados se dá através de provas orais ou escritas, nos quais, os alunos devem reproduzir exatamente aquilo que lhe foi ensinado. A tradição dos exames escolares que conhecemos hoje, em nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzida pelos padres Jesuítas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do séc. XVII) (LUCKESI, 2003).

A mediação refere-se ao permanente estado de alerta de um professor que acompanha e estuda a história de um aluno durante o seu aprendizado. Dessa forma, a avaliação da mediação é um processo espontâneo, uma vez que admira as manifestações diversas e únicas de cada estudante no cotidiano. (HOFFMANN, 2012).

Avaliação formativa: Seu objetivo é analisar se as propostas do professor estão apresentando resultados no processo de ensino. A partir dos resultados obtidos, a construção do conhecimento pode ser orientada e regulada. A função dessa abordagem é fornecer aos alunos um subsídio para demonstrar o aprendizado adquirido e suas habilidades cognitivas. Para os professores, esta é uma oportunidade para detectar a adequação do ensino e fornecer um feedback preciso aos alunos.

Esse tipo de avaliação é aplicado diariamente, de forma ocasional e periódica. Alguns exemplos são: revisar cadernos e os trabalhos de casa; observar o desempenho; aplicar testes, desenvolver projetos, entre outros.

Avaliação somativa: a avaliação somativa é uma ferramenta essencial de gestão instrucional. Ela avalia e verifica a progressão do aluno para a fase seguinte do percurso educativo, normalmente no final do ciclo de aprendizagem (bimestre, trimestre, semestre ou ano letivo).

Avaliação diagnóstica: O objetivo da avaliação diagnóstica é identificar ou verificar o conteúdo e o conhecimento do estudante para que os professores melhorem o ensino e a aprendizagem. A partir de um diagnóstico, os professores desenvolvem ações para atingir os objetivos desejados e atender às necessidades.

Nesse caso, as avaliações de aprendizagem podem ser utilizadas como subsídio para o planejamento do ensino. Por isso, é mais recomendado para o início do processo. As opções de avaliação incluem: entrevistas com alunos, exercícios ou simulações, observações dos alunos, transcrições e questionários ou perguntas.

O ato de avaliar sempre esteve presente nas instituições de ensino, sendo utilizado dentro de modelos mais classificatórios, que objetivam medir e apontar o desempenho dos estudantes ou, ainda,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

89

de caráter formativo, desenvolvido ao longo do processo de ensino e aprendizagem, como parte importante e integrante. Sendo que o mesmo se dará de forma quantitativa e qualitativa.

- Aspecto qualitativo é aquele revelado pelo aluno no processo ensino-aprendizagem, no domínio de conteúdos oferecidos e participação na execução de atividades desenvolvidas, de modo a sentir-se o nível crescente do seu desenvolvimento.

- Aspecto quantitativo é o volume de conteúdos e de atividades programadas e desenvolvidas pelo aluno, de acordo com a LDB 9394/96.

Serão observados os seguintes pontos:

- A avaliação deverá ocorrer internamente através de processo organizado por esta Unidade de Ensino, através de seus instrumentos, critérios e modalidades definidas, em conformidade com legislação específica da SEMEC e, externamente, pelos órgãos regionais e centrais da administração.

- A avaliação externa ficará a cargo da SEMEC e será de forma sistemática.

- A verificação do rendimento escolar compreende a avaliação do aproveitamento e apuração da assiduidade.

- A avaliação do processo ensino-aprendizagem será realizada de forma contínua e cumulativa, tendo por princípio a garantia do desenvolvimento integral do aluno e do seu sucesso escolar.

- A avaliação do processo ensino-aprendizagem ocorrerá mediante procedimentos internos desta Unidade Escolar, abrangendo os avanços e limites inerentes à aprendizagem, reorientando a ação pedagógica e assegurando a consecução dos objetivos propostos.

- A avaliação do processo ensino-aprendizagem está pautada nas seguintes bases:

I – ação diagnóstica de caráter investigativo, buscando identificar avanços e dificuldades do processo ensino-aprendizagem, será realizada sempre ao final de cada unidade, sendo que, nas turmas que iniciarem na escola (6º ano) estas avaliações diagnósticas deverão ser realizadas também no início da primeira unidade;

II – ação processual/contínua, identificando a aquisição de conhecimentos e dificuldades de aprendizagem dos alunos, permitindo a correção dos desvios e intervenção imediata;

III – ação cumulativa considerando cada aspecto progressivo do conhecimento;

IV – ação participativa e emancipatória, assumindo caráter democrático em que os agentes envolvidos analisam e manifestam sua autonomia no exercício de aprender e ensinar.

- A avaliação do processo ensino-aprendizagem deve possibilitar a auto avaliação do professor e do aluno, o registro de seus progressos e dificuldades, o replanejamento do trabalho pedagógico e a recuperação da aprendizagem do aluno.

- A avaliação do aproveitamento com vistas aos objetivos propostos no PPP desta UE será feita através de trabalhos individuais ou de grupos, debates, provas objetivas e subjetivas, ou

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

90

dissertação, testes, assim como outros instrumentos pedagogicamente aconselháveis, objetivando principalmente:

I – avaliar o que o aluno sabe, como sabe e como pensa;

II – avaliar se o aluno compreende os conceitos, os procedimentos e se desenvolve atividades positivas em relação à disciplina em questão;

III – avaliar se o aluno ler, compreende e interpreta textos, imagens ou gráficos;

IV – Avaliar o processo e o grau de criatividade;

VI - Encarar a avaliação como parte integrante do processo de ensino.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

91

32. DO REGIME ESCOLAR

Art. 75 – No Regime Escolar deve-se programar o processo de escolarização, devendo ser elaborado pelo Corpo Técnico e Pedagógico, abrangendo todo o Projeto Político Pedagógico da Escola – PPPE.

Art. 76 – A coordenação do Projeto Político Pedagógico da Escola – PPPE é de competência do Corpo Técnico e Pedagógico.

Art. 77 – O Projeto Político Pedagógico desta Escola deverá conter no mínimo:

I – Preparação ou diagnóstico global da realidade da unidade, com o fim de descrever, avaliar e explicar sua situação quanto:

- a) às características da comunidade;
- b) às características da clientela escolar;
- c) aos recursos materiais e humanos;
- d) aos recursos institucionais disponíveis;
- e) ao seu desempenho.

II – Identificação dos objetivos e metas da instituição, evidenciando a fundamentação teórica do projeto, na busca de um posicionamento político-pedagógico;

III – Detalhamento da execução do projeto para expressar a tomada de posição quanto às ações a serem realizadas, definindo a organização geral da escola quanto:

- a) ao agrupamento escolar;
- b) às matrizes distributivas das disciplinas por série;
- c) à carga horária;
- d) às normas para a avaliação, recuperação e promoção;
- e) ao Calendário Escolar.

IV – programação referente às atividades curriculares e atividades de apoio técnico, administrativo, assistência às escolas, aos órgãos colegiados e aos órgãos de ação participativa.

Art. 78 – O ano letivo será dividido em dois períodos de aulas, entre os quais haverá um período de férias para os alunos.

Parágrafo Único – Esta U.M.E. oferece o Ensino Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e não poderá encerrar o ano letivo, sem que tenha cumprido o número de dias letivos e a carga horária exigida pela legislação vigente.

Art. 79 – Esta U.M.E. obedecerá ao calendário oficial da Rede Municipal de Ensino, a partir do qual montará um cronograma anual de atividades.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

92

PARÁGRAFO ÚNICO – Caberá ao órgão competente da SEMEC adaptar o calendário oficial a realidade regional.

33. DA AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

Ao aluno que não comparecer às avaliações das unidades ser-lhe-á assegurada à segunda chamada, desde que apresente justificativa dentro do prazo de 48 horas.

I – Condições para a 2ª chamada:

- a) Moléstia comprovada, mediante apresentação de atestado médico;
- b) Luto por motivo de falecimento;
- c) Outros motivos relevantes e a critério da Direção.

II – O tempo para se fazer a 2ª chamada será de no máximo 01 (uma) semana, podendo o professor combinar com o aluno o momento para a realização da mesma dentro do prazo legal estabelecido.

34. Dimensão Financeira

A partir da democratização do Brasil, o Estado Brasileiro foi coroado com uma Constituição Federal que direciona o Estado para a democracia e uma descentralização tributária, com a sociedade civil passando a ter maior inserção na vida política, ganhando mobilidade e participação junto às instituições públicas, incluindo as escolas. Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantida por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O programa engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congêneres, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

Esse recurso financeiro repassado a Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim é gerenciado pela Caixa Escolar, tendo como componentes, na atualidade, as seguintes representantes: BIÊNIO: 2023/2025

DIRETORIA:

Presidente: Patrícia Braga Pires
Vice-Presidente: Mabel Coqueiro Pereira
Secretária: Eva Castro de Carvalho

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

93

Tesoureira: Isabel Ferreir Caires

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Deusdedith Costa Faria

Membro Titular: Ana Cláudia Amorim Caires

Membro Titular: Joelia Humildes Soares

Membro Suplente: Adriano dos Santos Silva

Membro Suplente: Ieda Lopes Costa

CONSELHO DELIBERATIVO:

Presidente: Jakeline Machado Amaral

Secretária: Georgino Alcantara Teixeira

Membro Suplente: Eliana Souza Cavalcante

Membro Suplente: Alessandro Santos Pereira

Acreditamos que a Caixa Escolar, assim como o Conselho Escolar, são órgãos colegiados, eleitos democraticamente dentre os segmentos da comunidade escolar, e desempenham papel importantíssimo no planejamento, nas ações e na prestação de contas dos recursos públicos destinados à unidade escolar. Sua efetiva atuação, de modo transparente e democrático, é uma forma de garantir que todas as pessoas ligadas à escola se façam representar e decidir também sobre aspectos financeiros, tornando-se não só um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola. Entendemos que a escola se torna muito mais eficaz quando todos podem discutir de forma aberta, seus rumos, permitido que todos participem dessa edificação.

Reparar rapidamente as escolas é já mudar um pouco sua cara, não só do ponto de vista material, mas, sobretudo, de sua alma" (...) Reparar, com rapidez, as escolas é um ato político que precisa ser vivido com consciência e eficácia. (Paulo Freire)

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

94

35. BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LEI 9394/96. Brasília: Congresso Nacional, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GADOTTI, Moacir. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da escola cidadã, 1).
- LUCK, Heloísa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LUCKESI, C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. Editora: Cortez; Edição: 2013. ISBN-13: 978-8524917448.
- LUCKESI, Carlos Cipriano. *Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula*. *ABC Educatio*, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007, p.15.
- ROMÃO, José. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da escola cidadã, 1)
- WEISZ, Telma. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2000.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa – Como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- BENTO, J. O. (2014). *Esporte, Educação e Sociedade: Perspectivas para o Século XXI*. Editora Papyrus.
- DACOSTA, L. P. (2002). *O Legado dos Megaeventos Esportivos*. Editora Gama Filho.
- FREIRE, J. B. (1997). *Educação Física Escolar: O Movimento se Aprende Brincando*. Editora Papyrus.
- TUBINO, M. J. G. (1999). *Dimensões Sociais do Esporte*. Cortez Editora.
- OLIVEIRA, V. M. (2015). *Jogos Esportivos na Escola: Estratégias e Propostas Pedagógicas*. Editora Cortez.
- GOMES, I. (2013). *Planejamento e Gestão de Eventos Esportivos*. Phorte Efitora
- BRACHT, V. (2003). *A Reinvenção do Esporte: Educação Física e Esporte na Escola*. Editora Movimento

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DO ALÍVIO RIBEIRO BONFIM

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



95

GINCANA JUNINA – “ARRAIÁ DA MARB”

TÍTULO: Resgatando a cultura local na animação do São João.

DURAÇÃO: De 16 a 18 de junho de 2024

PÚBLICO ALVO: Alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e EJA

JUSTIFICATIVA:

O mês de junho sempre desperta um grande interesse nos alunos em trabalhar o assunto “Festa Junina”. O mês é marcado por grandes comemorações. Este projeto visa integrar a comemoração da festa junina tendo em vista a necessidade e o entusiasmo de festejar e manter viva essa tradição, despertando nos alunos o espírito de valorização, respeito e entrosamento, desenvolvendo o resgate social exercendo a cidadania através de ações concretas, solidárias e participativas, favorecendo a ampliação do universo linguístico dos alunos, pois a festa junina se constitui uma temática rica onde podem ser explorados diversos tipos de linguagem. Levando ao aluno o conhecimento da origem da festa junina, seus símbolos e seus valores.

OBJETIVOS GERAL:

O objetivo principal do projeto é enriquecer o conhecimento dos alunos quanto aos costumes e tradições das festas juninas resgatando a cultura local. Isso se dará através de atividades lúdicas e prazerosas, contribuindo para a socialização dos alunos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Incentivar o trabalho cooperativo, proporcionando a participação dos alunos em diversas brincadeiras levando-os a conhecer os costumes e valorizar as tradições.
- Desenvolver o gosto pelas músicas, brincadeiras e danças promovendo a socialização dos alunos.
- Incentivar o gosto pela culinária junina.
- Perceber a importância do trabalho em equipe e a união do mesmo;
- Promover a integração entre família e escola;

METODOLOGIA/ ESTRATÉGIA

Ensaio de dança
Confecção de enfeites para ornamentação
Cantar e dançar canções de festa junina
Socialização do tema e do conhecimento prévio

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

96

Degustação de pratos típicos

Ornamentação da escola

Coreografia

Gincana – provas

Recursos:

- Músicas;
- Papel;
- Cola;
- Recortes;
- Produção de enfeites para a sala;
- Brincadeiras Juninas (corrida do saco, dança da cadeira, dança da laranja, estoura balão, argola, corrida do ovo, etc.)
- Ditado Junino;
- Comidas típicas;
- Origem da Festa Junina.

Culminância:

- Apresentações;
- **Vespertino- Matutino:** Festa Junina coletiva com disputa entre as equipes;
- **Noturno:** Festa Junina coletiva com apresentações.

Avaliação:

Será avaliado no decorrer do projeto a participação, a colaboração e a organização dos alunos durante as atividades. Também será dado 1 ponto extra para todos alunos que participarem das atividades propostas.

CRONOGRAMA:

DATA /DIA	Brincadeiras Juninas: Matutino e vespertino:	EXECUTORES

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

97

16/06	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ORNAMENTAÇÃO DA ESCOLA ▪ CAMPANHA DO AGASALHO ▪ ABERTURA (APRESENTAÇÃO DAS EQUIPES) ▪ PROFESSOR ARTISTA ▪ DESFILE CASAL CAIPIRA ▪ PRATO TÍPICO ▪ LITERATURA DE CORDEL ▪ PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS ▪ DANÇA DO TIK TOK ▪ AFUNDA OU NÃO AFUNDA ▪ TRAVA LÍNGUA ▪ EMBAIXADINHA ▪ CASAMENTO CAIPIRA 	Alunos, Professores, Coordenador e Direção;
17/06	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SHOW DE CALOUROS ▪ CORRIDA DE SACO ▪ OVO NA COLHER ▪ CONCURSO DE FORRÓ ▪ PROVA DA BUCHA ▪ DESFILE DE INVERNO (CASAL) ▪ SOLETRANDO ▪ APRESENTAÇÃO PAIS E FILHOS ▪ QUADRILHA; 	Alunos, Professores, Coordenador e Direção;
18/06	APRESENTAÇÃO DAS QUADRILHAS 1º E 2º LUGAR BINGO (BALAIO JUNINO)	

PROGRAMAÇÃO E REGULAMENTO**PRIMEIRO DIA - TERÇA – FEIRA 16/06/2024****ATIVIDADE: ORNAMENTAÇÃO DA ESCOLA-**

As equipes ornamentarão o espaço determinado por sorteio anteriormente, deverão usar a criatividade para ornamentar o espaço e apresentar à comissão.

Avaliação: vence a equipe mais criativa, que se empenhar mais

Pontuação: 100-50

1ª ATIVIDADE: ARRECADAÇÃO DOS AGASALHOS

CAMPANHA DO AGASALHO (arrecadação até dia 13.06.2022). As equipes deverão trazer peças de roupas limpas e em bom estado de conservação, podem ser peças adulto ou infantil, mas não serão aceitas peças íntimas. Cada peça receberá uma pontuação.

As roupas serão doadas às famílias carentes de nossa cidade, em parceria com o CRAS. A comissão organizadora fará a contagem das peças junto com os representantes de cada equipe.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

98

Avaliação: vence a equipe que arrecadar mais peças

Duração: as peças serão computadas no último dia

Pontuação: 100-50

2º ATIVIDADE: APRESENTAÇÃO DAS EQUIPES

As equipes deverão se apresentar usando a criatividade para escolher o nome, grito de guerra, música... etc.

Avaliação: vencerá a equipe que for mais criativa

Duração: 5 minutos para cada equipe se apresentar.

Pontuação: 100-50

3ª ATIVIDADE: PROFESSOR ARTISTA

Cada equipe deverá apresentar individual ou dupla professores que realizarão uma apresentação artística de música, dança, poesia, etc

Avaliação: vence a equipe mais criativa

Duração: 5 minutos para as equipes

Pontuação: 100-50 pontos

4ª ATIVIDADE: DESFILE CASAL CAIPIRA-

Cada equipe deverá apresentar uma dupla caracterizada de casal caipira

Avaliação: casal mais bem caracterizado

Duração: 5 minutos para cada equipe se apresentar.

Pontuação: 100-50

5ª ATIVIDADE: PRATO TÍPICO

Cada equipe deve apresentar um prato típico de festejo junino que represente as peculiaridades dessa culinária tradicional.

Avaliação: apresentação, sabor e criatividade

Duração: 5 minutos para as equipes

Pontuação: 100-50

6ª ATIVIDADE: LITERATURA DE CORDEL

Cada equipe (individual ou em grupo) deverá apresentar um cordel de autoria da equipe. Obedecendo as características do gênero, esse tipo de manifestação tem como principais características a oralidade e a presença de elementos da cultura brasileira. Sua principal função social é informar, ao mesmo tempo que diverte os leitores.

Avaliação: criatividade, originalidade, apresentação e obedecer ao gênero proposto

Duração: 10 minutos para as equipes

Pontuação: 100-50

7ª ATIVIDADE: ERROS E ACERTOS – (TORTA NA CARA)

As equipes deverão ser compostas por cinco representantes. Os estudantes devem escolher uma das alternativas dada pelo apresentador e terão 10 segundos para apresentar a sua resposta. Cada resposta correta equivale a 10 pontos, as questões escolhidas serão de conhecimentos gerais. Os que errarem levam uma trotada.

Avaliação: maior quantidade de acertos.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

99

Duração: 10 minutos para cada equipe se apresentar.

Pontuação: quem acertar mais

8ª ATIVIDADE: DANÇA TIK TOK

As equipes individuais ou em grupo deverão apresentar uma trend do tik tok (dance se souber), os estudantes devem escolher músicas e coreografias adequadas para o ambiente escolar, podendo ser suspensa a apresentação caso não obedecerem a essa regra.

Avaliação: criatividade, coreografia, sincronia, desempenho e técnica

Duração: 5 minutos para cada equipe

Pontuação: 100-50

9ª ATIVIDADE: AFUNDA OU NÃO AFUNDA

As equipes deverão ser compostas por três representantes. Os estudantes devem observar os objetos apresentados pela comissão e analisar se afundam ou não afundam (sem tocar nos objetos). Cada resposta correta equivale a 10 pontos.

Avaliação: maior quantidade de acertos.

Duração: 15 minutos

Pontuação: quem acertar mais

10ª ATIVIDADE: EMBAIXADINHA

Cada equipe contará com dois participantes um masculino e um feminino, esta atividade será somatória, vencerá a equipe que obter o maior número de embaixadinhas por categoria. Os jurados e a comissão organizadora encarregarão da contagem das embaixadinhas.

Avaliação: maior número de embaixadinhas.

Duração: 5 minutos para cada equipe se apresentar.

Pontuação: 100-50

11ª ATIVIDADE: CASAMENTO CAIPIRA

As equipes deverão apresentar a dramatização de um casamento caipira, obedecendo aos elementos característicos dessa festa com figurino, variação linguística e cenário. Os grupos devem usar a criatividade para escrever a peça ou encenar uma peça já existente.

Avaliação: criatividade, sincronia, animação e desempenho e técnica

Duração: 10 minutos

Pontuação: 100-50

Obs.: serão inseridas atividades surpresas caso haja tempo suficiente.

TAREFA SURPRESA 50 PONTOS.

SEGUNDO DIA - QUARTA - FEIRA 17/06/2024

1ª SHOW DE CALOUROS

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

100

As equipes deverão apresentar um ou mais representantes para cantar uma música (será permitido qualquer gênero desde que não tenha letra inadequada para o ambiente escolar sob pena de eliminação caso descumpra a regra). As equipes deverão também providenciar a letra da canção para os jurados e à comissão.

Avaliação: criatividade, sincronia, animação, desempenho e técnica

Duração: 10 minutos

Pontuação: 100-50

2º ATIVIDADE: CORRIDA DE SACO

As equipes deverão apresentar dois representantes para realizar um percurso de corrida no saco, os detalhes da prova que será orientada no momento pela comissão organizadora.

Avaliação: vencerá a dupla que realizar o percurso em menos tempo

Duração: 10 minutos para cada equipe se apresentar.

Pontuação: 100-50

3ª ATIVIDADE: OVO NA COLHER

As equipes deverão apresentar dois representantes para realizar um percurso de corrida, os detalhes da prova que será orientada no momento pela comissão organizadora.

Avaliação: vencerá a dupla que realizar o percurso em menos tempo

Duração: 10 minutos para as equipes

Pontuação: 100-50 pontos

4ª ATIVIDADE: CONCURSO DE FORRÓ

As equipes deverão apresentar um casal para realizar a prova, a apresentação será livre e os casais participantes poderão apresentar coreografias ou improvisos. O objetivo é oferecer oportunidade aos pares para mostrarem suas habilidades.

Avaliação: ritmo/ musicalidade, harmonia entre o casal, técnica e apresentação visual

Duração: 5 minutos para cada equipe se apresentar.

Pontuação: 100-50

5ª ATIVIDADE: PROVA DA BUCHA

Cada equipe deve escolher dez representantes para a tarefa, os detalhes da prova que será orientado no momento pela comissão organizadora.

Avaliação: habilidade, agilidade, resistência e trabalho em equipe

Duração: 20 minutos realização da prova

Pontuação: 100-50

6ª ATIVIDADE: MIS E MISTER MARB (DESFILE DE INVERNO)

O desfile será com figurinos de inverno. Cada equipe escolhe um casal para apresentação.

Use a criatividade e marque mais pontos para sua equipe.

Avaliação: Desenvoltura, simpatia, postura, carisma e apresentação visual

Duração: 10 minutos para as equipes

Pontuação: 100-50

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

101

7ª ATIVIDADE: SOLETRANDO

As equipes terão quatro participante que soletrará duas palavras (de acordo o tema) os mesmos devem confirmar após soletrar.

Avaliação: maior quantidade de acertos.

Duração: 10 minutos para cada equipe se apresentar.

Pontuação: quem acertar mais

8ª ATIVIDADE: APRESENTAÇÃO PAIS E FILHOS

Cada equipe deverá fazer uma apresentação artística de música, dança, poesia, etc com pais e filhos.

Avaliação: criatividade, sincronia, animação e desempenho

Duração: 5 minutos para cada equipe

Pontuação: 100-50

9ª ATIVIDADE: QUADRILHA

A quadrilha de cada equipe deverá ser composta de no mínimo oito pares e no máximo doze pares incluindo alunos de todas as series e professores da equipe. Os grupos deverão executar passos tradicionais de quadrilha, mas podem inovar nos passos e no figurino.

Avaliação: figurino, animação, coreografia e harmonia e marcador

Duração: 20 minutos

Pontuação: 100-50

1.REGULAMENTO GERAL

– Este documento contém os dispositivos de regulamento da Gincana Estudantil da MARIA DO ALIVIO RIBEIRO BONFIM e foi elaborado pela Comissão Organizadora, especialmente instituída pela direção e coordenação.

A gincana terá início no dia 16/06/2024 (terça-feira), e terminará no dia 18/06/2022 (quarta-feira).

– É de responsabilidade da Comissão Organizadora a divulgação deste regulamento junto as Equipes, que por sua vez deverão divulgá-lo aos demais integrantes da mesma;

– O evento será composto em sua totalidade por: Comissão Organizadora e direção, Comissão Julgadora (jurados convidados), Orientadores (professores e funcionários);

– A gincana envolverá os alunos, professores e funcionários do turno matutino, vespertino e noturno, sendo as equipes formadas pela mesma;

– Cada equipe contará com líderes que serão responsáveis por passar todas as informações da gincana aos demais alunos, além de incentivá-los;

– É de responsabilidade dos Orientadores das equipes a divulgação das provas, junto aos integrantes da mesma.

– É de responsabilidade de cada estudante e também da turma a realização e cumprimento das tarefas nos prazos definidos.

– O líder ou vice-líder será o responsável e representante da equipe perante a comissão organizadora e julgadora, devendo comunicar-lhes qualquer eventualidade;

– A comissão julgadora observará as equipes participantes avaliando: cumprimento de tarefas no prazo estipulado, participação, concentração e animação;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

102

- A comissão organizadora não poderá influenciar nas decisões da equipe julgadora;
- Em caso de empate a comissão organizadora deverá escolher uma outra tarefa.
- Não será admitida nenhuma atitude desrespeitosa, tais como: vaias, palavrões, agressões verbais ou físicas, falta de atenção na realização de tarefas de outras equipes, apelidos e xingamentos. A equipe que não cumprir o regulamento será penalizada com a perda de 50 pontos;

NÃO HAVERÁ PREMIAÇÃO, O INTUITO É A DIVERSÃO.

- As Equipes vencedoras serão aquelas que somarem os maiores números de pontos, respectivamente em 1º, 2º e lugares

2. A COMISSÃO ORGANIZADORA

- São atribuições da Comissão Organizadora:
 - Preparar o Regulamento;
 - Preparar as tarefas (antecipadas e surpresas);
 - Divulgar a gincana e seu cronograma no colégio;
 - Orientar as equipes em relação às dúvidas na interpretação do regulamento;
 - Convocar reuniões quando se fizerem necessárias;
 - Estabelecer horários relacionados à execução da gincana.
 - Selecionar e convidar a equipe de jurados;
 - Divulgar o resultado final da Gincana;
 - Providenciar todos os materiais necessários para a realização das provas.

3. COMISSÃO JULGADORA

- São atribuições da Comissão Julgadora:
 - Avaliar toda atividade desenvolvida pelas equipes, atribuindo nota de acordo com o seu julgamento dentro do valor pré-estabelecido para cada atividade.

4. ORIENTADORES

Os orientadores serão os professores divididos por equipes.

- São atribuições dos orientadores:
 - Orientar as equipes em qualquer aspecto referente à gincana;
 - Reunir com a equipe e estar a sua disposição nos horários em que estiver na unidade escolar;
 - obter informações sobre as atividades que serão desenvolvidas, para melhor orientar as equipes.

5. DAS EQUIPES

- Preparar-se e empenhar-se, membro a membro, na execução das tarefas de maneira a destacar o apreço pela escola, formando-se em comissões e distribuindo tarefas a elas;
- Respeitar o regulamento desta Gincana;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

103

– As torcidas terão tempo e autorização para manifestações em sua animação, sempre utilizando seu grito de guerra. Lembre-se de que sua alegria contagiará a todos e a pontuação será contada, cuidado apenas para não infringir à regra de animação fora do tempo.

6. DA PARTICIPAÇÃO

- As equipes da gincana serão compostas por estudantes Fundamental II, EJA;
- É obrigatória a participação de todos os alunos nos dias da Gincana.

7. DAS TAREFAS

A gincana possui duas tarefas:

- Tarefas normais; aquelas entregues as equipes antecipadamente para serem executadas na data marcada.
- Tarefas surpresas aquelas conhecidas pelos participantes apenas no decorrer dos trabalhos da gincana, caso haja tempo.
- Estas tarefas poderão englobar várias áreas, tais como: resistência, solidariedade, conhecimentos específicos, conhecimentos gerais e raciocínio lógico, brincadeiras, paródias, danças, canto, provas surpresas.

8. DAS PENALIDADES

- As equipes poderão perder pontos no caso de:
 - Atrapalhar as equipes concorrentes por meio de qualquer artifício (inclusive barulho); pode perder até o total de pontos da respectiva tarefa (a critério da Comissão Organizadora);
 - Qualquer ato de indisciplina ou agressão verbal ou física a qualquer participante da gincana será punida com perda de 100 pontos e o agressor será punido conforme contrato de disciplina;
 - Não será permitido o uso de roupas inadequadas, transparente, curtas e decote, inclusive durante as apresentações;
 - Danos ao patrimônio escolar será devidamente cobrado dos pais ou responsáveis pelo participante, caso maior de idade do próprio estudante.
 - Durante as provas, qualquer tentativa de sopro resultará na anulação da questão e a equipe deixará de marcar o ponto da questão.

9. DA PREMIAÇÃO DAS EQUIPES E DO RESULTADO

- A equipe vencedora será aquela que somar o maior número de pontos.
- A nota da gincana será divulgada no dia do evento e a nota correspondente aos pontos obtidos em cada disciplina do currículo escolar serão divulgadas em data a ser definida pela coordenação da escola.

NÃO HAVERÁ PREMIAÇÃO, O INTUITO É A DIVERSÃO.

- As Equipes vencedoras serão aquelas que somarem os maiores números de pontos, respectivamente em 1º e 2º lugares.

CRONOGRAMA DE HORÁRIOS DE ENSAIOS E REUNIÃO

--	--

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

104

Reunião das equipes	A partir de 24/05/2024
Ornamentação	30 e 31/05/2024
Ensaaios	A partir de 01/06/2024
A partir do dia 01/06/2022 as aulas funcionarão com horário reduzido para que as equipes possam ensaiar e se organizar.	

DIVISÃO DAS EQUIPES	
TURMAS	PROFESSORES
9º "A", 6º "B" e 7º "A"	
9º "B", 6º "A" e 8º "A"	
9º "C", 6º "D" e 7º "B"	
9º "D", 6º "C" e 8º "B"	

ESPAÇOS PARA ORNAMENTAÇÃO	
NOME DA EQUIPE	ESPAÇOS
	Pátio interno
	Pátio externo
O espaço será definido por meio de sorteio realizado pela comissão no dia 24/05/2024 no momento do intervalo	

QUARTA – FEIRA 18/06/2024

No noturno faremos apresentações que serão orientadas pelos professores.
Os alunos podem se inscrever nas tarefas e participar de todas que se interessar.

- 1ª ATIVIDADE: LITERATURA DE CORDEL
- 2ª ATIVIDADE: CONCURSO DE FORRÓ
- 3ª ATIVIDADE: DESFILE CASAL CAIPIRA
- 4ª ATIVIDADE: MIS E MISTER MARB (DESFILE DE INVERNO)
- 5ª ATIVIDADE: BINGO

Cada aluno deverá vender no mínimo 02 cartelas para o bingo da escola. O valor será usado para organizar a festa da família.

As inscrições para as atividades serão feitas mediante preenchimento da ficha que segue em anexo o modelo.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

105

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____ Turma: _____

Nome: _____ Turma: _____

() 1ª ATIVIDADE: LITERATURA DE CORDEL

() 2ª ATIVIDADE: CONCURSO DE FORRÓ

() 3ª ATIVIDADE: DESFILE CASAL CAIPIRA

() 4ª ATIVIDADE: MIS E MISTER MARB (DESFILE DE INVERNO)

Nome: _____ Turma: _____

Nome: _____ Turma: _____

() 1ª ATIVIDADE: LITERATURA DE CORDEL

() 2ª ATIVIDADE: CONCURSO DE FORRÓ

() 3ª ATIVIDADE: DESFILE CASAL CAIPIRA

() 4ª ATIVIDADE: MIS E MISTER MARB (DESFILE DE INVERNO)

Nome: _____ Turma: _____

Nome: _____ Turma: _____

() 1ª ATIVIDADE: LITERATURA DE CORDEL

() 2ª ATIVIDADE: CONCURSO DE FORRÓ

() 3ª ATIVIDADE: DESFILE CASAL CAIPIRA

() 4ª ATIVIDADE: MIS E MISTER MARB (DESFILE DE INVERNO)

Nome: _____ Turma: _____

Nome: _____ Turma: _____

() 1ª ATIVIDADE: LITERATURA DE CORDEL

() 2ª ATIVIDADE: CONCURSO DE FORRÓ

() 3ª ATIVIDADE: DESFILE CASAL CAIPIRA

() 4ª ATIVIDADE: MIS E MISTER MARB (DESFILE DE INVERNO)

Nome: _____ Turma: _____

Nome: _____ Turma: _____

() 1ª ATIVIDADE: LITERATURA DE CORDEL

() 2ª ATIVIDADE: CONCURSO DE FORRÓ

() 3ª ATIVIDADE: DESFILE CASAL CAIPIRA

() 4ª ATIVIDADE: MIS E MISTER MARB (DESFILE DE INVERNO)

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____ ATIVIDADE: _____ Turma: _____

Nome: _____ ATIVIDADE: _____ Turma: _____

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

107



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PROJETO: "PÁTRIA AMADA"

1. JUSTIFICATIVA

O projeto nos remete ao encontro dos valores que perdemos dia após dia; a vivência da "SEMANA DA PÁTRIA" oportuniza o incentivo ao civismo, proporcionando ainda, momentos de reflexão e atitudes tais como:

- * Ampliar a compreensão do passado histórico e conhecer o significado do dia "Sete de Setembro" para os brasileiros.
- * Construir um conceito de Pátria;
- * Estimular o sentimento de patriotismo;
- * Adotar atitudes de respeito e de valorização aos símbolos nacionais brasileiros;
- * Resgatar valores.

2. OBJETIVOS

- Entender o motivo dos festejos da Semana da Pátria;
- Discutir acerca do que é ser patriota;
- Vivenciar as datas cívicas da nossa pátria amada;
- Estimular o sentimento de amor à Pátria;
- Pesquisar para conhecer melhor a nossa história;
- Respeitar e identificar os símbolos da nossa Pátria;
- Identificar a Bandeira do Brasil como símbolo da Pátria;
- Conhecer e fazer valer os direitos e deveres dos cidadãos;
- Reconhecer e valorizar a instituição escolar como participante de grandeza do nosso país;
- Desenvolver o civismo, bem como, o senso crítico do educando por meio dos conteúdos vivenciados.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

108

3. DESENVOLVIMENTO

Conversas, discussões e debate sobre:

- ✓ O que é a Pátria para nós;
- ✓ O que ocorreu em 7 de setembro de 1822;
- ✓ Quem foi D. Pedro I;
- ✓ Os símbolos da Pátria: A Bandeira, as Armas, o Selo, o Hino;
- ✓ A frase: Independência ou morte;
- ✓ O país antes e depois da Independência

Execução do hino nacional no pátio da escola (durante a semana)

Realização de ensaios das alas que desfilarão no dia 7 de setembro;

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

- Textos informativos, literários, poéticos;
- Textos coletivos;
- Álbum;
- Vídeos;
- Hinos: Nacional, da Independência, do município (Vocabulário “Glossário” e ilustração)
- Pesquisas;
- Cartazes de fatos da época alusivos ao fato histórico;
- Linha de tempo do Descobrimento à Independência, da Independência aos dias atuais;
- Jogral;
- Dramatização;
- Poemas e diálogos de temas nacionais;
- Mural de notícias de jornais e revistas sobre a data cívica;
- Uso de mapas para a localização do Brasil;
- Confecção dos Símbolos Nacionais (pintura, desenho, recorte e colagem);
- Concurso de poesia.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

109

Seleção de canções patrióticas e populares:

- Canção do Soldado,
- Eu te amo meu Brasil; outras

Confecção de:

- ✓ bandeirinhas com as cores nacionais,
- ✓ Bandeira do Brasil,
- ✓ cata-ventos, estrelas e outras figuras-símbolo em verde e amarelo, distintivos em azul, branco, verde e amarelo,
- ✓ viseiras para o desfile.
- ✓ Roupas para os participantes das respectivas alas e objetos ou instrumentos que as representem.

Informática:

- ✓ Digitações no Word e ilustrações no Paint/Word.

Mural:

- ✓ "Vultos da História do Brasil"

Dividir a sala em grupos, sendo que cada um deles deverá pesquisar a biografia das pessoas mais importantes da Independência do Brasil e colocar no Mural "Vultos da História do Brasil".

Pesquisa:

Propor às crianças que pesquisem nomes de pessoas que vêm elevando o nome do Brasil com seu trabalho, seja no esporte, artes, etc.

Produção Textual

→ Lançar um concurso de produção de texto: "Brasil Pátria Querida".

Pode-se confeccionar um livro reunindo todos os textos produzidos e ilustrados pelos alunos.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

110

- *Sete de setembro,*
- *data tão festiva,*
- *foi a independência*
- *desta terra tão querida.*
- *É uma grande data*
- *para o meu Brasil ,*
- *que hoje está liberto*
- *e cheio de encantos mil.*
- *Viva, viva, viva a independência*
- *do Brasil!*

ATIVIDADE DE CULMINÂNCIA

- ✓ Exposição das atividades realizadas em sala de aula;
- ✓ Participação do desfile cívico percorrendo as ruas da cidade.

RECURSOS

Aparelho de som TV, DVD, vídeo, Datashow

- ✓ Símbolos: bandeira, armas, selo, hino
- ✓ Quadro/giz
- ✓ Mapas/atlas
- ✓ Biblioteca
- ✓ Dicionário
- ✓ Internet
- ✓ Cartolina
- ✓ Figuras de vultos nacionais

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

111



PROJETO COPA-MARB 2024

“Saúde para o corpo e a mente”

Barra da Estiva- BA
2024

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

112

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DO ALÍVIO RIBEIRO BONFIM

PÚBLICO ALVO: Ensino Fundamental II

DURAÇÃO PREVISTA: Dentre os meses de março e agosto

PROJETO COPA-MARB 2024
"Saúde para o corpo e a mente"

O esporte na escola passou por intensas transformações deixando de ser um instrumento utilizado na preparação do corpo humano, e então passando a representar um dos processos mais coerentes de formação psicomotora e sociocultural, e hoje é considerada uma das práticas mais significativas do currículo educacional. Para muitos educadores a inclusão da prática de esporte nos currículos escolar tem grande contribuição na socialização dos alunos.

A prática esportiva tem importância significativa nas escolas, pois as crianças e os adolescentes aprendem por meio do esporte, valores fundamentais que levam para a vida, com: união, respeito, amizade, entre outros. Além de aprender a lidar com as vitórias e as derrotas que o esporte proporciona, e por fim aprendem a vencer através do esforço pessoal, desenvolvendo assim a independência, o sentido de responsabilidade e a confiança em si mesmos.

Sabendo que o esporte educa é necessário que a escola seja um grande transmissor dessa prática com uma interferência pedagógica crítica e consciente. Diante dessa perspectiva, esporte é um contexto interativo adequado, já que permite a aquisição e interiorização de normas, regras e valores, talvez com uma maior facilidade que em outros contextos.

Santos (2000) afirma que é através do esporte que as pessoas podem desenvolver a experiência de grupo, potencializar os mecanismos individuais de autocontrole e valorizar a estruturação das relações interpessoais.

Portanto, o esporte pode, sem dúvida nenhuma, se tornar um excelente meio para que dentro de um processo educativo, contribua, para a formação integral e crítica do ser humano. Formação essa que vai muito além do processo técnico-tático, mas uma formação que priorize valores como a cooperação, a participação, a solidariedade e a criatividade dos alunos que devem ser sujeitos desse processo e não meros objetos que apenas reproduzem movimentos dos tipos de atividades esportivas. Tubino (1993) assegura que o esporte-educação, também chamado de esporte educacional, não deve ser compreendido como uma extensão do esporte desempenho para a escola. Ao contrário, em vez de reproduzir o esporte de rendimento, esta manifestação deve ser mais um processo educativo na formação dos jovens, uma preparação para o exercício da cidadania. O esporte-educação tem um caráter formativo, por isso, ele deve ser desenvolvido na infância e na adolescência, na escola e fora dela, com a participação de todos, evitando a seletividade e a competição acirrada.

Baseia-se na abordagem de compreensão de jogos, onde todos e cada um dos alunos podem participar do evento seja nas partidas de futebol ou na animação da tarada para elevar a autoestima do seu time. Neste modelo, o ensino dos esportes progride através da tática de jogo, ao invés das habilidades técnicas esportivas. O mesmo baseia-se em considerações e argumentos táticos, onde os alunos reconhecem que os jogos podem ser interessantes e agradáveis, quando auxiliados e encorajados a tomar decisões corretas baseados na consciência e responsabilidade.

Pensando em trabalhar a participação, cooperação, com educação, integração, respeito responsabilidade, entre outros valores, a Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

113

realizará o projeto COPA-MARB: "Saúde Para o Corpo e a Mente", com o objetivo de demonstrar que o esporte se faz necessário na vida dos seres humanos, pois proporciona uma saúde mental, além de favorecer uma educação pautada em valores que facultam uma convivência de harmonia, tolerância e respeito entre os povos.

A execução do projeto será realizada na sala de aula duas etapas sendo que a primeira consiste em debater, dialogar e pesquisar temas relacionados ao esporte tais como: saúde, alimentação, respeito mútuo, valorização do esporte, cooperação, tabelas de pontuação, competitividade entre outros. A segunda etapa será realizada no ginásio poliesportivo de Barra da Estiva, onde os se enfrentarão em partidas seletivas. O esporte é uma das propostas da Educação Física escolar, porém não deve ter um fim em si mesmo. A Educação Física, na escola, vai além da profissionalização e estática do movimento, pois tem um importante papel na formação global do indivíduo enquanto ser social que vive em constante movimentação e aprendizagem.

Partindo desse princípio é que propomos um trabalho diversificado que vise dentro do contexto escolar valorizar não só o esporte, mas também todas as formas de movimentação que compõem o ambiente das aulas da Educação Física, destacando-se neste processo os jogos tradicionais e os criados pelos alunos da instituição.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Os alunos deverão reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e recuperação, manutenção e melhoria de saúde coletiva.
- Participar do campeonato COPA-MARB procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais.
- Adotar atividades de respeito mútuo, dignidade e solidariedade durante o evento, buscando solucionar os conflitos de forma não violenta.

Participará do campeonato um time de cada turma da ESCOLA sendo categoria masculina e feminina que ficarão conhecendo seus adversários, após sorteio que será realizado com a presença do capitão de cada time.

Os jogos serão realizados nos dias 03 de agosto, 18 de Setembro e 10 de outubro do corrente ano, sendo que no segundo dia será realizada a premiação para os times que forem campeões e vice-campeões.

Entendemos que o esporte não deverá ser visto apenas como atividade prática, mas também como uma maneira de trabalhar valores e conhecimentos para serem aplicados no nosso dia a dias. Diante desta ideia a Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim trabalhará os seguintes temas:

- CIÊNCIAS – saúde, esporte e alimentação (convidarão um enfermeiro para aferir a pressão dos atletas);
- PORTUGUÊS E REDAÇÃO – respeito mútuo;
- HISTÓRIA – valorização do esporte;
- GEOGRAFIA – cooperação;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

114

- MATEMÁTICA - tabela de pontuação;
- INGLÊS – competitividade.

MODALIDADES

- 1- Futsal (masculino e feminino)
- 2 - Boleado
- 3- Vôlei
- 4- Xadrez



DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os alunos, durante os jogos, estarão sujeitos às normas disciplinares da escola, prevista em seu regulamento interno.

8 – DA ARBITRAGEM

Os árbitros serão o professor que acompanha a modalidade, um convidado pela direção da escola que consiga atuar sem ser tendencioso.

9- DAS REGRAS DISCIPLINARES

O atleta que faltar com respeito aos colegas, professores e árbitros, seja durante ou em qualquer momento dos jogos, será punido da seguinte forma:

- 1º- receberá advertência verbal
- 2º- receberá advertência com cartão amarelo
- 3º- receberá advertência com cartão vermelho
- 4º- receberá expulsão dos jogos.

Também receberá expulsão dos jogos o atleta que cometer entrada faltosa (carrinho, cotovelada, ponta-pé ou qualquer outro tipo de agressão verbal/física.

LOCAIS DE COMPETIÇÃO

As competições acontecerão na quadra de esportes da escola e a final será no Ginásio de Esportes Municipal.

OBSERVAÇÃO:

- A disciplina de ARTE ficará responsável pela orientação na construção de faixas, mamãe sacode etc..., e na divisão com os professores na organização das torcidas.
- A disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA E MATEMÁTICA juntamente com a Direção se responsabilizará pela elaboração do Projeto e organização do Evento.

ANEXOS:

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

115

Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim

COPA-MARB – 2024

TURNO: () Matutino () Vespertino

TIME: _____

ATLETAS:

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

10 _____

TÉCNICO: _____

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

116

Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim

COPA-MARB – 2024

1º DIA (18/08/22) TURNO: matutino

1º jogo Categoria Maior: (Futsal Masculino) 08:00 h

Martelo F.C _____ X _____ Alicate F.C

2º jogo Categoria Menor: (Futsal Masculino) 08:25 h

Meninos da Vila _____ X _____ MBR F.C 6º B

3º jogo (Futsal Feminino) 08:50 h

Meninas da Vila _____ X _____ Dark Lions

4º jogo (Boleado) 09:15 h

Fênix Negra _____ X _____ Dark Lions

INTERVALO

Início 09: 30h

Termino 09: 50h

5º jogo Categoria Menor: (Futsal Masculino) 09:50h

A Rebenta 6ºA _____ X _____
vencedor do 1º jogo

6º jogo Categoria Maior: (Futsal Masculino) 10:15h

Fúria 8ºA _____ X _____
vencedor do 1º jogo

PREMIAÇÃO

10:40h à 11:20h

Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

117

COPA-MARB – 2024

1º DIA (18/08/24) TURNO: vespertino

1º jogo Categoria Maior: (Futsal Masculino) 13:15 h

Barra F.C 9º C _____ X _____ União 9º D

2º jogo Categoria Menor: (Futsal Masculino) 13:40 h

Os guri 7º B _____ X _____ Terror dos Tigres 6º C

3º jogo (Boleado) 14:05 h

As Dragonetes _____ X _____ Time do 8ºB

4º jogo (Boleado) 14:15 h

Purple Pink 6º C _____ X _____ Tigrasas 6º D

5º jogo Categoria Menor: (Futsal Masculino) 14:25h

Tigres 6ºD _____ X _____
vencedor do 1º jogo

INTERVALO

Início 15:00h

Termino 15:20h

6º jogo (Boleado) 15:20 h

_____ X _____

7º jogo Categoria Maior: (Futsal Masculino) 15:30h

Arsenal Marb 8ºB _____ X _____
vencedor do 1º jogo

PREMIAÇÃO

COPA-MARB 2024

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

118

REGULAMENTO:

Art. 1º - O torneio será realizado no dia 19/08/2022, nos turnos matutino e vespertino;

Art. 2º - Participação em seus respectivos turnos, os alunos do matutino e vespertino. O aluno que perder em mais de três disciplinas no semestre será vetado de participar da competição;

Art. 3º - Os jogos terão o tempo determinado de 10 minutos cada tempo, tendo 5 minutos de intervalo;

Art. 4º - Os times terão 10 minutos de tolerância para começar o jogo, caso não obedeçam a regra o time será desclassificado;

Art. 5º - A parte disciplinar da competição tem como referência o regimento da escola visto que a competição se desenvolverá no período de aula, cabendo à direção tomar as decisões cabíveis para manter a disciplina e a ordem: caso haja agressões físicas ou verbais de qualquer natureza sofrerá as penalidades prescritas no regimento;

Art. 6º - Estará valendo todas as regras do boledo e futsal brasileiro;

Art. 7º - O torneio será realizado por turno e turma e poderá inscrever atletas de outra sala, sendo que os alunos não completem o time com o número de jogadores;

Art. 8º - As equipes deverão apresentar camisas numerados;

Art. 9º - As partidas serão eliminatórias. A equipe perdedora será eliminada da competição;

Art. 10º - Cada equipe deverá apresentar um treinador, sendo ele aluno;

Art. 11º - O atleta suspenso numa partida cumprirá suspensão de um jogo, se o seu time se classificar não poderá participar da partida seguinte;

Art. 12º - Haverá premiação de troféus e medalhas para o 1º lugar e o 2º colocado receberá só medalhas, tendo ainda artilheiro (a), melhor goleiro (a) e melhor jogador (a);

Art. 13º - Havendo empate teremos cobranças de pênaltis sendo 4 cobranças para cada equipe. Havendo empate haverá cobranças alternadas 1 a 1 com mata-mata;

Art. 14º - As equipes serão divididas por categorias até 12 anos e acima dos 13 anos, com exceção do porte físico de alguns alunos que serão avaliados pela organização;

Art. 15º - Os atletas deverão estar calçados para participar da competição;

Art. 16º - Quando houver 6 equipes para semi-final, classificará 3 equipes, sendo finalista o melhor vencedor.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



119

SUMULA DA COPA MARB 2024

EQUIPE:					EQUIPE:								
CARTÃO				FALTA	AMARELO	VERMELHO	CARTÃO				FALTA	AMARELO	VERMELHO
JOGADORES	1.						JOGADORES	1.					
	2.							2.					
	3.							3.					
	4.							4.					
	5.							5.					
	6.							6.					
	7.							7.					
	8.							8.					
	9.							9.					
	10.							10.					
	11.							11.					
	12.							12.					
	13.							13.					
	14.							14.					
	15.							15.					
JOGADORES		Nº DE GOLS					JOGADORES		Nº DE GOLS				
1.							1.						
2.							2.						
3.							3.						
4.							4.						
5.							5.						
6.							6.						
7.							7.						
8.							8.						
9.							9.						
10.							10.						
11.							11.						
12.							12.						
13.							13.						
14.							14.						
15.							15.						

RESULTADO FINAL

EQUIPE: _____

EQUIPE: _____

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

120



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PROJETO MARB NO MUNDO DA LEITURA

BARRA DA ESTIVA - BA
2024

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

121

1. IDENTIFICAÇÃO

PÚBLICO-ALVO: Professores e alunos do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Professora Maria do Alívio Ribeiro Bonfim.

PERÍODO: fevereiro a dezembro de 2024.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: Lorena Nascimento Sales

DIREÇÃO: Patrícia Braga Pires

VICE-DIREÇÃO: Mabel Coqueiro Pereira

Apresentação do Projeto:

Percebemos que a realidade atual vem afastando cada vez mais nossos alunos do ato de ler. O acesso a smart fones, redes sociais, computadores, videogames, TV e o acesso restrito a leitura no núcleo familiar, bem como a falta de incentivo, têm ocasionado pouco interesse para leitura e por consequência dificuldades marcantes que sentimos na escola: vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de compreensão, erros ortográficos, poucas produções significativas dos alunos, conhecimentos restritos aos conteúdos escolares. Faz-se necessário que a escola busque resgatar o valor da leitura, como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania.

A leitura nunca se fez tão necessária nos bancos escolares. De um lado há o aumento nas fontes de pesquisa e uma crescente preferência pelo construtivismo. De outro lado, vemos a grande dificuldade de nossos alunos em compreender questões eliminatórias no vestibular onde só se obtêm êxito quem tiver por hábito se atualizar através de jornais, revistas e livros. Através da leitura o ser humano consegue se transportar para o desconhecido, explorá-lo, decifrar os sentimentos e emoções que o cercam e acrescentar vida ao sabor da existência. Pode então, vivenciar experiências que propiciem e solidifiquem os conhecimentos significativos de seu processo de aprendizagem.

Neste sentido pensamos ser dever, de nossa instituição de ensino, juntamente com professores e equipe pedagógica propiciar aos nossos educandos momentos que possam despertar neles o gosto pela leitura, o amor ao livro, a consciência da importância de se adquirir o hábito de ler. O aluno deve perceber que a leitura é o instrumento chave para alcançar as competências necessárias a uma vida de qualidade, produtiva e com realização.

O presente projeto busca envolver alunos no aprendizado de comportamento leitores.

Proporcionar momento de interação entre a comunidade escolar, num esforço conjunto no desenvolvimento das práticas sociais de leitura é possível e necessário, é isso que buscamos fazer neste passeio literário em Mucugê, (a terceira edição da Feira Literária de Mucugê - Fligê 2018). Evento que tem deslocado, desde 2016, o eixo da produção literária e cultural da capital baiana para a Chapada Diamantina, além de oferecer momentos de leitura descontraídos visando aproximar o ensino de literatura o mais perto da realidade possível e o melhor com a participação de toda a comunidade.

Neste ano, a Fligê acontece de 16 a 19 de agosto, com o tema 'Literatura e Resistência: a vida nos rastros da palavra'. Seu objetivo é promover atividades relacionadas ao conhecimento, a formação, a produção e a difusão do livro e da literatura brasileira, baiana e regional, proporcionando à população e visitantes da Chapada Diamantina uma nova experiência literária. A programação inclui conferências,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

122

rodas de conversa, lançamento de livros, oficinas, leituras performadas, contação de estórias e oferece espaços dedicados à música (shows e concertos), ao cinema (FligeCine), ao público infantil (FligeZinha) e visita à vila de Iगतu (Fligêtu), entre outras atividades.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*“Tendo em vista que a **LEITURA** é condição essencial para que se possa compreender o mundo, os outros, as próprias experiências e a necessidade de inserir-se no mundo da escrita, torna-se imperativo que o aluno desenvolva habilidades linguísticas para que possa ir além da simples decodificação de palavras. É preciso levá-lo a captar por que o escritor está dizendo o que o texto está dizendo, ou seja, ler as entrelinhas. Pode-se fazer mais: proporcionar ao aluno experiência de leitura que o levam não só assimilar o que o texto diz, mas também como e para quem diz”.*

(Kato, 1990).

Grande parte das crianças quando ingressam na escola possuem vários saberes principalmente sobre a leitura, pois já conhecem os escritos mesmo sem decifrá-lo e muitos até já vivenciaram algum adulto lendo um livro ou outro material impresso, com diferentes intencionalidades, podendo assim criar várias expectativas para o desenvolvimento dessas práticas quando chegar à escola. A escola na maioria das vezes não leva em consideração essas expectativas e na tentativa de simplificar o ensino das práticas de leitura, fragmenta os textos e os alunos acabam tendo que aprender por partes, uma coisa de cada vez – primeira as letras, depois as sílabas, na sequência as frases e depois textos (muitas vezes de péssima qualidade e criado apenas com o propósito didático, desconsiderando o social).

A leitura passa então atender exclusivamente aos propósitos escolares se distanciando ao máximo das suas práticas sociais, e com isso deixa de fazer sentido para as crianças e adolescentes, pois não veem sentido nas práticas escolarizadas de leitura, deixando uma visão totalmente distorcida do que pensavam antes do universo literário e suas práticas. Ler para responder aos imensos questionários não ajuda o estudante a referir sobre o mundo em que vive e usar a leitura como fonte de informação e transformação do mesmo. Pensemos então no que disse o educador Paulo Freire *“A leitura é o meio de que dispomos para adquirir informações e desenvolver reflexões críticas sobre a realidade e o mundo em que estamos”* e essa é ou deveria ser o principal objetivo da escola.

É necessário que a escola ofereça momentos de leitura que coloquem as crianças e jovens novamente em contato direto com livros que lhes encantem e os envolvam, mas sem nenhuma cobrança depois, apenas que se divirtam, sem questões posteriores. Que sejam criados momentos de ouvir, ler e contar histórias, de manusear revistas, jornais, livros e que presenciem momentos prazerosos de leitura, que se sinta estimulado a participar daquele mundo que a seus olhos parecia tão distante, mas, que na medida em que se aproxima dos livros, descobre então a chave que lhe dará acesso ilimitado a este mundo extraordinário. Afirma a educadora Emilia Ferreiro (2002):

“Há crianças que ingressam no mundo da linguagem escrita através da magia da leitura e outras que ingressam através do treino das tais habilidades básicas. Em geral, os primeiros se convertem em leitores, enquanto os outros costumam ter um destino incerto.”

É delegada a escola, por lei a função de assegurar o ensino de leitura, mas não apenas isso, o mais importante, porém, é formar leitores competentes, capazes não somente de conhecer a história da humanidade, mas também de interagir com ela, percebendo-se como agente capaz de influenciar de ser influenciado. Oferecer um ensino que garanta de fato à compreensão do mundo letrado nos seus diferentes aspectos e complexidade é tarefa da escola. É o que defendido e disseminado no país com letramento pela educadora Magda Soares (1999, p.3).

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

123

“É o estado de quem exerce as práticas sociais de leitura e de escrita que circulam na sociedade em que vive conjugando-as com as práticas sociais de interação oral e isso só é possível se oferecermos atividades com essa finalidade”.

Cabe também a escola interagir com a comunidade onde está inserida, convidando a participar de todas as decisões e ações importantes, como recomenda a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Esse projeto, e que dialoga diretamente com as ações previstas no Projeto Político Pedagógico desta instituição, nasce com esse propósito de perpassar as paredes das salas de aulas e os muros da escola e chegar a toda a comunidade, envolvendo a todos nessa casa tão nobre e pouco trabalhada e despertar nas crianças e jovens que serão atendidos o gosto pela leitura. Envolvê-los efetivamente dentro das ações propostas, desde a tomada de uma decisão simples até na organização do cronograma de ações e deliberações de funções, para que sintam que o presente projeto é de todos nós que vemos na aquisição do mundo letrado uma arma potente contra a exclusão e a pobreza que tanto assola este país.

OBJETIVO GERAL

Despertar no aluno o prazer pela leitura, possibilitando o desenvolvimento de competências que visem torná-lo leitor e produtor competente de textos, oferecendo os mecanismos e condições necessárias ao desenvolvimento de habilidades da leitura e da escrita, ampliando assim o conhecimento da linguagem e aumentando a capacidade de comunicação e expressão dos envolvidos, despertando-lhes de forma espontânea e prazerosa para o mundo fantástico da leitura.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Utilizar a leitura como meio de comunicação social formando opinião a partir da realidade questionada.
- Promover o hábito da leitura, buscando transformar o aluno em um leitor assíduo e capaz de imprimir significados e sentidos a cada leitura.
- Fazer uso de estratégias e capacidades de leitura para construir sentidos sobre os textos lidos, sendo capaz de explicitar a sua impressão ou opinião sobre o texto lido.
- Acompanhar leitura feita pelo professor, fazendo uso de procedimentos de estudo e destaque oral de informações relevantes.
- Conhecer e aplicar técnicas de como ler, adequando à voz e as expressões de acordo com o texto lido;
- Possibilitar aos estudantes uma aproximação aos diversos tipos de textos,
- Explicar os motivos da leitura, o que levou a escolher o texto ou livro a ser lido, o nome do autor e relacionar obras de um mesmo autor, evidenciando as características que ele imprime em seus textos.
- Saber fazer diversos tipos de mediação (promover a antecipação e a inferência de significados, comentar sobre as ilustrações e sua relação com o texto, ler em capítulos quando for o caso, etc.)
- Ter atitude cuidadosa de quem lê para o outro é referência de leitor (preocupando-se com a entonação, mostrando-se interessado, emocionado)
- Compreender a diferença entre ler e contar história.
- Adequar o tempo e o tipo de leitura às condições dos ouvintes, e fazer autocrítica a sua atuação enquanto leitor, identificando os pontos que precisa melhorar, e pedir ajuda quando necessário.
- Ler textos em seus portadores de origem, apreciando-os em todos os seus aspectos.
- Saber opinar sobre o que leu colocando seus pontos de vista
- Ouvir com atenção e demonstrar interesse pela leitura.
- Envolver os alunos em atividades em que a leitura seja significativa, despertando-lhes o desejo de aprender a ler.
- Envolver os alunos em debates orais para que expressem sua opinião sobre os temas tratados.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

124

- Apropriar-se de aspecto linguístico adequado ao gênero em questão.
- Solicitar empréstimo de livros e preservá-los sempre limpos e com boa aparência.
- Atribuir sentido e tecer comentário sobre leituras realizadas ou ouvidas dentro do assunto ou texto a ser lido, se posicionando criticamente diante das obras lidas ou ouvidas.
- Ler para se divertir, desenvolvendo os comportamentos antecipar e comentar, mesmo quando não lê convencionalmente.
- Possibilitar a produção de textos coletivos e individuais;
- Diferenciação dos gêneros textuais e suas classificações;
- Promover o debate e a análise textual;
- Criar condições para o exercício da oralidade e expressividade;
- Oportunizar através da leitura o exercício de compreensão e interpretação de textos;
- Desenvolver o gosto pela leitura de forma espontânea e prazerosa através do contato direto com diversos tipos de livros e textos, levando-os a conhecer e reconhecer de forma agradável seus estilos, formas e cores.

METODOLOGIA

O presente projeto se constitui em um conjunto de ações articuladas entre si e a rotina de atividades da escola e tem como principal referência um passeio à Feira literária (Fligê) em Mucugê.

O nosso foco principal será o deleite, o prazer em ler, portanto serão privilegiados primeiramente os textos literários, inicialmente porque acreditamos que em algumas das ações pensadas caberia a leitura de curiosidades, textos diversos.

A avaliação do projeto dar-se-á por meio da participação e realização das atividades propostas observando também o envolvimento dos estudantes como: criatividade, imaginação, originalidade e compromisso para aprimorar o conhecimento e desenvolver a aprendizagem.

O Projeto de Leitura acontecerá de fevereiro a novembro, sendo que todas as disciplinas/componentes curriculares trabalharão a leitura de forma intercalada para priorizar as habilidades necessária nas não impactar nos conteúdos necessários.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

125

CRONOGRAMA:

ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS DURANTE O ANO LETIVO EM CADA ANO/SERIE

6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	EJA 6/7º ano	EJA 8/9º ano
Piquenique ou Sorvete literário na AABB	Pizza literária no Barra Center.	Visita à feira literária em Mucugê - Fligê	Museu a Céu aberto + Sessão Cinema	Sarau	Sarau
Capsula do tempo	Dramatização para apresentação/ contação de história para o 6º ano	Contação de história (visita ao FI)	Memorial		
Leitura de diferentes tipos de textos, imagens, fotos, gráficos, livros, gibis	Leitura de diferentes tipos de textos, imagens, fotos, gráficos, livros, gibis	Leitura de diferentes tipos de textos, imagens, fotos, gráficos, livros, gibis	Leitura de diferentes tipos de textos, imagens, fotos, gráficos, livros, gibis	Leitura de diferentes tipos de textos, imagens, fotos, livros, gibis	Leitura de diferentes tipos de textos, imagens, fotos, gráficos, livros, gibis
Produção de mapas em quadrinhos conceituais	Produção de histórias em quadrinhos	Trabalhar com Produção de vídeos e postagens nas redes sociais da escola		Fotografia - Minha vida...	
Mural Fotográfico Fansine Lugares, animais, vegetação	- Produção de mapas conceituais - Mural fotográfico	Fotografia e escrita de relatório/ linha do tempo do município foto poema	Fotografia História através da fotografia	Produção de mapas conceituais	Produção de mapas conceituais
Fotografia e escrita de relatório da família (narrativas)	Produção de mapas conceituais	Trabalhar com Produção de vídeos e postagens nas redes sociais da escola	Fotografia e escrita para mural de fatos marcantes do município /escola	Produção de histórias em quadrinhos	Produção de histórias em quadrinhos
	Produção de histórias em quadrinhos			Fotografia Paisagens naturais	Fotografia e escrita para de

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

126

	Fotografia Paisagens naturais do município ou comunidade	- Dissertação: "A importância da fotografia como recurso pedagógico no ensino de artes visuais"							
	Fotografia e escrita de relatório de paisagens modificadas (poluição, erosão, etc)								
CULMINÂNCIA DO PROJETO	CADA UM NO SEU RESPECTIVO TURNO (declamação de poesia, música, dança, dramatização que já fizeram dos livros, mural de fotos, paródias)								
	SARAU LITERÁRIO								

Observação: em todas as ações que envolvam passeios fora da escola, serão trabalhados previamente os critérios para poderem participar dos respectivos momentos.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

127

AÇÕES DO PROJETO DE LEITURA 6º ANO e 7º ANO		Observação
COMPONENTE CURRICULAR	Ações	
LÍNGUA PORTUGUESA	<ul style="list-style-type: none"> Leitura de livros (um por unidade, sendo um de escolha do aluno e dois indicados pelo professor, que se caso não tiver o título na escola, poderá solicitar xerox para os alunos); Resumo dos livros de cada unidade (professores deverão trabalhar a estrutura de um resumo e como fazer; Produção de cartazes; 1ª unidade – capsula do tempo 2ª unidade – piquenique literário (6º ano) <ul style="list-style-type: none"> - pizza literário (7º ano) 3ª unidade – sarau literário Em língua inglesa o professor deverá trabalhar com textos voltados para o tema dos livros indicados em língua portuguesa. 	As disciplinas deverão trabalhar o ano todo com leitura justamente para reforçar o processo da recomposição da aprendizagem.
LÍNGUA INGLESA	<ul style="list-style-type: none"> Em língua inglesa o professor deverá trabalhar com textos voltados para o tema dos livros indicados em língua portuguesa. 	Trabalhar as quatro operações, reforçando a recomposição da aprendizagem, proporcionando ao aluno a leitura, a interpretação e a produção.
MATEMÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> Algarismos romanos (datas, séculos, etc.) Leitura e produção de gráficos (o ano todo); Leitura e escrita dos números (o ano todo); Produção e interpretação de problemas (o ano todo). OBMEP – sala de aula (leitura e resolução de questões das provas anteriores – o ano todo); Desafio da OBMEP (com questões das provas anteriores, em forma de rodízio, colocar o aluno para resolver e explicar para os demais colegas, isso depois do professor trabalhar com os alunos); Reforço da OBMEP (os professores da disciplina darem reforço de 90 a 120 minutos semanal a serem descontados em AC). 	
	<ul style="list-style-type: none"> Algarismos romanos; Biografia e contexto social das obras indicadas para a leitura na 1ª unidade; A importância da mulher (março); Indicar uma leitura (ou texto de apoio) de acordo com o conteúdo da disciplina na 2ª 	Ao longo do ano letivo, trabalhar a leitura dos conteúdos dentro das aulas de forma

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

128

<p>HISTÓRIA</p>	<p>unidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> Resumo do livro ou textos (professores deverão trabalhar a estrutura de um resumo e como fazer; 3ª unidade – CONSCIÊNCIA NEGRA <p>- História em quadrinhos (leitura, compreensão e interpretação) - Produção de história em quadrinhos (trabalhar a estrutura de uma história em quadrinhos)</p>	<p>dinâmica;</p>
<p>GEOGRAFIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> O olhar do aluno sobre o espaço geográfico onde ele está inserido; Fotografia (trabalhar sobre a fotografia e solicitar que os alunos fotografem o seu espaço de acordo como os conteúdos trabalhados, adaptando sempre que necessário); Álbum seriado e mural; Representação do espaço geográfico através de desenho; Produção textual descrevendo o espaço geográfico em que o aluno está inserido; Leitura do livro "Rio + 10" (SUSTENTABILIDADE) – 3ª unidade <p>- gravar um vídeo sobre o tema do livro; - produzir charge (consumismo, meio ambiente, produção de lixo, globalização e desenvolvimento sustentável);</p>	<p>Ao longo do ano letivo, trabalhar a leitura dos conteúdos dentro das aulas de forma dinâmica;</p>
<p>CIÊNCIAS</p>	<p>Livreto temático – Estrutura da terra (ou um outro conteúdo da 1ª unidade)</p> <ul style="list-style-type: none"> Leitura dos textos durante as aulas de forma dinâmica para desenvolver o hábito e o gosto pela leitura; Produção de resumos (trabalhar a estrutura de um resumo detalhadamente com os alunos, fazendo produções coletivas e individuais). 	

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

129

<p>EDUCAÇÃO FÍSICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura do regimento escolar; • Leitura do regimento da Copa Marb; • Trabalhar as regras dos amistosos; • Linguagem corporal; • Xadrez; • Cubo Mágico; • Tangram. 	<p>Usar o xadrez, o cubo mágico e o tangam aliando-os como instrumentos pra desenvolvimento e ampliação da atenção, da concentração</p> <p>Em todas as atividades, quando iniciadas, trabalhar o conceito, as regras e critérios dos "jogos".</p> <p>https://monografias.brasilescola.uol.com.br/matematica/los-beneficios-cubo-magico-nas-aulas-matematica-no-ensino-medio.htm</p>
<p>ARTE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Xilogravura; • Dramatização (1º unidade); • Cordel • Releitura de obras de artes (2º unidade); • Paródias; • Painel (3º unidade) <p>Trabalhar as temáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empoderamento feminino; Igualdade de gêneros; Dia das mães, Dia dos pais. 	<p>Trabalhar com base nas temáticas anuais e do projeto. Todas as temáticas iniciarão com leituras de textos de apoio colados no caderno.</p>
<p>ENSINO RELIGIOSO</p> <p>PROJETO DE VIDA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito e empatia; • Bullying e preconceito; • Lei de Estado Laico; • Preconceito religioso. <ul style="list-style-type: none"> - Resumos dos textos lidos; - Produções de textos com base nos temas abordados. <p>O professor deverá trabalhar detalhadamente como produzir um resumo ou um texto, orientando inclusive o uso do caderno, margem, entre outros aspectos.</p>	<p>Basear as aulas em leituras de textos informativos, com o desenvolvimento e apresentação de trabalhos, curtas, paródias, folder e fansine além de produções textuais (resumo, etc).</p>

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

130

AÇÕES DO PROJETO DE LEITURA 8º ANO e 9º ANO		
COMPONENTE CURRICULAR	AÇÕES	OBSERVAÇÃO
LÍNGUA PORTUGUESA	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura de livros (um por unidade, sendo um de escolha do aluno e dois indicados pelo professor, que se caso não tiver o título na escola, poderá solicitar xerox para os alunos; • Resumo dos livros de cada unidade (professores deverão trabalhar a estrutura de um resumo de forma detalhada; • Produção dos recursos de um seminário (slids, folder, cartaz, falas, etc.) • Apresentação de seminários; ➢ 1ª unidade – contação de história (visita as turmas de F1 e/ou Lar do ancião); ➢ 2ª unidade – visita a Fligê (8º ano) ➢ 3ª unidade – Sarau literário <ul style="list-style-type: none"> - Museu a Céu Aberto + Sessão Cinema (9º ano) - Memorial 	As disciplinas deverão trabalhar o ano todo com leitura justamente para reforçar o processo da recomposição da aprendizagem.
LÍNGUA INGLESA	<ul style="list-style-type: none"> • Em língua inglesa o professor deverá trabalhar com textos voltados para o tema dos livros indicados em língua portuguesa. 	
REDAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura de textos dissertativos e argumentativos (8º ano); • Estrutura e produção de textos dissertativos e argumentativo (8º ano). • Leitura e produção a partir de textos geradores (Enem) (9º ano); 	
MATEMÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Estatística, probabilidade e geometria (leitura e utilização de formas; • Leitura e produção de problemas, gráficos e tabelas; • Jogos de raciocínio lógico; • OBMEP – sala de aula (leitura e resolução de questões das provas anteriores – o ano todo); 	Trabalhar as quatro operações, reforçando a recomposição da aprendizagem, proporcionando ao aluno a leitura, a interpretação e a produção.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

131

	<ul style="list-style-type: none"> Desafio da OBMEP (com questões das provas anteriores, em forma de rodízio, colocar o aluno para resolver e explicar para os demais colegas, isso depois do professor trabalhar com os alunos); Reforço da OBMEP (os professores da disciplina darem reforço de 90 a 120 minutos semanal a serem descontados em AC). 	
<p>Ao longo do ano letivo, trabalhar a leitura dos conteúdos dentro das aulas de forma dinâmica;</p>	<p>Um povo sem memória é um povo sem história</p> <ul style="list-style-type: none"> A importância da mulher (março); História de Barra da Estiva; Consciência Negra; Preconceito religioso dentro da história; Escolha de representantes do poder executivo e legislativo (simulação de uma eleição com candidatos, propostas e votação) <p>- História em quadrinhos (leitura, compreensão e interpretação)</p> <p>- Produção de história em quadrinhos (trabalhar a estrutura de uma história em quadrinhos);</p> <p>- Podcast;</p> <p>- Seminário;</p> <p>- Cordel</p>	<p>HISTÓRIA</p>
<p>Ao longo do ano letivo, trabalhar a leitura dos conteúdos dentro das aulas de forma dinâmica;</p> <p>Todos os trabalhos devem partir da coleta de depoimentos, informações, entrevistas, leituras de textos de apoio, etc.</p>	<p>O olhar do aluno sobre o espaço geográfico o Município de Barra da Estiva ;</p> <ul style="list-style-type: none"> Fotografia (trabalhar sobre a fotografia de acordo com os conteúdos trabalhados, adaptando sempre que necessário); Album seriado e mural; Trilha: conquistando os direitos (produção de um jogo de tabuleiro com perguntas e respostas sobre os conteúdos trabalhados); Entrevista; Montagem de mural fotográfico; Jornal informativo falado e escrito. 	<p>GEOGRAFIA</p>

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

132

	<p>Corpo Humano e Saúde (8º ano) - Entrevistas em hospitais, postos de saúde, USF das localidades, médicos enfermeiros, etc.</p> <p>Conhecimentos Científicos (9º ano) – composições químicas das drogas ilícitas e as reações das mesmas no corpo humano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mural jornalístico quinzenal (cada grupo de alunos fará um levantamento das informações necessárias a respeito de seu tema, para a confecção dos murais e jornal falado); • Jornal escrito e falado; • Entrevista (coleta das informações de cada grupo para a confecção dos trabalhos) 	
<p>EDUCAÇÃO FÍSICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura do regimento escolar; • Leitura do regimento da Copa Marb; • Trabalhar as regras dos amistosos; • Xadrez; • Cubo Mágico; • Leitura, produções e interpretações de textos voltados para a participação da mulher nos esportes, preconceito e racismo no esporte, competitividade exagerada, esportes para pessoas com deficiência, etc; • Produção de gráficos e tabelas voltadas para os temas abordados; • Seminários. 	<p>Usar o xadrez, o cubo mágico e o tangam aliando-os como instrumentos para desenvolvimento e ampliação da atenção e da concentração.</p> <p>Em todas as atividades, quando iniciadas, trabalhar o conceito, as regras e critérios dos "jogos", desenvolvendo o hábito e o gosto pela leitura.</p> <p>https://monografias.brasilecola.uol.com.br/matematicas/os-beneficios-cubo-magico-nas-aulas-matematica-no-ensino-medio.htm</p>
<p>ARTE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Xilogravura; • Dramatização (1º unidade); • Cordel • Releitura de obras de artes (2º unidade); • Paródias; • Paineis (3º unidade) <p>Trabalhar as temáticas: - Empoderamento feminino; Igualdade de gêneros; Dia das mães, Dia dos pais.</p>	<p>Trabalhar com base nas temáticas anuais e do projeto. Todas as temáticas iniciarão com leituras de textos de apoio colados no caderno.</p>

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

133

<p>ENSINO RELIGIOSO</p> <p>PROJETO DE VIDA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição federal (direitos humanos) • Respeito e empatia; • Bullying e preconceito; • Lei de Estado Laico; • Preconceito religioso. <p>- Encenação de um julgamento de um crime cometido (um dos temas abordados) baseado na constituição federal.</p> <p>- Resumos dos textos lidos;</p> <p>- Produções de textos com base nos temas abordados.</p> <p>O professor deverá trabalhar detalhadamente como produzir um texto, um seminário ou um julgamento, dando exemplo e fazendo as observações após cada trabalho realizado pelos alunos.</p>	<p>Basear as aulas em leituras de textos informativos, com o desenvolvimento e apresentação de trabalhos, curtas, parodias, folder e fansine além de produções textuais (resumo, etc).</p>
--	---	--

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

134

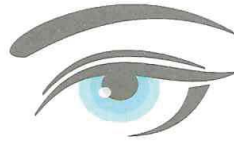
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Matemática. Brasília: SEF/MEC, 1996. (Série Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental 1ª a 4ª série)
- FREIRE, P. A importância do ato de ler. 41ª ed, São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Língua Portuguesa. Brasília: SEF/MEC, 1997. (Série Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental 1ª a 4ª série)
- _____. Parâmetros em Ação – Alfabetização. Brasília: SEF/MEC 1999.
- _____. Livro do Professor (Projeto Escola Ativa). Brasília: Fundescola/SEF/MEC, 2000.
- _____. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa). Brasília: SEF/MEC, 2001.
- _____. Referencial de Formação de Professores. São Paulo Cedac – SEF/MEC, 2002.
- BUENOS AIRES. Secretaría de Educación. Actualización Curricular EGB Lengua. Documento de Trabajo n. 2, 1996. Buenos Aires: Dirección de Curriculum.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o BÂ-BÊ-BI-BÓ-BU. São Paulo: Scipione, 1999.
- FERREIRO, Emilia. Passado e presente dos verbos ler e escrever. São Paulo: Cortez, 2002.
- KATO, Mary A. O aprendizado da leitura. São Paulo: Martins fonte, 1985.
- KLEIMAN, Angela B. Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1995. São Paulo: Ática, 1996.
- LERNER, Delia . “É possível ler na escola?”, in Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. (Trad.: E. Rosa) Porto Alegre: Artmed, 2002, pp. 74-102.
- LERNER, Delia e PIZANI, Alicia Palácios de. A aprendizagem da língua escrita na escola
- PERES, Giani. Ler é o melhor Remédio, Revista Criança. P.26. 2006.
- SCARPA, Regina. Competências do professor.
- SÃO PAULO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Orientações Gerais para o Ensino de Língua Portuguesa e de Matemática no Ciclo I, Diretoria de Orientação Técnica– DOT, 2006.
- _____. Guia para o planejamento do professor Alfabetizador Projeto Toda Força ao 1o ano – Vol. 1, 2 e 3, 2006.
- _____. Guia de planejamento e orientações didáticas para o professor do 2o ano– Vol. 1, 2007.
- SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- TEBEROSKY, Ana e GALLART, Marta (org.). Contextos de alfabetização inicial. Artmed, 2004.
- TEBEROSKY, Ana e CARDOSO, Beatriz. Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita. Petrópolis: Vozes, 1993.

134

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BARRA DA ESTIVA - BA



- CME -
"Um olhar comprometido
com a Educação"

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024.

"Dispõe sobre Projeto Político Pedagógico (PPP), do Centro Educacional Antônio Joaquim Alves, e dá outras providências correlatas".

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho Pleno em Sessão Ordinária, realizada no dia 13 de novembro de 2024 e com fundamento na legislação vigente.

RESOLVE:

ART. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico PPP, do Centro Educacional Antônio Joaquim Alves escola pertencente ao Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva, Estado da Bahia, conforme disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Resolução.

ART. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra da Estiva – BA, em 22 de novembro de 2024.


Professora Sara Pereira Silva Novais
Presidente – CME


Camila Ferreira Caires Santos
Presidente – CEB

HOMOLOGUE – SE. PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

Barra da Estiva – BA, em 22 de novembro de 2024.


Marizane Lima Martins
Secretária Municipal da Educação

Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14 – Centro – CEP 46.650-000 – Barra da Estiva – BA

Página 2 de 2

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva



SECRETARIA
MUNICIPAL
DA EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE
**BARRA DA
ESTIVA**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BARRA DA ESTIVA – BA
2024

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. MARCO SITUACIONAL	7
2.1 Histórico e organização	11
2.2 Caracterização da comunidade escolar	13
2.3 Ambientes pedagógicos disponíveis	14
2.4 Dimensões físicas.....	26
3. OBJETIVO DA INSTITUIÇÃO.....	32
3.1 Indicadores Educacionais.....	32
3.1.1 IDEB.....	32
3.2 Diagnóstico escolar dos estudantes.....	39
3.3 Conselho escolar.....	51
3.4 Conselho de Classe.....	54
4. MARCO CONCEITUAL	55
4.1 Bases legais que regem o PPP.....	55
4.2 Princípios norteadores da educação.....	61
4.3 Princípios teóricos e filosóficos da educação.....	62
4.3.1 Visão.....	63
4.3.2 Missão.....	63
4.3.3 Valores.....	63
4.4 Objetivos Gerais.....	64
4.5 Objetivos Específicos.....	64
4.6 Das Concepções de escola.....	65
4.6.1 Concepção de escola.....	65
4.6.2 Concepção de sociedade.....	66
4.6.3 Concepção de educação.....	67
4.6.4 Concepção do processo de ensino-aprendizagem.....	67
4.6.5 Concepção de infância.....	68
4.6.6 Concepção de currículo.....	70
4.6.7 Concepção de gestão democrática.....	71
4.6.8 Formação continuada de professores.....	75
5. TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES.....	77

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

5.1 Educação em direitos humanos.....	77
5.2 Educação para a diversidade.....	78
5.3 Educação para as relações de gênero e sexualidade.....	79
5.4 Educação para as relações étnicos-raciais.....	82
5.5 Educação para o trânsito.....	84
5.6 Saúde na escola.....	85
5.7 Educação Ambiental.....	85
5.8 Cultura Digital.....	86
5.9 Educação fiscal.....	91
5.10 Educação alimentar e nutricional.....	92
6. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO.....	93
7. DAS MODALIDADES DE ENSINO OFERTADOS PELA ESCOLA.....	96
7.1 Política de educação do campo.....	96
7.2 Educação inclusiva.....	100
7.3 Educação Quilombola.....	104
8. PRINCIPIOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	107
9. DA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	109
9.1 Princípios básicos da educação infantil.....	109
9.2 Direitos de aprendizagem e desenvolvimento.....	111
9.3 Metodologia.....	115
9.4 Transição da Educação Infantil.....	116
9.5 Avaliações de aprendizagem.....	120
9.6 Planejamento.....	121
9.7 Organizador Curricular Infantil.....	126
10. DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	156
10.1 Ensino Fundamental anos finais.....	159
11. MARCO OPERACIONAL	164
11.1 Premissas da escola.....	164
11.2 Proposta de transição.....	170
11.3 Transição dos anos iniciais para os anos finais.....	172
11.4 Transição dos anos finais para o ensino médio.....	174
12. AVALIAÇÃO DO PPP.....	176

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

13. BIBLIOGRAFIA.....	178
14. ANEXOS.....	181
Plano de Gestão	

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

5

1. APRESENTAÇÃO

Para que a escola possa construir seu Projeto Político Pedagógico a participação de todos é condição essencial. Isso contribui para a democratização das relações de poder no âmbito escolar levando a comunidade a participar no próprio sistema de ensino.

Este projeto surge como um instrumento de construção e reconstrução permanente de uma sociedade que acredita formar um aluno participativo, criativo, reflexivo, cidadão, capaz de atuar com competência, dignidade e responsabilidade no espaço onde vive.

Para formar o educando que nos propomos, precisamos desenvolver no projeto práticas que possibilitem o intercâmbio de experiências entre educadores, pais, alunos, equipe pedagógica e comunidade para a construção de uma escola democrática e cidadã. (GADOTTI, 1992)

Portanto, o reconhecimento da necessidade de se construir um Projeto Político Pedagógico, dotado de ações, estruturante de práticas escolares autônomas e criativas, permite estabelecer as diretrizes e atuações coletivas com todo o corpo docente e discente desta escola, num processo permanente de reflexão e discussão dos problemas, na busca de alternativas viáveis a sua intencionalidade constitutiva que supere os conflitos, os efeitos fragmentários da divisão do trabalho e os poderes de decisão. (ROSSA, 1999).

Desde 1996, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, o projeto político pedagógico vem sendo construído com propostas de novos caminhos, para uma escola diferente. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e função social da escola, obrigam a um pensar e a uma reflexão contínua de todos que estão envolvidos neste processo.

Que conhecimentos nossos alunos/as precisarão ter para de fato, exercer a sua cidadania nesta sociedade tão cheia de conflitos? Conflitos estes que estão presentes no espaço escolar, nas relações pessoais, no confronto das ideias, e também no surgimento de novas concepções, das dúvidas e da necessidade do diálogo entre os sujeitos aprendentes (comunidade escolar).

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

6

A equipe do Centro Educacional Antônio Joaquim Alves, elaborou este projeto retratando a realidade do estabelecimento, a partir de leituras e discussões com a comunidade escolar, levantando suas necessidades e a forma de como encaminhar a superação de seus desafios.

Enfim, a busca do conhecimento transforma-se não só em um meio de alcançar um fim, mas um fim em si mesmo, no sentido de acompanhar as rápidas mudanças da sociedade.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

7

2. MARCO SITUACIONAL

Nome: Centro Educacional Antônio Joaquim Alves

Código INEP: 29213134

Endereço: Povoado do Jacu

CEP: 46650-000

Município: Barra da Estiva -Ba

E-mail: ceaja.jacu@gmail.com

Núcleo Regional de Educação:

Dependência Administrativa: Municipal

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

Regime de Tempo Escolar: Seriado

Organização curricular: Campos de experiência e Componentes Curriculares

Oferta de Ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais

Turnos de Funcionamento: Matutino e Vespertino

Número de turmas: 1 turma de Educação Infantil (seriado,) 04 turmas de Ensino Fundamental anos iniciais, 04 turmas ensino fundamental anos finais

Autorização de Funcionamento da Educação Infantil:

Renovação Autorização de Funcionamento Educação Infantil:

Ato de Reconhecimento do Estabelecimento do Ensino Fundamental:

Mudança de Nomenclatura:

Ato do NRE de aprovação do Regimento Escolar:

Distância do Estabelecimento até a sede: acima de 20 km

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

8

Cursos e modalidades ofertadas pela instituição de ensino

Cursos / Modalidades	SIM	NÃO
Educação Infantil	X	
EF Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	X	
EF Anos Finais (6º ao 9º Ano)	X	

Organização do Tempo Escolar

2024 – EDUCAÇÃO INFANTIL MULTIANOS					
Organização	Turno	Turma	Nº de alunos	Avaliação	Org. Curricular
Multisseriado	Matutino	Única	15 alunos	Trimestral	Campos de Experiências
ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL 1/5 ANO					
Organização	Turno	Turma	Nº de alunos	Avaliação	Org. Curricular
1º Ano	Matutino	Única	07 alunos	Trimestral	Componente Curricular
2º Ano	Matutino	Única	13 alunos	Trimestral	Componente Curricular
3º Ano	Matutino	Multi	06 alunos	Trimestral	Componente Curricular
4º Ano	Matutino	Multi	06 alunos	Trimestral	Componente Curricular
5º Ano	Matutino	Única	09 alunos	Trimestral	Componente Curricular
ANOS FINAIS ENSINO FUNDAMENTAL 6/9 ANO					
Organização	Turno	Turma	Nº de alunos	Avaliação	Org. Curricular
6º Ano	Vespertino	Única	13 alunos	Trimestral	Componente Curricular
7º Ano	Vespertino	Única	13 alunos	Trimestral	Componente Curricular
8º Ano	Vespertino	Única	08 alunos	Trimestral	Componente Curricular

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

9

					Curricular
9º Ano	Vespertino	Única	12 alunos	Trimestral	Componente Curricular

O horário de funcionamento no período matutino é das 8h00min às 12h00min e no período da tarde das 13h00min às 17h00min.

Quadro de Profissionais

Administrativo

Nome	Função	Formação
Eduardo Caires Luz	Diretor	Licenciatura em Biologia Especialização Gestão Escolar e Ensino da Matemática
Cleide Santos Miranda	Secretária	Licenciatura em Pedagogia
Enelson Caires Aguiar	Coordenador Pedagógico	Licenciatura em História

Relação do corpo docente

Nome	Função	Habilitação
Vilma Santos Miranda Pires	Professora	Licenciatura em Pedagogia, Especialização em Educação Especial Inclusiva e Especialização em Educação no Campo.
Dalce Moura Caires Ramos	Professora	Licenciatura em Pedagogia, Especialização em psicopedagogia.
Jaildo Silva Caires	Professor	Licenciatura em Pedagogia e Especialização em Arte, Educação e Terapia

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

10

Euclides Moura Caires	Professor	Licenciatura em Pedagogia e Especialização em psicopedagogia.
Georgino Alcântara Teixeira	Professor	Licenciatura em História
Odair Pereira Caires	Professor	Licenciatura em Pedagogia e Especialização em psicopedagogia.
Maria Amália Caires Pires Vieira	Professora	Licenciatura em história e se especializando em Educação Inclusiva.
Daniela Gomes Silva	Professora	Licenciatura em História
Cláudio Oliveira Sousa	Professor	Licenciatura em matemática, pós em metodologia da matemática e física
Gislaine Pires Freitas	Professora	Licenciatura em Ciências Biológicas, pós graduada em Gestão Ambiental
Patrícia Silva Soares dos Santos	Professora	Ensino Superior Incompleto

Quadro de Apoio

Nome	Função	Habilitação
Cláudia Silva Caires Novais	Merendeira	Licenciatura em Pedagogia
Rosiane Silva de Souza Oliveira	Auxiliar Serviço Gerais	Ensino Médio Completo
Wislane Alves de Sousa Cirqueira	Auxilia Serviços Gerais	Ensino Médio Completo
Jaciara Pires da Silva	Cuidadora	Ensino Superior Incompleto

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

11

2.1 Histórico e Organização da Instituição

Por volta dos anos 70, os moradores do Povoado Jacu começaram a idealizar a educação de seus filhos de forma sistematizada, quando decidiram em conjunto organizar salas de aulas em seus lares. Estes, procuraram pessoas de sua confiança, as quais não possuíam uma formação adequada para exercer a função do magistério, mas uma aprendizagem significativa para transmitir conhecimentos aos alunos daquela época.

Com o passar do tempo, os pais começaram a entender o papel da educação e sua função na sociedade decidindo então buscar junto ao poder público municipal o apoio para a construção de um Prédio Escolar para o melhor desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos. Juntos, unidos pela força de vontade conquistaram no ano de 1977 o tão sonhado Prédio Escolar na administração do então Prefeito o Senhor Antônio Ferreira Gonçalves.

Após a construção do prédio escolar, a comunidade reuniu-se com o objetivo de dar um nome à escola, decidindo juntos nomeando de Antônio Joaquim Alves em homenagem a um dos moradores da região, o qual era considerado um dos primeiros homens a construir sua morada e fixar-se nesta localidade, este era considerado conselheiro e amigo de todos que aqui moravam.

Logo após a sua fundação a escola teve como professor Senhor Eulício Bento dos Santos, o qual não possuía nenhuma formação para exercer o magistério, no entanto, foi capaz de desempenhar a sua função atendendo a um grande número de alunos, procurando transmitir o que sabia com muita humildade e sabedoria, e, com sua imensa dedicação fazia também o papel de merendeiro e faxineiro contanto sempre com o auxílio da sua esposa a Senhora Maria Bandeira, sendo que a escola só veio alcançar o privilégio de ter uma merendeira e faxineira a Senhora Dulce Miranda Silva na década de 80.

Já cansado da sua luta pela a educação e se encontrando impossibilitado de exercer a função, no ano de 1983 o senhor Eulício resolveu passar o cargo para a Professora Cleuza Oliveira de Souza, a qual buscou apoio para exercer juntamente com ela o cargo a Senhora Maria Ilza Martins Soares, ambas consideradas leigas, sem o auxílio de recursos didáticos para atender ao número de alunos, também conseguiu desempenhar seu trabalho sempre procurando transmitir seus saberes

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

12

da melhor maneira que podiam.

Na década de 90 a professora Cleuza teve que se afastar, pois se encontrava gestante, ficando então em seu lugar a professora Maria Amália Caires Pires. Já Maria Ilza passou a ser merendeira, onde exerceu o cargo até o ano de 2008, onde se tornou auxiliar de serviços gerais até os dias atuais. A professora Maria Amália considerada leiga com o curso da 5ª série apenas, foi capaz de atender a um número de 72 alunos nos turnos matutino e vespertino, enfrentando muitas dificuldades sem recursos didáticos suficientes e a estrutura física da escola já estava se tornando incapaz de atender todos os alunos, mesmo assim, conseguiu desempenhar seu trabalho da melhor forma possível, e com uma dedicação que nunca lhe faltou, conquistou o respeito e o carinho de muitos até os dias atuais.

O número de alunos crescia a cada ano e já sem capacidade a todos os alunos, a escola teve o privilégio de contar com o primeiro professor formado no Magistério, o Senhor Georgino Alcântara Teixeira, o qual contribuiu de forma significativa para o crescimento e desenvolvimento desta Instituição de Ensino, o qual tornou-se diretor no ano de 1999 e com muita força de vontade implantou o Ensino Fundamental II, trazendo consigo uma equipe de professores capazes de exercer a sua função no processo de ensino e aprendizagem com uma imensa dedicação e competência. Ainda neste período, pela primeira vez os alunos foram beneficiados com o transporte escolar.

Diante do crescimento que a escola atingiu já não era mais possível atender as regiões circunvizinhas devido a estrutura física inadequada da escola. Logo, o Diretor da época Georgino não mediu esforços e buscou junto aos órgãos competentes a ampliação do espaço físico para melhor atender aos interesses da comunidade dentro do seu papel que lhe era atribuído na educação.

Após grande lutas e conquistas pela educação dessa região o diretor Georgino decide passar seu cargo para o professor Vilson Caires Aguiar, o qual assumiu de 2006 e 2008, onde deu continuidade ao trabalho de Georgino, sempre procurando de forma muito dinâmica e respeitosa exercer a função que lhe era atribuída. A escola pela primeira vez contou com uma secretária, formada no Magistério Cleide dos Santos Miranda, ficamos alegre, pois era fruto dessa escola.

Em 2009, a escola fica sobre a administração do Diretor Adriano de Sousa

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

13

Caires, que atuou até 2011, durante esse período a escola cresceu de forma significativa, com profissionais com formação superior.

No final do ano de 2011, a educação do município passou por um processo histórico, onde ocorreram a 1ª eleição para diretores no município, e aqui nesta unidade de ensino não foi diferente, onde a atual Diretora Maria Tatiane de Oliveira e Silva foi eleita pela comunidade escolar, vencendo o Professor Adriano.

No final de 2015 houve uma nova eleição para o cargo de Diretor Escolar, o qual a diretora Maria Tatiane concorreu com o professor Joao Batista, tornou se eleita por mais quatros anos de mandato. No ano de 2019 houve novamente eleição para Diretor Escolar sendo concorrente única e eleita, tendo seu mandato até o final de 2023. A mesma vem desenvolvendo um excelente trabalho e conquistando melhorias para todos da comunidade escolar.

Enfim, essa instituição de ensino conta com profissionais que não medem esforços ao depositarem toda a sua competência na busca de dias melhores, de uma educação melhor e de um futuro promissor para seu alunado.

2.2 Caracterização da Comunidade Escolar

A comunidade sobrevive da agricultura cafeeira, da lavoura de mandioca e ainda de pensão por aposentadoria de idade. Além do café, em nossa região produz-se feijão e banana, porém sendo o café a fonte de renda principal para a comunidade.

Podemos encontrar em nosso contexto pessoas que se mantem através do serviço braçal diarista trabalhando 9 horas por dia e sem nenhum material de segurança adequado. Todas as casas possuem energia elétrica, televisão com TV de canal aberto, geladeira, sofá, aparelho de celular com 90% dos mesmo com internet. Quanto ao nível de alfabetização, pode-se dizer que a maior parte da população não são alfabetizados, há uma pequena quantidade que não continuou na escola após o término do primário, porem tem um bom número de jovens que já concluíram o ensino médio, outros já cursou o ensino em especialização e outros cursando ainda a especialização. Portanto foi feito um levantamento de dados e foi

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

14

constatado que não há na comunidade atual e na circunvizinhas nenhuma criança fora da escola com idade para estudar.

Em uma comunidade próxima (Camulengo) possui uma escola que atende as necessidades de 1º ao 5º ano, porém trabalham com classe multisseriada. Nesta comunidade percebe-se também que o feijão, o arroz, a farinha, o café a banana e o morango são indispensáveis na alimentação da comunidade, até mesmo pelo fato de termos uma comunidade que não tem ainda uma rentabilidade satisfatória e estes alimentos encontrados na própria região são acessíveis a todos. Vale ainda ressaltar que uma das formas de lazer existente na região é o futebol que é um esporte praticado somente pelos homens da comunidade, os passeios nos rios, ressaltando também que esta comunidade foi titulada como uma região turística pela suas belezas onde encontra se uma paisagem em estilo rustico. A participação dos pais e/ou responsáveis em reuniões, assembleias e entrega de resultados é abaixo do esperado, sendo necessário o desenvolvimento de ações de incentivo à participação e envolvimento das famílias.

Na comunidade não há oferta de atividades recreativas, educativas, esportivas ou culturais para que as crianças frequentem em contra turno.

O desafio da escola do campo é desempenhar um trabalho voltado para a realidade dos alunos, envolvendo família e sociedade rural, para que através da educação sejam formados sujeitos críticos e capazes de viver numa sociedade que atualmente exige muito de cada um. A educação trabalhada de acordo com a realidade dos alunos que vivem no campo apresenta possibilidades para que eles prossigam vivendo e trabalhando no campo.

2.3 Ambientes pedagógicos disponíveis

Considerando as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos iniciais e Anos finais – a sala de aula e a própria instituição devem constituir um ambiente singular e revelador da identidade de cada grupo de professores e alunos a que as ocupam. A organização do espaço influencia e pode inclusive determinar como os alunos e os professores agem, pensam e sentem. Dependendo do modo

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

15

como organizamos o espaço, estamos propiciando ou impedindo a realização de certas atividades.

A instituição possui seis salas de aula; uma sala de professores; uma sala para a direção, secretaria e coordenação; uma sala pequena para os professores fazerem pesquisa e impressão; uma sala com alguns acervos e computadores; 02 banheiros feminino e 02 masculinos; um banheiro para educação infantil; uma cozinha; um depósito de merenda, um depósito de materiais de limpeza; uma quadra poliesportiva;

2.3.1 Sala da direção

A sala da direção é utilizada para atendimento pedagógico aos pais, alunos e professores, para acompanhar e orientar os processos pedagógicos, uma vez que a escola não disponibiliza de sala para coordenação.

O Diretor tem uma carga horária de 40 horas semanal, legalmente habilitado, em curso de nível superior, eleito de forma democrática com base na Lei Municipal Nº 10 de 2011 que dispõe sobre a regulamentação da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Barra da Estiva, Estado da Bahia.

A gestão escolar tem a função de organizar todos os elementos que, direta ou indiretamente, influenciam no trabalho pedagógico, ou seja, os aspectos ligados aos profissionais da educação e suas funções, aos espaços e aos recursos, garantindo a legalidade de todas as ações e primando pelo ensino-aprendizagem de todos os estudantes.

São atribuições do diretor:

- I – cumprir e fazer cumprir o regimento escolar;
- II – Representar institucionalmente a unidade escolar junto às instâncias do sistema, responsabilizando-se pelo seu cumprimento;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

16

III – Coordenar, em consonância com o conselho escolar a elaboração, a execução e a avaliação do projeto administrativo-financeiro-pedagógico observadas às políticas públicas da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esportes e Lazer;

IV – Coordenar a implementação do projeto político pedagógico da escola assegurando sua unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

V – Submeter ao Conselho Escolar para apreciação e aprovação, o Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros;

VI – Submeter ao Conselho Escolar para exame e parecer no prazo regulamentar à prestação de contas da movimentação financeira da escola e divulgá-la ao final do semestre letivo à Comunidade Escolar.

VII – Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnicos administrativos financeiros desenvolvidos na escola.

VIII – Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

2.3.2 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

O Coordenador Pedagógico é de extrema importância no acompanhamento do trabalho dos professores, visando fortalecer a equipe escolar para garantia da aprendizagem do aluno. Assim, esse profissional precisa estar atento à sua função pedagógica, de forma a apoiar os docentes no exercício de suas funções, tomando como referência as metas estabelecidas coletivamente na Proposta Pedagógica da UE.

O Coordenador Pedagógico da escola compõe a equipe pedagógica da unidade escolar que é responsável pela operacionalização da proposta pedagógica

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

17

da escola, pelo acompanhamento e orientação do trabalho desenvolvido pelos professores, pela qualidade do processo de ensino e pela efetiva aprendizagem dos alunos.

Compete ao Coordenador Pedagógico:

- Apresentar à Direção da Escola a estrutura e normas de funcionamento do Serviço de Coordenação Pedagógica, integrando-o ao processo ensino-aprendizagem;
- Coordenar o planejamento e execução das ações pedagógicas nesta Unidade Escolar juntamente com a equipe do órgão competente da SEMEC;
- Elaborar anualmente junto aos Professores Articuladores de Área o plano de ação, discutindo-o com os professores e Direção da Unidade Escolar;
- Acompanhar o processo de implantação de diretrizes da SEMEC relativos à Avaliação da aprendizagem e aos Currículos, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando necessário;
- Reunir-se semanalmente, com o Corpo Docente, para acompanhamento das atividades pedagógicas;
- Acompanhar e avaliar o Projeto Político Pedagógico (PPP) nesta Unidade Escolar;
- Coordenar e acompanhar as atividades dos horários AC nesta Unidade Escolar;
- Promover aperfeiçoamento técnico-pedagógico do Corpo Docente, através de palestras, conferências, simpósios e seminários;
- Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção de desvios no planejamento pedagógico;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

18

- Apresentar o relatório anual das atividades do Setor Pedagógico, ao Diretor da escola, em época determinada, divulgando-o aos Conselhos existentes na Unidade Escolar;
- Conceber, estimular e implantar inovações pedagógicas, divulgando as experiências de sucesso e promovendo intercâmbio entre Unidades Escolares;
- Promover ações que otimizem as relações interpessoais na comunidade escolar;
- Divulgar e analisar, junto à comunidade escolar, documentos e projetos do órgão central, buscando implementá-lo nesta Unidade Escolar, atendendo às peculiaridades regionais;
- Promover ações que estimulem a utilização de espaços físicos nesta Unidade Escolar, bem como o uso de recursos disponíveis para a melhoria e qualidade do ensino;
- Coordenar a utilização plena de recursos da TV Escola pelos professores;
- Identificar, orientar e encaminhar alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado;
- Promover e incentivar a realização de palestras, encontros e similares, com grupo de alunos e professores sobre temas relevantes para a educação preventiva e integral sobre cidadania;
- Organizar e coordenar a implantação do Conselho de Classe numa perspectiva inovadora de instância avaliativa do desempenho dos alunos;
- Promover ações que contribuam para o efetivo funcionamento do Conselho

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

19

Escolar, participando ativamente da sua implantação e/ou implementação, através de um trabalho coletivo e partilhado em articulação com a Direção;

- Promover reuniões e encontros com os pais, visando à integração escola / família para a promoção do sucesso escolar dos alunos;
- Estimular e apoiar a criação de Associação de Pais e Mestres desta UME, de Grêmio Estudantil e outros órgãos de ação participativa que contribuam para o desenvolvimento e a qualidade da educação, reforçando as metas educacionais, consolidando o processo de autonomia da UME;
- Promover anualmente junto ao Corpo Docente a eleição para a escolha dos Professores Articuladores de Área;
- Coordenar reuniões de Coordenação Pedagógica programando as suas atividades com os Professores Articuladores de Área e Orientadores Educacionais.

2.3.3 Secretária

A secretaria escolar é responsável pela manutenção dos registros, arquivos e documentação dos alunos, professores e funcionários da escola, além da execução dos trabalhos administrativos e expedição de comunicados que apoiem o desenvolvimento do processo escolar.

Seu papel é fundamental para o sucesso da administração escolar, e o seu trabalho deve interagir com todos os segmentos da comunidade escolar visando o cumprimento das diretrizes da Secretaria da Educação e do próprio Regimento Interno da UE.

Na organização de uma unidade escolar, a secretaria é o setor responsável pelo serviço de escrituração escolar, regra na grafia e correspondência, sob a responsabilidade do secretário-geral e supervisão da direção.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

20

Atribuições

- Fornecer em tempo hábil as informações solicitadas;
- Organizar e manter em dia coletânea de Leis, regulamentos, resoluções, diretrizes, ordens de serviço e demais documentos;
- Coordenar as atividades da Secretaria da Unidade Escolar;
- Secretariar os Conselhos de Classe e outras reuniões similares;
- Organizar e manter atualizados os documentos da Unidade Escolar e da vida escolar do aluno;
- Utilizar documentos para registrar e manter atualizados os dados dos alunos, professores da escola;
- Expedir e autenticar os certificados de conclusão de curso e outros documentos pertinentes;
- Lavrar em atas as anotações de resultados finais, de recuperação, de exames especiais, de classificação e de outros processos avaliativos;
- Orientar professores quanto à escrituração escolar sob sua responsabilidade;
- Responsabilizar-se juntamente com o diretor, pela frequência dos servidores;
- Participar do planejamento geral da Unidade Escolar e demais reuniões com vistas ao registro da Escrituração Escolar e Arquivo;
- Executar outras tarefas delegadas pelo Diretor da unidade escolar;
- Evitar o manuseio por pessoas estranhas ao serviço, bem como a retirada de

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

21

pastas, livros, diários de classe e registros de qualquer natureza, do âmbito da Unidade escolar, salvo quando oficialmente requeridos por órgãos autorizados.

EQUIPE DOCENTE

A função docente é um dos principais pontos de sustentação do processo ensino-aprendizagem. O exercício da docência não é uma tarefa solitária, é uma prática que deve se fundamentar no trabalho coletivo, nos estudos individuais e grupais e na troca de experiência pautada na ação e reflexão.

Para que esses princípios se configurem em realidade, faz-se necessário organizar reuniões pedagógicas, oficinas, conselhos, assembleias, seminários, horas de estudo etc. Como também utilizar os momentos das horas-atividade, que devem ser entendidas como oportunidades de aquisição de embasamento teórico para uma prática mais democrática e eficaz.

Atribuições

- Participar do planejamento e execução dos projetos coletivos da unidade escolar, especialmente do Projeto Pedagógico e PDE;
- Elaborar previamente seu Plano de Curso, a partir do Projeto Pedagógico da escola, em parceria com os professores da mesma disciplina e níveis de ensino e com a colaboração da equipe pedagógica da escola;
- Elaborar regularmente o seu plano de aula;
- Participar do Conselho de Classe e reuniões pedagógicas e encontros coletivos convocados pela direção da escola;
- Participar de programas de capacitação continuada buscando aperfeiçoar-se na sua área de atuação;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

22

- Manter atualizados os documentos de escrituração escolar sob sua responsabilidade (registro de presença, registro de notas) conforme orientações da subsecretaria da Educação;
- Elaborar e executar, em parceria com o professor de recursos e professor de apoio, se for o caso, o Plano Individualizado de Educação, atendendo as necessidades específicas dos alunos com necessidade educacionais especiais e dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou de acompanhamento da turma;
- Cumprir os 200 dias letivos, a carga horária mínima de cada curso e o horário integral das aulas;
- Iniciar e terminar as aulas no horário previsto;
- Não dispensar as turmas antes do encerramento das aulas;
- Evitar marcar consulta médica durante o período do trabalho;
- Cumprir as horas-atividade;
- Zelar pelo patrimônio público;
- Promover atividades de recuperação contínua com os alunos;
- Informar aos alunos sobre o processo de avaliação da aprendizagem;
- Comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos sob sua responsabilidade, com vistas à melhoria da escola como um todo;
- Utilizar os resultados da avaliação no replanejamento das aulas e do plano de curso.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

23

SECRETÁRIA GERAL

Com uma função administrativa, o secretário geral é o responsável pela documentação dos alunos e da escola. Seu papel é fundamental para o sucesso da administração escolar, e o seu trabalho deve interagir com todos os segmentos da comunidade escolar visando o cumprimento das diretrizes da Secretaria da Educação e do próprio Regimento Interno da UE.

Na organização de uma unidade escolar, a secretaria é o setor responsável pelo serviço de escrituração escolar, regra na grafia e correspondência, sob a responsabilidade do secretário-geral e supervisão da direção.

Atribuições

- Fornecer em tempo hábil as informações solicitadas;
- Organizar e manter em dia coletânea de Leis, regulamentos, resoluções, diretrizes, ordens de serviço e demais documentos;
- Coordenar as atividades da Secretaria da Unidade Escolar;
- Secretariar os Conselhos de Classe e outras reuniões similares;
- Organizar e manter atualizados os documentos da Unidade Escolar e da vida escolar do aluno;
- Utilizar documentos para registrar e manter atualizados os dados dos alunos, professores da escola;
- Expedir e autenticar os certificados de conclusão de curso e outros documentos pertinentes;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

24

- Lavrar em atas as anotações de resultados finais, de recuperação, de exames especiais, de classificação e de outros processos avaliativos;
- Orientar professores quanto à escrituração escolar sob sua responsabilidade;
- Responsabilizar-se juntamente com o diretor, pela frequência dos servidores;
- Participar do planejamento geral da Unidade Escolar e demais reuniões com vistas ao registro da Escrituração Escolar e Arquivo;
- Executar outras tarefas delegadas pelo Diretor da unidade escolar;
- Evitar o manuseio por pessoas estranhas ao serviço, bem como a retirada de pastas, livros, diários de classe e registros de qualquer natureza, do âmbito da Unidade escolar, salvo quando oficialmente requeridos por órgãos autorizados.

EQUIPE DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Os Serviços Auxiliares estão vinculados à Direção e são responsáveis pela execução de tarefas de natureza burocrática, de manutenção e conservação do patrimônio, da segurança e do funcionamento da Escola.

Cabe ao funcionário contratado e designado para este serviço:

- Manter sob sua responsabilidade as chaves da Escola e de todas as dependências;
- Zelar pela conservação e asseio, das instalações, dos móveis e utensílios da Escola;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

25

- Requisitar material de limpeza e controlar o seu consumo;
- Executar outras tarefas relacionadas com a sua área de atuação, determinadas pela Direção;
- Controlar a movimentação dos alunos na área interna e externa da Escola;
- Atender aos professores nas solicitações de material Escolar;
- Executar todo o trabalho de digitação e impressão, encaminhado pelos diversos setores da Unidade Escolar;
- Estipular prazos para recebimento e distribuição do material sob sua responsabilidade;
- Revisar o material digitado antes do encaminhamento;
- Impedir a entrada de pessoas estranhas ao serviço, a fim de evitar a quebra de sigilo;
- Requisitar material necessário e controlar o seu consumo;
- Controlar a entrada e saída dos alunos da Unidade Escolar, conforme determinação da Direção;
- Proceder a abertura e fechamento do prédio, no horário regulamentar, fixado pela Direção;
- Encaminhar à Direção toda correspondência recebida;
- Executar outras tarefas relacionadas com a sua área de atuação, determinadas pela Direção.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

26

2.4 DIMENSÕES FÍSICAS

Diretoria:

Item	Especificação	Quantidade
01	Armário de MDF com 02 portas	01
02	Microssister	03
03	TV "32 Polegadas"	01
04	Aparelho de DVD	01
05	Aparelho DataShow	02
06	Computador caplus	01
07	Monitor led 20, Bluecase	01
08	Impressora	02
09	Notebook	04
10	Raque para Computador	02
11	Mesa com gaveta	02
12	Antena para Celular	01
13	Celular intelbras de antena	01
14	Estabilizador	01
15	Caixa de som amplificada	03
16	Câmera fotográfica	02
17	Celular	01

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

27

SALA DOS PROFESSORES

Item	Especificação	Quantidade
01	Armário de aço com 16 portas	01
02	Mesa com cadeiras	05

PÁTIO

Item	Especificação	Quantidade
01	Bebedouro	02
02	Filtro de barro	04

CANTINA

Item	Especificação	Quantidade
01	Geladeira	01
02	Filtro de barro	03
03	Armário de madeira com 02 portas	01

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

28

05	Liquidificador Industrial	01
06	Armário de cozinha	01
07	Fogão industrial com 04 bocas e forno	01
08	Freezer com 02 portas 350 litros	01
09	Prateleira de aço	01

SALA DE AULA

Item	Especificação	Quantidade
01	Mesa de madeira sem gaveta	05
02	Cadeira azul	98
03	Mesa	101
05	Mesa para Ed. Infantil	04
06	Cadeira Ed. Infantil	14
07	Televisão 19 polegadas	02

SALA DE INFORMÁTICA

Item	Especificação	Quantidade
01	Monitor lg 10 polegadas	05
02	CPU	01
03	Impressora Canon	01
04	Mesa para Computador	05

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

29

05	Cadeiras com almofadas	05
06	Ar condicionado York	01
07	Mesa grande	01
08	Computador amarelo	02
09	Raque para computador	02
10	Prateleira de aço	05
11	Armário de aço 02 portas	01

Clientela

2.3.3 Salas de aula

As seis salas de aulas disponíveis são utilizadas para ministrar aulas da Educação infantil ao quinto ano no período matutino e do sexto ano ao nono no período vespertino.

2.3.4 Biblioteca (Lei Federal nº 12.244/10, de 24/05/2010, da Biblioteca

Escolar)

Mesmo tendo uma lei obrigatória para a Biblioteca, esta unidade de ensino não dispõe de um espaço adequado para biblioteca e acervos em grande quantidade para uso dos alunos e professores, porem fora do prédio há uma sala de informática com alguns acervos para pesquisa, pois é uma sala pequena e não comporta o número de alunos. O acervo bibliográfico que está sendo utilizado não é suficiente para atender a demanda do curso. Os professores normalmente utilizam esse espaço para realização de hora-atividade (AC).

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

30

2.3.5 Sala para docentes

A sala é destinada para reunião dos professores, fazerem pesquisas e impressões realização de hora-atividade, intervalo, e repasse de informações e orientações.

2.3.6 Sala para atendimento pedagógico

Não existe um ambiente específico para a realização do trabalho da equipe. O atendimento aos pais, alunos e professores é desenvolvido na sala da Direção. A escola não dispõe de espaço físico para este ambiente. Até mesmo o atendimento mensal as vezes bimestral feito pela psicóloga escolar não tem um espaço específico.

2.3.7 Cozinha/cantina/refeitório

A cozinha está localizada fora do prédio escolar, as condições de iluminação, ventilação e limpeza são adequadas, possui despensa para acondicionamento dos alimentos. O lixo é acondicionado em lixeiros com tampa e pedal, são retirados diariamente da cozinha e recolhidos pela merendeira para queimá-lo. Não há refeitório para os alunos, estes ficam em local aberto, próximos à cozinha, porém quando chove os alunos precisam lanchar nas salas de aula. Uma funcionária trabalha na cozinha, e possui noções de boas práticas de alimentação e realiza todos os cursos ofertados na área pela Divisão de Alimentação do município.

2.3.8 Espaço para Educação Física

A escola possui uma quadra poliesportiva sem cobertura, há área livre para recreação. A instituição conta com os materiais esportivos e pedagógicos para a prática das atividades.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

31

2.3.9 Acessibilidade

Nesta instituição há uma entrada adaptada com uma rampa de acesso as quatros salas de aula dentro da escola, e fora da escola a uma sala com uma rampa, os banheiros não estão adaptados para a acessibilidade

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

32

3. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, inicia-se aos seis anos de idade e tem como objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

3.1 INDICADORES EDUCACIONAIS

3.1.1 IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, criado no ano de 2007 é um indicador educacional construído a partir dos resultados obtidos do fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do INEP – Prova Brasil para os municípios.

REPROVAÇÃO/ABANDONO/APROVAÇÃO – ANOS INICIAIS E FINAIS

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

33

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	3,1% 2 reprovações	0,0% 0 abandonos	96,9% 63 aprovações
Anos finais	11,8% 8 reprovações	4,4% 3 abandonos	83,8% 57 aprovações

2010

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	12,1% 9 reprovações	1,4% 1 abandonos	86,5% 63 aprovações
Anos finais	16,1% 11 reprovações	4,5% 3 abandonos	79,4% 56 aprovações

2011

2012

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	8,8% 5 reprovações	0,0% 0 abandonos	91,2% 56 aprovações
Anos finais	22,9% 22 reprovações	2,3% 2 abandonos	74,8% 71 aprovações

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

34

2013

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	2,2% 1 reprovações	0,0% 0 abandonos	97,8% 44 aprovações
Anos finais	16,3% 15 reprovações	3,3% 3 abandonos	80,4% 74 aprovações

2014

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	20,4% 10 reprovações	0,0% 0 abandonos	79,6% 39 aprovações
Anos finais	10,3% 10 reprovações	2,0% 2 abandonos	87,7% 86 aprovações

2015

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	3,6% 2 reprovações	0,0% 0 abandonos	96,4% 53 aprovações
Anos finais	15,5% 13 reprovações	2,4% 2 abandonos	82,1% 69 aprovações

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

35

2016

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	3,3% 2 reprovações	0,0% 0 abandonos	96,7% 59 aprovações
Anos finais	6,7% 5 reprovações	1,3% 1 abandonos	92,0% 71 aprovações

2017

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	12,7% 8 reprovações	0,0% 0 abandonos	87,3% 55 aprovações
Anos finais	18,8% 13 reprovações	4,5% 3 abandonos	76,7% 54 aprovações

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	17,6% 12 reprovações	0,0% 0 abandonos	82,4% 56 aprovações
Anos finais	18,9% 10 reprovações	0,0% 0 abandonos	81,1% 43 aprovações

2018

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

36

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	6,8% 4 reprovações	0,0% 0 abandonos	93,2% 55 aprovações
Anos finais	21,1% 11 reprovações	1,9% 1 abandonos	77,0% 42 aprovações

2019

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	0,0% 0 reprovações	0,0% 0 abandonos	100,0% 55 aprovações
Anos finais	0,0% 0 reprovações	0,0% 0 abandonos	100,0% 57 aprovações

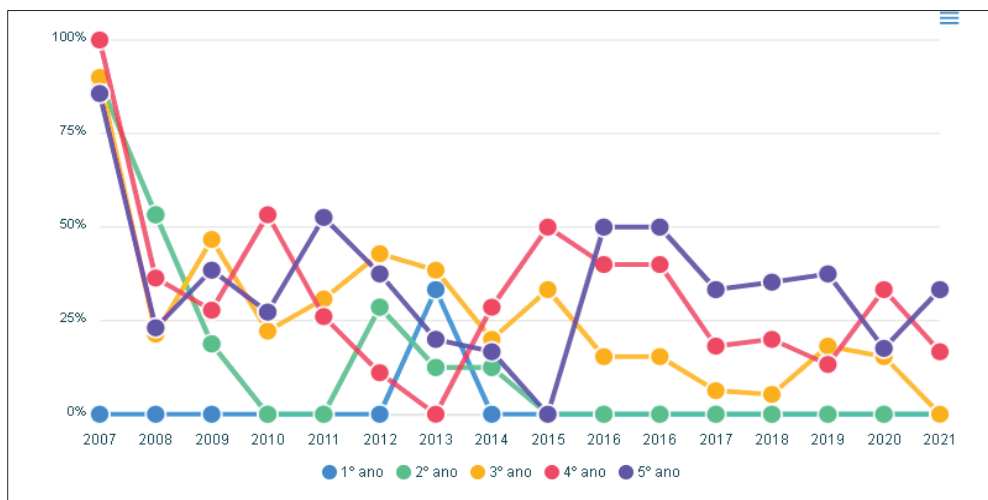
2020

2021

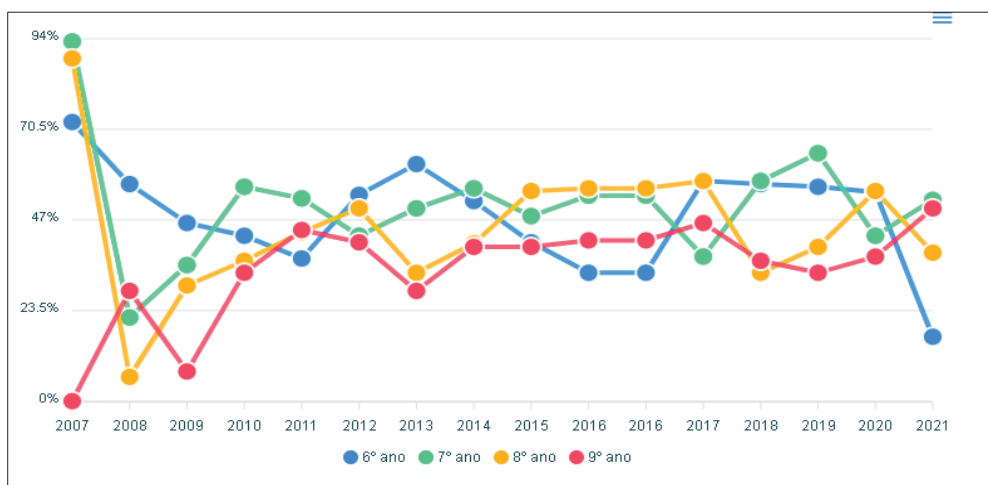
	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	0,0% sem dados	0,0% sem dados	100,0% sem dados
Anos finais	0,0% sem dados	1,6% sem dados	98,4% sem dados

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE – ANOS INICIAIS



DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE ANOS FINAIS



Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

38

IDEB – ANOS INICIAS

2017

Aprendizado 4,74 Quanto maior as notas, maior o aprendizado.	×	Fluxo 0,85 Quanto maior o valor, maior a aprovação	=	IDEB 4 Meta 0
--	---	--	---	-----------------------------------

2019

Aprendizado 6,56 Quanto maior as notas, maior o aprendizado.	×	Fluxo 0,92 Quanto maior o valor, maior a aprovação	=	IDEB 6 Meta 4,3
--	---	--	---	-------------------------------------

IDEB – ANOS FINAIS

2015

Aprendizado 4,69 Quanto maior as notas, maior o aprendizado.	×	Fluxo 0,8 Quanto maior o valor, maior a aprovação	=	IDEB 3,8 Meta 0
--	---	---	---	-------------------------------------

2017

Aprendizado 4,63 Quanto maior as notas, maior o aprendizado.	×	Fluxo 0,74 Quanto maior o valor, maior a aprovação	=	IDEB 3,4 Meta 4
--	---	--	---	-------------------------------------

2019

Aprendizado 5,48 Quanto maior as notas, maior o aprendizado.	×	Fluxo 0,77 Quanto maior o valor, maior a aprovação	=	IDEB 4,2 Meta 4,3
--	---	--	---	---------------------------------------

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

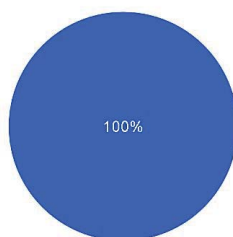
2021



3.2 DIAGNÓSTICO ESCOLAR – ESTUDANTES

O diagnóstico escolar foi realizado com todos os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Abaixo estão as perguntas que dizem respeito a: amizade e solidariedade, alegria, combate a discriminação, disciplina e tratamento adequado aos conflitos que ocorrem no dia a dia da escola, respeito aos direitos das crianças e adolescentes, formas variadas e transparentes de avaliação, indicadores oficiais de avaliação da escola e contextualização e as respostas e comentários em gráficos.

Escola em que estuda
54 respostas



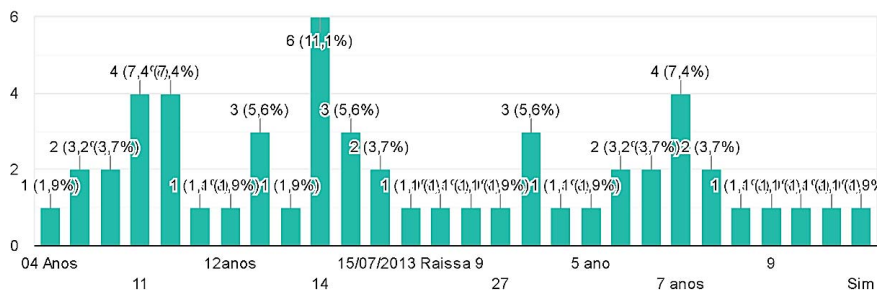
- CEAJA
- CECA
- CEJSP
- CERP
- GERAÇÃO DO FUTURO
- IRACI CANGUSSU
- MULTISSERIADA
- MAJOR WALDIR

▲ 1/2 ▼

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

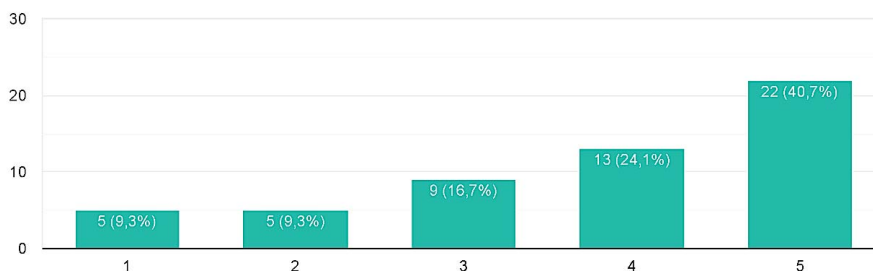
Idade do(a) aluno(a)

54 respostas



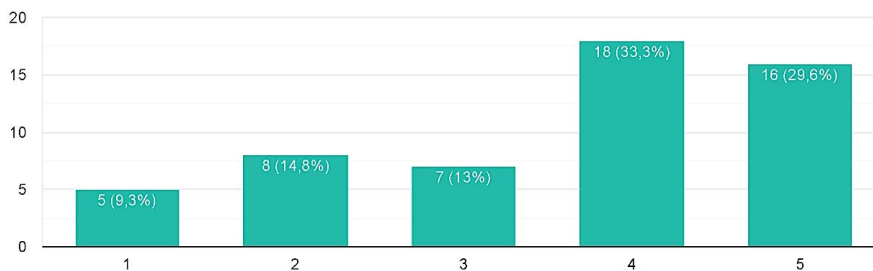
Em relação à sua integridade física (você não se machucar, não sofrer alguma agressão, etc) quanto você se sente seguro no ambiente da escola?

54 respostas



Em relação à sua integridade emocional (você não ser humilhado, exposto, etc.), quanto você se sente seguro no ambiente da escola?

54 respostas

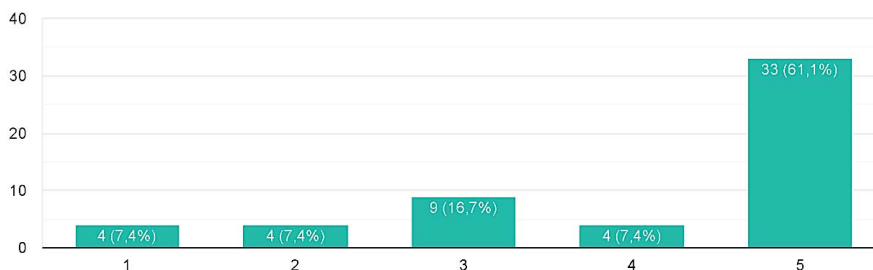


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

41

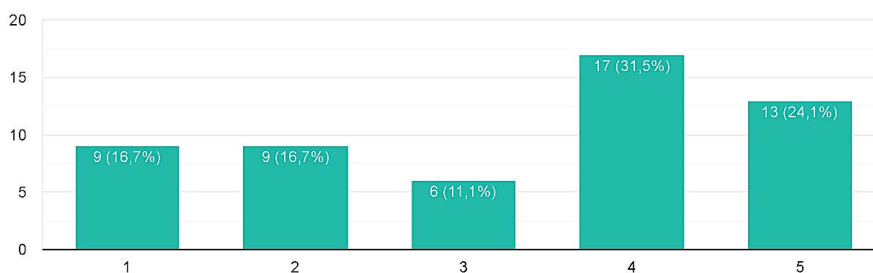
Quanto você consegue confiar nos adultos da escola (se sente protegido/ acolhido na presença deles)?

54 respostas



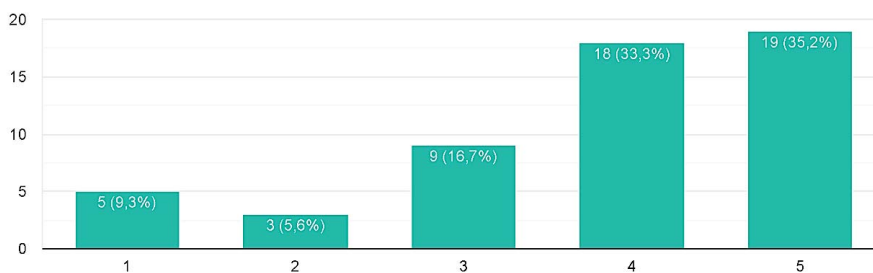
Quanto você se sente seguro para deixar sua mochila em qualquer lugar, longe da sua vista?

54 respostas



Quanto você acredita que o mobiliário, equipamentos e ambientes que a escola possui sejam adequados para a qualidade do seu estudo?

54 respostas

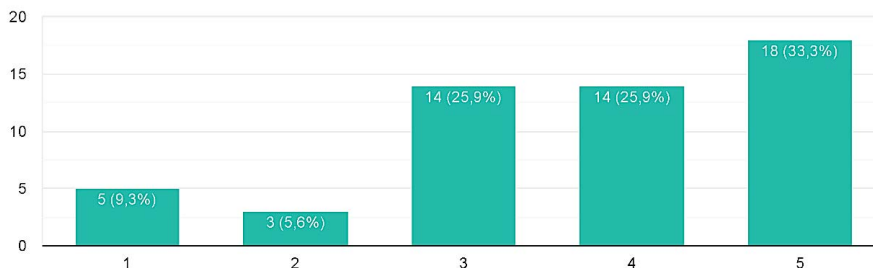


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

42

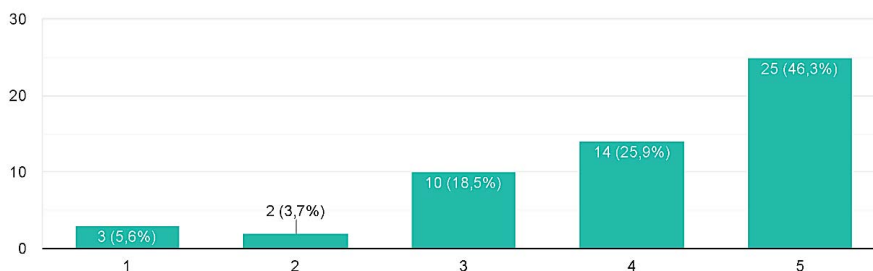
Quanto você usufrui de todos os espaços educativos da escola?

54 respostas



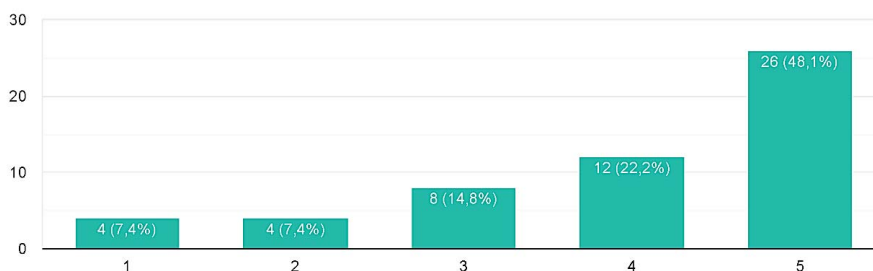
Quanto você acha a sua escola bonita?

54 respostas



Quanto a escola te proporciona uma alimentação saudável?

54 respostas

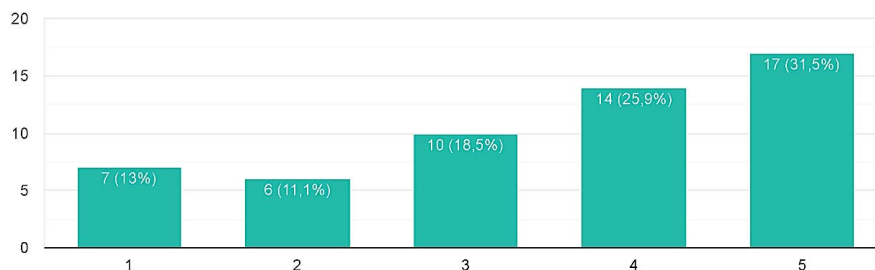


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

43

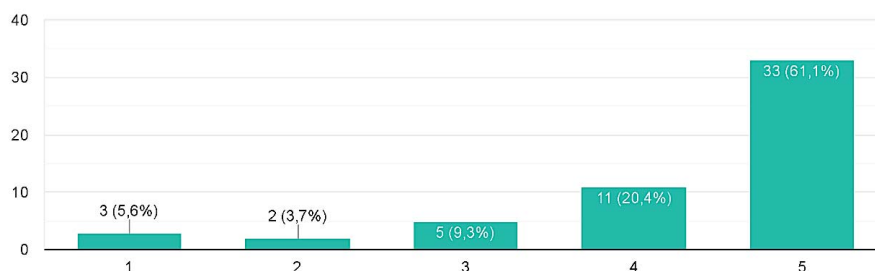
Quanto a escola oferece oportunidades de passeios, excursões e atividades fora do ambiente da sala?

54 respostas



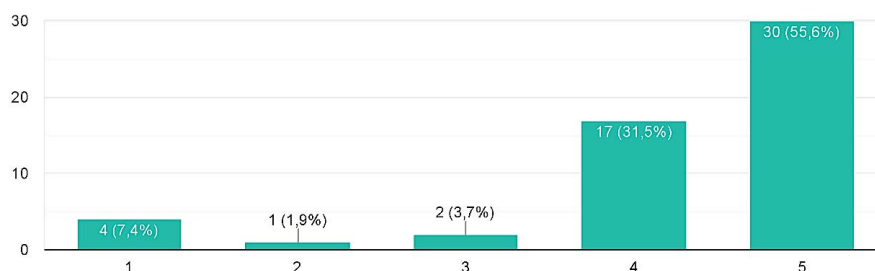
Quanto você se sente motivado a aprender?

54 respostas



Quanto o ambiente de sua escola pode ser divertido (você brinca, ri, se sente livre)?

54 respostas

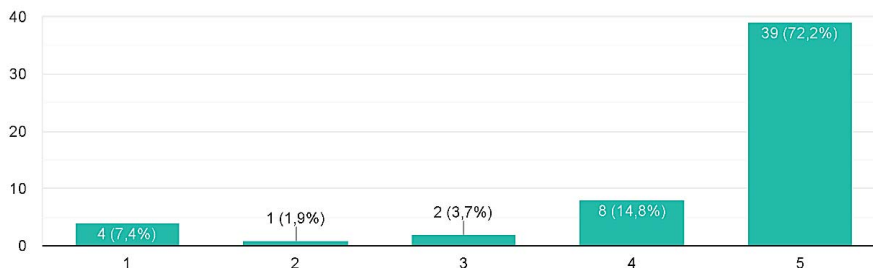


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

44

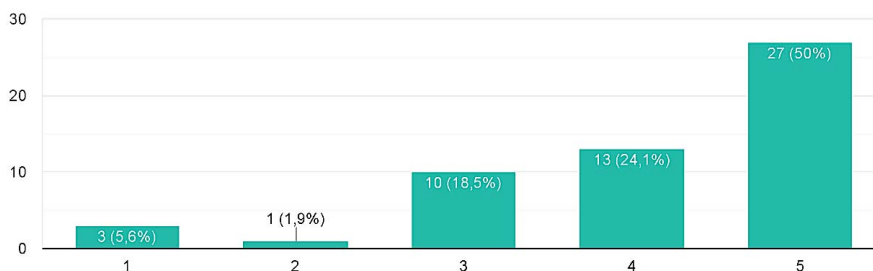
Quanto você foi bem acolhido quando ingressou na escola?

54 respostas



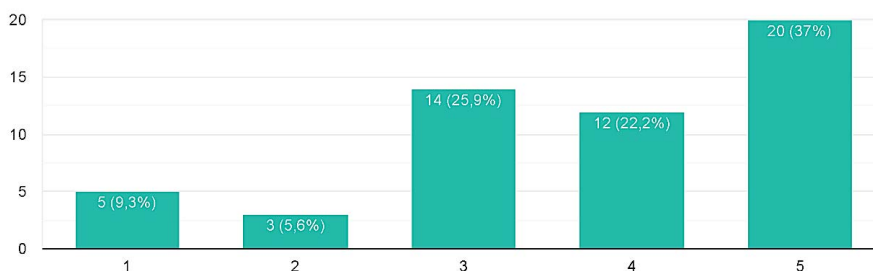
Quanto você se sente notado na escola (pelos colaboradores, educadores e colegas)?

54 respostas



Quanto você acha que a convivência é boa entre os estudantes?

54 respostas

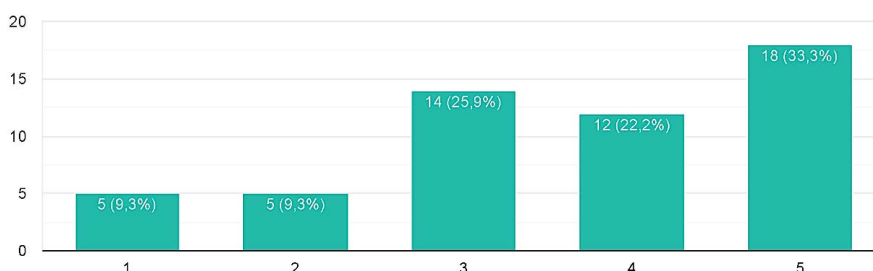


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

45

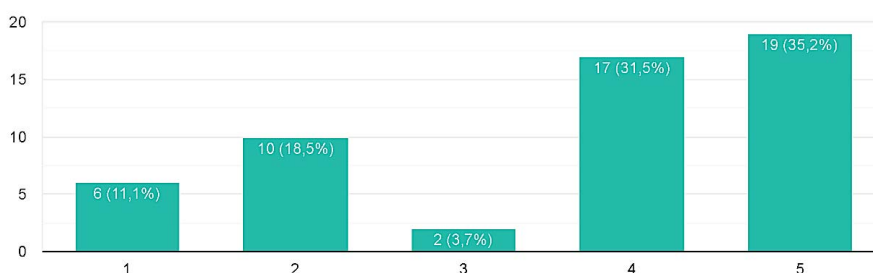
Além do momento do intervalo, quanto você sente que há espaço para trocas e interações entre os colegas?

54 respostas



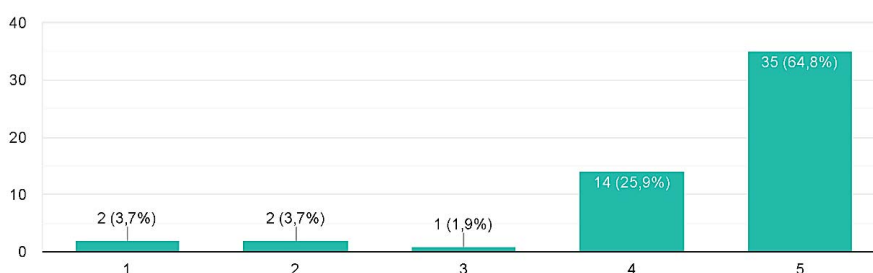
Quanto você enxerga que sua escola é empenhada na resolução de conflitos?

54 respostas



Quanto você gosta de estar na escola?

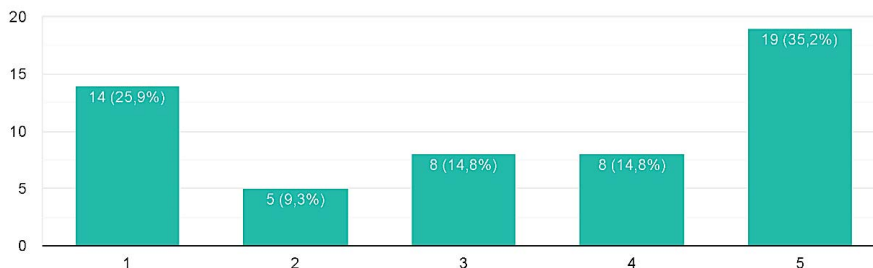
54 respostas



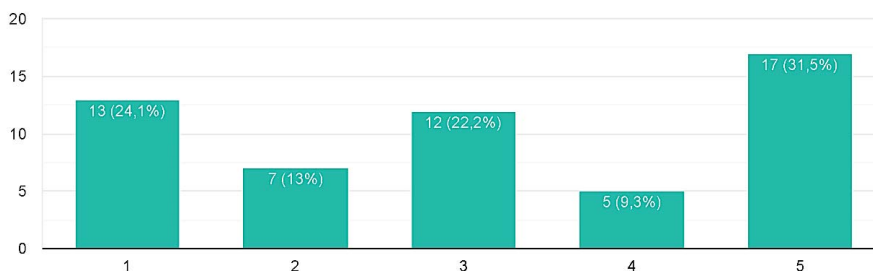
Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

46

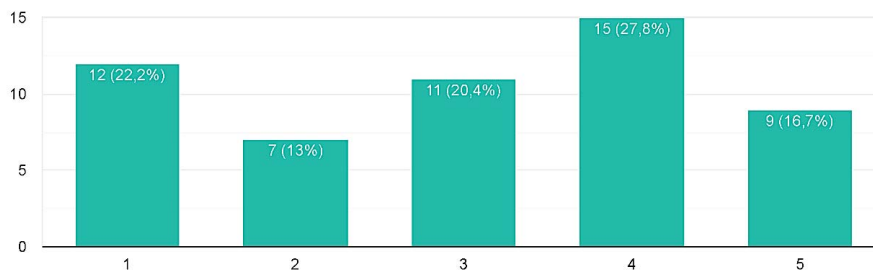
A escola te causa estresse? Quanto? ATENÇÃO: NESTA QUESTÃO, 1 VALE MUITO E 5, POUCO
54 respostas



Você sente medo de fracassar (em provas, classificações)? Quanto? ATENÇÃO: NESTA QUESTÃO, 1 VALE MUITO E 5, POUCO
54 respostas



APENAS PARA PCD (Pessoas com deficiência): Quanto você acredita que o ambiente escolar seja acessível para todos (rampas de acesso, sinalização, banheiros adaptados)?
54 respostas

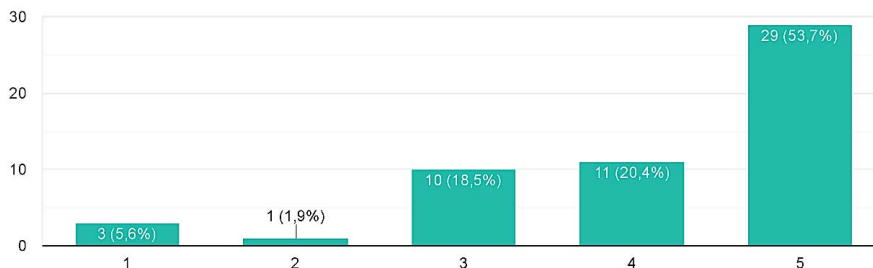


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

47

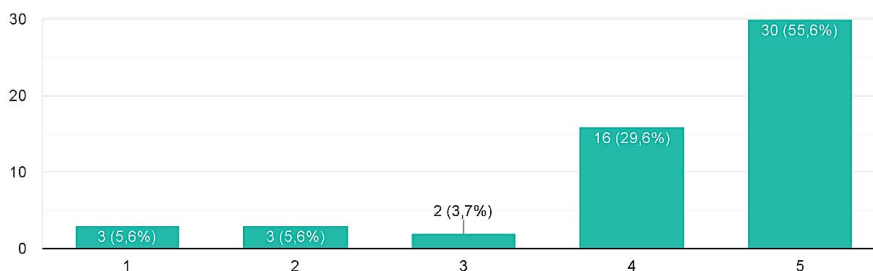
Quanto você acredita que o resultado das avaliações reflete o que você realmente aprendeu?

54 respostas



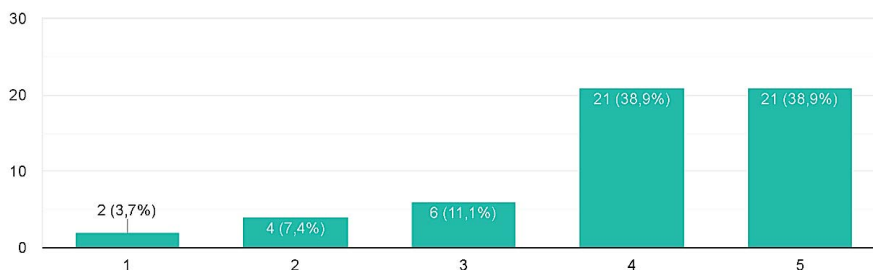
Quanto você enxerga sua escola como uma instituição importante para a cidade?

54 respostas



Quanto você acredita que a escola permite e incentiva o desenvolvimento de habilidades pessoais?

54 respostas

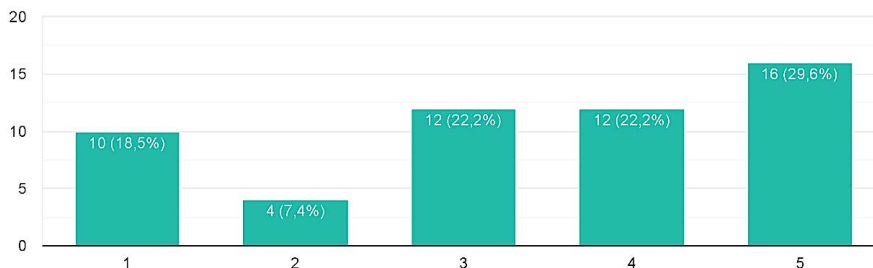


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

48

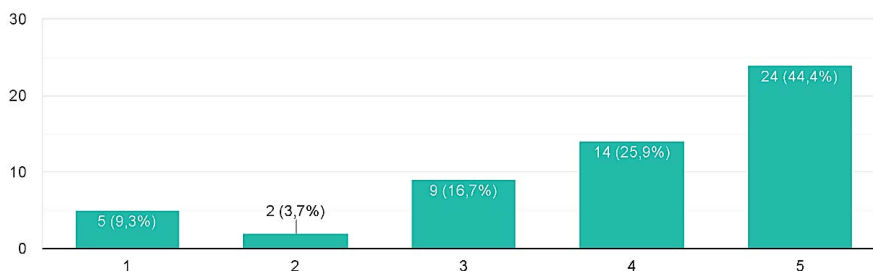
Quanto suas ideias são ouvidas e valorizadas?

54 respostas



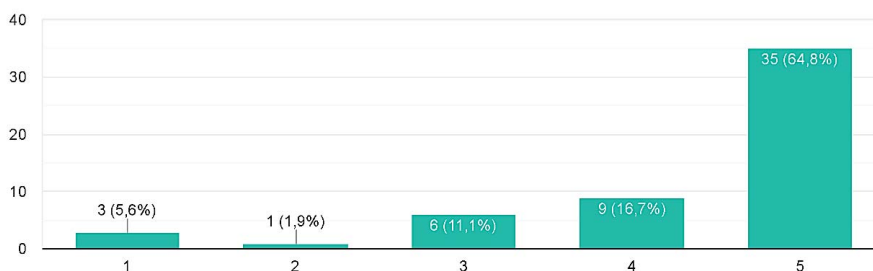
Quanto você consegue identificar os valores da escola no dia a dia?

54 respostas



Quanto você acredita que a sua escola te prepara para a vida?

54 respostas

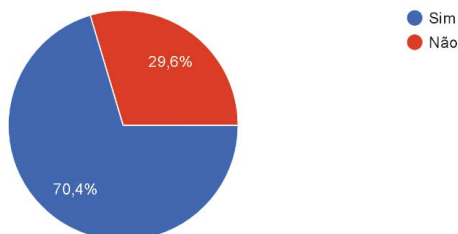


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

49

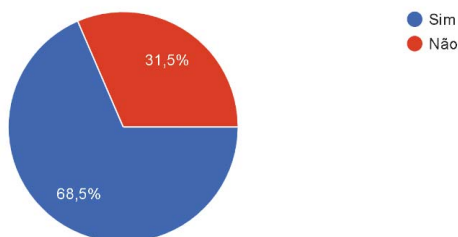
Sua escola oferece oportunidades para escolha do ambiente de estudo?

54 respostas



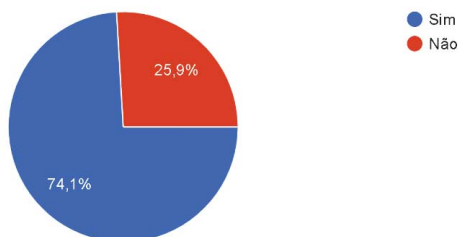
Sua escola permite escolher ao que se dedicar nos estudos?

54 respostas



Sua escola oferece liberdade para propor projetos em diferentes formatos?

54 respostas

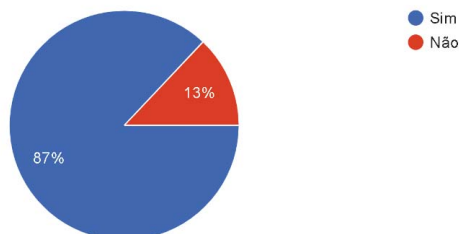


Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

50

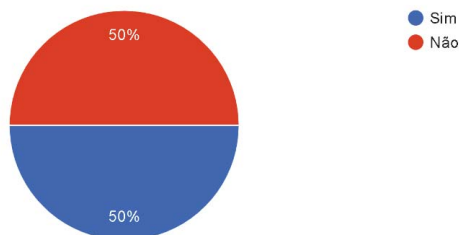
Sua escola permite que você se associe livremente (juntar-se com colegas) para o estudo?

54 respostas



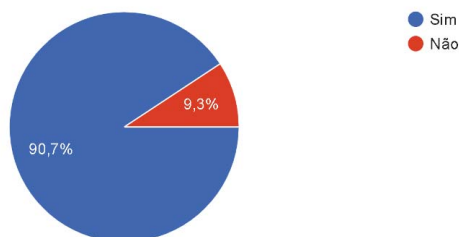
Você pode decidir quando está pronto para ser avaliado?

54 respostas



Os professores são acessíveis para tirar dúvidas, conversar sobre dificuldades, etc.?

54 respostas



Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

51

3.3 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. Este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar.

Cada Conselho Escolar tem suas ações respaldadas através do seu próprio Estatuto, que normatiza a quantidade de membros, formas de convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias, como é realizado o processo de renovação dos conselheiros, dentre outros assuntos que competem a essa instância.

De acordo com o estatuto do Conselho Escolar os membros tem como atribuições:

I- Deliberar, discutir, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político;

Pedagógico e do Regimento Escolar da instituição de ensino;

II- Analisar e aprovar o Plano de Ação Anual da Escola, com base no seu Projeto Político-Pedagógico;

III- Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática na elaboração do Projeto Político Pedagógico bem como do Regimento Escolar, incluindo suas formas de funcionamento aprovados pela comunidade escolar e local;

IV- Acompanhar e avaliar o desempenho da escola face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no seu Plano de Ação Anual, redirecionando as ações quando necessário;

V- Definir critérios para a utilização do prédio escolar para outras atividades, que não as de ensino, observando o princípio da integração escola/comunidade e os dispositivos legais emanados da mantenedora;

VI- Analisar e deliberar sobre projetos elaborados e/ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua importância no processo educativo;

VII- Analisar e propor alternativas de solução a questões de natureza pedagógica, administrativa e financeira, detectadas pelo próprio Conselho Escolar, bem como as encaminhadas, por escrito, pelos diferentes participantes da comunidade escolar, no âmbito de sua competência;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

52

VIII- Articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, sem sobrepor-se ou suprimir as responsabilidades pedagógicas dos profissionais que atuam no estabelecimento de ensino;

IX- Elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação e da legislação vigente;

X- Definir e aprovar o uso dos recursos destinados à escola mediante Planos de Aplicação, bem como, prestação de contas desses recursos, em ação conjunta com a Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF ou similares;

XI- discutir, analisar, rejeitar ou aprovar propostas de alterações no Regimento Escolar pela comunidade escolar e local;

XII- apoiar a criação e o fortalecimento de entidades representativas dos segmentos escolares; XIII- A mantenedora deve criar condições para a formação continuada dos integrantes do Conselho Escolar, no decorrer do 1º ano de vigência de seus mandatos;

XIV - Promover, regularmente, círculos de estudos, objetivando a formação continuada dos Conselheiros a partir de necessidades detectadas, proporcionando um melhor desempenho do seu trabalho;

XV - Acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar, observada a legislação vigente, e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação;

XVI - Discutir e acompanhar a efetivação da proposta curricular da escola, objetivando o aprimoramento do processo pedagógico, respeitadas as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação;

XVII - Estabelecer critérios para aquisição de material escolar e/ou de outras espécies necessárias à efetivação da Proposta Pedagógica Curricular da escola;

XVIII- Zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base na Lei n.8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

XIX - Avaliar, periódica e sistematicamente, as informações referentes ao uso dos recursos financeiros, os serviços prestados pela escola e os resultados pedagógicos obtidos;

XX - Encaminhar, quando for necessário, à autoridade competente, solicitação de verificação, com o fim de apurar irregularidades da Direção e demais

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

53

profissionais da escola, em decisão tomada pela maioria absoluta de seus membros, em Assembleia Extraordinária convocada para tal fim, com razões fundamentadas, documentadas e devidamente registradas;

XXI - Assessorar, apoiar e colaborar com a Direção em matéria de sua competência e em todas as suas atribuições, com destaque especial para: a) o cumprimento das disposições legais; b) a preservação do prédio e dos equipamentos escolares; c) a aplicação de medidas pedagógicas previstas no Regimento Escolar, quando encaminhadas pela Direção, Equipe Pedagógica e/ou referendadas pelo Conselho de Classe;

XXII - Comunicar ao órgão competente as medidas de emergência, adotadas pelo Conselho Escolar, em casos de irregularidades graves na escola;

XXIII - estabelecer anualmente um cronograma de reuniões ordinárias a ser definido, preferencialmente, no Plano de Ação Anual da escola.

Ao Conselho Escolar compete, ainda, atuar como instância recursal em matéria de natureza administrativa financeira e pedagógica interna a instituição de ensino, respeitada a legislação específica a cada caso.

Conselho Escolar 2021/2024	
Nome	Segmento
Eduardo Caires Luz	Presidente / Professores
Odair Pereira Caires	Vice-presidente/ professores
Cleide Santos Miranda	Secretária/ funcionários
Jailma Pereira Alves Silva	Pais
Jaciara Pires da Silva	Pais
Rosiane Silva de Souza Oliveira	Pais
Cláudia Silva Caires Novais	Funcionários
Maria Amália Caires Pires Vieira	Professores
Mikael Dos Santos Alves	Alunos

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

54

Conselho Deliberativo e Conselho fiscal Caixa escolar

Conselho Escolar 2024/2026	
Nome	Segmento
Eduardo Caires Luz	Presidente
Maria Amália Caires Pires Vieira	Vice-presidente
Cleide dos Santos Miranda	Secretária
Enelson Caires Aguiar	Tesoureiro
Cláudia Silva Caires Novais	Efetivo/Conselho fiscal
Gislaine Pires Freitas	Efetivo/ Conselho fiscal
Elíana Souza Oliveira	Efetivo/ Conselho fiscal
Jaildo Silva Pires	Suplente/ Conselho fiscal
Selma Miranda Silva	Titular/ Conselho Deliberativo

3.5 Conselho de Classe

É o órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos. A finalidade do Conselho de Classe após analisar as informações e dados apresentados, é a de intervir em tempo hábil no processo de ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos.

O Conselho de Classe é constituído pelo diretor (a) e por todos os professores docentes da turma, onde todos discutem alternativas e propõe ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem. As reuniões de Conselho de Classe serão sempre lavradas em livro ata, como forma de registro no fim do ano letivo.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

55

4. MARCO CONCEITUAL

4.1 BASES LEGAIS QUE REGEM O PPP

O Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Antônio Joaquim Alves

Faz parte de todo um processo de gestão democrática, por isso a exigência da participação de todos no seu processo de elaboração.

As bases legais para a criação e vivência do PPP dentro desta proposta se encontram em várias leis, como: Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, apresenta a gestão democrática da escola como um dos princípios constitucionais.

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI Fundamenta a responsabilidade de reflexão e expressão sobre a intencionalidade educativa da escola. Estabelece como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Artigo 12 “Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

Artigo 13 “Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.” Artigo 14 “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências - Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

56

gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

Resolução CNE/ CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica - Artigo 42 “São elementos constitutivos para a operacionalização destas diretrizes o projeto político-pedagógico e o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática e a organização da escola; o professor e o programa de formação docente.”

Artigo 43 “O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.”

§ 1º “A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.”

§ 2º “Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal –, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.”

§ 3º “A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da educação básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.

” Artigo 44 “O projeto político-pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar:

I - o diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

57

II - a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;

III - o perfil real dos sujeitos – crianças, jovens e adultos – que justificam e instituem a vida da e na escola, do ponto de vista intelectual, cultural, emocional, afetivo, socioeconômico, como base da reflexão sobre as relações vida-conhecimentocultura-professor-estudante e instituição escolar;

IV - as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico;

V - a definição de qualidade das aprendizagens e, por consequência, da escola, no contexto das desigualdades que se refletem na escola;

VI - os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa (órgãos colegiados e de representação estudantil);

VII - o programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar;

VIII - o programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, regentes e não regentes;

IX - as ações de acompanhamento sistemático dos resultados do processo de avaliação interna e externa (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, Prova Brasil, dados estatísticos, pesquisas sobre os sujeitos da educação básica), incluindo dados referentes ao Ideb e/ou que complementem ou substituam os desenvolvidos pelas unidades da federação e outros;

X - a concepção da organização do espaço físico da instituição escolar de tal modo que este seja compatível com as características de seus sujeitos, que atenda as normas de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional”.

Resolução CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos - Artigo 20 “As escolas deverão formular o projeto político pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do ensino fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.”

§ 1º “O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

58

referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.”

§ 4º “O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.”

§ 5º “Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais.

Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016 - Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências –

Meta 8, Estratégia 8.11 “Estimular a oferta de componentes curriculares que tratem do ensino e da aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos - EJA nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de graduação em licenciatura.”

Meta 19, Estratégia 19.6 “Estimular a participação e a consulta a profissionais da educação, a estudantes e aos seus familiares para a formulação dos projetos político-pedagógicos, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais e mães na avaliação do funcionamento da escola e no cumprimento do seu papel na formação das crianças e jovens.”

Resolução CEE nº 60, de 5 de junho de 2007 - Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

Artigo 3º “As Unidades de Ensino deverão elaborar ou reformular seus projetos pedagógicos, para efeito de implantação do ensino fundamental obrigatório de 9 (nove) anos, definindo, quando for o caso, os procedimentos indispensáveis à gradual transição do regime de 8 (oito) anos para o novo regime, de que trata esta Resolução.”

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

59

Artigo 5º “As unidades escolares, no prazo mínimo de 120 dias antes da implantação do novo regime de que trata esta Resolução, deverão submeter à aprovação do órgão competente do sistema de ensino o seu regimento escolar e seu projeto pedagógico, de que é parte a proposta curricular.”

Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019 - Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino na educação básica do Estado da Bahia e dá outras providências

Artigo 12 “Os projetos pedagógicos correlatos à pré-escola devem realçar os modos de proceder na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental, como marca do reconhecimento da formação da criança em ambiências de cuidado e de experiências organizadas para educá-la.”

Artigo 13 “No que tange ao ensino fundamental, as instituições escolares, com assentimento de seus sistemas e redes de ensino, devem organizar seus projetos pedagógicos com os currículos estruturados pelas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.”
Parágrafo Único “Os projetos pedagógicos deverão apresentar as respectivas competências e habilidades para as áreas correspondentes, devidamente organizadas para os períodos de aula implícitos na divisão do ano letivo em unidades de ensino.”

Artigo 19 “As propostas pedagógicas das instituições escolares dos anos finais do ensino fundamental devem apresentar o delineamento do projeto de vida dos estudantes, seja com o vínculo prospectivo em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no ensino médio.”

Portaria nº 904/2019 - Homologa o Parecer CEE/CP nº 196/2019, do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, que autoriza a implementação do Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB).

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

60

Artigo 4º “Os municípios que não possuem sistema próprio de ensino e as instituições de ensino devem proceder às adequações e atualizações necessárias, nos seus projetos político-pedagógicos (PPP), regimentos e currículos escolares, de acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e com as normativas do CEE/BA.”

Artigo 5º “O DCRB será operacionalizado nas unidades da rede estadual de ensino com as diretrizes emanadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia norteando os projetos político pedagógicos (PPP) (re)elaborados pelas unidades escolares”. “As instituições de ensino públicas e privadas que ofertam educação infantil e ensino fundamental devem reformular seus projetos político-pedagógicos, de forma a garantir todos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de competências e habilidades instituídos no DCRB.”

Resolução do CME Nº 005, de 29 de dezembro de 2010, que fixa as normas para o funcionamento das instituições de Ensino da Educação Infantil, integrantes do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva.

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, em seu artigo 2º, § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 11 DE MARÇO DE 2024, “Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação institucional nas Unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

61

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para inclusão no Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva das disposições da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.194/96 e dá outras providências”

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 16 DE MAIO DE 2024, “Dispõe sobre Plano Ensino Individualizado, da Rede Pública Municipal de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, “Dispõe sobre as normas para implementação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Escolar Quilombola do Sistema Municipal de Ensino de Barra da Estiva – BA, e dá outras providências correlatas”.

4.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

A criança precisa ser compreendida como um ser complexo e contextualizado frente à realidade em que vive. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são princípios norteadores da educação

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

62

- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

4.3 PRINCÍPIOS TEÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

A educação é um dos principais bens da humanidade e através delas as gerações deixam experiências, conhecimentos e cultura acumulada, permitindo as demais gerações o acesso ao saber sistematizado e a produção de bens necessários para a satisfação das necessidades humanas.

O ato pedagógico não é neutro, é uma ação intencional que carrega em si implicações sociais dos sujeitos envolvidos no processo educativo e é mediado por relações sócio-históricas.

A consciência dos homens está condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas. É necessário considerar que os homens fazem história diante de determinadas necessidades e condições materiais e a base da sociedade está fundamentada no trabalho, pois os homens produzem sua vida pelo trabalho e a realidade encontra-se em constante movimento. (ASSOESTE, 2019)

Trabalhar o conteúdo escolar requer que o educador estabeleça as relações entre o conteúdo escolar e a realidade, e para além disso relacionar ciência, técnicas e política para desmistificar as relações sócio-históricas, as ideologias e as representações de mundo presentes na realidade e no currículo escolar, pois o processo de construção do currículo perpassa pelas relações e pelas contradições concretas do mundo material e pelas condições dos homens que o fazem.

As dimensões político-pedagógicas estão marcadas pelas relações de forças sociais, econômicas e culturais que permeiam a educação. Nesse sentido, exige definir um instrumental teórico-prático que possibilite assimilar, produzir e socializar

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

63

conhecimentos. À medida em que compreendemos o tipo de organização social podemos contribuir para a sua transformação, na perspectiva da emancipação humana e de uma sociedade sem classes.

Em relação aos pressupostos psicológicos, a concepção de desenvolvimento que fundamenta o trabalho pedagógico é a da escola de Vigotski, pois possibilita a compreensão dialética do desenvolvimento humano. O processo de apropriação dos conhecimentos se dá a partir da unidade entre atividade social (externa) e interna.

Nesse sentido, as ações educativas devem ser organizadas de maneira intencional com objetivo de promover o desenvolvimento psíquico e a transmissão dos conhecimentos científicos.

Nesse sentido, há a necessidade de se construir um Projeto Político Pedagógico explicitamente comprometido com a humanização do homem, o que exige o engajamento de cada sujeito social envolvido no processo educativo.

4.3.1 VISÃO

Ser uma escola de referência na região, para a formação de cidadãos críticos, participativos, inovadores e criativos, fortalecendo assim a comunidade e sua inserção no mundo.

4.3.2 MISSÃO

Promover uma educação de qualidade para todos os alunos, levando-os a construir sua história com responsabilidade, dignidade e autonomia, contribuindo para uma sociedade mais justa, fraterna e feliz.

4.3.2 VALORES

- Valorização da família como parceira no processo educacional de seus filhos;
- Igualdade de oportunidades de acesso e condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender e ensinar;
- Qualidade educacional para todos;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

64

- Equidade;
- Pluralismo de ideias;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Gestão democrática;
- Valorização do profissional da educação/magistério;
- Valorização da experiência extracurricular;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- Respeito pelas diversidades culturais;
- Transparência e ética nas relações;
- Humanização/solidariedade/ inovação;
- Ambiente acolhedor e estimulador;
- Profissionais com boa formação e capacitação contínua.
- Valorização da identidade local da escola do e no campo

4.4 OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma educação de acordo com a proposta pedagógica e metodológica da escola envolvendo os estudantes em variadas atividades.

4.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer formação continuada aos professores e demais profissionais que atuam na instituição, sobre a proposta pedagógica da escola;
- Discutir concepções, prioridades, ações, metodologia e formas operacionais;
- Estimular a família para que participe do processo educativo e filosófico da escola;
- Aprofundar o seu papel no processo de desenvolvimento e preservação do meio ambiente, agroecologia com a participação do educando e das famílias;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

65

- Suscitar no educando um profundo respeito pela ética e pelo outro independente de suas condições sociais, culturais, econômicas, religiosas e outras, exigindo para si o mesmo respeito;

- Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de alta realização e preparo para o exercício consciente da cidadania;

- Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse

necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista;

- Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de

conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

- Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da personalidade do aluno e sua participação na sociedade.

4.6 DAS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO ESCOLAR

4.6.1 CONCEPÇÃO DE ESCOLA

A Escola, inserida no contexto social, inscreve-se como a instituição que oportuniza a vivência de experiências culturais mais amplas e diversificadas. A família, o simples convívio social, os meios de comunicação e, até mesmo, o trabalho, nem sempre possuem condições de propiciar essa vivência.

A ação educativa, no Centro Educacional Antônio Joaquim Alves apresenta como proposta pedagógica a premissa de que o conhecimento é construído nas discussões coletivas e que as relações de aprendizagem possibilitam a reversibilidade de papéis no ato de ensinar e aprender. Nesse sentido, CANÁRIO (2006, p.11) indica que:

[...]O objetivo seria que cada escola pudesse transformar-se em um centro de educação permanente, profundamente enraizada no contexto local e capaz de

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

66

fazer interagir múltiplos tipos de aprendentes. O que está em causa é fazer da escola um lugar onde todos possam aprender e se tornem habituais situações de reversibilidade dos papéis de ensinar e aprender[...]

A escola insere-se, dialeticamente, na sociedade e, por isso, os/as alunos/as não estão num dado momento, sendo preparados/as para a vida e em outro vivendo. A aprendizagem precisa acontecer a partir de problemas reais. Assim, educar é mais que reproduzir conhecimento. É, sobretudo, responder aos desafios da sociedade na busca da transformação. Portanto, “os sujeitos que hoje vão à escola constituem uma população altamente diversificada, o que gera a necessidade de prestar atenção às diferentes maneiras de interpretar o mundo, o conhecimento e as relações sociais.” (MENEZES, 2006)

Além de ser um espaço de conhecimentos sistematizados, a escola a partir de sua prática diária, busca a superação de preconceitos e combate às atitudes discriminatórias. Da mesma forma o espaço de convivência de crianças e jovens de origens e níveis socioeconômicos diferentes, com costumes, dogmas religiosos e visões de mundo compõem a diversidade da escola. Portanto conforme afirma GADOTTI (2006, p.55):

A escola integra e articula os novos espaços de formação criados pela sociedade da informação. Ela deixa de ser “lecionadora” para ser cada vez mais “gestora” da informação generalizada, construtora e reconstrutora de saberes e conhecimentos socialmente significativos. Portanto, ela tem um papel mais articulador da cultura, um papel mais dirigente e agregador de pessoas, movimentos, organizações e instituições.

4.6.2 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

O objetivo da apropriação do conhecimento é contribuir para a emancipação do homem e implica em saber como em cada momento histórico a sociedade está organizada para a produção e reprodução de nossa existência. Compreender essa lógica é compreender as disputas entre os fundamentos que

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

67

orientam currículos escolares e implica em conhecer a forma como está organizado o capitalismo mundialmente.

Posto que a forma de organização capitalista é determinada pela propriedade privada dos meios de produção cabe aos professores tornar a escolarização um instrumento de problematização, de socialização e de apropriação do conhecimento, contribuindo para a crítica social e para o desenvolvimento de meios de transformação da realidade.

4.6.3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A educação é um direito de todos. Através dela as gerações passam uma para as outras as experiências e conhecimentos acumulados. A educação não se fez da mesma forma em todas as sociedades pois está vinculada as condições de cada momento histórico nas dimensões social, cultural, histórica e econômica.

Dessa forma, o ato pedagógico na educação escolar não é neutro, sendo mediado pelas relações sócio-históricas de todos os envolvidos no processo educativo.

A educação é um instrumento para emancipação humana, corroborando para a formulação de ideias e tomada de decisões que considerem o respeito e promova os direitos humanos, os princípios de sustentabilidade e consumo responsável e que promova a aplicação do conhecimento científico no cotidiano, incentivando a participação ativa dos sujeitos na sociedade democrática, garantindo a todos os sujeitos os direitos de aprendizagem da educação básica.

4.6.4 CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Discutir o processo de ensino-aprendizagem requer compreender e discutir os seus desdobramentos no trabalho educativo. A educação escolar tem como objetivo a aprendizagem do aluno.

Na relação ensino-aprendizagem é necessário considerar, sobretudo o trabalho desenvolvido em sala de aula e nos demais espaços educativos como fundamentais para a socialização e a problematização do conhecimento científico.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

68

Compete à escola proporcionar aos alunos o ensino dos conhecimentos essenciais e indispensáveis para à inserção na cultura letrada, na cultura erudita, ou seja, ensinar a ler, escrever, contar, socializar conhecimentos das ciências naturais e sociais. É por meio desses conhecimentos que as possibilidades de inserção no mundo cultural mais elevados será possível.

O acesso aos conceitos científicos depende de processos de alfabetização devidamente conduzidos e concluídos, bem como de processos de ensino devidamente orientados, de forma que se rompa com as exclusões tão frequentes, as quais ocorrem em decorrência do não domínio dos conteúdos presentes na cultura letrada/erudita. Instrumentalizar os alunos é, sobretudo, promover um ensino que possibilite a apropriação dos conteúdos da ciência e da cultura em suas diferentes manifestações.

Na prática pedagógica que se efetiva na sala de aula, é correto afirmar que se estabelecem a atividade de ensino, como prática efetiva do professor, e a atividade de estudo, como prática do aluno e que provoca transformações em si mesmo.

Tomando como ponto de partida a promoção da aprendizagem de conteúdos importantes para formação na perspectiva emancipatória, a organização do ensino requer clareza quanto aos procedimentos metodológicos.

O ato de planejar o ensino e a aprendizagem como trabalho pedagógico em sala de aula precisa ser intermediado por ações intencionais, rigorosamente organizadas. Portanto, cabe a cada componente curricular planejar o caminho para garantir a apropriação dos conhecimentos científicos de forma contextualizada.

4.6.5 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

Ser criança e viver a infância são direitos conquistados, que precisam ser preservados no âmbito das diferentes instituições sociais: família, escola e comunidade, entre outros espaços e tempos.

Para conceber a infância é necessário compreendê-la de maneira histórica, sendo necessário refletir, problematizar e desvelar o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças e suas famílias, porque esse permeia a visão de sociedade, de educação e de mundo que sustenta toda e qualquer ação. A proposta

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

69

curricular para a Educação Infantil, portanto, precisa ser compreendida a partir dos pressupostos filosóficos, psicológicos e pedagógicos.

Inicialmente, o homem não surge como um ser pronto e acabado, mas como um ser que é produzido pelo meio, pela própria natureza e que, à medida que vai sendo produzido, vai se sensibilizando em relação ao meio, vai conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas e transmitidas de uns aos outros, possibilitando a adaptação do meio às suas necessidades. Ou seja, o homem é um produto do meio que, em sendo produzido, passa a produzir o meio que o produz e em que se produz.

Em segundo lugar, o trabalho se constitui na marca do homem, de tal forma que não dá para entendê-lo dissociado da noção de trabalho, bem como não é possível compreender o trabalho sem relacioná-lo ao homem.

Terceiro, para agir coletivamente, criou-se um sistema de signos que permitiu a troca de informações e a ação conjunta sobre o mundo. A linguagem é constituída da atividade mental. Portanto, não é apenas adquirida por nós no curso do desenvolvimento; ela constitui, transforma-nos e é mediadora de todo o processo de apropriação de mundo e de nós mesmos, acompanhando os jogos, as brincadeiras e as nossas ações ao longo da vida.

Quarto, no processo de hominização ocorre o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, entre elas, a memória, a atenção voluntária, a percepção, o raciocínio, o pensamento, a abstração, portanto, o desenvolvimento da atividade mental. Esse desenvolvimento pressupõe a internalização das operações externas, mediadas pelos instrumentos e pelos signos.

Quinto, a internalização não é uma condição dada a priori ao sujeito. Para efetivar-se, necessita de ações de intervenção em nível de mediação para que aquilo que acontece, inicialmente, no nível interpessoal, possa ocorrer, posteriormente, no nível intrapessoal.

À luz desses pressupostos, a função social das Instituições de Educação Infantil é redimensionada, a fim de se tornar acessível a todas as crianças que as frequentam, os elementos culturais construídos pela humanidade, os quais contribuem para o seu desenvolvimento. Dessa forma, a Instituição de Educação Infantil e a família são corresponsáveis pela educação da criança e, por isso, precisam estabelecer entre si um vínculo relevante e permanente, por meio de

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

70

trocas de informações sobre o seu dia a dia nesses espaços educativos (família e escola), conferindo-lhes um elo de proximidade, afetividade e segurança emocional, indispensáveis ao processo de desenvolvimento e aprendizagem infantis.

4.6.6 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A concepção de currículo, adotado pelo Centro Educacional Antônio Joaquim Alves pretende ultrapassar a estrutura linear e compartimentalizada das áreas e componentes curriculares isoladas e desarticuladas. Assim, busca relações de reciprocidade e colaboração entre as diversas áreas em uma atitude dialógica e cooperativa permanente, necessária à compreensão das múltiplas relações que constituem o mundo da vida, no qual os sujeitos, mediados pela comunicação, organizam-se e interagem construindo saber, cultura e condições necessárias à existência. Corroborando com essa ideia FERRAÇO (2006, p. 10)

Pensar os currículos de uma escola pressupõe, então, viver seu cotidiano que inclui, além do que é formal e tradicionalmente estudado, toda uma dinâmica das relações estabelecidas, ou seja, para se poder falar dos currículos praticados nas escolas, é necessário estudar os hibridismos culturais vividos nos cotidianos.

O currículo deve redimensionar, constantemente, os espaços e tempos escolares, revendo concepções e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a formação permanente dos/as educadores é indispensável, promovendo a cooperação entre os implicados no processo educativo, possibilitando mudanças, a partir de uma práxis reflexiva, tendo em vista a qualificação do processo de ensino – aprendizagem.

Todo o processo de educação escolar, por ser intencional e sistemático, implica a elaboração e realização de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas em sala de aula, na escola e fora dela. O currículo é entendido aqui como o conjunto dessas atividades, carregadas de sentido, com uma intencionalidade educativa, capaz de indicar os caminhos, admitindo mudanças, atalhos, alterações significativas em busca da aprendizagem de todos os alunos.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

71

Assim, a educação ultrapassa a reprodução de saberes e fazeres, possibilitando a troca de experiências e a construção de aprendizagens significativas.

Dessa forma, o currículo está diretamente relacionado ao contexto sócio-político-cultural e, assim, é construído de forma dinâmica e participativa através de uma abordagem interdisciplinar, tendo em vista, prioritariamente, a formação do cidadão comprometido eticamente com a transformação da sociedade.

Currículo é, além dos conhecimentos/conteúdos, também o planejamento e a articulação de toda intencionalidade pedagógica da instituição escolar. O Currículo do Centro Educacional Antônio Joaquim Alves é organizado a partir das necessidades dos alunos, inferidas a partir das avaliações frequentes que se realizam na escola e das discussões dos grupos de planejamento, tendo como documentos orientadores.

4.6.7 Concepção de Gestão Democrática

A gestão escolar visa o compartilhamento do planejamento e das decisões que dizem respeito ao destino e à rotina da escola, buscando aprofundar o contato entre a comunidade escolar e o seu entorno, respeitando os direitos humanos e valorizando as diversidades cultural, étnico-racial e de gênero existentes. Esse processo contempla algumas dimensões: no ambiente escolar; na organização do currículo da escola; na proposição de metodologias e práticas de aprendizagem; na relação com a comunidade, com as famílias, com o contexto em que a escola está inserida; e na articulação da rede de direitos, que garanta os direitos fundamentais da criança, dos adolescentes e dos jovens.

Pode-se considerar a “administração” como a “utilização racional de recursos para a realização de determinados fins” e sua essência é “o fato de ser mediação na busca de objetivos” (PARO 1998, p.4). No campo da educação

(...) na escola básica, esse caráter mediador da administração deve dar-se de forma a que tanto as atividades-meio (direção, serviços de secretaria, assistência ao escolar e atividades complementares, como zeladoria, vigilância, atendimento de alunos e pais), quanto a própria atividade-fim, representada pela relação ensino-

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

72

aprendizagem que se dá predominantemente (mas não só) em sala de aula, estejam permanentemente impregnadas dos fins da educação. (PARO 1998, p.4)

Dessa forma, a gestão escolar é democrática, o que pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários – em todos os aspectos da organização da escola, incidindo nas diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação), seja no que diz respeito à construção do projeto e dos processos pedagógicos ou às questões de natureza burocrática.

Essa perspectiva de gestão está amparada pela legislação brasileira, tanto na Constituição Federal de 1988, que aponta a gestão democrática como um dos princípios para a educação brasileira, como na regulamentação por leis complementares, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Municipal da Educação, na meta 19.

Por outro lado, o caráter democrático da gestão está também em consonância com a educação integral e seus princípios de equidade, inclusão, sustentabilidade e contemporaneidade, uma vez que se parte da igualdade de direitos e oportunidades para a tomada de decisão, com a participação de todos, comprometidos com processos contextualizados, buscando formar sujeitos responsáveis consigo, com a coletividade e com o mundo.

A democratização da gestão é condição estruturante para a qualidade e efetividade da educação, na medida em que possibilita que a escola crie vínculos com a comunidade onde está inserida, pautando seu currículo na realidade local – conferindo sentido à proposta pedagógica – e envolva os diferentes agentes, em uma proposta de corresponsabilidade pela aprendizagem e pelo desenvolvimento dos estudantes. Esse processo implica inclusive o envolvimento dos próprios estudantes, tendo a experiência e o direito à participação como elemento fundamental para o seu pleno desenvolvimento.

Para sua implementação, o Centro Educacional Antônio Joaquim Alves se propõe a transformar sua cultura colocando o diálogo em posição central, assim como a horizontalidade e o equilíbrio entre as forças que compõem a comunidade escolar. Também considera fundamental promover o trabalho cooperativo de todos

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

73

os envolvidos no processo escolar em direção ao alcance dos objetivos educacionais da escola.

Alguns dos princípios da gestão democrática são:

- A descentralização: a administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada.
- A participação: devem participar todos os envolvidos no cotidiano escolar (professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola e toda a comunidade ao redor da escola).
- A transparência: qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

A autonomia, no contexto da educação, também é um elemento estruturante na gestão democrática e consiste na ampliação do espaço de decisão, voltada para o fortalecimento da escola como organização social comprometida reciprocamente com a sociedade e a melhoria da qualidade do ensino. Autonomia é a característica de um processo de gestão participativa que se expressa quando se assume, com competência a responsabilidade social, a promoção da formação de jovens adequada às demandas de uma sociedade democrática em desenvolvimento.

Ela abrange a mudança do princípio de uniformidade, ditada por regras e regulamentos, para o princípio de unidade, orientada por fundamentos e diretrizes. A autonomia não se resume, portanto, à questão financeira, nem é mais significativa nessa dimensão, e sim na política, isto é, no que se refere à capacidade de tomar decisões compartilhadas e comprometidas e usar o talento e a competência coletivamente organizada e articulada, para a resolução dos problemas e dos desafios educacionais, assumindo a responsabilidade pelos resultados dessas ações, vale dizer, apropriando-se de seu significado e de sua autoria (LUCK, 2000, p.21).

Para a prática da autonomia e da participação escolar, alguns mecanismos são explicitados: a existência de estrutura de gestão colegiada, que garante a gestão compartilhada; a eleição de diretores e a ação em torno de um projeto político-pedagógico.

O Conselho Escolar, maior órgão de decisão da escola, é composto por professores, pais, estudantes e funcionários, todos eleitos. Os membros têm funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras de aspectos político-pedagógicos,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

74

administrativos e financeiros. Dessa forma, a responsabilidade da educação pode ser compartilhada entre os educadores, os pais e a comunidade escolar;

Para Luck (2000), a responsabilidade do gestor escolar é articular os talentos, competências e a energia humana, a fim de mobilizar uma cultura organizacional que seja orientada para resultados e desenvolvimento.

Segundo a autora:

Em acordo com esses pressupostos, um diretor de escola é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos. Para tanto, em seu trabalho, presta atenção a cada evento, circunstância e ato, como parte de um conjunto de eventos, circunstâncias e atos, considerando-os globalmente, de modo interativo e dinâmico. (LUCK, 2000, p.17)

Neste sentido, destaca-se a importância de o gestor escolar desenvolver habilidades de planejamento, identificação e resolução de problemas, de modo participativo, em gestão financeira, em liderança democrática, currículo e relações interpessoais (FREITAS, 2000).

A identidade e a caminhada de cada instituição são elementos importantes a serem considerados na gestão da escola, incluindo as expectativas que foram construídas historicamente, como a escola percebe a si mesma, e como é percebida socialmente. A questão da identidade está ligada aos processos e projetos pedagógicos da escola (CASTRO, 2000).

Um outro aspecto a ser amplamente explorado é como qualificar a participação dos pais. Para isso, a gestão se compromete a elaborar processos formativos voltados para este público, provocar a participação ativa nas reuniões periódicas, assembleias e conselhos, fomentar a organização de comissões, para, assim, dar sentido ao seu envolvimento.

A participação ativa dos estudantes na vida escolar acontece em diferentes instâncias. Para além do Conselho Escolar, há a participação em Assembleias e Fóruns de Debates para a tomada de decisões coletivas visando a justiça e a democracia. Outra forma de participação é por meio do Grêmio Estudantil. O Grêmio é um espaço de organização e representação dos estudantes de Ensino Fundamental e Médio, amparado pela Lei Federal no 227398/85 (Lei do Grêmio

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

75

Livre). Essa instância deve ser estimulada e propiciada pelos gestores da escola, colaborando na construção e fortalecimento da gestão democrática.

Esses espaços possibilitam diversas aprendizagens e o exercício da cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

4.6.8 Formação continuada para professores

Abordar a formação continuada de professores é, também, antes de mais nada, refletir sobre o que é ser professor em uma concepção de educação como prática democrática: autonomia, método e fazer político.

As interferências do professor devem extrapolar o espaço da sala de aula e atingir a organização dos conteúdos que ele considera importantes. É essa autonomia que se defende aqui como essencial para o professor realizar plenamente o seu ofício. Defende-se que, ao delinear o que ensinará, é importante que o professor pense nas razões pelas quais está escolhendo alguns conteúdos em detrimento de outros. Essa atitude é importante para um professor reflexivo, porque está empenhado em refletir sobre sua prática (SCHÖN, 1992), sem, no entanto, desarticular essa reflexão do âmbito coletivo, das relações da escola com a sociedade (LISTON; ZEICHNER, 2003), da reflexão sobre os objetivos e fins do ensino, sobre o que se pretende ensinar e por quais motivos.

Essa autonomia deve se alinhar ao que está apresentado na BNCC, quando esta aponta que cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas temas contemporâneos em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.

Sobre o aspecto do método, Madalena Freire (1995, p.36) afirma:

O educador lida com a arte de educar. O instrumento de sua arte é a pedagogia. É no seu ensinar que se dá seu aprendizado de artista. Toda pedagogia sedimenta-se num método, em uma maneira de ordenar, organizar com disciplina, a ação pedagógica, segundo certos pressupostos teóricos. Toda pedagogia está sempre engajada a uma concepção de sociedade e política, e este educador faz

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

76

arte, ciência e política. Faz política, quando alicerça seu fazer pedagógico a favor ou contra uma classe social determinada.

Faz ciência, quando apoiado no método de investigação científica, estrutura sua ação pedagógica. Faz arte, porque cotidianamente enfrenta-se com o processo de criação na sua prática educativa, em que, no dia a dia, lida com o imaginário e o inusitado. A ação criadora envolve o estruturar, dá forma significativa ao conhecimento. Toda ação criadora consiste em transpor certas possibilidades latentes para o campo do possível, do real. (FREIRE 1995, p.36)

No campo da educação, a temática da formação continuada é um desafio, há uma série de questões que precisam ser consideradas nas redes, como por exemplo, o tipo de contratação dos profissionais, neste caso efetivos ou contratados, irá refletir diretamente no interesse e engajamento nas propostas de formação. Outro aspecto é a própria resistência de parte dos professores e gestores em participar de formações, esse fato decorre tanto da crença de que não há necessidade de formação, ou seja, os conhecimentos e práticas construídos durante a formação inicial são suficientes, como também da dificuldade do profissional em conciliar sua carga horária de trabalho com o calendário de formações oferecidas pelas redes.

É certo que a cultura da formação continuada está em processo de validação e neste sentido, o município de Barra da Estiva caminha para o fortalecimento de uma política de formação continuada para os profissionais da rede. O Plano Municipal de Educação destaca estratégias como a promoção, em regime de colaboração, de programas de qualificação permanente para os profissionais que atuam no Ensino Fundamental e a definição de diretrizes para a política de formação inicial e continuada de professores e demais profissionais do Ensino Fundamental.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

77

5. TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES

Os temas integradores entrelaçam as diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo da escola e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Compreendem aspectos para além da dimensão cognitiva, dando conta da formação sócio-política, ética e que considera e valoriza as diversas identidades culturais.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades. Devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticados no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos.

São 10 os temas integradores considerados pelo Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia:

5.1 Educação em Direitos Humanos

Os Direitos Humanos referem-se ao conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, reconhecidos internacionalmente, de caráter individual, coletivo, transindividual ou difuso, criados diante à necessidade de garantir igualdade e a defesa da dignidade humana.

Os princípios que fundamentam a Educação em Direitos Humanos são: dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação e sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido, em atendimento ao disposto nas legislações que estabelecem as diretrizes e normas para a Educação em Direitos Humanos, a escola insere os conhecimentos relativos a temática na organização curricular, podendo ocorrer pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente ou como um dos conteúdos de pelo menos um dos componentes curriculares já existentes, como por exemplo em História e Ensino Religioso através do desenvolvimento de processos metodológicos

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

78

participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados.

Para a implementação de uma Educação em Direitos Humanos é necessário que as ações sejam efetivadas também no espaço fora da sala aula, na construção de um ambiente ético e justo no espaço escolar, levando os alunos a refletirem sobre as situações corriqueiras do dia a dia escolar como brigas, desavenças, agressões, opressão de grupos sobre indivíduos, atitudes discriminatórias, exclusões, violências físicas, conflitos, além de outras situações de caráter educacional e disciplinar.

Dessa forma, as relações construídas no espaço escolar devem ser permeadas pelos princípios da justiça e do respeito.

5.2 Educação para a Diversidade

Na sociedade contemporânea as questões relativas a gênero, identidade de gênero e orientação sexual devem ser situadas como prioridade e contempladas a partir das perspectivas da inclusão social e da cultura dos direitos humanos, numa perspectiva emancipatória.

É notável a crescente mobilização de diversos setores sociais no sentido de reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade e considerada como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade

Nesse sentido, a prática pedagógica nas temáticas de gênero e diversidade sexual precisa ser direcionada no sentido de busca de transformação da realidade social de preconceito, discriminação e exclusão existente nas escolas, vistas como produto de processos e contextos históricos, sociais e culturais.

Os componentes curriculares de História e Ciências devem dialogar sobre quais são os conteúdos pertinentes para cada série/ano e a partir disso, construir metodologias que envolvam o exercício de desconstrução de imagens padronizadas

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

79

de família a partir de imagens e textos diversos, uso de materiais impressos ou audiovisuais que veiculem imagens que explicitam diferentes configurações familiares pode servir para problematizar a “família padrão” e ampliar o conceito de família, práticas de recorte e colagem de imagens de revistas, a leitura de textos de diferentes gêneros literários, de filmes, propagandas que denotem as amplas possibilidades de arranjos familiares, exercícios de reescrita e releitura crítica de histórias clássicas infantis problematizando as representações de gênero e das sexualidades nelas presentes entre outras metodologias.

5.3 Educação para as relações de gênero e sexualidade

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva: A Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade perpassa pela compreensão de que Gênero e Sexualidade se referem a duas importantes dimensões humanas que estão intimamente relacionadas. Nesse sentido, todos os seres humanos se identificam na construção sociocultural do gênero e da sexualidade genótipo em determinado momento, uma vez que as “identidades são sempre construídas, elas não são dadas e acabadas”. No que se refere aos estudos de gênero, faz-se necessário compreender alguns conceitos básicos sobre: sexo, gênero, identidade de gênero, papéis/estereótipos de gênero e identidade sexual ou orientação sexual. Sexo: refere-se aos aspectos biológicos, anatômicos, as características fenotípicas/características externas: genitálias, órgão reprodutores internos, mamas, barba, entre outros e genotípicas/características genéticas: genes masculino e feminino, assim, o sexo pode ser masculino ou feminino. Gênero: embora contemple as mesmas categorias, masculino e feminino, é designado como “as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres” (ALVES et al., 2014, p. 21). Ainda pode-se dizer que “é o conjunto das relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que é ser homem ou mulher na vida social” (BRASIL, 2011, p. 17). Dessa forma, a identificação sociocultural de pertencer a um determinado gênero é aprendida, incorporada, intencionalmente ou não, “com os amigos (as), a família, nas instituições culturais, educacionais e religiosas e ainda nos locais de trabalho” (BRASIL, 2014, p. 16). Identidade de Gênero: segundo Louro, “Refere-se à

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

80

experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo biológico de cada pessoa. A identidade de gênero inclui a consciência pessoal do corpo, no qual podem ser realizadas por livre escolha, modificações estéticas e anatômicas por meio médicos, cirúrgicos e outros. Lembremos, em especial, das pessoas transexuais, masculinas e femininas e travestis. Todos (as) nós temos nossa identidade de gênero, pois trata-se da forma como nos vemos e queremos ser vistos, reconhecidos e respeitados, como homens ou mulheres.” (BRASIL, 2011, p. 16). Na segunda metade do século XX, os estudos das Ciências Sociais instituíram outro conceito importante, o de papéis de gênero ou estereótipos de gênero, para circunscrever o conjunto de representações, posições e valores culturalmente atribuídos à mulher e ao homem, reforçando o ideal de sociedade que favorece marcos de uma tradição patriarcal que, até então, vem predominando em boa parte do mundo ocidental. A mesma lógica das práticas excludentes ao feminino recai sobre os homens e mulheres homossexuais, pessoas trans e travestis, pois a expressão das suas identidades de gênero e de orientações sexuais (orientação afetiva e do campo erótico do desejo para com o outro), vai de encontro aos referenciais legitimados pelos “padrões masculino, cristão e heteronormativo” (LOURO, 2014, p. 37). Diante do exposto, os currículos escolares e as práticas pedagógicas dos profissionais da educação, em todas as etapas e modalidades de ensino, devem considerar as diversidades sexuais presentes nas representações e relações sociais existentes na escola. Os currículos escolares da Educação Básica, respeitando os devidos ciclos de vida e com as devidas adequações de linguagens, metodologias e materiais didáticos, devem auxiliar a comunidade escolar na construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes para o fortalecimento da autoestima, promoção da alteridade, autonomia, do autocuidado, autoconhecimento, da afetividade pessoal e entre pares, independente das expressões das identidades sexuais ou de gênero; da compreensão do funcionamento do próprio corpo, respeitando seus limites e do outro, da autoproteção e proteção dos pares contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e/ou gravidez não planejada; do compartilhamento de responsabilidades, frente a uma gravidez não planejada; da compreensão sobre a alienação parental; dor e conhecimento e combate à exploração sexual e às diversas formas de violências contra as meninas e mulheres, sobretudo as negras e

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

81

os grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Queers (LGBTQT+), incluindo feminicídio e homicídio da população LGBTQT+. A temática da sexualidade na escola vem sendo tratada desde 1994 com as Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade e tratada nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal, conforme trecho abaixo: “A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros.” (BRASIL, 1997). A Resolução nº 4, do Conselho Nacional de Educação, de 13 de julho de 2010, que estabelece as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, no parágrafo 3º, art. 43, capítulo 1, define as questões de gênero, entre outras, como componente integrante dos PPPs escolares: “A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica.” No PNE (2014), bem como no PEE (2016), a “promoção dos princípios do respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” é uma das diretrizes apresentadas no documento. Além disso, o PEE na meta 7, estratégia 7.1, no que diz respeito a violência doméstica e sexual, garante: “Políticas de combate à violência na escola, por meio do desenvolvimento de ações destinadas a capacitar profissionais da Educação Básica para detecção dos sinais de suas causas, dentre estas a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.” (BAHIA, 2016).

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

82

5.4 Educação para as relações étnico-raciais

De acordo com o Documento Referencial Municipal de Barra da Estiva: As temáticas concernentes à Educação para as Relações Étnico-raciais demandam uma abordagem enfática no Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, tendo em vista a necessidade urgente do enfrentamento ao racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira e baiana. A pluralidade sociocultural na Bahia é bastante expressiva e muito simbólica para o contexto nacional, uma vez que foi nesse estado que a história do Brasil começou. Essa diversidade, oriunda dos povos precursores dessa nação, indígenas, portugueses e africanos, recebeu ao longo da história novos sotaques e contornos culturais dos imigrantes e descendentes de europeus, africanos, asiáticos, latinoamericanos, ciganos, entre outros. Diante desse fato, seria coerente e legítimo que a coexistência desses povos, bem como as suas tradições culturais, dos seus ancestrais e descendentes, convivesse harmônica e pacificamente em respeito e igualdade de oportunidades. Ou seja, vivendo efetivamente a famigerada “democracia racial”. No entanto, não é isso o que se observa, “No Brasil, após quase quatrocentos anos de escravidão, o Estado Republicano não estabeleceu um projeto de reparação para os povos libertos e aliados de acesso a direitos, no sentido de garantir as condições mínimas de inserção social, como acesso à terra, à moradia, à educação e à saúde. Tampouco houve o reconhecimento e valorização da pluralidade cultural desses povos; dessa forma, a identidade nacional tornou-se frágil, existindo, até os dias de hoje, a intolerância e desrespeito à diversidade. Não houve uma preocupação em se construir um conceito de povo, uma identidade nacional e tampouco de garantir aos trabalhadores acesso a direitos, mesmo os mais elementares como alimentação e moradia.” (Distrito Federal, 2010). Na contemporaneidade, os números das desigualdades, exclusão e violações de direitos desses povos estão expressos, diuturnamente, nas mais diversas mídias de comunicação do país e do mundo. As desproporções nas estatísticas dos indicadores sociais entre brancos e negros se revela também o acesso, rendimento e permanência na Educação Básica, do acesso e permanência no Ensino Superior; na produção científica, literária e artística, entre outras. Elas também aparecem na relação entre brancos e outros grupos étnicos e raciais, como os indígenas,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

83

ciganos, entre outros. E tendem ainda a se repetir nas intersecções de identidades sociais como mulheres, LGBTTTQ+, pessoas com deficiência, entre outras. Os valores, atitudes e práticas que envolvem as questões étnico-raciais na sociedade brasileira e baiana não diferentemente se fazem presentes na comunidade e no contexto escolar. Demarcadas pelo preconceito, discriminações, racismo, machismo, sexismo, LGBTfobia e xenofobia, a todos os grupos sociais que ali convivem e que fogem às intersecções das identidades sociais, histórica e culturalmente validadas e valoradas, pela sociedade brasileira, o homem, branco e cristão. Na busca pelo combate às violações de direitos e o (re)conhecimento das reais contribuições desses povos, na constituição social do país, diversos normativos legais vigentes, no Brasil e na Bahia, foram sancionados, a exemplo da LDBEN/96, o Estatuto da Igualdade Racial/2010, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religião no Estado da Bahia/2014, o PNE/2014 e o PEE/2016. Esses normativos abordaram o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos e a redução das desigualdades étnico-raciais em seus textos. Contudo, a partir das lutas dos movimentos sociais, as Leis nºs 10.639/03 e 11.645/08 foram sancionadas como formas mais contundentes para o rompimento das fronteiras do preconceito étnico e racial partindo da escola. Essas leis versam sobre a inclusão nos currículos, das Redes de Ensino da Educação Básica, a obrigatoriedade dos estudos da “História e Cultura Afro-Brasileira” e os estudos da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, respectivamente. Sobre a Lei nº 10.639/03, Pinheiro e Rosa se posicionam da seguinte forma: “Entendemos que a lei é importante para assegurar que, em um país que se intitula o „paraíso da democracia racial”, as escolas discutam a história de nossos ancestrais africanos a partir de uma ótica diferente daquela apresentada pelo colonizador, mas conferindo direito a voz às pessoas que efetivamente construíram esse país, objetiva e subjetivamente, por meio de seu trabalho, da socialização da sua cultura e dos seus conhecimentos.” O “lugar de fala”, da expressão e manifestação dessas “minorias”, com tonalidades de pele, texturas dos cabelos, religiões e culturas diversas, precisa ser considerado na elaboração e na materialização dos currículos. A partir disso, a execução de ações e estratégias didático-pedagógicas de valorização e (re)conhecimento das produções culturais, científicas, literárias e tecnológicas africanas, afro-brasileira, indígenas, dos povos itinerantes, como os ciganos, entre outros grupos sociais que

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

84

transitam o universo escolar. Segundo Silva “é necessário haver descolonização didática.” (SILVA apud PIRES et al., 2018). Diante do exposto, é imprescindível que a diversidade humana seja vista como subsídio para a formação dos estudantes, uma vez que a escola, como instituição democrática, deve atuar na desconstrução de todos os estereótipos arraigados nas práticas educacionais e sociais. Toda a produção cultural, literária, científica e tecnológica africana, indígena, dos povos itinerantes, entre outros, precisa ser considerada de forma estruturante nos currículos escolares, e não de uma forma vazia, caricatural e/ou pontual. O Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, dessa forma, constitui-se em uma referência para que as unidades escolares tratem a Educação para as Relações Étnico-Raciais na perspectiva de incorporar a diversidade em toda a sua complexidade, compreendendo a dinâmica da ação educativa como prioritária para eliminar as discriminações, emancipar grupos historicamente discriminados, valorizar socioculturalmente o sujeito, demarcando a importante contribuição das ações pedagógicas na construção de identidades.

5.5 Educação para o Trânsito

O compromisso com a educação científica compreende uma série de habilidades necessárias à vida em sociedade. Nesse sentido, a educação para o trânsito constitui-se como um incentivo aos alunos a adoção de hábitos e comportamentos seguros no trânsito, transformando o conhecimento em ação por meio de práticas que possibilitem vivências e experiências de seu cotidiano de forma segura e solidária.

A Lei Federal nº 9.503/97 que institui o Código Brasileiro de Trânsito apresenta em seu Capítulo VI que a educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito, devendo ser promovida desde a educação infantil até o ensino médio.

A temática também é relacionada com os conteúdos dos componentes curriculares de História e Geografia, através de atividades como confecção de placas de sinalização, leitura das linguagens de sinais, visuais, sonoras e gestuais, verbais e não verbais, análise de estatísticas geográficas, leitura e produção de

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

85

gráficos sobre trânsito, exibição de filmes e vídeos sobre cuidados, atenção e respeito ao pedestre e aos demais motoristas, atividades que envolvem a locomoção segura de um lugar para outro, organização do mural da escola.

5.6 Saúde na Escola

Através da Lei Federal nº 12.645/2012 é instituído o dia 10 de outubro como Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas, cabendo a instituição de ensino realizar atividades educativas de sensibilização, responsabilização e intervenção no meio escolar em relação a si mesmo e ao outro.

As ações envolvem atividades nos diferentes componentes curriculares como palestras, decoração de mural com frases sobre atenção e cuidado com a saúde e a segurança, estudo de textos relacionados ao tema, exibição de vídeos com o objetivo de desenvolver hábitos de prevenção a acidentes.

5.7 Educação Ambiental

A Política de Educação Ambiental é instituída pela Lei Federal Nº 9.795/1999, trazendo a educação ambiental como componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino de forma articulada. Com a Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012 a educação ambiental formal se fundamenta no Brasil com o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Em âmbito estadual, é aprovada no ano de 2013 a Lei nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013, instituindo a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental.

Esses documentos destacam a importância de ser promovida a educação ambiental de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar. É importante enfatizar que a educação ambiental deve ser trabalhada com o objetivo de promover hábitos sustentáveis, ou seja, não só as questões ligadas diretamente ao ecossistema, mas também à interação desses com as questões econômicas e sociais, sendo responsabilidade de todos.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

86

Para tanto, podem ser utilizados os documentos universais da Educação Ambiental como: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Carta da Terra, Tratado de Educação Ambiental.

5.8 Cultura Digital

A transformação da materialidade dos bens culturais analógicos em dados codificados digitais, representa uma alteração significativa nos processos de produção, reprodução, distribuição e armazenamento dos conteúdos simbólicos – a cultura digital expressa a mudança de uma era.

Hoje, graças à complexa tecnologia dos meios de comunicação, o que acontece a milhares de quilômetros faz parte da nossa experiência cotidiana. Ambientada pelas tecnologias da comunicação, a sociedade atual vive em vários lugares simultaneamente, uma espécie de amálgama entre presença física e presença a distância.

Nesse contexto, o geógrafo Rogerio Haesbaert propõe adotar a noção de multiterritorialidade, na medida em que existe a possibilidade de “experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla” (2004, p. 11). A noção de multiterritorialidade traduz a demanda contemporânea de apropriação e pertencimento flexíveis, de territorialidades mais instáveis e móveis. Anteriormente, a relação com os acontecimentos se dava no passado, como a luz das estrelas no céu. Na nova circunstância social, as pessoas experimentam uma presentificação do mundo – é o tudo ao mesmo tempo agora.

A revolução digital possibilitou a existência de uma espacialidade virtual, o ciberespaço e a interconexão progressiva das pessoas e organizações ao redor do globo, alterando, radicalmente, também, os processos produtivos – por isso, a revolução digital também é conhecida como terceira revolução industrial. Atualmente, são 4,1 bilhões de pessoas conectadas em todo o mundo (INTERNET WORLD STATS, 2018) e 120,7 milhões no Brasil (CGI.BR/NIC.BR; CE-TIC.BR, 2018). O crescimento exponencial da conectividade no mundo, a estruturação de políticas multidimensionais e transnacionais, a economia que ultrapassa as fronteiras dos países e imbrica todos eles – essa configuração atual do mundo

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

87

interdependente chamada pelo sociólogo catalão, Manuel Castells, de Sociedade em Rede (CASTELLS, 2007).

A facilidade de conexão e a redução de custos de equipamentos, especialmente de celulares/smartphones, marcam um ponto de ruptura com a lógica de broadcasting. A internet redefiniu a relação entre produtores (profissionais de criação e distribuição de conteúdo) e consumidores. Os consumidores convertem-se em produtores ou editores, na medida em que difundem conteúdos próprios, remixados por eles, ou simplesmente compartilham materiais de sua seleção. O acesso facilitado e barato também deu vazão ao caudaloso rio de informações até então represado. Um estudo da International Data Corporation indica que, até 2025, a quantidade de dados produzidos no mundo será de 163 zettabytes (cada zettabyte um trilhão de gigabytes), dez vezes a quantidade de dados gerados em 2016, que totalizou 16,1 zettabytes (IDC, 2017).

A ambiência criada pela profusão de suportes e a constante circulação de conteúdos favorecem a emergência de formatos narrativos híbridos, adequados ao mundo hiperconectado. Segundo Gonçalves, “Na era da convergência midiática, discutir a linguagem de cada mídia separadamente não é mais suficiente para se entender como a mensagem adquire novos contornos, dependendo do meio que a veicula” (2014, p. 16).

A internet torna tudo isso possível porque os conteúdos digitais absorvem textos, imagens e sons e podem ser transferidos em altíssima velocidade, a partir de pacotes de informação padronizados, de acordo com inúmeras regras, chamadas protocolos, que definem efetivamente o modo, os limites e as formas dessa comunicação. [...] A internet é capaz de transferir e vincular tudo o que possa ser digitalizado. (SILVEIRA, 2007, p. 27).

Este contexto abre espaço para inovações estéticas e formais. Henry Jenkins afirma “Estamos descobrindo novas estruturas narrativas, que criam complexidade ao expandirem a extensão das possibilidades narrativas, em vez de seguirem um único caminho, com começo, meio e fim” (2008, p. 165). Os novos formatos narrativos presumem a ambiência em rede e interação entre várias mídias, a fim de melhor aproveitar a convergência de suportes e a conectividade do mundo contemporâneo.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

88

No universo de pessoas e instituições produzindo conteúdo, multiplica-se, exponencialmente, a forma de conectar-se, de interagir e colaborar entre si – e, frequentemente, com agentes fora de seu círculo mais próximo, muitas vezes desconhecidos. A colaboração motivada por predileções comuns não mobiliza somente números, mas expertises, sensibilidades, histórias de vida; enfim, as mais variadas formas de conhecimento humano.

Sob a égide da colaboração, as comunidades criadas a partir de interesses afins conseguem “alavancar a expertise combinada de seus membros. O que podemos não saber ou fazer sozinhos, agora podemos fazer coletivamente” (JENKINS, 2008, p. 54). É o que Pierre Levy chama de “Inteligência Coletiva”. Para o autor, a expressão traduz uma inteligência distribuída em todos os lugares, constantemente valorizada e coordenada em tempo real, que resulta em uma efetiva mobilização de competências.

A base e o objetivo da inteligência coletiva seriam o reconhecimento e o enriquecimento mútuo das pessoas:

“Uma inteligência distribuída em toda parte: esse é o nosso axioma inicial. Ninguém sabe tudo, todo mundo sabe alguma coisa, todo conhecimento está na humanidade. Não há reservatório de conhecimento transcendente e conhecimento não é outro, senão o que as pessoas sabem.” (LEVY, 2004, p. 19).

A realização da inteligência coletiva, numa sociedade em rede, inclusive, abre espaço para teorizações a respeito da aprendizagem, como o Conectivismo (SIEMENS, 2004), que alerta para a nossa capacidade em acessar o conhecimento de outras pessoas. A mesma elaboração teórica observa que a educação formal não é mais a maior parte do aprendizado, bem como chama atenção para a habilidade de fazer distinções entre informações importantes e sem importância, num contexto de abundância.

As tecnologias de conectividade contemporâneas abriram um campo de possibilidades de interação, cada vez mais desenvolvido e expandido, a partir do qual são inauguradas novas formas de estar em comunidade. Não é à toa que a palavra mais em moda hoje em dia seja share “compartilhar”. Segundo Henry Jenkins:

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

89

“Novas formas de comunidade estão surgindo: essas comunidades são definidas por afiliações voluntárias, temporárias e táticas, e reafirmadas através de investimentos emocionais e empreendimento intelectuais comuns.” (JENKINS, 2008, p. 55).

O pesquisador afirma que produção mútua e troca recíproca de conhecimento são as forças que mantêm as comunidades. Ainda que seus membros possam mudar de um grupo a outro, à medida que mudam seus interesses, e pertencer a mais de uma comunidade ao mesmo tempo.

A Cultura Digital articula-se com qualquer outro campo além das tecnologias, como Arte, Educação, Filosofia, Sociologia, Ciências Naturais etc. Justamente pela ubiquidade crescente das tecnologias digitais (SANTAELLA, 2013), instigam instituições e espaços formativos a conceber novos jeitos de aprender, tanto dentro quanto fora do espaço escolar.

Esses novos jeitos de aprender, nos dias de hoje, escapam ao modelo hierárquico, sequencial, linear e fechado em apenas um turno escolar. Compreendem a ideia de rede no ato de conhecer, alterando formas e jeitos de aprendizagem e interpelando-nos a pensar novas formas de escolarização e de fazer cultura. (BRASIL, 2009, p. 11).

Nesse sentido, emergem desafios pedagógicos e estruturais a serem enfrentados pelas redes de educação, escolas e profissionais da educação. No âmbito dos desafios pedagógicos, é possível listar:

a) Conhecimento transmídia – A era da convergência, com seus hibridismos, fluxos por múltiplos suportes e acesso, cada vez maior, a meios de comunicação e produção multimídia, multiplica as alternativas de geração e circulação do conhecimento. A escola, entretanto, continua privilegiando, majoritariamente, o binômio leitura/ escrita e, assim, deixa de se relacionar como campo de possibilidades aberto na sociedade contemporânea. A questão aqui não é o abandono da leitura e da escrita, mas reconhecimento e valorização da diversidade atual de possibilidades de expressão e produção de conhecimento legadas pelas inúmeras mídias a que se tem acesso, incluindo novas estéticas e formatos.

b) Escola na sociedade em rede – Os espaços formais de educação são frequentemente criticados pelo seu isolamento perante o resto da sociedade.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

90

Reposicionada como mais um dos elos de geração e disseminação do conhecimento, a escola precisa superar essa solidão, dialogar e articular-se com outros centros produtores de conhecimento. Integrar e se beneficiar da inteligência coletiva (LEVY, 2004). De forma correlata, também os docentes têm de aprender a trabalhar de forma mais horizontal – com alunos e outros agentes educacionais –, abandonando o posto de fonte única do conhecimento e assumindo-se como curador de itinerários na grande rede do conhecimento.

c) Produção e autoria – Nunca os meios para pesquisar, produzir e circular conhecimento estiveram tão disponíveis para tanta gente – e isso se transforma em oportunidades educativas, pois “as tecnologias digitais propiciam possibilidades de interação, de autoexpressão e de autoria nunca antes experimentadas” (BONNEL et al., 2016, p. 115). O cenário atual favorece uma mudança na atitude de professores e estudantes, agora pensados como “criadores de conteúdos, de cultura, de ciência, de tecnologia e de artefatos criativos (PRETTO, 2017, p. 57). Os processos criativos autorais podem e devem ser percebidos como estratégias de aprendizagem, ao implicar comprometimento e dedicação intensivos. Nessas situações, os estudantes “se deparam com conceitos em um contexto significativo, portanto o conhecimento está integrado a uma rica teia de associações”.

Deste modo, “como resultado, os estudantes são mais capazes de acessar e aplicar o conhecimento em novas situações” (RESNICK, 2017, p. 53 – tradução nossa). Para além da formativos. A radicalidade dessa transformação requer uma revisão do modelo hegemônico escolar – instrucionista, hierárquico, sequencial, linear e fechado em apenas um turno. A escola precisa atuar “como uma plataforma educativa, e que se constitua num ecossistema de aprendizagem, comunicação e produção de culturas e conhecimentos [...] com um estímulo à criação permanente, à remixagem, à mistura de tudo [...]” (PRETTO, 2017, p. 58).

d) Colaboração – As práticas colaborativas são estruturais e estruturantes na sociedade em rede. No âmbito da educação, isso é ainda mais evidente, pois a natureza do conhecimento é colaborativa. A ciência, assim como a arte, avança à medida que ideias são confrontadas e complementadas. Em projetos ou atividades colaborativas, a criação, teste, homologação e uso supõem e dependem da ação coletiva, dentre outras experiências que também chamam atenção. A colaboração entre pares supõe a autorregulação e não reconhece valores ou autoridades

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

91

extrínsecos à ação em si. Como prenuncia o quarto princípio do código de ética hacker: “o julgamento dos hackers deve ser feito pela qualidade do que eles efetivamente fazem e realizam [...] e não por critérios falsos, como escolaridade, idade, raça ou posição”. (PRETTO, 2010).

Assim, a lógica colaborativa se contrapõe ao modelo escolar hegemônico, organizado na perspectiva da aprendizagem atomizada e individual, sob a tutela de uma autoridade validadora. Além de castrar o potencial de colaboração dos alunos (e as muitas possibilidades de aprendizagem correlatas), este modelo é descolado da vida, cada vez mais cooperativa. Dependemos cada vez mais dos outros para lidar com informações e conhecimentos que não somos capazes de processar sozinhos. “Até agora, nossas escolas ainda se concentram em gerar aprendizes autônomos; buscar informações com outras pessoas ainda é classificado como ‘cola’.” (JENKINS, 2008, p. 178).

e) Conexão/condições sociais e materiais – para dar os passos descritos anteriormente, é fundamental ter a estruturação dos espaços educacionais para atender, com propriedade e de maneira satisfatória, as necessidades da educação contemporânea. aprendizagem em si, a produção permite que todos se coloquem na posição de sujeitos autores, não apenas daquilo que produziram, mas de seus próprios percursos

5.9 Educação Fiscal

O Programa Nacional de Educação Fiscal foi instituído em 2002 através da Portaria Interministerial nº 413 com os objetivos de promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania, sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo, levar conhecimento ao cidadão sobre administração pública e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

Em âmbito estadual, o decreto 5.739/2012 institui o Programa Estadual de Educação Fiscal, tornando obrigatória a inserção do conteúdo Educação Fiscal aos alunos da Educação Básica.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

92

Há diversas maneiras para se trabalhar os valores referentes a Educação Fiscal, cabe aos professores planejar a melhor forma para socialização desses conhecimentos que são necessários à articulação que deve existir entre as competências acadêmicas e os desafios do cotidiano.

Nesse sentido, o componente curricular de Matemática abordará a Educação

Fiscal e Tributária através de pesquisas de conceito tributário e cálculos para definir os valores dos impostos de acordo com o produto escolhido, analisar onde deveriam ser investidos a percentagem destes impostos, partindo sempre da contextualização real que o aluno vivencia.

5.10 Educação alimentar e nutricional

A escola é um espaço privilegiado para a promoção da saúde e desempenha papel fundamental na formação de valores, hábitos e estilos de vida, entre eles o da alimentação.

A promoção de uma alimentação saudável no espaço escolar pressupõe a integração de ações em três pontos fundamentais: ações de estímulo à adoção de motiver escolhas individuais; ações de apoio à adoção de práticas saudáveis por meio de uma alimentação nutricionalmente equilibrada no ambiente escolar e ações de proteção à alimentação saudável, por meio de medidas que evitem a exposição da comunidade escolar a práticas alimentares inadequadas.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

93

6. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser entendida como suporte do processo decisório da gestão da educação básica, bem como da relação ensino-aprendizagem nela desenvolvida. Esta concepção de avaliação como processo decisório, conforme DEMO (2000, p.97):

(...) muda radicalmente o processo avaliativo do aluno, não mais voltado à mera freqüência e às notas das provas, mas na pesquisa e elaboração própria. Está em jogo sua capacidade de questionar e reconstruir, na teoria e na prática, com qualidade formal e política. Busca-se avaliar as condições de formação da competência, dentro de um processo evolutivo sustentado a longo prazo, através sobretudo de um sistema de acompanhamento cuidadoso e dedicado, mais do que por notas, semestre a semestre. Avaliar não é apenas medir, mas sobretudo sustentar o desempenho positivo dos alunos (...) não se avalia para estigmatizar, castigar, discriminar, mas para garantir o direito à oportunidade. As dificuldades devem ser transformadas em desafios, os percalços em retomadas e revisões, as insuficiências em alerta.

Os diferentes processos de avaliação devem sustentar a reflexão e o aprimoramento das práticas pedagógicas rompendo com a visão dicotômica, e infelizmente muito comum, que dissocia os resultados de aprendizagem dos estudantes das condições oferecidas para construção do conhecimento por todos e todas, assim como as práticas efetivadas no dia a dia das possibilidades de construção de um trabalho reflexivo e colaborativo entre os professores e as professoras.

Nessa linha pedagógica, os novos papéis e relações não anulam as vozes dos educadores e sua intencionalidade educativa, no entanto, o ensino passa a ser uma atividade muito mais interessante e complexa, já que o fluir do processo educativo se torna menos pré-determinado e mais participativo, uma vez que se considera simultaneamente os pontos de vista das crianças e dos adultos em relação a aprendizagem.

Nesse caso, a aprendizagem é entendida como uma harmonização entre as vozes das crianças e as vozes dos educadores, entre os propósitos das crianças e

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

94

as intencionalidades educativas. É por meio da documentação pedagógica que a aprendizagem se tornará visível.

Na Educação Infantil, no que se refere ao trabalho dos professores, cabe a eles utilizarem diversos registros, realizados por adultos e crianças, tais como pautas de observação, relatórios, fotografias, filmagens, produções infantis, diários, portfólios, murais, dentre outros. Tais registros servem como instrumento de reflexão sobre as práticas planejadas, na busca de melhores caminhos para acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Assim, a documentação pedagógica deve servir como termômetro para ampliar o olhar e a escuta dos professores com base no contexto da aprendizagem e nas propostas realizadas pelas crianças, historicizando suas vivências e experiências, de forma individual e coletiva, validando o desenvolvimento de suas competências e revelando memórias do seu protagonismo.

O planejamento e a avaliação a partir da documentação pedagógica demandam envolvimento e participação ativa das crianças e dos professores. As produções infantis, seus pensamentos, interesses, ideias, descobertas, aprendizados, criações, experiências e brincadeiras nos revelam sua maneira de compreender o mundo. Nesse sentido, os professores precisam registrar as experiências das crianças (desenhos, produções de textos orais ou escritos, dramatizações, momentos da alimentação, dos cuidados, de banho e trocas etc.) por diversos meios e linguagens, de modo que possam compartilhar os vários saberes com seus pares e com os adultos.

Avaliação para a aprendizagem é qualquer processo de avaliação no qual a prioridade tanto no seu planejamento quanto na sua implementação seja servir ao propósito de promover as aprendizagens dos estudantes. Nesse sentido, ela difere de avaliações cujo foco primário é servir aos propósitos de responsabilização, ranqueamento ou para certificar competências. Uma atividade avaliativa pode ajudar os estudantes se ela prover informações que os próprios estudantes e os professores possam utilizar enquanto devolutivas para avaliarem a si próprios e uns aos outros, e que haja na modificação das atividades de ensino e de aprendizagem nas quais ambos estão engajados. Ela se torna uma “avaliação formativa” quando

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

95

as evidências coletadas são efetivamente utilizadas para adaptar o trabalho do professor de modo a atender às necessidades dos estudantes. (BLACK et al., 2019, p.156)

No Ensino Fundamental, a avaliação é formativa quando se apoia em três elementos: os questionamentos e escutas verdadeiras (orais, escritas, filmadas, por quizz) são estratégias pelas quais o professor questiona ou problematiza o conhecimento dos estudantes sobre um tema; as devolutivas pedagógicas efetivas, ou feedbacks, devem encorajar os alunos a desenvolver e demonstrar a compreensão de características centrais sobre o assunto que estão aprendendo e os comentários devem identificar o que foi feito adequadamente e o que ainda precisa ser melhorado, além de oferecer formas de orientação sobre como melhorar; os processos constantes de autoavaliação e avaliação por pares são consideradas estratégias avaliativas potentes para engajar os estudantes no estudo e fortalecer um enfoque mais profundo de reflexão sobre sua própria aprendizagem (metacognição). Apoiadas em recursos visuais (como a autoavaliação visível por gráficos ou em rubricas de proficiência previamente compartilhadas com os estudantes), trazem as evidências mensuráveis a primeiro plano e diminuem o aspecto subjetivo de juízo sobre os critérios avaliativos.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

96

7. DAS MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS PELA ESCOLA

7.1 A política de educação do campo:

A educação do campo é uma proposta ampla que visa à formação do homem do campo no que se refere a uma educação que considera a vida, aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de etnia. Se baseia no estudo associado com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra, estimulando a participação da comunidade, promovendo uma educação adequada para que o sujeito possa lidar com a sua realidade, na busca de sua emancipação como ser agente, fazendo parte da construção da proposta de educação, criando um modelo de currículo que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, faz-se importante o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade.

Portanto, os eixos temáticos na Educação do Campo – agricultura familiar; sistemas de produção e processos de trabalho no campo; economia solidária; desenvolvimento rural sustentável e solidário com enfoque territorial; agroecologia; identidade, cultura, gênero e etnia; entre outros que possam emergir do diálogo com a comunidade – como problemáticas centrais de pesquisas realizadas com a própria comunidade, construindo, assim, uma prática pedagógica dialógica.

As especificidades dos sujeitos do campo na área educacional estão garantidas no LDB nº 9.394/96, como se observa:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Ainda assim, percebe-se que a Educação do Campo objetiva a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo, cria possibilidades do acesso à

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

97

educação por milhares de pessoas que vivem em regiões muito distantes do meio urbano. Esta política pública trouxe uma revolução para a educação brasileira, uma vez que diminuiu o analfabetismo e trouxe independência para a população.

Este modelo de educação está presente em todas as outras modalidades, pois possibilita um trabalho mais diversificado e com sentido para a vida das pessoas, tendo contato com conteúdo que abrangem as experiências pessoais e o contexto em que vivem.

Está amparada nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008. Parecer CNE/CEB nº 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância; Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo; Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

É notório que todas as políticas educacionais obtidas por meio da luta da Educação do Campo são de extrema importância. Entretanto, destaca-se o Decreto 7.352/2010 elevou a Educação do Campo à condição de política de Estado, conforme explicita o seu Art. 1º:

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010).

O referido Decreto recupera o que traz no texto das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, além de elevar a Educação do Campo como modalidade de ensino a ser oferecida, não somente no campo, mas onde tenham pessoas do campo, mesmo que seja no perímetro urbano, demonstrando, assim, o reconhecimento das especificidades sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas do modo de produzir a vida no campo.

Entre as características da educação do campo que se pretende construir, estão:

Concepção de mundo: o ser humano é sujeito da história, não está “colocado” no mundo, mas ele é o mundo, faz o mundo, faz cultura. O homem do

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

98

campo não é atrasado e submisso; antes, possui um jeito de ser peculiar; pode desenvolver suas atividades pelo controle do relógio mecânico ou do relógio “observado” no movimento da Terra, manifesto no posicionamento do Sol. Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou atuar de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens;

Concepção de escola: local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada. O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola;

Concepção de conteúdos e metodologias de ensino: conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar. Tal seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que possa determinar quais conteúdos contribuem nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educandos. Estratégias metodológicas dialógicas, nas quais a indagação seja frequente, exigem do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para a sala de aula;

Concepção de avaliação: processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico, seja bimestral, semestral ou anual. Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

99

Quando se fala em avaliação, é importante compreender que para a educação que se quer construir, um procedimento essencial é a escuta: *escutar* os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas; *escutar* os educandos e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola e à sala de aula; *escutar* as carências expostas pelos professores das escolas do campo. Enfim, ouvir cada um dos sujeitos que fazem o processo educativo: comunidade escolar, professores e governos, nas esferas municipal, estadual e federal. Por meio da escuta, será gerado o diálogo e nele serão explicitadas as propostas políticas e pedagógicas necessárias à escola pública. Busca-se uma educação que seja crítica, cuja característica central é a problematização dos conhecimentos. Problematizar implica discutir os conteúdos de forma a gerar indagações e não de forma enciclopédica e mecânica. Para tanto, na educação do campo, o tema questão agrária é essencial para compreender os determinantes que levaram a educação do campo a estar historicamente marginalizada nas políticas educacionais.

Diante de todas estas considerações podemos afirmar que Centro Educacional Antônio Joaquim Alves se classifica como escola do campo e oferece educação do campo, pois além de estar localizada no campo, também atende outras comunidades camponêsas como os remanescentes quilombolas e por isso oferece aos seus educandos uma educação voltada para as realidades do povo camponês, utilizando o meio natural, para mostrar na prática, a importância do campo para a vida da sociedade de forma emancipatória, saudável e sustentável, incluindo em seu fazer pedagógico, ações voltadas para o homem e a vida no campo, adere e realiza projetos que venham a priorizar o seu público-alvo no que se refere à preservação da natureza tanto fauna, quanto flora; a apropriação de técnicas de manejo adequado do solo; ao cuidado com a saúde pessoal e coletiva. Enfim, ao uso sustentável dos recursos naturais, à valorização da vida, dos aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de etnia.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

100

7.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A ESCOLA MUNICIPAL CENTRO EDUCACIONAL ANTÔNIO JOAQUIM ALVES tem como proposta ser uma escola inclusiva. Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, busca-se reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecedores do processo escolar e a garantia do acesso e permanência do aluno na escola. Acredita-se, para tanto, que os sujeitos podem aprender juntos, embora com objetivos e processos diferentes, tendo em vista uma educação de qualidade. Conforme CARVALHO (2000, p. 17):

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Como esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação, parecendo-nos mais recomendável do que atribuir essa característica ao alunado.

Tal conceito nos remete a mudanças significativas no contexto escolar no que se refere às questões pedagógicas, relacionais, administrativas e institucionais, garantindo a aprendizagem de todos os alunos, tendo em vista o respeito pela diferença. Nessa assertiva, CARVALHO (2000, p. 17) “[...] a diferença não é uma peculiaridade das pessoas com deficiências ou das superdotadas. Todos somos absolutamente diferentes uns dos outros e de nós mesmos, à medida que crescemos e nos desenvolvemos. Somos todos especiais.”

A inclusão de alunos/as com necessidades educacionais especiais implica redimensionamento curricular dos processos de ensino-aprendizagem, bem como do acesso aos diferentes espaços físicos da Instituição. Segundo Werneck (1999, p. 12-13),

Partindo da premissa de que quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas, mais ela adquire o genuíno conhecimento, fica fácil entender porque a segregação não é prejudicial apenas para o aluno com deficiência. A segregação prejudica a todos, porque impede que

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

101

as crianças das escolas regulares tenham oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios. Sem bons desafios, como evoluir.

Dessa forma, a Escola busca organizar a prática pedagógica, possibilitando a personalização do ensino de acordo com as particularidades de todos os alunos. Pressupõe, sobretudo um trabalho de planejamento centrado-se no contexto do grupo, atendendo não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas também as eventuais especificidades dos demais alunos, contribuindo, dessa forma, com o processo de inclusão escolar. As adaptações curriculares, tanto no que se refere às adaptações dos objetivos, dos métodos, como também da avaliação, ocorrem como uma das formas mais específicas de contemplar as necessidades individuais do aluno.

Além disso, entende-se que as discussões a respeito da inclusão devem ser ampliadas e estendidas a toda comunidade escolar, para que haja o entendimento e respeito às diferenças, já que somos todos diferentes com um jeito próprio de pensar e agir. Assim, “[...] é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.” (SANTOS apud MONTOAN, 2003, p.34).

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam a diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. A Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente a espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

102

Diretrizes e indicadores metodológicos da educação Especial (inclusiva)

A Resolução nº 2/2001, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, coloca para os sistemas de ensino o desafio de se organizar para incluir os alunos e atender suas necessidades educacionais especiais.

A LDB 9394/96 artg 59

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

103

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Diretrizes e indicadores da avaliação

O processo avaliativo terá sempre como base o currículo municipal, as Leis nacionais e demais normas viventes. No entanto a escola terá autonomia para utilizar métodos avaliativos diversificados, uma vez que atenda a necessidade dos educandos de acordo com a necessidade de cada um.

Sendo assim, poderá se valer das seguintes práticas:

A observação e o registro das atividades individuais e coletivas são um dos instrumentos mais completo de avaliação, pois através deste procedimento avaliativo o professor poderá não apenas registrar fatos e situações, mas também compreender certas condutas presentes na rotina dos estudantes, principalmente se o professor conseguir envolver nesta observação outros espaços de aprendizagem além da sala de aula, como os momentos de recreação, aula de educação física e outros momentos e espaços que a instituição oferece na rotina escolar.

O portfólio é um instrumento que permite posteriormente ao aluno e a seus pais perceberem como se iniciou o trabalho programado e como ele se desenvolveu. Ele revela ao aluno e ao professor, quais foram às questões iniciais e finais levantadas pelo aluno e, conseqüentemente, as suas aquisições, o que auxilia na escolha de futuros trabalhos conforme o foco de interesse do aluno no desenvolvimento das atividades e da avaliação.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

104

A entrevista, também é uma das possibilidades de avaliar a todos os estudantes independentes de suas limitações. Esta ferramenta sob a forma de relações dialógicas entre o avaliador e o avaliado facilita a compreensão e a interação, principalmente no caso de estudantes com deficiência intelectual, cegueira, ou baixa visão.

O Diário de classe, relatórios, fichas e similares contendo indicadores para os registros individuais também são apontadas como uma possibilidade de autoavaliação, pois este procedimento auxilia os estudantes a reconhecerem o seu desenvolvimento contribuindo sobremaneira para a sua autoestima.

Além da preocupação com o processo avaliativo, é importante lembrar que algumas especificidades devem ser levadas em conta no trabalho com estudantes que apresentem deficiência:

Deficiência Intelectual: considerar as características da aprendizagem, como o ritmo, os níveis de abstração e os alcances possíveis de aprendizagem.

Deficiência visual (parcial ou total): acesso ao código Braille e o uso de material em relevo deve ser recurso imprescindível à disposição na escola.

Deficiência auditiva / Surdo: domínio da Língua de sinais (Libras) pelo professor e conhecimento pelo professor das características de linguagem e das estruturas de pensamento dos alunos surdos.

Neste caso, é importante salientar que hoje o Ministério da Educação tem enfatizado o trabalho Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte ao professor da sala de aula da educação básica, e muitas das adaptações e serviços citados acima podem ser ofertados através do AEE no contra turno.

7.3 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A Educação Escolar Quilombola requer uma pedagogia própria que atenda e respeite a especificidade étnico-cultural de cada comunidade/povo. Assim, a Escola Centro Educacional Antônio Joaquim Alves, não está localizada dentro de um Quilombo, porém atende alunos de duas comunidades quilombolas e está organizada de modo a valorizar esse contexto sociocultural de cada grupo

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

105

afrodescendente e modos como cada comunidade organiza os tempos e os espaços escolares e suas formas de conceber e consolidar conhecimentos, uma vez que nesses processos estão sendo construídas identidades. O projeto político-pedagógico dessas escolas deve ser elaborado coletivamente e de forma autônoma pelas respectivas comunidades, valorizando os saberes e a história de cada povo, inclusive sua memória oral, articulando-os aos demais saberes produzidos por outras sociedades humanas. Cabe a tal projeto articular esses pontos com o disposto na legislação nacional em relação ao currículo, no caso, as Diretrizes Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares do Estado da Bahia e a BNCC, sem que eles percam suas especificidades.

É necessário atentar-se aos aspectos relacionados à Educação Escolar Quilombola:

- oferecer educação de qualidade nos estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas como quilombolas, rurais e urbanas, bem como nos estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades em que parte significativa dos estudantes seja oriunda dos territórios quilombolas;
- aos estudantes é preciso garantir o direito de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, de modo a contribuir para seu reconhecimento, valorização e continuidade.
- assegurar que as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas dessas comunidades, bem como seus processos próprios de ensino e aprendizagem e suas formas de produção e de conhecimento tecnológico.

Quanto ao projeto político-pedagógico faz-se necessário:

- compreender que esse projeto precisa garantir o direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade, pautada no atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas. O projeto deverá ser construído de forma autônoma e coletiva mediante a participação de toda a comunidade escolar.
- O projeto precisa estar relacionado à realidade histórica, regional, política, sociocultural, econômica e identitárias das comunidades quilombolas, realizando

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

106

diagnóstico da comunidade e seu entorno, em um processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território.

- incluam nesse projeto o conhecimento dos processos e hábitos REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA 71 alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e lideranças locais;

- considerem a participação das comunidades quilombolas, suas tradições locais, seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e suas formas de produção do trabalho e de vida.

Quanto aos planos de ensino, o Centro Educacional Antônio Joaquim Alves deve assegurar:

- o estudo da memória, da ancestralidade, da oralidade, corporeidade, da estética e do etnodesenvolvimento, entendidos como conhecimentos e parte da cosmovisão produzidos pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural;
- os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;
- as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade nacional;
- a questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas como ponto de orientação para todo o processo educativo definido no Projeto Político Pedagógico.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

107

8. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Escola prevê a oferta à comunidade da Educação Infantil, Ensino Fundamental, conforme legislação vigente.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9394/96, em seu artigo 26, “os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Portanto, expressa-se, no Projeto Político-Pedagógico da Escola, os princípios básicos para construção de uma proposta pedagógica que vise a articulação entre os saberes locais dos sujeitos e a estruturação de Projetos Interdisciplinares que possibilitem o acesso ao conhecimento sistematizado, em cada uma das áreas, com vistas à aprendizagem significativa.

Pretende-se uma ressignificação curricular constante, no contexto da Educação Básica, compreendendo que [...] “o currículo é um conjunto de aprendizagens valorizadas socialmente e como uma construção permanente e inacabada, resultante da participação de todos, um espaço integrado e dialético, sensível à diferenciação e que, conseqüentemente não ignore a existência de uma realidade que se constrói na diversidade.” (MORGADO, 2004, p. 117).

A proposta pedagógica da Escola, expressada no Projeto Político-Pedagógico, prevê uma articulação no desenvolvimento do currículo, sobrepondo-se práticas políticas, administrativas, econômicas e pedagógicas levando em consideração “que o aluno já traz uma bagagem cultural, [...] não aprende só no tempo de aula, nem só através do professor; há um movimento autógeno de busca de atribuição de sentido para o mundo em que vive”. (VASCONCELOS, 2002, p. 141). Nessa perspectiva, o currículo é conteúdo cultural e cabe aos/às educadores/as estabelecer um projeto para que esta cultura escolarizada concretize-se de forma crítica e participativa junto aos sujeitos do processo, ficando evidente a necessidade de um trabalho docente coletivo, na busca da aprendizagem significativa de todos.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

108

Além disso, entende-se que a participação dos pais, na formação de seus filhos, em parceria com a escola, seja de fundamental importância para a constituição de um comprometimento com o processo de aprendizagem.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

109

9. DA PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

9.1 PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para orientar as unidades de Educação Infantil a planejar seu cotidiano, as Diretrizes apontam um conjunto de princípios defendidos pelos diversos segmentos ouvidos no processo de sua elaboração e que devem orientar o trabalho nas instituições de Educação Infantil. Dada sua importância na consolidação de práticas pedagógicas que atendam aos objetivos gerais da área, eles serão aqui apresentados em detalhes:

Princípios éticos – valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Princípios políticos – garantia dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Princípios estéticos – valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Para apontar formas de operacionalização destes princípios, o texto do Parecer das Diretrizes remete à adoção de uma série de medidas voltadas a garantir certos objetivos e certa metodologia no trabalho didático. Vejamos:

Cabe às instituições de Educação Infantil, de acordo com os princípios éticos: - assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas; - valorizar suas produções, individuais e coletivas; - apoiar a conquista pelas crianças de autonomia na escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários; - proporcionar às crianças oportunidades para:

- ampliar as possibilidades de aprendizado e de compreensão de mundo e de si próprias trazidas por diferentes tradições culturais;
- construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças, combatendo preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem como pessoas;
- aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

110

- adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente;

- respeitar todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.

Para a concretização dos princípios políticos apontados para a área, a instituição de Educação Infantil deve trilhar o caminho de educar para a cidadania, analisando suas práticas educativas de modo a:

- promover a formação participativa e crítica das crianças;
- criar contextos que permitam às crianças a expressão de sentimentos, ideias, questionamentos, comprometidos com a busca do bem estar coletivo e individual, com a preocupação com o outro e com a coletividade;

- criar condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma ideia, um conflito.

- garantir uma experiência bem sucedida de aprendizagem a todas as crianças, sem discriminação, e lhes proporcionar oportunidades para o alcance de conhecimentos básicos que são considerados aquisições valiosas para elas;

O trabalho pedagógico na unidade de Educação Infantil, em relação aos princípios estéticos deve voltar-se para:

- valorizar o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências;

- organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade;

- ampliar as possibilidades da criança de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades;

- possibilitar às crianças apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulem em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu projeto político pedagógico.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

111

Os princípios expostos devem sustentar as práticas de Educação infantil e privilegiar aprendizagens como ser solidário com todos os colegas, respeitá-los, não discriminá-los e saber por que isso é importante, aprender a fazer comentários positivos e produtivos ao trabalho dos colegas, a apreciar suas próprias produções e a expor a adultos e crianças o modo como às fez.

Nessa direção as práticas cotidianas na Educação Infantil devem:

- considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças,
- apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e
- efetivar-se por meio de modalidades de experiências que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico.

9.2 DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Os processos educacionais devem ser organizados conforme o crescimento das crianças, propondo conhecimentos e desafios que se enquadrem à sua faixa etária. E é exatamente isso que os seis direitos da aprendizagem na educação infantil trazem para as instituições de ensino.

- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.
- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas (BRASIL, 2017, p.36).
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

112

brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2017, p. 36).

- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017, p. 36).

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil são os pilares para uma formação saudável, que coloca o aluno como protagonista do seu processo de aprendizagem. A aplicação dessas iniciativas colabora para processos educacionais que promovem o desenvolvimento intelectual, cognitivo, motor e emocional, de uma maneira humanizada e acolhedora, visando a participação de todos os discentes, independentemente de quais sejam as suas condições.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os Campos de Experiências tiveram origem nas DCNEI (2010), como experiências que devem ser oferecidas de modo planejado, intencional e fundamentado pelo professor para a jornada de aprendizagem da criança.

Os Campos de Experiências se opõem a qualquer lógica que se aproxime dos componentes curriculares, da compartimentação ou campos de conhecimentos. Ao contrário, os Campos de Experiências buscam a relação e correspondência aos direitos de aprendizagens e a concepções de crianças. Cabe destacar que os Campos de Experiências devem estar incorporados em todos momentos e experiências de aprendizagem propostos durante o período em que a criança está na escola, ou seja, não devem estar reduzidos a situações específicas. Nesta lógica, sob o viés dos Campos de Experiência, o planejamento, a criação de

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

113

estratégias e a organização do espaço educativo devem estar articulados de maneira a instigar e provocar a criança a explorar tais contextos e propostas.

Deste modo, é a criança que vive a experiência, que tem e experimenta múltiplas linguagens, que traz as práticas sociais que viveu, que interage com os objetos de conhecimento, que segue subjetivando, significando e tendo acesso ao conhecimento social e historicamente produzido. Por fim, experiências como brincar, conviver, conhecer, expressar, explorar e participar, constituem-se como aprendizagem.

Os Campos de Experiências a serem trabalhados na Educação Infantil são:

O EU, O OUTRO, O NÓS, O EU, O OUTRO, O NÓS - Na infância, a construção dos processos identitários, realizada por meio de inúmeras formas de observação e de indagações que envolvem as pessoas, eventos, tradições familiares, culturas onde as crianças estão inseridas desde os seus primeiros dias de vida, efetivas comparações, assim como processos de inclusão e exclusão. As Crianças constroem seus processos identitários convivendo e dialogando consigo e com os outros. Experimentam estados de humor e, com isso, aprendem a expressá-los, em busca de apoio, cuidado, proteção e interação qualificada. É aqui que muitos dos seus direitos deverão ser exercidos, tendo como guardiões o Estado e a família, entre outras instituições educacionais, meios pelos quais também aprendem sobre seus deveres. Da perspectiva da infância, esta é a condição de uma passagem evolutiva, importante, na superação gradual do seu egocentrismo, entrando em cena, com importantes aprendizagens sociais. É aí que a escola tem um papel social fulcral no processo de ampliação dos processos de socialização e, portanto, de ampliação, também, do processo identitário da criança. É aí, também, que acontece uma diferenciação significativa da qualificação da convivência, a partir de valores vinculados à solidariedade, à reciprocidade e ao respeito dos direitos e deveres de si próprio e dos outros. O outro começa a surgir como fonte de possibilidades e limites, assim como valores democráticos importantes a serem exercidos pela cidadania.

CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS - As crianças jogam com o próprio corpo, comunicam-se e exprimem-se com a mímica. As experiências motoras permitem integrar as diferentes linguagens. Jogos que impliquem a psicomotricidade fina e ampla constroem aprendizagens importantes, assim como

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

114

satisfação e saúde. Nesses termos, é de suma importância que uma arquitetura de prédios para Educação Infantil tenha consciência da importância do planejamento dos espaços para que a especificidade pedagógica da Educação Infantil tenha lugar.

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS - As crianças se encontram nas Artes com uma facilidade, a Arte implica emoções, imaginação, sensibilidade e autoria artística. Arte e diferença são entrecimentos que criam singularidades incessantes, ao mesmo tempo em que elaboram experiências formacionais, singularizantes, porque vivem da e na criação. A experimentação de materiais e linguagens como a música, a dramatização, os sons, elaborações gráfico-pictóricas, bem como a criação e experimentação de mídias, implicam atitudes de pesquisa e um prazer singular nos processos de aprendizagem.

ESCUITA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO – As crianças, ao encontrar-se com a escola, já possuem um repertório linguístico rico. Na escola, esse repertório se diferencia na medida em que processos de socialização e outros são vividos a partir de aprendizagens mais **ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES** – A curiosidade da criança é uma das atitudes que favorecem a sua inserção no querer saber no que se refere aos diversos fenômenos da Natureza. Convidá-la a refletir sobre conceitos científicos e matemáticos pode ser pedagogicamente um prolongamento de sua condição para questionar quase tudo. Nesses termos, ao observar os fenômenos que os cercam, tentam compreender experimentando e observando suas mudanças. Neste mesmo fluxo de curiosidades sobre si, sobre outros seres, assim como sobre algumas lógicas da tradição matemática contidas em histórias e jogos matemáticos, ampliam sua compreensão do mundo em que vivem. Na vontade de experimentar e questionar o mundo em que vive e as informações que têm acesso, a atitude de pesquisa num sentido amplo já está presente no modo de ser criança. Nesse sentido, podemos considerar a criança um ser que gosta de exercitar a exploração e o mundo para compreendê-lo. Como mediadores pedagógicos desse processo, o professor e seus auxiliares e adultos próximos ajudam as crianças a ampliarem e complexificarem suas compreensões, formulando questões explicitativas e oferecendo pistas, à medida que os pequenos exploram objetos, materiais e manifestações da Natureza. Nesse processo, os professores também vão mediando

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

115

formas pedagógicas mais estruturadas e sistematizadas de oportunizar na criança compreensões lógicas. O uso de materiais e de experiências cotidianas com o cálculo para que a constatação e a abstração se encontrem e facilitem o acesso às competências matemáticas iniciais e a representação dos seus símbolos. Seus movimentos no espaço permitem, também, experimentar e experienciar de forma reflexiva conceitos geométricos. Inserções de jogos de mesa e jogos eletrônicos abrem possibilidades de desenvolvimento lógico num mundo contemporâneo eivado de constantes desafios neste campo dos inventos que implicam jogos e brincadeiras para crianças. Nesse particular, é fundamental cuidar das adequações cognitivas e éticas desses jogos. Assim o mundo dos números e dos cálculos pode ser experimentado e compreensões podem ser construídas de forma lúdica e processual, incluindo nessa itinerância compreensiva os fenômenos presentes na Natureza, na biologia humana e de outros seres.

9.3 METODOLOGIA

O trabalho metodológico no Centro Educacional Antônio Joaquim Alves esta pautado em uma educação, democrática e de igualdade, com respeito às singularidades e ao desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos: social, afetivo, moral, ético, intelectual e simbólico. Com esse viés, o trabalho pedagógico efetiva o ato de brincar, do investigar e do interagir como metodologias de trabalho que circunscrevem toda a prática de acordo com os campos de experiências e as rotinas da Educação Infantil, de modo intencional e contextualizado.

As Investigações no percurso da aprendizagem são uma estratégia didático-metodológica que propõe a inter-relação das diferentes áreas de conhecimento, na qual a criança é ativa nesse processo, pesquisando, observando e formulando hipóteses para explicar o que chama sua atenção, formulando perguntas, analisando as contradições, avaliando/sugerindo o percurso de busca, dialogando com os colegas e professores e elaborando conceitos. Tais elementos deixam visíveis o percurso de pensamento e aprendizagem da criança.

A proposta metodológica da Educação Infantil também inclui momentos de rotina, que se mantêm ao longo dos dias e das semanas e têm como intuito

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

116

sistematizar e orientar o fazer pedagógico, trazendo segurança e sintonia às crianças e a equipe pedagógica. Dentre os momentos de rotina estão: as conversas coletivas em círculo, atividades diversificadas, exploração em sessões de contextos de investigação, hora da leitura, rotina de cuidados, exploração do ambiente externo com brincadeiras, atividades mão na massa, atividades físicas e lúdicas.

O planejamento segue articulando os movimentos, os percursos de investigação, os cuidados de higiene e alimentação, além dos planejamentos estáveis das rotinas de transição entre um espaço e outro. Metodologicamente, estabelece-se na rotina do professor os registros diários que culminam em documentações pedagógicas, com propósito de deixar visível a trajetória de construção e de conhecimento das crianças, construindo a memória do percurso do Centro Educacional Antônio Joaquim Alves. Tais registros permitem a análise e reformulação da construção pedagógica, o que amplia a qualidade do processo.

9.4 AS TRANSIÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, ao anunciar a Educação Infantil, realizada em creches e pré-escolas, como primeira etapa da Educação Básica, sugere um esforço integrador da Educação Infantil com os demais níveis educacionais, Ensino Fundamental e Médio.

Para o aluno a passagem entre as etapas de ensino não virá sem dificuldades. No início da vida escolar, impõe-se a dura separação da criança com suas famílias. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental as brincadeiras em sala de aula começam a dar lugar a atividades mais intensas e cobranças. Nos Anos Finais, surgem os professores especialistas, as provas cada vez mais exigentes e o desabrochar da adolescência – uma transição por si só difícil.

A Lei nº 11.274(2006) instituiu o Ensino Fundamental de nove anos (EF), ampliando a sua duração através da antecipação da idade de matrícula das crianças nas escolas, que, a partir de então, deve ocorrer aos seis anos. Fato relativamente recente na educação brasileira, o novo EF requer mudanças organizacionais, estruturais, curriculares e de gestão em todos esses âmbitos, ao

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

117

mesmo tempo em que novas questões são colocadas em pauta, revigoram-se temas bastante antigos no campo educacional.

Uma das preocupações está na transição entre a Educação Infantil para o Ensino Fundamental, pois pode vir acarretar mudanças para a criança criando situações de ansiedades e inseguranças. Garantir a adaptação dos alunos é uma tarefa complexa, mas que se torna mais fácil quando se procuram entender o contexto de onde eles vieram, seja de casa ou de outra etapa de ensino. É necessário assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização (Brasil, 2004b, p.22).

A rotina da Educação Infantil é bem diversificada, temos como eixo estruturante a interação e a brincadeira e ao ingressar nas séries iniciais do Ensino Fundamental os alunos encontram uma rotina um pouco diferenciada. É por isso que esse período merece toda a atenção da escola para que as crianças se adaptem a tantas transformações, os professores devem preparar um ambiente acolhedor que permita a continuidade do aprendizado.

A BNCC estabelece a importância da continuidade entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, aprofundando e ampliando as experiências da criança. Nesta perspectiva, a transição entre as duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que aja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagem das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

A transição entre as duas etapas de ensino, é um período repleto de desafios para as crianças e para os seus pais, as novidades geram empolgação, visto que evidenciam crescimento, aprendizado e desenvolvimento. No entanto, há também uma enorme insegurança e ansiedade, o medo do desconhecido e do novo faz com que as crianças ingressem nesta etapa temendo uma rotina mais rígida,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

118

sem contar que na sala de aula, as brincadeiras e cantigas são substituídas gradativamente. Diante disso, a escola precisa possibilitar que esse período tão importante na vida escolar ocorra de maneira mais tranquila. Para que as crianças se adaptem a tantas transformações, cabe ressaltar que não existe um padrão, cada um em sua individualidade apresenta uma reação diversa. Há crianças que acostumam rapidamente, porém existem também os que resistem, choram e se mostram resistentes.

A recomendação da BNCC é considerar o histórico dessa criança que chega ao Ensino Fundamental I, é essencial que o professor conheça quais habilidades desenvolveu, onde tem mais dificuldade e quais são seus potenciais. Dessa forma, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa etapa da vida escolar.

Neste momento de transição as famílias das crianças também precisam estar atentas às mudanças, é importante manter um diálogo, informando aos pais sobre os cuidados e as estratégias adotadas para que as crianças se adaptem a nova rotina.

TRANSVERSALIDADES FUNDANTES E AS TRANSVERSALIDADES DAS COMPETÊNCIAS DA BNCC

As transversalidades fundantes que devem ser exploradas para elaboração do currículo são: Concepção de infância, cuidado, interação, ludicidade e formação.

Temos que, para a concepção de infância deva-se pôr em prática não só o etapismo da fase em que as crianças se encontram que, na maioria das vezes, visa apenas o “amadurecimento” adulto como meta, porém, devem ser analisados todos os passos infantis em sua inteireza, atuando-os como atores e atrizes curriculares, acrescentando-os, portanto, ao currículo que vivenciam.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

119

O cuidado é uma transversalidade insubstituível para a qualificação de um currículo em educação infantil, pois, o mesmo define o cuidado ao educar, seja na mediação das aprendizagens ou nas interações cognitivas, afetivas, artísticas e linguísticas.

Já as interações fazem referência a necessidade de se saber acolher, compreender, orientar e reorientar as experiências desenvolvidas pelas crianças frente o currículo e seus atos. Nessa fase, vale ressaltar a importância de se respeitar as individualidades surgidas a partir de interações que constituem toda a vida da criança, em relação não só aos saberes, como também, às suas aprendizagens. Nessa transversalidade fundante deve-se buscar compreender a singularidade de cada criança. Só assim será construída uma formação com qualificação em seus fundamentos.

No campo da ludicidade é explícito a necessidade da criança aprender brincando, logo, deve ser levado em consideração o desejo da construção de um currículo brincante, devido às condições do qual está sendo elaborado, ou seja, para crianças (seres brincantes). Partindo de tal pressuposto, deve-se pôr em prática a adoção de brincadeiras como caráter de preparo, e não apenas como caráter recreativo. O que deve ser posto em prática é a não destituição de atividades lúdicas e de seu devido valor, pois as mesmas, muitas vezes, são consideradas, apenas como uma mera atividade de descanso em virtude de um excesso de energia. Tonando-se um estigma para a vivência do lúdico.

Por fim, a inserção das transversalidades fundantes para a construção do currículo de educação infantil na cidade de Barra da Estiva, acarretará a legitimação do mesmo, pois, este se qualificará perante a formação das crianças em todos os níveis de integralidade, levando em consideração vários campos dos saberes e experiências: éticas, estéticas, culturais, políticas e espirituais.

A BNCC também define “dez competências” de base, que devem ser mencionadas/seguidas, sendo elas: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e recreativo; Repertório cultural; Comunicação; Cultura digital; Trabalho e projeto de vida; Argumentação; Autoconhecimento e cuidado; Empatia e cooperação; Responsabilidade e cidadania.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

120

9.5 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL DCNEI, BNCC E A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), publicadas por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE-CEB nº05-2009, no artigo 10º identificam a avaliação definindo que as instituições de educação infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção ou classificação.

A BNCC defende o seguinte, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. Dessa maneira suprir as referências deixadas do ensino fundamental e passa-se a pensar em práticas adequadas e próprias para a infância.

De acordo com esses documentos, que apontam uma concepção de Avaliação na Educação Infantil que busca articular os saberes do professor e a promoção do desenvolvimento integral das crianças, há cinco importantes passos para a prática dos educadores.

CINCO IMPORTANTES PASSOS PARA A AÇÃO AVALIATIVA DOS PROFESSORES

1. PLANEJAR – Enxergar a avaliação como meio para novas aprendizagens, tanto do professor, quanto das crianças.

2. OBSERVAR – A partir da observação e reflexão da própria prática, o professor deve pensar, avaliar suas ações e dar continuidade ou propor mudanças no planejamento.

3. REGISTRAR – Ressaltar, ouvir e registrar crítica e cuidadosamente as pesquisas da meninada, atividades propostas, brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.

4. REFLETIR – Utilizar múltiplos instrumentos de registros (diários de bordo, cadernos de anotações, planejamento, fotos, vídeos, entre outros recursos que o professor sentir necessidade de utilizar para dar visibilidade às aprendizagens)

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

121

5. COMUNICAR – O professor deve propor a criação coletiva de documentação pedagógica que permita a criança e as famílias reconhecer os processos de desenvolvimento e aprendizagens na educação infantil.

As instituições estão traçando caminhos e construindo novas formas de pensar a avaliação na educação infantil e, nesse sentido, a Documentação Pedagógica vem sendo pensada como possibilidade de dar visibilidade as aprendizagens das crianças e adultos nas escolas e creches.

Pensar a documentação pedagógica como possibilidade e assumir a avaliação como um processo narrativo nos transporta para um novo lugar, uma zona estranha, incerta e fascinante. É um convite a inverter o olhar e pensar uma lógica que vê e narra a criança pequena não como faltosa ou inábil, mas como força, potência e possibilidades. Isso diz de uma concepção inovadora de educação infantil, de um novo perfil de professor da infância, de um novo olhar sobre a avaliação.

9.6 PLANEJAMENTO

O planejamento é algo concretizado com o intuito de acessório a ação do educador, pois esta prática não ocorre no improviso, conforme, Junqueira (2011) ela aparece quando o educador leva em conta os dois lados do planejamento: o que essas crianças precisam aprender (objetivo do professor) e o que elas querem aprender, (interesse e necessidade declarados pelas crianças).

É refletindo no desenvolvimento do aluno que o educador chega ao planejamento. Partindo desta reflexão a avaliação na educação infantil, configura-se em um processo gradual e contínuo, onde cada criança tem seu tempo e sua maneira de aprender. Sobre este relato, Junqueira relata interesses e necessidade revelados pelas crianças.

Quem e o que está diante dos olhos do educador? Justamente e imprescindivelmente, as crianças, interlocutoras diretas do educador e um de seus pares educativos, sem as quais o educador não tem como e nem com quem dialogar, sem as quais o educador não tem condição de avaliar suas crenças e escolhas que produziram sua proposta pedagógica até aquele momento (JUNQUEIRA, 2011, p.25).

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

122

A preferência no planejamento segundo o autor seria levar em conta o que é mais relevante para as crianças em cada momento proposto pelo professor, a valorização das experiências de vida de cada criança, respeitando suas vivências sociais e culturais. Neste sentido, que a função na avaliação é para melhor desenvolver projetos pedagógicos, levando em conta a vivência já eternizada em cada criança.

Os dados registrados pelo professor não somente configuram uma rica fonte de informação para a elaboração de planos de intervenção mediadora, como também asseguram a construção da memória da evolução da criança, guiando assim o professor a tomar decisões para melhorar a aprendizagem.

A partir da preocupação com a concepção de ensino e de aprendizagem na, foram propostos documentos que norteiam a Educação Infantil.

A LDB traz, pelo menos, vinte e seis referências relativas à avaliação, estando elas relacionadas às instituições, aos alunos, aos docentes e ao processo educativo como um todo. Conforme o art. 31, da LDB,

A avaliação na Educação Infantil deve basear-se na consignação e na análise da evolução da progressão da criança, não tendo, portanto, como objetivo a promoção/retenção em decorrência do alcance ou não de pré-requisitos indicados como necessários para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996).

É fundamental que através de atividades bem planejadas e objetivos traçados que o professor consiga ir além, e que o mesmo não fique limitado à intenção ou vontade, apenas coletando dados ou observando os alunos.

Para Hoffmann,

A visão do educador/avaliador precisa ultrapassar a concepção de alguém que simplesmente observa se o aluno acompanhou o processo e alcançou resultados esperados, na direção de um educador que propõe ações diversificadas e investiga, justamente, o inesperado, o inusitado. Alguém que provoca, questiona, confronta, exige novas e melhores soluções a cada momento. (HOFFMANN, 2001, p.111).

O segundo documento é o PNE (BRASIL, 2006), elaborado pelo Ministério da Educação e fundamentado na LDB (BRASIL, 1996), constituindo um plano do governo que estabelece diretrizes, metas e prioridades para o setor educacional brasileiro, tentando contemplar a melhoria da qualidade de ensino em todo Brasil.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

123

Segundo CONAE (2010), esse plano estabelece parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, apresentando a avaliação como procedimento para a adoção de medidas compromissadas com a melhoria da qualidade do ensino em todo o país.

Os RCNEI (BRASIL, 1998), orientam os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando a diversidade cultural brasileira, possuindo caráter instrumental e didático, devendo os professores ter consciência, em sua prática educativa, que a construção de conhecimentos se processa de maneira integrada e global e que há inter-relações entre os diferentes eixos sugeridos a serem trabalhados com as crianças. Nessa perspectiva, o Referencial é um guia de orientação que deverá servir de base para discussões entre profissionais de um mesmo sistema de ensino ou no interior da instituição, na elaboração de projetos educativos singulares e diversos. (BRASIL, 1998 p. 09)

Estes documentos citados acima pelos podem contribuir para a realização de práticas educativas de qualidade, promovendo condições e contribuindo para o desenvolvimento da autonomia das crianças.

ACOMPANHAMENTO

Definir o termo acompanhar é bem simples, [...] “acompanhar mediando à avaliação é permanecer atento a cada aluno pensando e refletindo em suas atitudes e ações, sentindo seus diferentes jeitos de aprender”. (HOFFMANN, 2013, p. 14). Neste sentido, função da avaliação na educação infantil é de coletar dados que ajudem a analisar a o desempenho dos alunos e tomar decisões para melhorar aprendizagem, pois este processo educativo está fundamentado em sentimentos e percepções dos avaliadores, para isto, o registro da avaliação é feito por portfólios, registros diários e outros, que pode ser variado dependendo da instituição. Portanto acompanhar exige do professor, um olhar teórico, reflexivo sobre o contexto onde a criança está inserida.

Tal como aponta Franchi,

Uma prática reflexiva, pela qual as professoras aprendem com base na análise e interpretação de sua própria atividade, dá à profissão uma característica peculiar: uma profissão em que a própria prática conduz necessariamente à criação

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

124

de um conhecimento específico e ligado a ação. Trata - se de um conhecimento tácito, pessoal, nem sempre sistemático e dificilmente generalizável, um processo contínuo embasado numa reflexão sobre sua prática que lhe permite repensar a teoria implícita do ensino e suas atitudes (FRANCHI, 1995, p.61).

A avaliação envolve um processo de reflexão sobre a prática como bem destaca o teórico acima. Diferentes metodologias podem e devem ser utilizadas pelo educador, que também deve buscar se auto avaliar e requalificar o seu trabalho como docente. A avaliação não deve constituir-se num instrumento de exercer a autoridade sobre o aluno, mas servir como instrumento motivador e orientador para a atuação de aluno e professor.

Acompanhar com a intenção de favorecer o desenvolvimento da criança, a mesma intenção que nos leva a observar, refletir de que maneira ocorrem as descobertas e o que dá sentido a essa aprendizagem, Hoffmann (2012, p.14) salienta que [...] “se acompanha com a intenção de favorecer o máximo possível o desenvolvimento da criança”. A partir do exposto é possível dizer que acompanhar é um instrumento da avaliação que é feito da seguinte forma: por parecer descritivo de cada aluno, mostrando os pontos positivos e negativos, observações ao longo dos projetos, que irão auxiliar nestas novas descobertas para contribuir futuramente no processo de ensino aprendizagem. Cada indivíduo possui diferentes habilidades e modo de construir o conhecimento. Neta perspectiva, a avaliação nesta temática abordada envolve um processo de reflexão sobre a prática pedagógica.

Souza e Viegas (2009) destacam que no processo de ensino e aprendizagem, diferentes metodologias podem e devem ser utilizadas pelo educador, que também deve buscar formas avaliativas de seu próprio trabalho. O processo avaliativo não é construído por um instrumento que exercer autoridade sobre o aluno, com tudo tal, instrumento serve como motivador e orientador para a atuação de aluno e professor.

A participação da família é fundamental, pois é direito e dever dos processos vividos pelos filhos, dialogar com a escola, assumir o que lhe é de responsabilidade. A avaliação na educação infantil é destinada a todos os envolvidos com a criança, tanto os educadores, pais e até mesmo a própria criança, pois se beneficia com a prática da avaliação, em muitos momentos a escola pode solicitar momento de conversa, atendimento e diálogos com a família. A família

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

125

deve sim, participar desse processo de ensino, ajudando de alguma forma em casa, desta forma o professor vai construir com essa família um conjunto de ações que serão utilizadas em prol do desenvolvimento cognitivo da criança.

De acordo com essa reflexão Jussara Hoffmann nos guia no entendimento de que,

Participar da escolarização dos filhos não é decidir os rumos da escola, assim como professores não devem delegar aos pais a função pedagógica. Pais e professores 10 devem definir o papel que de fato lhes cabe na luta por uma educação de qualidade para milhares de crianças e jovens neste país. (HOFFMANN, 2013, p. 44).

Participar da escolarização dos filhos não transforma os pais em profissionais qualificados, nem os levam a ter competências, (formação, graduação, especialização...) necessárias para transformarem esses pais em profissionais da área educacional, ao ponto de decidir sobre ações pedagógicas, porém faz-se necessário que a família compreenda a avaliação como um instrumento da prática pedagógica da escola, capaz contribuir com o desenvolvimento das aprendizagens das crianças na perspectiva do ensino e da aprendizagem.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

126

9.7 ORGANIZADOR CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – PRÉ-ESCOLA 4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES – GRUPO III

o eu, o outro e o nós

Trabalha com as experiências de interação com os pares e os adultos, a partir das quais as crianças constroem um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existe outros modos de vida e pessoas diferentes. Ao mesmo tempo que vivem suas primeiras experiências sociais desenvolvem autonomia e senso de autocuidado.

OBJETIVOS	INDICADORES	CONTEÚDOS
<p>Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.</p> <p>Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades reconhecendo suas conquistas e</p>	<p>Reconhece seu próprio nome e demonstra confiança em si mesmo, na realização das atividades individuais e coletivas dos colegas.</p> <p>Identifica e respeita as características próprias das pessoas com as quais convive.</p> <p>Identifica e conserva seus</p>	<p>1-RELAÇÃO INDIVÍDUO - SOCIEDADE</p> <p>-Identidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome e sobrenome. • Diferenças individuais, étnicas e culturais.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

127

<p>limitações.</p> <p>Ampiar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.</p> <p>Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.</p> <p>Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.</p> <p>Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.</p>	<p>materiais de uso individual e coletivo.</p> <p>Conhece e valoriza suas características físicas e étnico-raciais, bem como a dos outros respeitando os. Vivencia rotinas organizando os tempos, os espaços, os ambientes de modo a construir independência e autonomia.</p> <p>Utiliza jogos educativos para produções individuais ou em grupos</p> <p>Reconhece o ambiente escolar e sua professora e demais profissionais do espaço educativo.</p> <p>Relaciona-se com crianças e adultos demonstrando suas ideias, necessidades, sentimentos e desejos.</p> <p>Reconhece sua identidade corporal, sua sexualidade percebendo que existem diferenças físicas e</p>	<p>•Pertencimento a diferentes grupos sociais.</p> <p>• Relações entre os gêneros.</p> <p>•História pessoal, coletiva e social.</p> <p>-Grupos sociais, instituições e organizações</p> <p>•Grupo familiar e suas diferentes configurações.</p> <p>•Instituição escolar: função social e</p>
--	--	--

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

128

<p>Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.</p>	<p>comportamentais entre as pessoas. Expressa seus sentimentos, desejos, desagrado, agindo com progressiva autonomia nas interações sociais por meio do jogo simbólico. Questiona situações sociais do cotidiano. Colabora na organização dos objetos da sala cuidando do seu meio ambiente (sala de aula, instituição). Demonstra interesse em brincar coletivamente participando na elaboração das regras nas situações de brincadeiras dentro do contexto familiar. Identifica, distingue e nomeia os vários graus de parentesco. Reconhece o ambiente escolar e sua professora e demais profissionais do espaço educativo.</p>	<p>modo de organização.</p> <p style="text-align: right;">-TRABALHO E</p>
--	--	--

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

129

	Partilha e colabora de/com situações do cotidiano na arrumação dos objetos pessoais, brinquedos e materiais da escola guardando-os nos devidas locais. Reconhece diversas profissões existentes e sua importância para a sociedade	<p>RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relações sociais e de trabalho. • Profissões e atividades produtivas. • Finalidades, meios e objeto de trabalho. <p>3- PRÁTICAS CULTURAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes povos/culturas (regiões, países). • Manifestações culturais do mundo. • Manifestações culturais de diversas regiões do nosso país.
	<p>Participa espontaneamente de diferentes formas de expressões culturais locais, regionais e nacionais proposta nas atividades, reconhecendo datas comemorativas cívicas e tradições culturais.</p>	

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

130

<p>4- SER HUMANO, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA</p> <ul style="list-style-type: none"> Corpo humano: órgãos externos (pele) e internos; sentidos e órgãos dos sentidos; diferenças; anatômicas e sexuais; crescimento; mobilidade: possibilidades do movimento corporal; necessidades humanas: sono, descanso, alimentação. Saúde: higiene corporal e do ambiente; produtos 	<p>Identifica e nomeia as partes do corpo (cabeça, braço, mãos, pernas, pés, barriga, partes do rosto, entre outras) e identifica órgãos dos sentidos.</p> <p>Reconhece diferentes sensações proporcionadas pelos órgãos dos sentidos.</p> <p>Reconhece sua identidade corporal, sua sexualidade percebendo que existem diferenças físicas e comportamentais entre as pessoas.</p> <p>Adota hábitos regulares de higiene pessoal (lavar as mãos, limpar o nariz, usar o material corretamente necessário para higiene).</p> <p>Controla suas necessidades fisiológicas com o domínio dos</p>
---	--

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

131

	<p>esfínteres (urina, fezes).</p> <p>Reconhece diferentes sensações proporcionais pelos órgãos dos sentidos.</p> <p>Realiza atividades da vida diária, veste-se, calçar-se, abotoar-se, pentear-se, alimentar-se e escovar os dentes.</p> <p>Utiliza e questiona regras de convívio social e na prevenção de acidentes e autocuidado.</p> <p>Experimenta novos alimentos quando lhe são oferecidos com ênfase em sabores, cheiros e cores.</p>	<p>de higiene pessoal: produção e utilização; prevenção de doenças e acidentes; vacinas;</p> <ul style="list-style-type: none"> Alimentação: hábitos alimentares; higiene dos alimentos; origem dos alimentos, preparo dos alimentos.
--	--	--

OBJETIVOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – PRÉ-ESCOLA

4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES – GRUPO III

CORPO, GESTOS, MOVIMENTO

Destaca experiências em que gestos, posturas e movimentos constituem uma linguagem com a qual as crianças se expressam se comunicam e aprendem sobre o universo social e cultural.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

132

OBJETIVOS	INDICADORES	CONTEÚDOS
<p>Ampiar as possibilidades de domínio consciente e voluntário das ações corporais de natureza lúdica, artística e de destreza por meio da apropriação de atividades da cultura corporal: as brincadeiras de jogo, de dança e de ginástica, entre outras.</p> <p>Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções do cotidiano como em brincadeiras, dança, teatro, música.</p> <p>Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e relato</p>	<p>Participa de circuitos que envolvam habilidades de locomoção.</p> <p>Realiza movimento de empilhar, encaixar, lançar, chutar, sentar, levantar, rolar em várias posições e de diferentes modos.</p> <p>Procura pessoas e objetos escondidos em diferentes lugares.</p> <p>Percebe o próprio corpo e com ele se movimenta e se expressa (lento / rápido, dentro / fora, em cima / embaixo)</p> <p>Utiliza diferentes posturas</p>	<p>1- CULTURA CORPORAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Brincadeiras de situações opositivas; (organiza e orienta as ações corporais). • Brincadeiras de destrezas e desafios corporais; (aceitar desafiar-se corporalmente e buscar níveis de destrezas cada vez maior para si.) • Brincadeiras de imitação e criação de formas artísticas (mostrar uma dimensão estética e artística com as

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

133

<p>de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.</p> <p>Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras e jogos.</p> <p>Atividade artística como dança teatro e música.</p>	<p>corporais e gestuais para comunicar-se nas situações cotidianas, música, dança, mímicas.</p>	<p>ações corporais a fim de mostrar uma determinada forma ou imagem com os movimentos corporais).</p>
---	---	---

<p>OBJETIVOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – PRÉ-ESCOLA</p> <p>4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES – GRUPO III</p> <p>traços, sons, cores e formas</p> <p>Possibilita à criança viver de forma criativa experiências com o corpo, a voz, instrumentos sonoros, materiais plásticos e gráficos que alimentem percursos expressivos ligados à música, à dança, ao teatro, às artes plásticas e à literatura.</p>

<p>OBJETIVOS</p>	<p>INDICADORES</p>	<p>CONTEÚDOS</p> <p>ARTE VISUAL</p>
-------------------------	---------------------------	--

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

134

<p>Desenvolver as bases da consciência estética, exercitando processos de apreciação e criação artística de modo lúdico e inventivo, ampliando referências no contato com manifestações artísticas de colegas, artesãos e artistas de diferentes espaços e tempos, promovendo, assim, a compreensão elementar da representação simbólica visual como meio historicamente elaborado pelo ser humano para expressar e transmitir ideias, desejos, pensamentos e emoções.</p> <p>Experienciar momentos de observação sensível do mundo com todos os sentidos.</p> <p>Ler, interpretar e atribuir sentido as imagens: obras artísticas e suas</p>	<p>Produz sons (com o próprio corpo, com brinquedos, com objetos sonoros.</p> <p>Representa figuras humanas, animais e objetos por meio de desenhos, colagens e pinturas.</p>	<p>1-PERCEPÇÃO E SENTIDO</p> <p>1-Leitura de imagens.</p> <p>2-Observação sensível do entorno.</p> <p>3-Pesquisas sensoriais (diferentes sensações proporcionadas pela manipulação de materiais e suportes diversos</p> <p>2- FAZER ARTÍSTICO</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificação de elementos básicos (sintaxe) da comunicação visual, cor, linha, forma e textura, correlacionando-os com sentimentos, emoções sensações e ações do cotidiano de forma lúdica.
---	---	--

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

135

<p>próprias produções.</p> <p>Conhecer, respeitar, valorizar e preservar as produções e os bens culturais de diferentes culturas e etnias, de espaços e tempos diversos, reconhecendo os enquanto produto da história da humanidade.</p> <p>Conhecer e expressar ideias diante de obras de artistas consagrados, seja no contato pessoal ou por meio de vídeos, bibliografias, reproduções, etc.</p> <p>Ter contato com manifestações diversas de Arte de forma contextualizada, percebendo padrões estéticos de diferentes culturas e etnias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contextualização histórica e cultural, ampliando o conhecimento sobre processos de criação em -Arte (artista, obra, época, período histórico-Arte como manifestação cultural em conexão com projetos interdisciplinares, especialmente com foco na arte brasileira, arte indígena, arte latino-americana, arte africana. ▪ Gestualidade <ul style="list-style-type: none"> Registro gráfico: garatujas, formas primitivas, mandalas, sóis, girinos (novas operações gestuais), primeiras figurações que nascem das garatujas: figura humana (proporção e movimento), casas elementos da natureza etc. Elementos da sintaxe visual (pontos, linhas, formas, superfície,
--	--

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

136

<p>cores, volume e espaço). Composição/Efeitos visuais (textura, tonalidades, nuance, relação figura/ fundo, planos). Pintura, explorações e procedimentos: Pintura com as mãos. Pintura utilizando ferramentas tradicionais e alternativas (pincel, rolo, esponja, palitos etc. Modelagem e escultura (volume, bidimensional/tridimensional, construção, massa etc).</p>		<p>Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.</p> <p>Explorar, experimentar, confeccionar e se apropriar de diferentes materiais – tradicionais e alternativos – no fazer plástico-visual em propostas artísticas.</p>
<p>3- MATERIALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> Ferramentas: giz de cera, giz de lousa, carvão, elementos naturais (tijolo, torrão de terra, gravetos, pedra, folhas), colher, 		

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

137

<p>Experimentar, explorar e se apropriar de diferentes suportes – tradicionais e alternativos – na realização de trabalhos expressivos.</p> <p>Explorar e apropriar-se de diferentes instrumentos/ ferramentas no fazer artístico, criando novas possibilidades de uso.</p> <p>Reconhecer as potencialidades de novas mídias e tecnologias na produção das artes visuais.</p> <p>Explorar e conhecer diferentes fontes sonoras, elementos do som e da música para desenvolver funções</p>		<p>pinceis dos mais variados tamanhos e formatos, grafite e afixantes, sucatas, colas diversificadas (industrializadas e artesanais), velcro, barbante, fitas colantes (Infantil V: tesouras, régua, grampeador, furador), etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Suportes: papel, plástico, papelão, chão, corpo, parede, tecidos (espessuras, texturas, cores, formatos, tramas diferentes), madeira, tronco de árvore, muro, objetos diversos, telas, etc. ▪ Materiais: massa industrializada e/ou artesanal, cremes e melecas, tinta (guache, pintura dedo, aquarela, nanquim etc.), anilina, carvão, gelatina, misturas com elementos da natureza (areia,
---	--	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

138

<p>psíquicas, em especial, a percepção auditiva e obter noções básicas sobre os códigos musicais.</p> <p>Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.</p> <p>Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre). Utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.</p> <p>Conhecer a música em sua diversidade de gêneros para ampliação de repertório e apropriação de noções</p>		<p>terra, argila) etc.</p> <p>MÚSICA (Som e Música)</p> <p>1.1-Fontes sonoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corpo •Elementos da Natureza •Elementos do Cotidiano • Brinquedos sonoros •Instrumentos musicais, etc. <p>1. 2 - Elementos do som:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Altura (grave/agudo) • Intensidade (forte/fraco) • Timbre (“identidade da fonte sonora”). • Duração (longo/curto/médio). <p>1.3-Elementos da música:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ritmo. • Melodia.
--	--	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

139

<p>básicas sobre os códigos musicais, desenvolvendo o senso estético e a autoria.</p> <p>Conhecer, apreciar e contextualizar os diversos gêneros e contextos musicais, concebendo a música como produto histórico-cultural.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Harmonia. <p>2-Apreciação Musical e contextualização</p> <p>2.1. Gêneros musicais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Música Clássica; • Música Infantil; • Música Infantil Folclórica; • Música Popular Brasileira; • Música de outros países e culturas. <p>2.2. Contextos musicais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Músicas das comunidades locais; • Músicas das diversas regiões do Brasil; • Músicas de outros países e culturas; • Músicas de outras épocas e da contemporaneidade.
---	--	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

140

<p>Desenvolver a imaginação e a autoria por meio do conhecimento e da experimentação, da improvisação, interpretação, composição e registro.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Músicos e compositores como agentes sociais: biografias, produções e épocas; • A importância da música na vida dos indivíduos <p>2.3. Música como produto cultural e histórico</p> <ul style="list-style-type: none"> • História da música; • História dos instrumentos musicais. • Fontes de registro e preservação (partituras, CDs, LPS, Vídeos). <p>3 - MÚSICA COMO LINGUAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Improvisação; • Interpretação; • Composição; • Registro (não
---	--	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

141

		convencional).
--	--	----------------

**OBJETIVOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – PRÉ-ESCOLA
4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES – GRUPO III**

ESCUA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

Promove situações de fala e escuta em que as crianças participam da cultura oral (contação de histórias, descrições, conversa). Também envolve a imersão na cultura escrita, partindo do que as crianças conhecem e de suas curiosidades e oferecendo o contato com livros e gêneros literários para, intencionalmente, desenvolver o gosto pela leitura e introduzir a compreensão da escrita como representatividade gráfica.

OBJETIVOS	INDICADORES	CONTEÚDOS
Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita e espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.	Reconta histórias vivenciadas, lidas ou contadas de maneira paulatina e verbalmente. Reconhece e utiliza meios de comunicação (dar recados e avisos),	ORALIDADE- Falar e escutar. ▪ A língua como instrumento de comunicação social – adequação e ampliação de usos e contextos da linguagem

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

142

<p>Compreender e usar com maior precisão o idioma, instalando e ampliando repertório vocabular.</p> <p>Expressar-se por meio da linguagem oral, organizando ação e pensamento, com coerência e domínio progressivo.</p>	<p>bem como o uso de novas tecnológicas (telefone, celular, tablet).</p> <p>Possui articulações corretas das palavras, com gradativa clareza e fluência (fala adequadamente).</p> <p>Reconhece e apresenta as suas próprias produções e a dos colegas.</p> <p>Relaciona texto e imagem, antecipando sentido na leitura de história.</p> <p>Recebe e entrega objetos quando solicitado.</p>	<p>oral.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A língua como objeto de apreciação – jogos verbais. ▪ A língua como instrumento de comunicação de sentimentos, ideias e decisões – falar e escutar. ▪ Linguagem oral como instrumento organizador do pensamento e de comunicação. ▪ Sequência na exposição de ideias (domínio constante e progressivo). <p>Narração de fatos e histórias - atenção e expressividade, entonação, musicalidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Linguagem verbal - Ampliação de vocabulário e adequação às situações de uso de fala
---	---	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

143

	<p>Reconhece e escreve o próprio nome em diferentes objetos e registra-o mesmo de forma não convencional.</p> <p>Imita atos de leitura apresentando um comportamento leitor.</p> <p>Conhece e utiliza câmera fotográfica, <i>tablete</i> ou celulares para capturar imagens ou vídeos.</p> <p>Possui acesso e contato com mais diversos gêneros textuais poesia, bulas, contos, receitas, piadas, telefonema, bilhete, anúncio.)</p> <p>Percebe a importância do ritmo e da entonação na leitura de texto (palavras e frases) realizada</p>	<p>aproximando-se da norma culta, gênero discursivo secundário.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pronúncia e articulação adequada das palavras. ▪ Construção de texto oral, elaboração de histórias simples. ▪ Argumentação e explicação de ideias por meio da linguagem oral, consistência argumentativa, clareza e objetividade. ▪ Escuta atenta, buscando significado. ▪ Sequência temporal e causal, conto e relato de histórias, com coerência progressiva na narração. ▪ Concordâncias verbais e nominais progressivas.
--	---	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

144

	<p>Desenvolve procedimentos de leitura de textos literários e não literários, apoiando-se em modelos adultos, ainda que não leia de forma convencional.</p> <p>Reconhece que livros e outros impressos possuem autor, ilustrador e capa.</p> <p>Possui sequência na exposição de fatos e ideias relatando experiências vividas.</p> <p>Participa de atividades de faz de conta de modo que vivencie diferentes papéis sociais.</p> <p>Interage nos momentos de contação e leitura de histórias.</p> <p>Recita parlendas, adivinhas, canções, poemas, quadrinhas e trava línguas.</p>	<p>LEITURA - Práticas de leitura</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Função social da leitura como forma de comunicação e como apropriação da cultura historicamente acumulada. ▪ Leitura como fruição e Entretenimento, por meio da apreciação de histórias. ▪ Leitura pelo professor de diferentes gêneros e portadores textuais. ▪ Função social do nome próprio – identificação e leitura. ▪ Aspectos verbais e não verbais (leitura de imagens). ▪ Função social da leitura por meio do conhecimento e uso
--	--	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

145

<p>Desenvolver atividades de expressão corporal e artística precursoras da escrita.</p> <p>Compreender a linguagem escrita como instrumento de informação, registro, comunicação,</p>	<p>Expressa ou descreve ideias e sentimentos por meio do desenho, comunicando experiências e gestando lugares, pessoas e objetos.</p> <p>Reconhece e escreve o próprio nome em diferentes objetos e registra-o mesmo de forma não convencional.</p> <p>Reconhece e escreve o próprio nome de forma convencional e reconhece sua importância e percebe sua utilidade como elemento de identificação pessoal.</p> <p>Compreende a função social da escrita.</p> <p>Elaboração de frases e pequenos textos (mesmo que ainda</p>	<p>das várias modalidades de gêneros discursivos e tipos de texto – relação de interlocução (personagens).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Figura-fundo – Percepção visual. ▪ Análise e síntese – Ideias principais, significado/significação. ▪ Literatura infantil. ▪ Comportamento leitor. <p>ESCRITA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Formas de comunicação escrita ▪ Função comunicativa da
---	--	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

146

<p>fruição, organização do próprio pensamento e do conhecimento historicamente acumulado, por meio da vivência das diferentes situações de uso social.</p> <p>Desenvolver a ideia de representação da escrita, utilizando códigos linguísticos.</p>	<p>não seja de forma convencional). Expressa ou descreve ideias e sentimentos por meio do desenho, comunicando experiências e registrando lugares, pessoas e objetos.</p> <p>Participa de produções de textos coletivos e reconhece que a escrita é realizada da esquerda para direita e de cima para baixo.</p> <p>Reconhece e escreve paulatinamente as letras do alfabeto associando a palavras familiares.</p> <p>Identifica e representam graficamente números, letras, palavras e frases espontaneamente.</p>	<p>linguagem escrita.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ideia de representação ▪ Escrita de palavras com mediação e autonomia. ▪ Nome próprio - função social ▪ Nome das coisas, objetos etc. ▪ Orientação da escrita. ▪ Conhecimento e grafia das letras do alfabeto ▪ Caracterização gráfica. ▪ Função comunicativa da linguagem escrita. ▪ Produção de textos coletivos escritos (professor como escriba): estrutura textual, coesão e coerência, orientação (alinhamento, segmentação e pontuação).
---	---	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

147

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferenciação entre desenho e escrita ▪ Função do símbolo ▪ Relação grafema e fonema <ul style="list-style-type: none"> – unidades fonológicas ou segmentos sonoros. ▪ Apresentação do traçado das letras. ▪ Função social da escrita nos diferentes gêneros do discurso 		
--	--	--

**OBJETIVOS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – PRÉ-ESCOLA
4 ANOS A 5 ANOS E 11 MESES – GRUPO III**

ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

Promove interação e brincadeiras nas quais a criança possa observar manipular objetos, explorar seu entorno, levantar hipóteses e buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Isso amplia seu mundo físico e sociocultural e desenvolve sua sensibilidade, incentivando um agir lúdico e um olhar poético sobre o mundo, as pessoas e as coisas nele existentes.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

148

OBJETIVOS	INDICADORES	CONTEÚDOS
<p>Reconhecer posições de pessoas e objetos, utilizando vocabulário recorrente em jogos, brincadeiras e em diversas situações cotidianas;</p> <p>Explorar e identificar as propriedades geométricas de objetos e figuras (forma, tamanho e posição);</p> <p>Reconhecer problemas de natureza espacial;</p> <p>Identificar pontos de referência para situar-se e deslocar-se no espaço;</p> <p>Reconhecer e interpretar os espaços do seu cotidiano nas situações em que possam adquirir um</p>	<p>Agrupar objetos por diferentes características (cor, tamanho, espessura, quantidade).</p> <p>Consegue localizar os objetivos a partir de indicações dadas pelos adultos (em cima, longe, ao lado de).</p> <p>Procura pessoas e objetos escondidos em diferentes lugares.</p> <p>Apresenta noções de tempo associado à rotina da instituição (antes, durante, depois).</p> <p>Consegue localizar os objetos a partir de indicações dadas pelo adulto (em cima, longe, ao lado de).</p>	<p>MATEMÁTICA</p> <p>1- ESPAÇO E FORMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Movimentação: exploração em diferentes espaços; ▪ Observação, manipulação e identificação de características variadas dos objetos como a cor, textura, tamanho, forma, odor, temperatura, utilidade entre outros; ▪ Organização de objetos no espaço de acordo com suas características; ▪ Relações de comparação entre objetos observando suas propriedades (semelhanças e diferenças); ▪ Relações de comparação entre objetos observando suas

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

149

<p>controle cada vez maior sobre suas ações.</p> <p>Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.</p> <p>Reconhecer e valorizar as noções espaciais e temporais como ferramentas necessárias no seu cotidiano.</p> <p>Estabelecer relações entre</p>	<p>Desloca-se em diferentes direções explorando os espaços da sala e fora dela.</p> <p>Identifica e nomeia as formas geométricas dos objetos, elementos da natureza, edificações e nas artes.</p> <p>Apresenta noções matemáticas de tamanho (grande/pequeno altura alto/baixo) de comprimento (comprido/curto) de volume (cheio/vazio de peso (pesado/ leve) de distância (longe /perto) de temperatura (quente /frio) e de tempo (rápido/ devagar) de maneira lúdica.</p>	<p>propriedades (semelhanças e diferenças);</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização de pontos de referência para situar-se, orientar-se e deslocar-se em diferentes espaços; ▪ Noções básicas de posição: em cima, embaixo, dentro, fora, perto, longe, frente, atrás, ao lado de, primeiro, último, de frente, de costas, no meio, entre, à esquerda, à direita; ▪ Noções básicas de direção e sentido: para frente, para trás, para cima, para baixo, para o lado, para a direita, para a esquerda, meia volta, uma volta, mesmo sentido, sentido contrário; ▪ Formas: bidimensionais e (figura plana)
--	---	--

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

150

<p>objetos, comparando-os de acordo com um padrão, não necessariamente convencional, quantificando o mundo que nos rodeia.</p> <p>Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios.</p> <p>Reconhecer o sistema de numeração e a importância cultural dos números, entendendo-o como uma conquista da humanidade;</p> <p>Ampliar e aprofundar os conhecimentos de noções de números, explorando os em diferentes contextos;</p>	<p>Apresenta noções de tempo associando à rotina da instituição (antes, durante, depois).</p> <p>Comunica quantidades em situações cotidianas.</p> <p>Compreende e registra quantidade segundo a função social do número (contagem em situações diversas, idade, número de residências, sapato, etc.).</p> <p>Reconhece a ordem numérica (o que vem antes e depois de cada número).</p> <p>Resolve problemas simples que envolvem a aplicação de</p>	<p>tridimensionais (sólidos geométricos).</p> <p>2-GRANDEZAS E MEDIDAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Medidas convencionais e não convencionais; ▪ Noções de dimensão: grande, pequeno, maior, menor, médio, alto, baixo, grosso, fino, comprido, curto, mesma altura, forte, fraco; ▪ Noções de massa: leve, pesado; ▪ Noções de capacidade: cheio, vazio, metade, o que tem mais, o que tem menos; ▪ Noções de temperatura: quente, morno, frio, gelado; ▪ Noções de tempo: dia,
---	--	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

151

<p>Observar e reconhecer diferentes portadores numéricos e as informações que contêm.</p> <p>Utilizar noções simples de cálculo na resolução de problemas cotidianos;</p> <p>Vivenciar ações relacionadas a operações aritméticas com apoio material e, progressivamente, através de cálculos mentais e estimativos;</p> <p>Comunicar soluções encontradas nas situações problema vivenciadas através de representações informais: desenhos e linguagem não convencional.</p> <p>Trabalhar com as informações do meio, desde a coleta de dados até</p>	<p>operações (tirar / juntar, pouco / muito, tem mais, tem menos, tem a mesma quantidade), utilizando materiais concretos, pedras canudos, palitos.</p>	<p>semana, mês, ano, noite, manhã, tarde, ontem, hoje, amanhã, antes, depois, agora, já, mais tarde, daqui a pouco, no começo, ao fim, velho, novo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Noções de valor: caro, barato. <p style="text-align: center;">3-NÚMEROS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contagem oral em contextos diversos; ▪ Noção de número natural; ▪ Quantificação por emparelhamento, estimativa, contagem, resultados; ▪ Noções simples de cálculo mental. ▪ Sequência numérica; - ▪ Leitura e escrita de números.
--	---	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

152

<p>sua interpretação, acompanhar maneiras de ordená-las e agrupá-las através de representações gráficas simples, como listas, tabelas e gráficos.</p> <p>Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.</p>	<p>paisagens do meio ambiente (rio, vegetações, construções, campos, mar, montanhas, seres vivos entre outros).</p> <p>Percebe transformações decorrentes da ação humana na natureza (paisagem natural e modificada).</p> <p>Identifica pontos de referência ou mapas na localização de objetos e pessoas.</p> <p>Distingue os diversos tipos de moradia e descreve as características de sua moradia e comunidade.</p> <p>Reconhece estabelecimentos comerciais pela sua função (padaria, farmácia, supermercados).</p> <p>Reconhece diversos meios de transporte (avião, carro, trem,</p>	<p>4- OPERAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ideias quantitativas de somar e subtrair; ▪ Ideias quantitativas de somar, subtrair, multiplicar, dividir em situações cotidianas; ▪ Análise de situações problema; ▪ Formulação de situações envolvendo problema ▪ Estimativa de resultados; ▪ Noções simples de cálculo mental.
---	---	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

153

<p>Reconhecer-se como um ser vivo a partir da compreensão da existência de outros seres vivos e matéria não viva, por meio da identificação de suas características e de suas relações no processo evolutivo.</p> <p>Compreender os fenômenos da natureza em sua dinâmica de permanência e mudança, sua gênese e seu desenvolvimento, tendo como eixo</p>	<p>bicicleta), sua evolução, alguns sinais de trânsito e os cuidados que devemos ter no trânsito.</p> <p>Identifica os seres vivos, a partir da observação de semelhanças e diferenças de suas características, tais como aspectos físicos, tipo de alimentação, habitat, modos de locomoção e sua relação com o ambiente e outros seres vivos.</p> <p>Reconhece elementos da natureza tais como: água, luz, solo, ar, etc.</p> <p>Participa na coleta de objetos para reciclagem e reaproveitamento nas atividades de classe.</p>	<p>5-TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Representação gráfica através de registros pessoais e coletivos (cartazes, lousa, chão, etc.); ▪ Leitura e utilização de tabelas e gráficos simples; ▪ Probabilidade: possibilidade de ocorrência de uma situação ou evento. <p>TEMPO HISTÓRICO E ESPAÇO GEOGRÁFICO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Noções de temporalidade; ▪ Espaços físicos e sociais. ▪ Características dos seres vivos (bióticos) e da matéria
---	--	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

154

<p>a transformação da natureza, isto é, a relação da humanidade com a natureza.</p> <p>Conhecer os principais constituintes e fenômenos da natureza constitutivos dos ecossistemas e as transformações que decorrem de suas interações e da intervenção do ser humano.</p> <p>Adquirir noções sobre a existência do universo e seus componentes, bem como sua influência nos elementos que constituem a vida em nosso planeta.</p>	<p>Preserva o meio ambiente</p> <p>Reconhece algumas características dos fenômenos da natureza (chuva, enchentes, seca).</p>	<p>não viva (abióticas).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fases da vida (nascimento, crescimento, reprodução, morte e decomposição). ▪ Animais e plantas. ▪ Minerais <p style="text-align: center;">AMBIENTE E FENÔMENOS NATURAIS.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O movimento da terra: rotação (dia e noite) e a translação (estações do ano); ▪ Água, ar, fogo e solo; ▪ Paisagem: Relevo (montanha, vulcão); ▪ Vegetação; ▪ Hidrografia (rios, oceanos e lagos); ▪ Fenômenos climáticos: vento, chuva, neve, relâmpago,
--	--	--

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

155

<p>trovão; arco-íris.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Relação entre natureza e sociedade: aquecimento global, poluição, desmatamento, contaminação da água e do solo e problemas ambientais.	
<p>O UNIVERSO</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planeta Terra;▪ Sol como fonte de energia, luz e calor;▪ Lua, planetas e estrelas;▪ Movimento da Terra: o dia e a noite, as estações do ano;▪ Instrumentos tecnológicos para observação e conhecimento do universo	

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

156

10. DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

A BNCC torna-se um documento basilar para o Ensino Fundamental, levando em consideração a progressão das aprendizagens e a unidade do currículo a ser ensinado.

De acordo com a BNCC, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, possui direitos de aprendizagem e objetivos próprios, os quais devem ser alcançados a partir do respeito e do cuidado. Afinal, trata-se da educação de crianças que se encontram em um tempo singular da infância compreendida na faixa etária de 0 a 5 anos. Já a segunda etapa, a qual corresponde ao Ensino Fundamental, se constitui como a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais entre outros, exigindo uma proposta curricular alinhada às necessidades específicas às infâncias e às adolescências, e que atenda suas características, potencialidades e especificidades.

As práticas pedagógicas realizadas no Centro Educacional Antônio Joaquim Alves deve valorizar as situações lúdicas de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos estudantes, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos levando em consideração ao contexto da Educação do Campo e suas particularidades.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as crianças passam por processos de transformações que repercutem em suas relações com elas mesmas, com os outros e com o mundo. Como destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a maior desenvoltura e a maior autonomia nos movimentos e deslocamentos ampliam suas interações com o espaço, a relação com múltiplas linguagens que, ao incluir os usos sociais da escrita e da matemática, por conseguinte, permitem a participação no mundo letrado, significando, deste modo, a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela. Esses elementos de ampliação permitem, outrossim, a afirmação da identidade da criança em relação ao coletivo

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

157

no qual se inserem, uma vez que, resulta em formas mais ativas de convivência com esse coletivo e com as normas que regem as relações entre as pessoas dentro e fora da escola, pelo reconhecimento de suas potencialidades, pelo acolhimento e pela valorização das diferenças.

As experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação são ampliadas, elementos constitutivos para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação. Os estudantes se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos os quais propiciam descobertas, desenvolvem observações, análises, argumentações e outros.

Assim, a prática pedagógica nos primeiros anos do Ensino Fundamental deve focar na alfabetização de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita, oportunizando práticas diversificadas de letramentos, como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010:

os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo. (BRASIL, 2010, p. 22)

A progressão do conhecimento deve-se dá ao longo do Ensino Fundamental, ocorrendo pela consolidação das aprendizagens anteriores, pela ampliação das práticas de linguagem e pela experiência estética e intercultural das crianças, levando em consideração seus interesses e também pelas suas expectativas em relação ao que ainda precisam aprender. Nesta trajetória também, é desenvolvida a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

É importante evidenciar, aqui, que o desenvolvimento das competências objetivadas neste documento só será possível por meio do uso de pedagogias ativas e da prática docente fundamentada em modelos metodológicos inovadores e significativos, que possibilitam o desenvolvimento da autonomia e da emancipação dos/as estudantes para o convívio social harmônico e bem-sucedido, colocando-os no centro do processo, sem perder de vista o contexto social ao qual ele está inserido ou que pode se inserir. A escolha por esse tipo de pedagogia/metodologia

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

158

se justifica na medida em que se almeja a formação integral do/a estudante, em suas diferentes dimensões, de forma a contribuir para a formação de um cidadão pleno, atuante em sua sociedade.

Os anos Iniciais do Ensino Fundamental caracterizam-se pelo desenvolvimento dos estudantes, de suas novas formas de relação com o mundo, das novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. Há maior desenvoltura e maior autonomia para interações com o espaço e relação com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da Matemática, o que possibilita ao estudante participar do mundo letrado e da construção de novas aprendizagens, na escola e fora dela, afirmando a sua identidade com relação ao coletivo no qual está inserido. Os estudantes deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas. As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam a curiosidade e a formulação de perguntas.

O conhecimento sobre a agricultura local, os problemas ambientais da região, os modos de viver, a diversidade das plantas medicinais, a diversidade cultural e a riqueza natural da região são elementos que podem se integrar ao ensino da Matemática e das Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental I.

Assim, reforça-se que este documento que a Escola Municipal preza e orienta o uso de metodologias que considerem a criatividade, o diálogo, a problematização, a empatia, a cooperação, a construção/produção pelo/a aluno/a, visando sua formação integral nas esferas cognitivas, afetivas, psicomotoras e socioculturais. Em consequência, busca-se no/a professor/a a atuação como mediadores, como “ajudadores” no processo de aprendizagem dos/as alunos/as. Busca-se ainda um olhar atento à real necessidade do alunado, suas especificidades, seus repertórios, sua cultura, seus projetos de vida.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

159

10.1 Ensino Fundamental – Anos Finais

A Educação Básica no Brasil consiste em três etapas: a Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e o Ensino Médio. Cada etapa possui objetivos e formas de organização próprios. Ao longo desse percurso, crianças, adolescentes e jovens devem receber a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania e da continuidade de sua trajetória escolar em estudos superiores.

A transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental é um período marcado por importantes transformações na vida do estudante. A etapa final do 6º ao 9º ano contempla a faixa etária média de 10 a 14 anos, período propício para potencializar a construção de significados sobre os saberes e relacionar com o seu cotidiano. A adolescência apresenta uma forte marca identitária, conforme definido pela Organização Mundial De Saúde (OMS):

A adolescência, segundo a OMS, abrangeria sujeitos entre 10 e 19 anos, sendo a pré-adolescência, dos 10 aos 14 anos, a etapa geracional coincidente com a escolarização nos anos finais do Ensino Fundamental, considerada a idade/ano adequada. A dimensão psíquica do comportamento do adolescente está bastante associada às mudanças vivenciadas na puberdade, de forma que as alterações hormonais, as mudanças na voz, na estrutura física do corpo são também contributivas ao processo de maturação/inquietação atravessado pelos adolescentes.

Ao ingressarem nos Anos Finais, os estudantes passam por inúmeras mudanças no cotidiano escolar: aumento do número de professores, novas disciplinas, variados métodos de ensino e didáticas de aula e demandas de maior organização e responsabilidade, conforme aponta Davis et.al. (2013):

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

160

Nas pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas sobre a passagem do 5º para o 6º ano (CARVALHO e MANSUTTI, s/d; DIAS-DA-SILVA, 1997; LEITE, 1993; ROSA e PROENÇA, 2003), muitas são as críticas às rupturas (fragmentações) observadas no tratamento das disciplinas no Ensino Fundamental e na interação dos alunos com novos professores que, agora, são em maior número e muito diferentes entre si. (DAVIS et.al., 2013, p.42)

Mansutti et al. (2007, p. 29 apud DAVIS et.al, 2013) defendem criar condições para que os alunos aprendam a estudar e sejam cada vez mais capazes de fazê-lo com autonomia é uma das prioridades dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Segundo Davis et. Al. (2013), em seu estudo, o descompasso entre docentes e discentes dos anos finais do Ensino Fundamental é verificado de variadas formas:

Os depoimentos de professores e estudantes evidenciam a presença de percepções muito distantes sobre as mesmas questões: para os docentes, os alunos são despreparados, desinteressados, imaturos; para os estudantes, as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas à falta de planejamento dos professores e ao fato de ignorarem que mudanças de comportamento e de interesse são, na escola, resultantes do contraditório processo de passagem da infância para a adolescência. A indisciplina também foi bastante enfatizada nos grupos de discussão dos professores, aparecendo como causa das dificuldades de aprendizagem dos alunos e perturbador do trabalho docente – algo analisado por vários autores (DIAS-DA-SILVA, 1997; ROSA e PROENÇA, 2003; CARVALHO e MANSUTTI, s/d apud DAVIS, 2013, p.116).

Nessa direção, conforme BNCC (BRASIL 2017), no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

161

estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, mas também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser e sobre o planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Ao longo dessa fase de escolarização, devido o grau de especialização, os estudantes se deparam com desafios mais complexos, já que se deparam com conhecimentos específicos de cada área, nesse sentido, a BNCC (BRASIL, 2017) aponta que, tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas,, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

É necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar os desafios de seus propósitos educativos. Nesse sentido, os Projetos Políticos Pedagógicos são essenciais para a efetivação de um currículo territorial, regional ou local que contemple as diversidades de cada comunidade e ressoe na sala de aula de maneira significativa.

Segundo a orientação do Parecer CNE/CP nº 2 de 2017 e a LDB, o currículo de Barra da Estiva possui parte diversificada integrada ao documento, respeitando a diversidade local e adaptativa a cada contexto. Desta forma, diversos objetivos e direitos de aprendizagem, bem como habilidades e competências foram adicionadas para oferecer uma perspectiva regional e contextualizada quando necessário.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

162

Segundo a BNCC (2017), os anos finais no Ensino Fundamental visa dar continuidade aos estudos iniciados nos primeiros anos do Ensino Fundamental, bem como ampliar o protagonismo estudantil. Para tanto, compete à família e a escola proporcionar momentos de ensino e aprendizagem, favorecendo o acesso a novos saberes relacionados tanto ao contexto escolar quanto ao ambiente externo.

No Ensino Fundamental o saber fazer irá contribuir para formação integral e contextualizada do estudante, “estabelecendo uma relação progressiva e articulada com as práticas mais cotidianas (informais), bem como com as mais institucionalizadas (formais)”(BNCC,2017,p. 111). Dessa forma contribuirá para a formação autônoma, integral, e, acima de tudo, para a valorização da cultura, memória e território dos estudantes do Centro Educacional Antônio Joaquim Alves.

Ao longo dos Anos Finais os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas, aprofundando e ressignificando conhecimentos dos anos iniciais. Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Os componentes curriculares poderão acessar a memória e conhecimentos locais, considerando suas especificidades disciplinares e os objetivos de ensino. Os conteúdos podem dialogar com a BNCC, o Referencial Curricular Municipal, no entanto, ao acessar os potenciais educativos do território, esses conteúdos são expandidos e potencializados na escola.

Outro aspecto importante é a possibilidade de a escola contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio.

Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro bem como o planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

163

Um ponto destacado na BNCC do Ensino Fundamental é a necessidade de articulação entre as etapas, como por exemplo, valorizar situações lúdicas de aprendizagem nos Anos Iniciais para conectar com experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tendo em vista a maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Nessa perspectiva, a educação é o caminho pelo qual o indivíduo busca transformar o meio em que vive, realizando os ajustes e o que considera como primordial para se manter conectado e atualizado diante das intensas transformações que ocorre no cenário global e local, pois, o processo educacional não poderia ficar de fora dessas constantes mudanças, uma vez que, as ações pedagógicas cotidianas, deve valorizar o conhecimento dos estudantes, tomando-os como sujeitos protagonistas capazes de modificar o seu contexto de vida.

Assim, faz-se necessário que professor tenha uma proposta interdisciplinar pautada nas transversalidades e reflexão sobre o processo ensino/aprendizagem, com ações cotidianas, alinhadas com a intencionalidade pedagógica, voltada para a formação integral dos sujeitos, respeitando as necessidades e valorizando suas especificidades. Nesse sentido, recorreremos ao DCRB (2019, p.124) para melhor compreensão da concepção de transversalidades que podem ser definidas como “políticas curriculares e as atitudes e práticas advindas da sua apropriação deverão deixar evidentes [...] suas concepções curriculares e como cultivam essa concepção em seus atos de currículo”.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

164

11. MARCO OPERACIONAL

11.1 PREMISSAS DA ESCOLA

A escola como parte integrante da comunidade põe-se a disposição dos pais de alunos na busca da formação de um desenvolvimento satisfatório das crianças, se propondo a dar informações e orientações, favorecendo maior autonomia e segurança emocional, contribuindo para um desenvolvimento saudável de seus filhos, resgatando o compromisso de ambos.

Serão realizadas reuniões e palestras com os pais pela equipe técnica pedagógica da escola, da Secretaria Municipal de Educação e profissionais de área afins, enfatizando os seguintes temas: Limites e valores, formas de comunicação afetividade, sexualidade ou outros que se fizerem necessários. Durante as reuniões e palestras serão dadas oportunidades para a discussão e opinião sobre o assunto.

A organização do trabalho pedagógico na escola é construída de acordo com o disposto no Regimento Escolar e a partir disso, os professores também constroem de forma coletiva com os alunos as regras da sala, como deve se dar a relação interpessoal, enfatizando a importância do trabalho coletivo e de valores como o respeito, tolerância, solidariedade, igualdade, entre outros.

Quanto aos combinados e acordos entre a escola e os pais e responsáveis pelos alunos, estes objetivam o bem da coletividade e promovem a participação de todos no processo de construção, de modo colaborativo, fortalecendo a gestão coletiva e o vínculo entre família e escola. Por meio de discussões em grupo, constrói-se juntamente com a comunidade escolar, os acordos e combinados que irão reger o ano letivo, estes são registrados em ATA e são citados no Regimento Escolar. Não sendo cumpridos, a direção e coordenação chama os responsáveis para uma conversa e relembra-os, registrando o fato em Ata. Em relação aos combinados, regras e acordos com os professores, equipe pedagógica e equipe de apoio estes são construídos em reunião participativa, ficando registrado em ATA e citados no Regimento Escolar disponível para consulta na instituição. O não cumprimento dos acordos acarreta em uma conversa particular entre a direção e o servidor lembrando os deveres e direitos, registrado em ATA de ocorrências a reunião, e assinada pelos presentes.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

165

ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE

Na composição da jornada de trabalho dos profissionais do magistério público, de acordo com a Lei Nº 11.738 de 16 de julho de 2008 deve ser observado o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com o educando.

Nesta instituição de ensino a carga horária destinada à hora atividade é de um terço sobre 20 horas de trabalho semanais para todos os professores do estabelecimento, de acordo com cronograma estabelecido pela Equipe Pedagógica e distribuída por turmas.

As horas atividades são acompanhadas pela Equipe Pedagógica constantemente, de forma a possibilitar melhor aproveitamento deste período, visando analisar e sugerir prováveis e diferentes metodologias, que possam contribuir para sanar possíveis defasagens na aprendizagem, bem como aprimorar resultados positivos nas práticas cotidianas e reflexão sobre o planejamento.

Além de planejar aulas, o professor pode usufruir desse horário para aperfeiçoar seus conhecimentos através de leituras, estudos e pesquisas, utilizando-se de recursos tecnológicos e didáticos.

PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A qualidade do ensino e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país, relacionam-se a formação inicial e continuada de todos os profissionais envolvidos nesse processo, além de condições de trabalho com recursos didáticos, físicos e materiais e remuneração, pois são estes os elementos indispensáveis para o desenvolvimento de um trabalho voltado ao alcance dos objetivos propostos.

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que atuam na escola, uma vez que não possibilita apenas a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com a Proposta Pedagógica da Escola.

Compete a escolar investigar a necessidade de formação continuada dos profissionais, elaborando grupos de estudo para formação em diversos temas, entre

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

166

eles, a leitura e estudo do Projeto Político Pedagógico, cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia, novas tecnologias de ensino, entre outras, além de incentivar e viabilizar a participação dos profissionais em grupos de estudo, palestras e outros ofertados pela Secretaria Municipal de Educação ou outros órgãos ligados à educação.

ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

A escola como parte integrante da comunidade põe-se a disposição dos pais de alunos na busca da formação de um desenvolvimento integral das crianças, propondo-se a dar informações e orientações, favorecendo maior autonomia e segurança emocional, contribuindo para um desenvolvimento saudável de seus filhos, resgatando o compromisso de ambos.

São realizadas reuniões de pais no início de cada ano letivo com informes gerais e pedagógicos, além de reuniões e palestras com os pais organizadas pela direção e coordenação pedagógica com profissionais da Secretária de Educação e profissionais das áreas de psicologia, assistência social, saúde, enfatizando os temas de acordo com a demanda da escola e realidade da localidade.

AValiação E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A avaliação tem a finalidade de acompanhar o desempenho dos estudantes e subsidiar as defasagens de aprendizagem, a partir dos dados da aprendizagem apresentados pelos estudantes, bem como do trabalho pedagógico que realiza em sala.

Para tanto, a avaliação deverá utilizar diversas técnicas e instrumentos avaliativos (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outros).

A avaliação de estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade. Devem ser considerados os resultados ao longo de cada período avaliativo, expressando o desenvolvimento escolar do estudante, seus avanços bem como as necessidades identificadas, para que se constituíam num novo ponto de partida.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

167

A Educação Infantil apresenta uma particularidade: os processos avaliativos não interferem na progressão da criança, não tem caráter de retenção nem seleção dos educandos. Para tanto, nesse momento do processo de formação humana, o educando deve ser capaz de construir uma relação que transmita segurança, sendo compreensivo, valorizando, respeitando as opiniões, tornando-se um parceiro dessa criança na busca de novos conhecimentos, visando o vínculo afetivo, à formação da identidade e a autonomia nas relações estabelecidas. O registro da avaliação será expresso através de pareceres descritivos, considerando os aspectos qualitativos ao longo do processo de aprendizagem.

A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem pelo qual o professor pode refletir sobre sua metodologia e reorganizá-la em função dos resultados de aprendizagem apresentados.

A mesma deve acontecer de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, assegurando aos estudantes novas oportunidades de aprendizagem.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e tem como objetivos a efetivação da apropriação dos conteúdos básicos, devendo ser oportunizada a todos(as) os(as) estudantes, independentemente de seu rendimento.

A recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, a ser realizada no final do último trimestre.

Se no processo de recuperação, o educando obter um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa seu melhor momento em relação à aprendizagem dos conteúdos e devem ser registrados no Livro Registro de Classe.

O processo de avaliação e as estratégias de recuperação de estudos devem estar explícitos no planejamento do professor.

RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

É sabido por todos, especialmente os sujeitos da área educacional, dos desafios que existiam na educação no Brasil, de modo geral. Contudo, com a pandemia do Covid-19 esses desafios foram intensificados, obrigando as redes de educação de todo país articularem ações para a reordenação e estímulo as aprendizagens.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

168

Em Barra da Estiva não é diferente, muitas crianças não tiveram acesso ao ensino remoto e híbrido, nesse contexto, espera-se que com o retorno 100% presencial possamos garantir que cada criança e adolescente esteja na escola, tendo a oportunidade de aprender de onde parou.

Nesse sentido, a partir da indicação atual dos especialistas, torna-se indispensável a organização desse Plano Norteador em torno da recomposição de aprendizagens, na perspectiva, que o foco no protagonismo e no desenvolvimento dos alunos, para além da 'recuperação de aprendizagem' devido às dificuldades trazidas pela pandemia, sejam observados em cada escola, segmento(s) que as mesmas atendem, de modo que equipes gestoras e de apoio, docentes e discentes se sintam apoiados a partir das orientações e dicas para um planejamento mais humanizado, considerando diferentes frentes, desde a busca ativa dos estudantes até as ações de mão na massa referentes a estruturação do processo de recomposição de aprendizagem. Esse movimento é o ponto de partida para assegurarmos espaços e ações de formação continuada com apoio dos coordenadores pedagógicos, nos momentos de planejamento (que já constam em carga horária) para essa ação, cujo foco será o processo de ensino e aprendizagem na escola, observando a priorização e a flexibilização do currículo, partindo dos resultados da avaliação institucional e de processo realizada por cada professor, de modo que possam fazer o replanejamento com base em evidências e não em inferências como dizem alguns pensadores da educação. Imperativo informar que a seguir apresentaremos experiências de outras redes para fomentar ideias e possibilidades, mas cada equipe pode escolher o arranjo mais adequado a realidade da comunidade escolar.

Objetivos:

Organizar os alunos em agrupamentos produtivos de acordo com os níveis de escrita e os níveis de matemática;

Trabalhar com atividades de relevância cognitiva, social e afetiva, que sejam adequadas aos alunos dos anos iniciais e finais;

Desenvolver a escrita e a leitura dos alunos, a partir de atividades estruturantes diversificadas, de acordo com os níveis de escrita dos agrupamentos produtivos;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

169

Desenvolver o pensamento matemático dos alunos, a partir de atividades contextualizadas diversificadas, de acordo com os níveis matemáticos dos agrupamentos produtivos.

Assim, espera-se que na nossa rede educativa, para além dos educadores e os gestores, que toda comunidade do entorno escolar esteja envolvida no processo de se reinventar a partir dos dilemas que se descortinam no cotidiano de modo que possamos remediar os impactos na aprendizagem causados pelo contexto pandêmico e o ensino remoto.

Por fim, cabe destacar que para facilitar o planejamento de modo articulado inicialmente com as equipes gestoras, por conseguinte destas com os professores, algumas premissas devem ser asseguradas. São elas:

1. Busca Ativa, organização de esforço multidisciplinar e de acolhida diária dos estudantes são duas ações essenciais para realizar este trabalho e combater a evasão e o desenvolvimento dos estudantes;

2. A avaliação Processual, que compreende vários aspectos, desde o contexto social que o estudante está inserido, bem como as suas características; sua participação nas atividades; seu grau de autonomia; suas habilidades e dificuldades; seu comportamento e relações com professor(a) e colegas nas aulas, entre outros, deve ser a base para a correção de rotas e avanços nas aprendizagens;

3. Os arranjos didáticos, que se relacionam com os agrupamentos que a escola vai organizar visando a melhoria dos resultados;

4. Formação Continuada, que deve favorecer o Planejamento com foco na diferenciação/personalização pedagógica a partir dos combinados em cada Escola.

5. Acompanhamento, dar feedback ao trabalho docente planejado com o apoio da equipe gestora e apoiar seu aprimoramento. Na observação da sala de aula não perder de vistas a interação entre os alunos e o conteúdo (adequação/desafios), a interação entre aluno/a e professor(a), bem como as intervenções/mediações realizadas, ainda observar a interação entre os colegas em arranjos diversificados: duplas ou outro tipo de agrupamento.

6. Produto final: Organizar um portfólio pedagógico, contendo: planejamento das ações de formação na escola, frequência, material bibliográfico utilizado, produções dos professores e dos estudantes (relatos de experiências individuais

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

170

e/ou coletivos, trocas de experiências) indicando o nível de aprendizagem dos alunos diante da proposta de ensino apresentada, relatório reflexivo (CP) desde o processo das ações de formação na escola, avaliações, registros fotográficos e/ou vídeos feitos.

PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é caracteriza-se quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o ano letivo e não retorna a matricular-se no ano seguinte.

Discutir a proposta de prevenção e combate à evasão escolar requer discutir ações e traçar estratégias com objetivo de prevenir casos de infrequência, detectando suas causas, evitando que a evasão escolar ocorra.

Embora não ocorra evasão escolar nas Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental na instituição de ensino em questão, regularmente os professores e demais funcionários da escola são sensibilizados quanto a importância do acompanhamento da frequência do estudante, destacando procedimentos concretos no cotidiano como:

- Informar a secretaria e equipe gestora na primeira falta do estudante;
- Na segunda falta consecutiva e injustificada é realizado o contato telefônico com os pais e/ou responsáveis para questionamentos sobre o motivo das faltas ou se há atestado médico para amparo legal dessas faltas;
- A partir da terceira falta consecutiva e injustificada, é realizado o encaminhamento para a equipe do Busca Ativa Escolar;

11.2 PROPOSTA DE TRANSIÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO FUNDAMENTAL E O ENSINO MÉDIO

O presente documento apresenta orientações referentes aos encaminhamentos pedagógicos na transição dos estudantes da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e do Ensino Fundamental para os Anos Finais e Ensino Médio a serem desenvolvidos no Centro Educacional Antônio Joaquim Alves

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

171

O acolhimento afetivo deve garantir segurança e pertencimento a nova organização escolar e constitui-se como tarefa que deve ser desenvolvida por toda a equipe escolar.

Outro aspecto importante diz respeito a continuidade do trabalho pedagógico, promovendo ações que minimizem a ruptura que pode ser causada.

É essencial compreender que a criança advinda da Educação Infantil, com cinco ou seis anos, ainda será criança até os nove ou dez anos de idade. Respeitar essa etapa da vida humana deve ser o objetivo de trabalho dos docentes e gestores de educação com vistas à formação integral.

Considerando que a educação infantil tem como finalidade atender as crianças em suas especificidades, o uso das linguagens da infância como a brincadeira, o jogo, o faz de conta, a liberdade de pensamento, deve ser mediada pelo docente do ensino fundamental ampliando ou reelaborando as práticas pedagógicas de forma a serem mais coerentes para e com as crianças.

Cada momento de ingresso numa instituição de ensino deve ser organizado com vistas às necessidades físicas, cognitivas e emocionais das crianças, respeitando seus medos e inseguranças, amenizando angústias de adaptação.

Assim, nessa instituição de ensino serão realizadas ações que possam contribuir para que as crianças tenham uma transição suave em relação a tempos, espaços, professores e materiais a partir do primeiro dia de aula:

- Acolhimento dos alunos e dos pais e/ou responsáveis;
- Apresentação do quadro docente e demais funcionários da instituição;
- Conversa com os pais em sala de aula, junto com as crianças, para minimizar dúvidas e inseguranças com a mudança de etapa e nova rotina escolar;
- Na primeira semana de aula, os docentes realizam atividades dinâmicas voltadas ao acolhimento da criança e a criação de vínculo afetivo;
- Realização de atividades diagnósticas para possibilitar maior conhecimento sobre o nível de aprendizagem em que o aluno se encontra e para adequação das propostas de ensino;
- No planejamento, os professores são orientados a elaborar a metodologia das disciplinas considerando a importância do lúdico, da brincadeira, do jogo e do faz de conta.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

172

11.3 A TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS

A transição deve ter como preceito uma oportunidade para ajudar os alunos a compreenderem suas novas responsabilidades e deveres e avançarem para uma nova fase de suas vidas.

Para passar da transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental com tranquilidade, a escola realizará um conjunto de ações em todo ambiente escolar. Essa ação inclui professores, servidores, coordenadores e diretores.

No último ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a escola pode apresentar para os alunos do 5º ano quais serão seus novos professores no ano seguinte. É possível organizar esse encontro em um formato mais informal. Nessa ocasião, os professores dos anos finais podem aproveitar para apresentar seu modo de trabalho e outros pontos.

Já no 5º ano, a escola selecionará algumas características do Ensino Fundamental 2 em sala. Por exemplo, é comum que o aluno aprenda a preencher gabaritos de questões objetivas. O professor, então, passa um teste em que os estudantes preenchem um gabarito e observe como eles se saem, que dúvidas vão surgir e quais os principais problemas vistos para melhor trabalhar no 6º ano.

Algumas estratégias que podem ajudar as turmas nessa transição:

- Criar cartilhas informativas sobre o 6º anos;
- realizar uma recepção especial aos alunos do 6º ano
- Reunião de pais e professores
- Monitoramento frequente: realização de análises e diagnósticos mais frequentes sobre o desempenho e níveis de engajamento e motivação dos alunos;
- Trabalhar os problemas que já foram observados nas turmas anteriores
- Acolher a todos:
- Envolver a escola toda no apoio aos adolescentes
- Reforçar a atratividade da escola e das aulas
- Autoconhecimento e protagonismo para pensar o que se quer da escola

- RECONFIGURAR OS TEMPOS E OS ESPAÇOS em que as aprendizagens acontecem, diversificando as metodologias,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

173

utilizando a avaliação formativa e garantindo que a ludicidade permeie todo o processo didático-pedagógico.

- **EXPLICITAR, DESDE O INÍCIO**, as normas de funcionamento e as especificidades daquela unidade escolar: as exigências de carteirinha e uniforme, salas ambiente, entre outras.
- **CONSTRUIR OS ACORDOS E COMBINADOS**, de forma coletiva e participativa, para uma convivência harmônica e democrática.
- **INSTITUIR GRUPOS DE RECEPÇÃO**: de estudantes veteranos (as) que possam compartilhar as suas experiências ao chegarem naquele novo ambiente, para que os (as) calouros (as) possam se sentir acolhidos (as) e tenham outros pares de referência e com quem possam contar em momentos de dúvida.
- **DEDICAR UM TEMPO INICIAL** para realizar atividades junto aos (às) estudantes, as quais favoreçam a compreensão da dinâmica didático-pedagógica dos Anos Finais, a fim de que se sintam motivados (as) e mais preparados (as) a participar das atividades propostas ao longo do ano.
- **PROMOVER CLUBES DE LEITURA**, clubes de vídeo, grupos de estudos e monitorias para favorecer as aprendizagens dos (as) estudantes.
- **UTILIZAR O ESPAÇO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA** para subsidiar os (as) professores (as) com informações a respeito da adolescência e demais particularidades dessa etapa de ensino para que possam melhor receber os (as) estudantes.
- **ORIENTAR O (A) ESTUDANTE** para o uso da agenda para que possa se organizar diante dos cronogramas da nova fase, os quais podem ser mais complexos do que os vivenciados durante os Anos Iniciais, diante do novo quantitativo de professores (as) e da grade horária.
- **PROPOR À COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA** que crie um quadro com um calendário mensal, a fim de que os (as) professores (as) insiram as atividades e trabalhos extraclasse e, dessa forma, haja o agendamento das tarefas propostas aos (às) estudantes, sem gerar acúmulos.
- **SENSIBILIZAR AS FAMÍLIAS** para que continuem participando da vida escolar dos (as) estudantes, envolvendo-as nos eventos e nas decisões.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

174

- PROPOR ATIVIDADES QUE EXTRAPOLEM o espaço convencional da sala de aula, a fim de favorecer oportunidades de trabalhos em grupo, os quais valorizem a socialização de saberes e a convivência democrática: aulas em pátios, na quadra poliesportiva, na biblioteca escolar, em laboratórios, em praças, em museus, no zoológico, em feiras livres, em teatros, entre outros.
- FOMENTAR A CRIAÇÃO, A PARTICIPAÇÃO E A corresponsabilidade de todos(as) em Grêmios Estudantis ou em projetos que promovam a participação dos(as) estudantes na gestão da escola e no envolvimento com a comunidade escolar.
- ESPAÇAR AS TAREFAS, tanto em sala de aula quanto aquelas a serem realizadas em casa, especialmente no início do ano, a fim de favorecer aos(as) estudantes um tempo maior para se adaptarem ao novo ritmo e volume de tarefas e informações
- PROPOR ATIVIDADES QUE EXTRAPOLEM O ESPAÇO CONVENCIONAL DA SALA DE AULA, por meio de atividades pedagógicas mediadas por tecnologias digitais, buscando a manutenção do vínculo entre os(as) estudantes e a escola.
- POSSIBILITAR MOMENTOS DE PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS entre os(as) estudantes sobre os desafios dos Anos Finais como, por exemplo, escrita de um "Guia do mundo jovem" produzido pelos(as) estudantes, com sugestões de atividades em que eles(as) percebam que seus desafios são comuns aos demais e que, com diálogo, podem colaborar uns(umas) com os(as) outros(as), como recreios/intervalos culturais planejados e produzidos pelos(as) estudantes, jogos e campeonatos, grupos de estudo, entre outros.

11.4 TRANSIÇÃO DOS ANOS FINAIS E PREPARAÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO

ORGANIZAR PALESTRAS, PROJETOS, atividades experimentais, rodas de conversa, entre outras, no sentido de auxiliar os(as) profissionais da escola, a família e os(as) próprios(as) estudantes no processo de conhecimento da sua realidade e na preparação para as vivências futuras.

ORGANIZAR VISITAS dos pais e/ou responsáveis e dos(as) estudantes às escolas de Ensino Médio, visando apresentar a Proposta Pedagógica, o perfil da unidade escolar e orientar a escolha sobre onde matricular o(a) estudante.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

175

PROMOVER ENCONTROS, REUNIÕES e eventos, virtuais e/ou presenciais, para sensibilizar estudantes e famílias para a necessidade e importância da continuidade aos estudos, ainda que, muitas vezes, nesse momento o (a) jovem esteja apto (a) ao mercado de trabalho.

PROMOVER ENCONTROS E/OU PRODUZIR MATERIAIS sobre a oferta dos cursos de formação em Educação Profissional disponibilizados pela SEEDF para divulgação das informações sobre os tipos de cursos, formas de ingresso.

PROMOVER A REFLEXÃO DOS (AS) ESTUDANTES sobre seus Projetos de Vida, de forma a abrir-lhes novas perspectivas de formação e de trabalho.

PROMOVER ENCONTROS E/OU PRODUZIR materiais sobre as diversas formas de escolarização do Ensino Médio na SEEDF: regular - jornada em tempo parcial ou em tempo integral -, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos.

TRABALHAR COM A TEMÁTICA DE PROJETO DE VIDA, especialmente sob o prisma do autoconhecimento, do autocuidado, dos valores e da motivação.

PROMOVER ENCONTROS, REUNIÕES E EVENTOS, virtuais e/ou presenciais, junto ao corpo docente e aos pais e/ou responsáveis, para a reflexão e discussão sobre o processo de adolescer, tendo em vista o desafio desta temática.

PROMOVER AÇÕES DE INTEGRAÇÃO junto à nova unidade escolar para que seja construída uma relação de confiança e de corresponsabilidade da escolarização dos (as) estudantes.

REALIZAR VISITAS a unidades escolares que ofertam Educação Profissional.

PROMOVER CLUBES de leitura, clubes de vídeos, grupos de estudos e monitorias para favorecer as aprendizagens dos (as) estudantes.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

176

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Em nossa escola a construção, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico ocorrerá de forma coletiva com a comunidade escolar, sendo realizada através de encontros e grupos de estudo dos profissionais da escola, equipe pedagógica e docente bem como, comunidade escolar, no decorrer do ano letivo, para dessa forma realizar o monitoramento das ações proposta e quando necessário, o projeto será adequado à realidade de nossa escola e as novas instruções enviadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Será considerada a participação das instâncias colegiadas como o Conselho Escolar e nas reuniões ordinárias que ocorrem ao longo do ano.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na educação, a qualidade educacional e a eficácia das escolas em garanti-la não se dissocia de um processo institucional coletivo de negociação, pesquisa e implementação de boas práticas. A qualidade das práticas educacionais emerge do saber colaborativo e coletivo entre professores e coordenadores, em escuta e diálogo com os estudantes. A gestão das práticas no coletivo de profissionais é condição para que elas ganhem sentido e que o processo de reflexão se instaure no cotidiano dos profissionais – permitindo que pensem como e quanto os princípios educacionais vão se materializando em suas práticas.

O Plano Municipal de Educação de Barra da Estiva aponta como estratégias para o Ensino Fundamental a realização efetiva de avaliação institucional no município, a partir de coleta e análise dos dados, transformando-os em objeto de estudo e socialização dos resultados para também propor políticas públicas de aprimoramento contínuo. Dessa perspectiva, é fundamental a construção de indicadores de avaliação institucional com base no perfil dos estudantes e corpo docente e gestor, considerando as condições de infraestrutura das escolas, a gestão e as especificidades das modalidades.

Outro aspecto é que a autoavaliação das escolas de Educação Básica seja um processo contínuo, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a ser fortalecidas, destacando-se a elaboração de

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

177

planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

Desse modo, a avaliação traz dados que amparam os professores nas escolhas pedagógicas que, em diálogo com o currículo, possibilitam a construção de práticas que façam sentido ao contexto escolar.

Vale ressaltar a importância de a avaliação institucional ter um caráter democrático, com a responsabilização participativa, a partir de uma interlocução entre os vários atores sociais envolvidos, por meio de diálogos plurais que permitam posições diversas.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

178

13. BIBLIOGRAFIA

AMOP – Associação dos Municípios da Região Oeste do Paraná. **Proposta Pedagógica Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos iniciais**. Cascavel: ASSOESTE, 2019.

ARNONI, M. E. B; OLIVEIRA, E. M. de; ALMEIDA, J. L. V. de. **Mediação Dialética na Educação Escolar: teoria e prática**. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 119-171.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**/Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível no link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 02/08/2019

BRASIL. **Lei 13.716/2018, 24 de Setembro de 2018**. Atendimento Educacional.

Disponível no link

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2018/Lei/L13716.htm Acesso em 08/07/2019.

BRASIL. **Lei 13.796/2019, 03 de Janeiro de 2019**. **Liberdade de Consciência e**

Crença. Disponível no link

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/lei/L13796.htm Acesso em 08/07/2019.

CARRARA, R. M. **Formação de professores na ead: reflexões iniciais sobre a docência no brasil**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2016.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

179

Deliberação 07/06. Inclusão dos conteúdos da História do Paraná nos Currículos da Educação Básica. Disponível no link

<http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005f>

[b978/60ce8ef7d6ef308083257234005877d9?OpenDocument](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/60ce8ef7d6ef308083257234005877d9?OpenDocument) acessado em

08/07/2019

FAVORETO, A. VIRIATO, E. O. FIGUEIREDO, I. M. Z. **Plano de aula: argumentos para mediação dialética.** Disponível em

www.seer.unirio.br/index.php/raizeserumos/article/download/3611/3551 Acesso em

[10/05/2018.](http://www.seer.unirio.br/index.php/raizeserumos/article/download/3611/3551)

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade.** In: BRASIL. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Caderno Temático 1: Educação do Campo.** Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.** Versão

Preliminar. Curitiba: SEED: 2010. Disponível em

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf

Acesso em 25/09/2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Superintendência da Educação.**

Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.**

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

180

Campinas: Autores Associados, 2003.

VENTURA, Vanete Maria Aguiar. Educação Fiscal: Uma Questão de Cumprimento aos princípios que regem a Administração Pública. Disponível em

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/EF_adm_publica.pdf

Acesso em 25/09/2019.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

181

14. ANEXOS

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

182



PROJETO DE GESTÃO - GEAJA 2024-2027

PROJETO DE GESTÃO ESCOLAR

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: Participação,
Transparência e Democracia para uma Educação de
Qualidade.**

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

183

SUMÁRIO

1. Introdução.....	3
2. Identificação e caracterização da escola	3
3. Objetivo Pedagógico.....	5
4. Ações Pedagógicas.....	6
5. A Concepção de gestão.....	8
6. Tipos de gestão escolar.....	10
7. Clima de trabalho.....	10
8. Os gestores como líderes pedagógicos.....	11
9. O apoio das autoridades.....	12
10. Relação entre escola e comunidade.....	13
11. Equipe qualificada.....	14
12. Aspectos pedagógicos.....	15
13. Aspectos administrativos.....	17
14. Aspectos financeiros.....	18
14.1 Apresentação dos resultados para os conselhos.....	20
14.2 Apresentação dos resultados para a comunidade.....	20
14.3 Cuidados na captação de recursos.....	20
14.4 Parcerias entre escolas.....	21
14.5 Economizar também é estratégia de captação de recursos.....	22
15. Educação Especial e Educação Inclusiva.....	23
16. Educação do Campo.....	24
17. Educação Quilombola.....	28
18. Avaliação.....	31
19. Considerações Finais.....	33
20. Referências.....	34

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

184

1. INTRODUÇÃO

O planejamento das atividades escolares é uma necessidade imperiosa, tendo em vista atingir os resultados da ação educacional previstos na legislação em vigor e especificamente, na LDB 9394/96. Dessa maneira, as atividades escolares devem ser objeto de reflexão por parte do coletivo da escola, incluída a comunidade e os próprios alunos. Dessa reflexão surgirão os caminhos a serem trilhados na ação educacional, materializados na forma de proposta pedagógica, planos de curso anuais e o plano de gestão escolar, sendo este elaborado para um período de consecução mais amplo, incluindo todos os dados e informações, diretrizes e normas de trabalho pedagógico e administrativo.

2. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Por volta dos anos 70, os moradores do Povoado Jacu começaram a idealizar a educação de seus filhos de forma sistematizada, quando decidiram em conjunto organizar salas de aulas em seus lares. Estes procuraram pessoas de sua confiança, as quais não possuíam uma formação adequada para exercer a função do magistério, mas uma aprendizagem significativa para transmitir conhecimentos aos alunos daquela época.

Com o passar do tempo, os pais começaram a entender o papel da educação e sua função na sociedade decidindo então buscar junto ao poder público municipal o apoio para a construção de um Prédio Escolar para o melhor desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos. Juntos, unidos pela força de vontade conquistaram no ano de 1977 o tão sonhado Prédio Escolar na administração do então Prefeito o Senhor Antônio Ferreira Gonçalves (in memorian).

Após a construção do prédio escolar, a comunidade reuniu-se com o objetivo de dar um nome à escola, decidindo juntos nomeando de Antônio Joaquim Alves em homenagem a um dos moradores da região, o qual era considerado um dos primeiros homens a construir sua morada e fixar-se nesta localidade, este era considerado conselheiro e amigo de todos que aqui moravam.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

185

Logo após a sua fundação a escola teve como professor Senhor Eulicio Bento dos Santos (in memorian), o qual não possuía nenhuma formação para exercer o magistério, no entanto, foi capaz de desempenhar a sua função atendendo a um grande número de alunos, procurando transmitir o que sabia com muita humildade e sabedoria, e, com sua imensa dedicação fazia também o papel de merendeiro e faxineiro contanto sempre com o auxílio da sua esposa a Senhora Maria Bandeira, sendo que a escola só veio alcançar o privilégio de ter uma merendeira e faxineira a Senhora Dulce Miranda Silva na década de 80.

Já cansado da sua luta pela a educação e se encontrando impossibilitado de exercer a função, no ano de 1983 o senhor Eulicio resolveu passar o cargo para a Professora Cleuza Oliveira de Souza (in memorian), a qual buscou apoio para exercer juntamente com ela o cargo a Senhora Maria Ilza Martins Soares, ambas consideradas leigas, sem o auxílio de recursos didáticos para atender ao número de alunos, também conseguiu desempenhar seu trabalho sempre procurando transmitir seus saberes da melhor maneira que podiam.

Na década de 90 a professora Cleuza teve que se afastar, pois se encontrava gestante, ficando então em seu lugar a professora Maria Amália Caires Pires. Já Maria Ilza passou a ser merendeira, onde exerceu o cargo até o ano de 2008, onde se tornou auxiliar de serviços gerais até os dias atuais. A professora Maria Amália considerada leiga com o curso da 5ª série apenas, foi capaz de atender a um número de 72 alunos nos turnos matutino e vespertino, enfrentando muitas dificuldades sem recursos didáticos suficientes e a estrutura física da escola já estava se tornando incapaz de atender todos os alunos, mesmo assim, conseguiu desempenhar seu trabalho da melhor forma possível, e com uma dedicação que nunca lhe faltou, conquistou o respeito e o carinho de muitos até os dias atuais.

O número de alunos crescia a cada ano e já sem capacidade a todos os alunos, a escola teve o privilégio de contar com o primeiro professor formado no Magistério, o Senhor Georgino Alcântara Teixeira, o qual contribuiu de forma significativa para o crescimento e desenvolvimento desta Instituição de Ensino, o qual tornou-se diretor no ano de 1999 e com muita força de vontade implantou o Ensino Fundamental II, trazendo consigo uma equipe de professores capazes de exercer a sua função no processo de ensino e aprendizagem com uma imensa dedicação e competência. Ainda neste período, pela primeira vez os alunos foram beneficiados com o transporte escolar.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

186

Diante do crescimento que a escola atingiu já não era mais possível atender as regiões circunvizinhas devido a estrutura física inadequada da escola. Logo, o Diretor da época Georgino não mediu esforços e buscou junto aos órgãos competentes a ampliação do espaço físico para melhor atender aos interesses da comunidade dentro do seu papel que lhe era atribuído na educação.

Após grande lutas e conquistas pela educação dessa região o diretor Georgino decide passar seu cargo para o professor Vilson Caires Aguiar, o qual assumiu de 2006 e 2008, onde deu continuidade ao trabalho de Georgino, sempre procurando de forma muito dinâmica e respeitosa exercer a função que lhe era atribuída. A escola pela primeira vez contou com uma secretária, formada no Magistério Cleide dos Santos Miranda, ficamos alegre, pois era fruto dessa escola.

Em 2009, a escola fica sobre a administração do Diretor Adriano de Sousa Caires, que atuou até 2011, durante esse período a escola cresceu de forma significativa, com profissionais com formação superior.

No final do ano de 2011, a educação do município passou por um processo histórico, onde ocorreram a 1ª eleição para diretores no município, e aqui nesta unidade de ensino não foi diferente, onde a atual Diretora Maria Tatiane de Oliveira e Silva foi a candidata eleita.

A Unidade Escolar ora citada possui quadro de profissionais preparados e comprometidos, sempre manteve um bom relacionamento com a comunidade e está relativamente preparada para dar consecução às suas atividades educacionais.

Partindo dessa sua realidade é apresentado a partir de agora o Projeto de Gestão do CEAJA – **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves**, o qual coloca seu idealizador como candidato a Gestor da Unidade e expõe as suas concepções, objetivos e ações no intuito de promover o crescimento institucional, favorecendo mudanças significativas no sistema escolar.

3. OBJETIVO PEDAGÓGICO:

Trabalhar os conteúdos propostos nos planos, de forma que, possa levar o aluno à “consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos possibilitando o

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

187

prosseguimento dos Estudos”, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”, “O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” e “a compreensão dos fundamentos científicos – tecnológico dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

4. AÇÕES PEDAGÓGICAS:

É com o objetivo de sistematizar as contribuições feitas nesse projeto de gestão que se apresentam aqui as ações pedagógicas na condução da gestão escolar do **CEAJA – Centro Educacional Antônio Joaquim Alves**:

- Elaborar projetos de formação continuada dos profissionais da escola em parceria com a coordenação pedagógica através de palestras, dinâmicas de grupo, troca de experiências, além de estimulá-los a estar sempre em busca de novos conhecimentos;
- Compartilhar o Projeto Pedagógico;
- Usufruir de equipamentos e materiais de ensino-aprendizagem diversificados;
- Criar um clima apropriado de trabalho, para que os profissionais da escola exerçam com alegria, tranquilidade e espírito de equipe as suas funções;
- Através de reuniões pedagógicas, sensibilizar os docentes da necessidade de encontrar caminhos adequados e prazerosos para a concretização do processo ensino aprendizagem, construindo, dessa forma, um ambiente estimulador e agradável. Uma pedagogia centrada no aluno e não nos conteúdos;
- Manter o projeto de Formação de Pais, sensibilizando-os da sua importância na construção do caráter de seus filhos;
- Avaliar e controlar a qualidade do ensino-aprendizagem na solução de procedimento de seu rendimento adequando os objetivos educacionais

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

188

previstos no PPP;

- Rever a prática pedagógica no decorrer de cada unidade, com o objetivo de analisar as ações executadas pela escola e o nível de aprendizagem dos estudantes;
- Organizar e coordenar o conselho de classe de forma a garantir um processo coletivo de reflexão ação sobre o trabalho pedagógico escolar;
- Trazer palestras e/ou oficinas em parceria com as áreas afins para os pais ou responsáveis compreenderem seus filhos tais como: Educação sexual, drogas na adolescência, relação entre pais e filhos na adolescência entre outros;
- Desenvolver projetos de intervenção escola-comunidade ampliando espaço de participação da comunidade nas decisões pedagógicas da escola;
- Participar do conselho escolar auxiliando teórico e metodologicamente as reflexões e decisões sobre o trabalho pedagógico escolar;
- Programar o uso das TIC's no processo de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar;
- Realizar formação dos educadores para preparar alguém não para a diversidade, mas para a inclusão, porque a inclusão não traz respostas prontas, não é uma multi habilitação para atender a todas as dificuldades possíveis na sala de aula, mas uma formação em que o educador irá olhar seu aluno de outra dimensão tendo assim acesso as peculiaridades desse aluno, entendendo e buscando o apoio necessário;
- Apoiar o docente traçando trabalho pedagógico e/atividades com as necessidades do aluno;
- Elaborar a flexibilização de currículo adequando-o as possibilidades daquele aluno, bem como a seleção dos melhores métodos, estratégias, técnicas de ensino;
- Buscar parcerias com a secretaria de educação e/outras instituições para apoio pedagógico e formação continuada na preparação para alunos com necessidades educacionais especiais;
- Desenvolver projetos juntos aos alunos de conscientização da necessidade de preservação e conservação do meio ambiente;
- Buscar trocas de experiências com outras escolas;
- Acompanhar continuamente, com os professores e com o serviço de coordenação pedagógica, o desempenho dos alunos (evasão, dificuldades de

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

189

- aprendizagem), identificando os problemas existentes, buscando as soluções necessárias, em tempo hábil;
- Estimular o processo de autoavaliação (avaliação institucional) da escola, com indicadores identificáveis, que possam ser operados por todos com clareza;
 - Articular as ações desenvolvidas na escola com a política educacional do município, estado e da união, buscando conhecer as agendas das políticas públicas de educação no país;
 - Representar a escola em suas relações com a comunidade e buscar parcerias locais ou externas;
 - Coordenar a administração de pessoal e de material no âmbito da escola, a fim de que estejam sempre presentes as condições necessárias para a aprendizagem dos alunos;
 - Supervisionar os espaços da escola, cuidando para que eles sejam um reflexo da sua proposta pedagógica e se constituam, de fato, em espaços de construção da cidadania;
 - Buscar o apoio das autoridades competentes, reivindicando o atendimento às necessidades da escola;
 - Colocar em evidência os resultados positivos alcançados pelos alunos e pelas iniciativas da equipe escolar;
 - Orientar a atuação da equipe escolar pelos resultados do acompanhamento e da avaliação de suas ações.

5. A CONCEPÇÃO DE GESTÃO

O conceito de gestão é compreendido como a coordenação dos esforços individuais e coletivos em torno da consecução de objetivos comuns, definidos por uma política de ação e inspirados por uma filosofia orientadora e por todos partilhada. Tem um sentido mais amplo do que o de ação administrativa que, por sua vez, passa a ser um dos elementos da gestão. Assim, o foco na escola, a compreensão de que ela se constitui em uma organização específica, com dinâmica própria, vem substituindo a perspectiva puramente administrativa pela perspectiva

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

190

de gestão que envolve os aspectos **administrativos, financeiros, pedagógicos e sociais**.

Os gestores escolares são autoridades instituída, eleitos pela comunidade. No entanto, o grande desafio com o qual esses profissionais se defrontam agora, no contexto da gestão democrática, é o de transformar-se de autoridade instituída em autoridade legitimada. O que isso significa? Para se transformar em autoridade legitimada, é preciso que eles passem a ser reconhecidos como líderes que mobilizam a comunidade escolar em torno de um projeto comum, sendo capazes de conceber o conflito e a diversidade presentes na escola como constitutivos da convivência democrática, são capazes de usar a deliberação conjunta como instrumento de transformação do conflito em unidade de propósitos sendo capazes de entender que gerir é reunir diferentes vontades para atuar na busca de objetivos comuns, sob uma interpretação e um sentido construídos e, por isso mesmo, também compartilhado.

Para tornar isso possível, é indispensável ter clareza quanto ao papel que a escola ocupa no mundo contemporâneo, pois o comprometimento de todos, em torno de um projeto comum, tem de estar fundamentado na compreensão do que significa educar para os dias de hoje. Na sociedade atual, o saber, o conhecimento vem se transformando em principal força produtiva, e a educação escolar, responsável pelo desenvolvimento das capacidades necessárias à vida no mundo letrado, tecnológico e globalizado, ganha cada vez mais importância. A necessidade de se lidar com situações sempre mais complexas, exige conhecimentos dificilmente apropriáveis tão somente por meio de experiências cotidianas extraescolares.

Dessa forma, a escola, como instituição fundamental da vida contemporânea, tem de estar preparada para atender às demandas de formação do cidadão capaz de operar na sociedade com competência, autonomia, flexibilidade e responsabilidade. Seus profissionais precisam estar preparados para o desempenho de tão importante tarefa. A aprendizagem do aluno deve ser o foco da escola, tendo em vista que "a educação básica bem-sucedida suscita o desejo de continuar a aprender". E o aprender a aprender, a educação ao longo da vida, constitui um instrumento básico para se conviver com as rápidas e constantes mudanças que o mundo vem atravessando e para que se possa exercer a cidadania em toda a sua plenitude.

Os gestores, entre os profissionais da escola, deverão assumir a sua posição

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

191

de gestores de todas as dimensões do seu funcionamento, para que esse objetivo principal da educação escolar seja realmente alcançado. Assim, a dimensão pedagógica, como dimensão específica da escola, deve ser considerada a dimensão central a ser desenvolvida, com o apoio das demais. Os aspectos administrativos e financeiros devem estar a serviço da prática pedagógica, que não se limita às salas de aula, estando presente em todos os espaços da escola e da comunidade à qual ela pertence.

6. TIPO DE GESTÃO ESCOLAR

O tipo de gestão desenvolvido na escola é considerado um dos indicadores mais significativos de qualidade, pois todos os demais estão a ele diretamente ligados. Assim, aqui será feita apenas uma síntese das características de uma gestão eficaz: ela deve ser uma gestão democrática; participativa; que busca o apoio das autoridades; que constrói parcerias; que tem como foco a aprendizagem dos alunos; que organiza toda a escola na direção da construção e desenvolvimento de um currículo voltado para o exercício da cidadania; que está preocupada com o contínuo aperfeiçoamento da equipe escolar; que tem a proposta pedagógica, construída coletivamente, como seu eixo de ação; que orienta seu trabalho e o da equipe escolar a partir dos resultados do acompanhamento e da avaliação das ações da escola. Para que a gestão desenvolva essas características é fundamental que os diretores tenham a confiança da equipe escolar, liderança e competência técnica: capacidade de administrar e de orientar seu trabalho por critérios pedagógicos. São esses, portanto, os elementos essenciais para a gestão do **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** para a construção de uma escola eficaz.

7. CLIMA DE TRABALHO

Os estudos sobre o clima das organizações escolares identificam basicamente quatro tipos de climas: o autoritário explorador, o autoritário

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

192

benevolente, o participativo de caráter consultivo e o participativo grupal. O Projeto de Gestão do CEAJA – **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** propõe o clima participativo grupal, quanto mais a organização escolar se aproxima do clima participativo grupal, maiores são as probabilidades de ela constituir-se em ambiente escolar eficaz. Mas o que define o clima participativo grupal? É aquele em que o gestor confia nos professores e nos demais agentes escolares; tem altas expectativas em relação às possibilidades de aprendizagem dos alunos e estimula toda a escola nessa mesma linha; as decisões são tomadas pela organização como um todo; a comunicação é um elemento constante e se faz em todas as direções; o ambiente é ordenado e sinaliza com clareza para alunos e professores o propósito da instituição; os professores se sentem envolvidos e implicados no seu trabalho; todos se sentem responsáveis pelo sucesso da escola e unem seus esforços para atingir os objetivos e fins da organização. Além disso, em um clima que propicia o sucesso, as relações são temperadas com bom humor, as pessoas se apoiam mutuamente e buscam soluções criativas para os desafios cotidianos.

O **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** trabalhará a gestão de recursos humanos como parte importante quanto à gestão pedagógica, gerir pessoas – alunos, equipe escolar, comunidade, constitui a parte mais sensível de toda a gestão. Sem dúvidas, lidar com pessoas, mantê-las trabalhando satisfeitas, rendendo o máximo em suas atividades, contornar problemas e questões de relacionamento humano, proporcionar um ambiente harmonioso, partilhar o poder através da descentralização até serem tomadas decisões importantes que diretamente irão intervir no cotidiano escolar, no alcance de resultados a fim de proporcionar a satisfação comum, fazem da gestão de recursos humanos o fiel da balança – em termos de fracasso ou sucesso – por se tratar de pessoas que caracteristicamente possuem personalidades e compreensões muitas vezes a diversas além de interesses, sentimentos e valores diversos.

8. OS GESTORES DA ESCOLA COMO LÍDERES PEDAGÓGICOS

Os gestores da escola, portanto, são gestores de uma instituição social que tem o aspecto pedagógico como seu foco central. Todas as suas decisões devem

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

193

ser orientadas por critérios pedagógicos e devem responder a uma mesma pergunta: a atitude tomada, a ação desencadeada visa, de fato, à melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos? Os aspectos administrativos, burocráticos, organizacionais do trabalho dos gestores devem todos estar a serviço dessa questão. Para realizar essa tarefa, eles precisam, então, combinar duas características fundamentais: competência técnica e liderança pedagógica.

Dentre tudo isso, o importante é que o diretor e vice, antes de tudo, sejam um professor, um educador. E, para gerir a escola, eles devem assumir essa posição com clareza e com domínio dos requisitos que vão lhe possibilitar atuar a partir de critérios pedagógicos.

É importante destacar, porém, que o trabalho da direção, que deve ser eminentemente pedagógico, não pode se confundir com o dos demais agentes educativos da escola, nem significa a assunção de mais responsabilidades do que aquelas a ela já atribuídas. Trata-se, na verdade, passar a ver a função de um outro ponto de vista: em vez de administradores, eles são educadores, gestores pedagógicos de uma instituição especificamente pedagógica, profissionais cujo trabalho tem uma dimensão pedagógica, tanto explícita quanto implícita.

A gestão do **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** será regida por requisitos pedagógicos, isto é, relacionados com a aprendizagem dos alunos. O uso do espaço escolar, a organização do calendário letivo, a distribuição do tempo escolar, a organização do recreio, a arrumação das salas de aula, a reforma e ou construção de uma sala de aula, a distribuição dos professores pelas diversas classes, a definição dos horários das reuniões da equipe escolar e todos os demais aspectos que fazem parte do cotidiano da escola serão definidos a partir de critérios pedagógicos e não só administrativos.

E a própria forma de tomar decisões quanto a esses aspectos é, em si mesma, pedagógica: se as decisões são realizadas de forma participativa pelo coletivo da escola, se são assumidas por todos como decisões que vão proporcionar uma melhor aprendizagem dos alunos, a gestão estará desenvolvendo uma gestão democrática e tornando a escola um espaço de exercício da cidadania.

O plano aqui apresentado tem uma dimensão pedagógica também implícita, porque suas atitudes e o modo como ele conduz a sua prática servem de referência a todos os que participam da escola. As crenças, os sentimentos, as atitudes dos

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

194

gestores, bem como os valores que orientam sua prática se constituem em verdadeiras mensagens que vão sendo lidas pelo conjunto da escola. Ocupando eles a posição de liderança que ocupam, tais mensagens devem estar sintonizadas com as concepções de escola e de cidadão que se quer formar, concepções essas resultantes de construção coletiva de toda a equipe escolar e expressas na proposta pedagógica. Nunca é demais lembrar a força que tem o exemplo. Assim, uma prática bem planejada, organizada e coletiva, orientada por princípios éticos que têm como base o respeito ao outro e a seriedade e honestidade no trato da coisa pública, constitui-se em modelo para alunos, professores, funcionários e pais.

9. O APOIO DAS AUTORIDADES

O poder público é o parceiro fundamental da escola, e quanto maior é o seu grau de envolvimento e de compromisso, maior a probabilidade de que a escola tenha êxito na tarefa a que se propõe. O apoio do poder público se expressa, por exemplo, na aparência física, nas condições das instalações e do mobiliário, na disponibilidade de equipamentos necessários à modernização dos processos pedagógicos, na existência de acompanhamento sistemático ao trabalho dos professores, na garantia do tempo de aprendizagem, no fornecimento regular de uma alimentação nutritiva aos alunos, na disponibilidade de livros e de outros materiais didáticos, na qualificação dos docentes, na garantia de transporte seguro para os que frequentam escolas distantes de suas casas. Se esses elementos não estão presentes na escola, cabem principalmente aos gestores buscar o apoio das autoridades competentes. É indispensável que a escola exerça uma vigilância permanente em relação às obrigações da União, do Estado e do Município para com a educação e tenha a iniciativa de exigir o apoio devido dos órgãos responsáveis. Por outro lado, é desejável que a escola, quando comprovados os limites e conhecidas as impossibilidades de um apoio mais amplo e imediato do poder público, busque outras formas de parceria, a título de complementação de recursos, a fim de assegurar as condições mínimas necessárias para o pleno cumprimento dos objetivos de suas ações. O movimento das escolas na busca de parcerias com setores não governamentais pode, sem dúvida, contribuir para um avanço no

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

195

sentido de conseguir um comprometimento cada vez maior da sociedade com a educação, através de formas diversas de colaboração, comuns em outros países, mas ainda pouco disseminadas no Brasil.

10. RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

A participação da comunidade na escola aqui é incluída como um dos princípios da gestão democrática, pelo que a presença dos pais representa na escola, como elemento de acompanhamento de sua função social. Por outro lado, quando há, no grupo familiar da criança, o reconhecimento da importância da educação para sua vida, ainda que esse grupo não tenha a constituição de uma família nuclear, cria-se um ambiente que encoraja a aprendizagem, fazendo com que o aluno se saia melhor na escola. Fica evidenciado, também, que a construção de uma visão positiva a respeito da educação que a escola pode fornecer depende, em grande parte, da participação que os pais ou responsáveis têm na vida escolar dos seus filhos. A esse respeito, o **CEAJA – Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** chama a atenção para o fato de que não se pode esperar que a família forneça sozinha o suporte para o desenvolvimento de uma perspectiva positiva da educação. A escola deve envolver, de forma significativa, as famílias na educação de suas crianças. Esse envolvimento, contudo, deve ir além dos eventuais encontros de pais. Eles devem incluir, entre outros aspectos, a identificação dos elementos culturais da comunidade que podem ajudar a fazer a ligação entre os objetivos da escola e os objetivos sociais do grupo ou comunidade aos quais os pais e alunos pertencem. Pesquisas mostram o impacto da presença atuante do Conselho Escolar no desempenho dos alunos. Estudo realizado pelo SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) indica que existe estreita associação entre a implementação de Conselhos Escolares, com a participação efetiva dos pais, e o resultado obtido pelos alunos nas provas aplicadas. Assim, é considerado um indicador de qualidade da escola o estímulo que ela fornece para a participação dos pais na vida escolar dos filhos e para a participação da comunidade como um todo.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

196

11. EQUIPE QUALIFICADA

A existência de profissionais qualificados é considerada uma condição essencial para o sucesso da escola. Qualificação se refere tanto à qualidade da formação inicial recebida pelos professores, direção, pessoal de apoio, quanto ao processo continuado de formação em serviço, que se dá no interior da própria escola ou através de cursos de ampliação e atualização de conhecimentos escolares específicos e técnico-pedagógicos. Este projeto reconhece que o **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** apresentará melhor desempenho se constituir em espaço de formação permanente de seus profissionais, isso ocorrendo tanto de maneira formal quanto informal. O caráter formal se refere ao tempo determinado para reuniões e encontros sistemáticos de estudos e discussões teóricas que servem para fundamentar a prática cotidiana e permitir a renovação dessa prática. O caráter informal corresponde às trocas espontâneas de experiências e de preocupações e à busca de soluções coletivas, propiciadas pelo próprio clima participativo que se estabelece na escola.

Outro aspecto relacionado com a qualidade do trabalho desenvolvido pelos profissionais da escola diz respeito às suas condições de trabalho, tais como: tamanho das turmas que se atende, horário de trabalho, tempo disponível para preparação das aulas, presença de profissional preparado para o acompanhamento e apoio sistemático da sua prática educativa, qualidade dos recursos didáticos existentes na escola, local próprio para reuniões de estudo.

Uma escola de qualidade é, portanto, aquela que está preocupada com a qualificação dos seus profissionais e que está atenta tanto para identificar as necessidades de formação da sua equipe, quanto para buscar as condições dessa qualificação. Os sistemas de ensino, responsáveis diretos pelo oferecimento dessas condições aos professores, devem ser acionados pelos gestores da escola, que tem a tarefa de zelar pela sua qualidade.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

197

12. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

A escola tem um papel específico e muito diferenciado das outras instituições sociais: ela é o lugar, por excelência, onde o processo intencional de ensino-aprendizagem ocorre. E, para cumprir a tarefa de transmitir determinados conhecimentos, os conhecimentos denominados escolares, é que a escola se constituiu como uma indispensável instituição social criada pela sociedade letrada. O processo educativo, pedagógico, ocorre, é claro, em todos os âmbitos da vida social, pela imersão dos indivíduos no ambiente familiar, no espaço cultural formador, pelas trocas informais, através dos meios de comunicação, através do trabalho. Contudo, é a escola a única instituição que tem o papel explícito de intervir no processo de aprendizagem e, conseqüentemente, no processo de desenvolvimento dos indivíduos, através de uma atuação sistemática, provocando mudanças nesses processos e permitindo a reconstrução, pelos sujeitos que a ela têm acesso, dos conhecimentos construídos pela humanidade ao longo da sua história.

Assim, os profissionais que trabalham na escola têm uma função pedagógica bastante diferenciada: cabe-lhes a importante tarefa de fazer a mediação entre o aluno e o saber sistematizado, de iniciá-lo no conjunto de normas e regras que regem o mundo letrado, de possibilitar o desenvolvimento, pelo aluno, dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que lhe permitirão participar, como cidadão ativo, no mundo contemporâneo.

Para que a escola seja capaz de promover tanto o desenvolvimento como a aprendizagem de seus alunos, ela precisa se organizar. Isso implica um compromisso dos membros da equipe escolar com a clientela que frequenta a escola. É preciso que todos funcionem como uma orquestra em noite de estreia: todos afinados em torno de uma partitura e regidos pela batuta firme, de um maestro que aponta como cada um participa para que o resultado seja harmônico. Na escola, esse maestro são vocês, gestores. E a partitura, sabe o que é? O projeto pedagógico da escola, um arranjo feito sob medida para seus alunos e que serve de referência para todos.

A presença de liderança, de coordenação, é indispensável na vida de uma equipe: alguém que tenha uma visão mais global da situação e que não perca de vista aonde se quer chegar; alguém que incentive o grupo a pensar, analisar,

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

198

planejar e "pôr a mão na massa" para executar o que foi previsto; alguém que aponte a direção do trabalho a ser feito, ajudando e apoiando o grupo durante sua execução e levando cada um de seus membros a superar suas dificuldades. Os gestores serão os mobilizadores do trabalho coletivo, os grandes articuladores do processo de elaboração e desenvolvimento do projeto pedagógico da escola.

O sucesso depende, com certeza, do empenho e do saber fazer pedagógico dos demais participantes da orquestra. Mas quando se trata de liderar o grupo, há um pedaço que é só seu e pelo qual você é o único responsável: a condução do grupo. É tarefa dos líderes propor atividades instigantes, provocadoras e, ao mesmo tempo, viáveis, para transmitir confiança e imprimir uma perspectiva de sucesso. Isso significa que será preciso que você, como gestor, utilize todo o seu conhecimento e habilidade – e, sobretudo, sua persistência – para despertar o interesse e a vontade de todos.

Algumas de suas responsabilidades podem ser compartilhadas com o Conselho Escolar, o coordenador pedagógico ou mesmo um professor. Sem essa ajuda, a tarefa ficará mais difícil. Por isso, o projeto de gestão do **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** pretende desencadear um processo de mobilização que faça as coisas acontecerem: identificar parceiros, colaboradores que sejam capazes de contagiar outros, para a construção de um novo ambiente escolar. Sua atuação é fundamental na transformação da escola em um espaço vivo e atuante, no qual o foco central seja o aluno.

13. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Zelar pelos bens da escola, fazer bom uso deles, contribuir para sua manutenção são elementos básicos da formação dos alunos, além de condição para a realização de processo pedagógico de qualidade.

A gestão administrativa, portanto, se situa no contexto de um conjunto interativo de várias outras dimensões da gestão escolar, passando a ser percebida como um substrato sobre o qual se assentam todas as outras, mas também percebido com uma ótica menos funcional e mais dinâmica.

A gestão administrativa do **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** propõe gerenciar a correta e plena aplicação de recursos físicos, materiais e

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

199

financeiros da escola para melhor efetivação dos processos educacionais e realização dos seus objetivos com as seguintes ações:

- Promover na escola a organização, atualização e correção de documentação, escrituração, registros de alunos, diários de classe, estatísticas, legislação, de modo a serem continuamente utilizados na gestão dos processos educacionais;
- Assegurar a constituição, de forma permanente na escola, de ambiente limpo, organizado e com materiais de apoio e estimulação necessários à promoção da aprendizagem dos alunos e sua formação para a cidadania e respeito ao meio ambiente;
- Coordenar e orientar a administração de recursos financeiros e materiais e a sua prestação de contas correta e transparente, de acordo com normas legais, seja os recursos obtidos diretamente de fontes mantenedoras, seja os obtidos por parcerias e atividades de arrecadação;
- Promover a utilização plena dos recursos e equipamentos disponíveis na escola, para a realização do trabalho pedagógico, mediante planejamento sistemático dessa utilização;
- Assegurar, mediante contínuo monitoramento, o cumprimento dos 200 dias letivos e das 800 horas de trabalho educacional (art. 24 da LDB 9394/96) com o envolvimento do educando e do professor no efetivo processo de ensino e aprendizagem;
- Verificar a correção de utilização de materiais, o suprimento e a necessidade de compras e obtenção de produtos, mediante a análise de mapas de controle de estoque, de compra e de consumo;
- Zelar pela manutenção das condições de uso dos bens patrimoniais disponíveis na escola mediante contínuo inventário dos mesmos e providência de consertos imediatos;
- Promover a formulação de diretrizes e normas de funcionamento da escola e a sua aplicação, tomando as providências necessárias para coibir atos que contrariem os objetivos educacionais, assim como apurando qualificadamente as irregularidades que venham a ocorrer em relação às boas práticas profissionais;

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

200

- Utilizar tecnologias da informação na organização e melhoria de processos de gestão em todos os segmentos da escola;
- Criar na escola uma cultura de cidadania orientada pelo sentido de responsabilidade no cuidado e bom uso do patrimônio escolar, espaços, equipamentos e materiais.

14. ASPECTOS FINANCEIROS

Sabe-se que, para o bom andamento das atividades da escola, todas as suas ações devem ser atentamente planejadas. Isso ocorre na área pedagógica, em que são elaborados os planos de ensino, instrumentos necessários à organização do trabalho pedagógico.

E com a área financeira não é diferente; ela segue um processo de gestão que, normalmente, divide-se em três fases: planejamento, execução e prestação de contas. Na etapa inicial, na qual são planejadas as ações que se pretendem desenvolver, é necessário que se tenha o maior número de informações disponíveis, para que o resultado esperado seja o mais próximo do real.

Muito provavelmente, tais ações ou objetivos a serem alcançados devem ser fruto de discussões entre o conselho da escola, em assembleias e/ou reuniões. Enfim, resultaram de discussões coletivas entre os segmentos que compõem a gestão participativa da escola.

Atas de reuniões, dados quantitativos (número de alunos a serem beneficiados por série e nível de ensino, número de servidores necessários, equipamentos e material a ser utilizado), previsões de despesas (de implantação e necessárias para a continuidade da atividade) e do dinheiro necessário para o período de cobertura dos projetos são informações vitais para um planejamento aceitável. Esses dados quantitativos são essenciais para os planejadores em sua tarefa de confeccionar bons planos e orçamentos.

Pode-se perceber a administração dos recursos financeiros da escola de duas maneiras: na primeira, os gestores e sua equipe vivem o dia a dia da escola e enfrentam os problemas que surgem com os recursos que conseguem levantar, de maneira emergencial; na segunda, dispõe-se de um conjunto de recursos para fazer

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

201

frente aos prováveis problemas que surgem no cotidiano escolar.

Como um ente administrativo que dispõe de relativa autonomia para gerenciar recursos financeiros, o CEAJA – **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** seguirá os procedimentos definidos pelo poder público para acompanhamento e aplicação dos recursos financeiros:

- Difundir o conceito de gestão democrática baseada na divisão de responsabilidades;
- Realizar plano de aplicação dos recursos;
- Preservar os princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência ao reger as aquisições e os contratos de ordem financeira da escola;
- Garantir a execução dos recursos financeiros em parceria com o Conselho da Caixa Escolar;
- Priorizar os interesses coletivos respeitando os interesses individuais, quando estes favorecerem a coletividade;
- Preservar a transparência quanto à execução dos recursos financeiros junto ao Caixa Escolar;
- O controle dos recursos internos será exercido pelo poder que executa a despesa, no caso do CEAJA, com unidade executora, é o conselho fiscal;
- Todos os recursos recebidos sejam eles oriundos do setor público ou privado terão prestação de contas com o objetivo de atender a diversas exigências:
- Legais, porque os recursos repassados estão autorizados por leis que fixam normas e orientações para sua aplicação;
- Contábeis, porque as informações sobre o gasto são contabilizadas por organismo centralizado, em conformidade com a legislação federal vigente;
- Sociais, que requerem explicações detalhadas sobre o que foi feito com o dinheiro repassado.

14.1 Apresentação dos resultados para os conselhos

A apresentação para os conselhos será formal, contendo todos os resultados

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

202

alcançados, acompanhada de documentação oficial.

O conjunto de documentos deve ser composto pelos formulários exigidos, devidamente preenchidos e conferidos; pelos documentos fiscais de compra de mercadorias e de comprovação da realização de serviços; pelos recibos de pagamentos; e por quaisquer outros registros e apontamentos que se fizerem necessários para dar plena satisfação do uso do dinheiro.

A prestação de contas sobre a utilização de recursos financeiros deve começar pelo comparativo entre o plano de trabalho discutido e aprovado inicialmente e aquele que foi efetivamente realizado. Nessa forma de apresentação cabe demonstrar, também, as justificativas para as diferenças apuradas.

14.2 Apresentação dos resultados para a comunidade escolar

É importante que toda a comunidade escolar saiba – de maneira bastante simplificada, sem fórmulas intrincadas e sem complicações – o que está sendo feito com o dinheiro.

O dinheiro chegou de diversas fontes e por variados meios; que se apresentem suas origens e os meios que permitiram que ele chegasse à escola. Foi aplicado com diversas finalidades, e com ele foram obtidos resultados. Que sejam apresentadas tanto as finalidades quanto os resultados.

14.3 Cuidados na captação de recursos

Os gestores do **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** ao buscar novos recursos financeiros para a escola, verificará, primeiramente, as condições legais para a operacionalização dessa estratégia – se ela é viável ou não. Verificada a possibilidade de parceria, fará consulta ao setor jurídico da Secretaria de Educação para que fique assegurada a legalidade do convênio.

Alguns critérios e atitudes por parte dos parceiros também devem ser observados em uma relação de cooperação:

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

203

- ✓ Profissionalismo;
- ✓ Responsabilidade ética e civil;
- ✓ Mecanismos de controle;
- ✓ Levantamento preciso de informações;
- ✓ Conhecimento da legislação em vigor;
- ✓ Capacidade de negociação;
- ✓ Transparência;
- ✓ Cumprimento das condições estabelecidas;
- ✓ Tomada de decisão.

Além disso, para que os projetos de parceria obtenham sucesso é importante adotar alguns cuidados em procedimentos e atitudes, tais como:

- ✓ O desenvolvimento de confiança mútua entre os parceiros.
- ✓ O estabelecimento de uma comunicação clara e frequente.
- ✓ A precisão nos detalhes do projeto de parceria.
- ✓ O conhecimento profundo do projeto político-pedagógico da escola.
- ✓ A implantação da filosofia de trabalho e a cultura da escola nas relações de parceria.

14.4 Parcerias entre escolas

Estabelecer parcerias com outras unidades escolares do município ou do estado pode oferecer excelentes resultados para as escolas públicas. Se são administradas por rede ou sistema, por que não criar redes para compra de materiais e equipamentos que, fornecidos em grandes quantidades, teriam um custo mais baixo? Não se trata de favorecer alguns e excluir outros fornecedores, mas de reduzir despesas no momento da compra.

O projeto de gestão do **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** buscará a criação e a manutenção de um cadastro comum de fornecedores com escolas da rede municipal, que poderá ser acionado ou consultado quando houver necessidade de adquirir materiais, além da aquisição conjunta de materiais.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

204

14.5 Economizar também é estratégia de captação de recursos

Além das parcerias externas, os gestores devem buscar as suas parcerias internas, ou seja, estratégias de cooperação com representantes da comunidade escolar. Essa cooperação pode se dar, essencialmente, de duas maneiras: primeiro, na conscientização sobre a responsabilidade de todos e de cada um em relação ao gasto de material e à utilização das instalações físicas da escola; segundo, no compartilhamento de procedimentos de uma gestão sustentável que promova maior consciência ambiental e economia de recursos. Vejamos como isso pode ocorrer.

No primeiro caso, é fundamental a atuação do gestor no uso de mecanismos de incentivo à conscientização sobre a responsabilidade pessoal para com os recursos públicos. O que é público é de todos. A utilização dos equipamentos e das instalações físicas da escola com o devido cuidado por parte de todos os usuários evita danos e desgastes, levando, conseqüentemente, à economia de recursos com consertos e reparos.

E esses recursos podem transformar-se em outros benefícios.

Quanto ao segundo aspecto, cabe aos gestores afinar suas sensibilidades e identificar, na comunidade escolar, pessoas físicas, prestadoras de serviço, que tenham alguma habilidade para trocar com a escola. Por exemplo: a utilização da quadra de esportes por um time da comunidade pode ser paga com serviços de pintura por um dos “atletas” que seja um ótimo pintor de paredes. E, assim por diante, a escola vai identificando potenciais de parcerias na comunidade em que está inserida.

15. EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O caminho histórico, para o rompimento com a prática da exclusão, tem sido muito longo, embora esteja acontecendo com formas e intensidade diversas nas diferentes regiões do mundo. A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões - o

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

205

direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas "regulares" (BRASIL, 2002,p.94). Conforme registro do PNE (2001,p.78) a Organização Mundial de Saúde, conforme apresenta o Plano Nacional de Educação, estimam que em torno de 10% da população têm necessidades educacionais especiais. Essas podem ser de diversas ordens: visuais, auditivas, físicas, intelectuais, múltiplas, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades.

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, além das garantias fundamentais gerais da pessoa humana, assegurou, também, alguns direitos específicos às pessoas portadoras de deficiências, cujo atendimento educacional especializado deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino (art. 208, III). Nesta parcela da população escolar, entendida como "pessoas com necessidades educacionais especiais", estão os alunos com deficiências (físicas, sensoriais e mentais) e alunos com condutas típicas e superdotados, que necessitam de acompanhamento especializado após passarem pela avaliação diagnóstica, realizada por profissionais qualificados, que orientam o processo de ensino, o atendimento interdisciplinar e as adaptações curriculares necessárias à escolarização desses alunos, criando, na sala de aula e na escola, um espaço de possibilidades diante da diversidade.

A identificação das necessidades educacionais especiais e os encaminhamentos realizados através da avaliação pedagógica e/ou psicoeducacional, definem os atendimentos e os recursos específicos para cada caso. Embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, ao elaborar sua proposta pedagógica, o estabelecimento de ensino, respaldado em sua autonomia, deverá prever ações que assegurem um currículo dinâmico, voltado às necessidades do alunado, prevendo, também, adaptações, inclusive no processo avaliativo, considerando as peculiaridades e a flexibilidade da aprendizagem.

Para atingir este objetivo, faz-se necessário, prever e propiciar a capacitação continuada dos profissionais da educação, desmistificando a questão das deficiências e possibilitando oportunidades de atendimento das necessidades educacionais especiais em todas as escolas. É indispensável criar mecanismos para que o professor busque desenvolver uma prática pedagógica de qualidade com todos os alunos, incluídos ou não. O Poder Público e as organizações da sociedade civil são elos importantíssimos para a efetivação do acesso e

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

206

permanência da pessoa com necessidades educacionais especiais no ensino, conforme preconizam os documentos oficiais e os princípios filosóficos da Educação para Todos. Deste preceito é que foram definidas para os próximos dez anos, as diretrizes para esta modalidade de ensino. O Sistema de Ensino do Município de Barra da Estiva adotou a política de inclusão, tendo por princípio o direito de todos à educação escolar e a concepção de que todos são capazes de aprender, embora em ritmos diferenciados. O atendimento à educação especial, nas redes regulares de ensino municipal e estadual, a inclusão é, de fato, uma realidade. A inclusão das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais matriculadas nas escolas da Rede Municipal de Barra da Estiva, mobiliza a Secretaria Municipal de Educação por meio da equipe técnica, a diversificar ações e ampliar o nível de oferta do Atendimento Educacional Especializado, a formação continuada de professores e o suporte pedagógico às Unidades Escolares, para garantir o direito do acesso e da permanência de todos os alunos matriculados. Contudo faz-se necessário, entre outras ações, a ampliação e implementação da oferta de atendimento especializado, que responda às necessidades educacionais, em todos os níveis de ensino em que o aluno estiver inserido.

16. EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo é uma proposta ampla que visa à formação do homem do campo no que se refere a uma educação que considera a vida, aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de etnia. Se baseia no estudo associado com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra, estimulando a participação da comunidade, promovendo uma educação adequada para que o sujeito possa lidar com a sua realidade, na busca de sua emancipação como ser agente, fazendo parte da construção da proposta de educação, criando um modelo de currículo que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, faz-se importante o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

207

As especificidades dos sujeitos do campo na área educacional estão garantidas no LDB nº 9.394/.96, como se observa:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Ainda assim, percebe-se que a Educação do Campo objetiva a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo, cria possibilidades do acesso à educação por milhares de pessoas que vivem em regiões muito distantes do meio urbano. Esta política pública trouxe uma revolução para a educação brasileira, uma vez que diminuiu o analfabetismo e trouxe independência para a população.

Este modelo de educação está presente em todas as outras modalidades, pois possibilita um trabalho mais diversificado e com sentido para a vida das pessoas, tendo contato com conteúdos que abrangem as experiências pessoais e o contexto em que vivem.

Está amparada nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008. Parecer CNE/CEB nº 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância; Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo; Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

É notório que todas as políticas educacionais obtidas por meio da luta da Educação do Campo são de extrema importância. Entretanto, destaca-se o Decreto 7.352/2010 elevou a Educação do Campo à condição de política de Estado, conforme explicita o seu Art. 1º:

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

208

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010).

O referido Decreto recupera o que traz no texto das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, além de elevar a Educação do Campo como modalidade de ensino a ser oferecida, não somente no campo, mas onde tenham pessoas do campo, mesmo que seja no perímetro urbano, demonstrando, assim, o reconhecimento das especificidades sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas do modo de produzir a vida no campo.

Entre as características da educação do campo que se pretende construir, estão:

Concepção de mundo: o ser humano é sujeito da história, não está “colocado” no mundo, mas ele é o mundo, faz o mundo, faz cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso; antes, possui um jeito de ser peculiar; pode desenvolver suas atividades pelo controle do relógio mecânico ou do relógio “observado” no movimento da Terra, manifesto no posicionamento do Sol. Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou atuar de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens;

Concepção de escola: local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada. O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

209

pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola;

Concepção de conteúdos e metodologias de ensino: conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar. Tal seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que possa determinar quais conteúdos contribuem nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educandos. Estratégias metodológicas dialógicas, nas quais a indagação seja frequente, exigem do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para a sala de aula;

Concepção de avaliação: processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico, seja bimestral, semestral ou anual. Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

Quando se fala em avaliação, é importante compreender que para a educação que se quer construir, um procedimento essencial é a escuta: *escutar* os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas; *escutar* os educandos e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola e à sala de aula; *escutar* as carências expostas pelos professores das escolas do campo. Enfim, ouvir cada um dos sujeitos que fazem o processo educativo: comunidade escolar, professores e governos, nas esferas municipal, estadual e federal. Por meio da escuta, será gerado o diálogo e nele serão explicitadas as propostas políticas e pedagógicas necessárias à escola pública. Busca-se uma educação que seja crítica, cuja característica central é a problematização dos conhecimentos. Problematizar implica discutir os conteúdos de forma a gerar indagações e não de forma enciclopédica e mecânica. Para tanto, na educação do campo, o tema

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

210

questão agrária é essencial para compreender os determinantes que levaram a educação do campo a estar historicamente marginalizada nas políticas educacionais.

Diante de todas estas considerações podemos afirmar que Centro Educacional Antônio Joaquim Alves se classifica como escola do campo e oferece educação do campo, pois além de estar localizada no campo, também atende outras comunidades camponesas como os remanescentes quilombolas e por isso oferece aos seus educandos uma educação voltada para as realidades do povo camponês, utilizando o meio natural, para mostrar na prática, a importância do campo para a vida da sociedade de forma emancipatória, saudável e sustentável, incluindo em seu fazer pedagógico, ações voltadas para o homem e a vida no campo, adere e realiza projetos que venham a priorizar o seu público-alvo no que se refere à preservação da natureza tanto fauna, quanto flora; a apropriação de técnicas de manejo adequado do solo; ao cuidado com a saúde pessoal e coletiva. Enfim, ao uso sustentável dos recursos naturais, à valorização da vida, dos aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de etnia.

17. EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes: A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (p. 42) Orienta-se também pelas deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE,2010).

De acordo com o documento final da conferência, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão:

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

211

a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.

b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.

c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.

d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.

e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.

f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.

g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas. (CONAE, 2010, p. 131-132).

Os quilombolas são considerados comunidades e povos tradicionais. Isso porque são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, são ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Os quilombolas, compreendidos também como povos ou comunidades tradicionais, exigem que as políticas públicas a eles destinadas considerem a sua interrelação com as dimensões históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais que acompanham a constituição dos quilombos no Brasil. Consequentemente, a Educação Escolar Quilombola não pode ser pensada somente levando-se em conta os aspectos normativos, burocráticos e institucionais que acompanham a configuração das políticas educacionais. A sua

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

212

implementação deverá ser sempre acompanhada de consulta prévia e informada realizada pelo poder público junto às comunidades quilombolas e suas organizações. Considerando-se o processo histórico de configuração dos quilombos no Brasil e a realidade vivida, hoje, pelas comunidades quilombolas, é possível afirmar que a história dessa parcela da população tem sido construída por meio de várias e distintas estratégias de luta, a saber: contra o racismo, pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito das comunidades quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação. A oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação, porém, o histórico de desigualdades, violência e discriminações que recai sobre esses coletivos afeta a garantia do seu direito à educação, à saúde, ao trabalho e à terra. Nesse sentido, atendendo aos mesmos preceitos constitucionais, pode-se afirmar que é direito da população quilombola ter a garantia de uma escola que lhe assegure a formação básica comum, bem como o respeito aos seus valores culturais. Para tal, faz-se necessária normatização e orientações específicas no âmbito das políticas educacional e curricular. Aparentemente, detalhes da história acerca dessas questões são importantes para ampliar os sentidos de cidadania, identidade e políticas públicas que envolvem o debate sobre a educação quilombola. Políticas de inclusão, cidadania, diversidade, direitos humanos e reparação. Enquanto direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade, o Ensino Fundamental deve constituir-se em tempo e espaço de formação para a cidadania, articulado ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e ao direito à igualdade. Nesse sentido, é de obrigação do Estado a sua universalização, incluindo nessa as comunidades quilombolas. Em concordância com as reivindicações e consultadas as comunidades quilombolas, o Ensino Fundamental na Educação Escolar Quilombola deverá considerar no seu currículo, na gestão e nas práticas pedagógicas o respeito, a valorização e o estudo dos conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas e necessários ao seu convívio sociocultural com sua comunidade de pertença e com a sociedade mais ampla. Para tal, deverá garantir aos estudantes ações, práticas e oportunidades educativas que visem à indissociabilidade das práticas educativas e do cuidar, possibilitando o pleno desenvolvimento da formação humana dos estudantes e a articulação entre

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

213

os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, num processo dialógico e emancipatório.

O município de Barra da Estiva possui três comunidades remanescentes de Quilombo sendo elas: **Comunidade Remanescente de Quilombo do Ginete**, **Comunidade Remanescente de Quilombo do Camulengo** e **Comunidade Remanescente de Quilombo da Moitinha**. É urgente a necessidade de ampliar os estudos e investir em conhecimento, cultura e material didático pedagógico referenciando a citada comunidade.

Diante de todas estas considerações podemos afirmar que Centro Educacional Antônio Joaquim Alves se classifica também como Escola Quilombola por está situada entre as três Comunidades Remanescentes de Quilombolo e atender alunos de duas delas, Comunidade Quilombola do Ginete e Comunidade Quilombola do Camulengo.

18. AVALIAÇÃO

A avaliação institucional ou administrativa visa à obtenção de dados quantitativos e qualitativos sobre alunos, professores, auxiliares administrativos, estrutura organizacional, recursos físicos, materiais didáticos, as práticas de gestão, dentre outros aspectos.

É essencial que se tenha clareza de que os grandes sistemas de avaliação contribuem para um diagnóstico amplo do sistema e da escola. Essa discussão interessa pelo fato de que a escola será sempre objeto de avaliação externa do poder público. Entretanto, o que importa mesmo é saber: o que significa avaliar? O que deve ser avaliado? Qual a importância da avaliação para garantir a qualidade social da escola? E o que tem haver avaliação com a organização e gestão da escola? É preciso considerar não só o resultado do desempenho como também o conjunto de fatores que o influenciam. Nesse sentido, a gestão do **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** levará em consideração, no processo de avaliação da escola, os elementos que determinam a qualidade da oferta de serviços

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

214

de ensino e do sucesso escolar dos alunos. Alguns desses elementos estão presentes - ou deveriam estar - na escola e concorrem para o desenvolvimento efetivo do trabalho pedagógico da gestão. São eles:

- Características dos alunos (necessidades educacionais especiais: deficiência, gênero, etnia, classe social, dentre outras);
- Rendimento escolar por classe; composição do corpo docente (tempo de trabalho, idade, currículo profissional);
- Condições de trabalho e motivação dos profissionais;
- Recursos físicos e materiais;
- Materiais didáticos e recursos informacionais; dados estatísticos e informações sobre a população escolar como: reprovação, abandono, defasagem entre idade e série, situação socioeconômica da família etc;
- Relações humanas; envolvimento dos diversos segmentos da comunidade escolar com os objetivos e as ações propostas pela escola;
- Rendimento escolar dos alunos por turma, desempenho dos professores (qualidade das relações que estabelecem com os alunos, conhecimento dos conteúdos ou da disciplina, dos métodos e procedimentos de ensino e de avaliação, da aprendizagem comunicação com os alunos etc.).

A análise cuidadosa de tais aspectos irá fornecer elementos para que, no ato do planejamento, sejam definidas novas prioridades, possam ser estabelecidas metas e delimitados prazos e responsabilidades, para avançar nos aspectos merecedores de maior atenção. Nessa direção, a escola pode reconhecer como a avaliação contribui para a melhoria da qualidade da educação oferecida à comunidade.

O Projeto: **GESTÃO DEMOCRÁTICA: Participação, transparência e democracia para uma educação de qualidade do Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** propõe avaliação contínua do trabalho pedagógico, administrativo e financeiro para garantir que suas ações tenham seus objetivos alcançados e sempre com a participação de toda a comunidade escolar. Estipula ainda, revisão coletiva das ações a cada semestre letivo.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

215

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de gestão iniciará suas ações partindo de alguns aspectos imprescindíveis ao diagnóstico do plano de trabalho da escola:

- Caracterização sócio política, econômica e cultural da comunidade onde a escola se insere e da comunidade escolar;
- Estrutura física, mobiliário e material: prédio escolar; salas de aula; sanitários; áreas de lazer, esporte e recreação; laboratório; biblioteca; bebedouros; carteiras; mesas; utensílios de cozinha; computadores; televisor; vídeo; cartazes; mapas; e outros recursos didático-pedagógicos;
- Recursos financeiros: verbas de que a escola dispõe; formas de efetuar as despesas e de controle;
- Pessoal: número de professores, funcionários e especialistas;
- Organização geral da escola: organograma, atribuições e funcionamento dos setores, distribuição de horários, enturmação, número de alunos por sala, aspectos administrativos gerais;
- Secretaria escolar: organização e funcionamento, registros, documentação dos alunos, pessoal de apoio, etc;
- Relacionamento com o órgão central da educação;
- Participação da comunidade e das famílias: conselho escolar ou associação de pais e mestres, grêmio escolar; relacionamento da escola com órgãos, instituições, ONGs, etc.;
- Convivência na escola;
- Instrumentos de gestão e de organização do trabalho pedagógico (regimento, PDE, projeto político-pedagógico, planos de aula);
- O desempenho dos alunos: aprovação, evasão, distorção entre idade e série, etc;
- Participação dos alunos na gestão escolar.

O Projeto de Gestão do **Centro Educacional Antônio Joaquim Alves** estará sempre em busca de qualidade para a educação e para a escola, procurando atender e cumprir dentro da sua realidade as exigências de toda a legislação da educação.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

216

20. REFERÊNCIAS:

ABREU, Mariza. **Organização da educação nacional na constituição e na LDB.** Ijuí, RS: Unijuí, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil.**

Brasília, DF: 1988.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. **Gestão Educacional Tendências e Perspectivas.** Série Seminários, São Paulo, Cempec, 1999.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas.** São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.**

Goiânia: Alternativa, 2004.

PENIN, Sonia T. Sousa e VIEIRA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola In: VIEIRA, Sofia Lerche (org.). **Gestão da Escola: desafios a enfrentar.** Riode janeiro: DP&A, 2002. p. 13-37.

ROCHA, A. P. **Projecto Educativo de Escola: administração participada einovadora.** Portugal: Edições Asa, 1996.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

217

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

PLANO DE AÇÃO SETOR PEDAGÓGICO

Problemas detectados	Metas que queremos alcançar	Ações para o alcance das metas	Responsáveis pelas ações	Como avaliar resultados das ações
->Evasão escolar Rendimento escolar baixo em quase todas as turmas do Ensino Fundamental.	->Diminuir a evasão Aumentar o desempenho dos alunos.	-> Levantamento dos alunos Reprovados e Aprovados por no ano letivo anterior; Reuniões com Pais e Professores; ->Comprometimento de cada educador em relatar casos de desistência; Contato direto com o aluno desistente e com seus responsáveis; ->Estabelecer contato efetivo e pedagógico com o aluno visando à permanência com sucesso do mesmo; ->Campanhas de motivação; ->Promover ações diferenciadas para a permanência do	->Professores; ->Equipe Pedagógica; ->Conselho Escolar; ->Conselho Tutelar; ->Promotoria Pública; ->Juizado de Menores; ->Pais ou Responsáveis; ->Alunos.	->Reuniões Pedagógicas; ->Conselho de Classe; ->Reuniões com os pais estatísticos ->Dados apresentados em Assembleias.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

educando no contexto escolar como: concurso, torneios de atletismo intercolegial, gincanas, pipa, peteca viagens, passeios entre outros.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

<p>->Baixo Rendimento</p>	<p>->Campanha motivacional para conhecer os pontos turísticos de Salvador (BA), através do apoio da Secretaria de Educação Municipal de Barra da Estiva, e da Secretaria do Estado da Bahia na pessoa do professor Gilberto Almeida Cardoso.</p>	<p>->Professores; ->Equipe Pedagógica; ->Conselho Escolar; ->Conselho Tutelar; ->Promotoria Pública; ->Juizado de Menores; ->Pais ou Responsáveis; ->Alunos; ->Advogados: (Juliana Ribas e André leite).</p>	<p>->Equipe Pedagógica; ->Pais; ->Direção; ->Conselho Escolar; ->Comunidade.</p>	<p>->Reuniões Pedagógicas; ->Reuniões com os pais; ->Reuniões com os alunos.</p>
<p>->Auto Bullying dentro do transporte escolar e dentro da escola.</p>	<p>->Aumentar os índices de desempenho do ensino nas avaliações; ->instigar o educando ao conhecimento por meio do senso comum; revendo as práticas pedagógicas; ->Estimular a participação dos pais na vida escolar dos filhos; ->Diminuir os números de alunos em dependência para</p>			

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

recuperação final, ->Orientar lideranças das comunidades e pais/responsáveis de alunos para formação de banca de ensino voluntário, no turno oposto nas comunidades dos mesmo; -> Incentivar e fortalecer a leitura e a pesquisa; ->Dialogar sobre as diferenças existentes, seja étnicas, raciais, culturais, sexual e de qualquer origem forem, a fim de garantir o respeito entre ambas. ->Elaborar Projeto que envolva palestras na escola, administradas com pessoas esclarecidas sobre a lei	

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

<p>-> Falta do grêmio estudantil para ajudar os mesmos a identificar os direitos e deveres.</p>	<p>como: advogados, policiais, conselho tutelar, psicólogo, e outros profissionais que possuem contribuir para amenizar este problema; -> Criar grupo de estudos com os alunos e pais/responsáveis pelo mesmo que estão implantando o Bullying na escola.</p>	<p>-> Criar grêmio estudantil através da escola-comunidade na atuação de atuar em atividades culturais, esportivas, sociais, políticas e comunitárias.</p>	<p>-> Equipe Pedagógica; -> Pais -> Direção -> Conselho Escolar; -> Comunidade.</p>	<p>-> Reuniões Pedagógicas; -> Conselho de Classe; -> Reuniões com os pais -> Dados estatísticos apresentados em Assembleias.</p>
<p>-> A falta de parceiros amigo da Escola;</p>	<p>-> Dispor todas as metas gerais e gerenciais de índice e</p>	<p>-> Elaborar o projeto que envolva a participação das</p>	<p>-> Equipe Pedagógica; -> Pais</p>	<p>-> Reuniões Pedagógicas; -> Conselho de Classe; -> Reuniões com os pais</p>

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

<p>->A falta do Projeto Família na Escola.</p>	<p>indicadores para melhorar o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos na Unidade de Ensino; -> Resgatar o projeto família na escola, através da parceria da SEMEC e toda comunidade escolar.</p>	<p>comunidades na Escola promovendo a participação voluntária das comunidades durante todo ano letivo; ->Divulgar as ações realizadas na escola, valorizando a comunidade escolar;</p>	<p>->Direção ->Conselho Escolar; ->Comunidade. ->SEMEC.</p>	<p>->Dados apresentados em Assembleias.</p>	<p>estatísticos em</p>
<p>->Falta de capacitação pedagógica.</p>	<p>->Dar suporte aos professores e demais segmentos, no que diz respeito ao ensino de aprendizagem de acordo a proposta pedagógica da escola baseada na BNCC.</p>	<p>->Contribuir com os profissionais da educação, oferecendo supervisão através de capacitações, palestras, dinâmicas de grupo, troca de experiências, além de estimulá-los a estar sempre em busca de novos conhecimentos pra atender o serviço prestado;</p>	<p>->Equipe Pedagógica; ->Pais ->Direção ->Conselho Escolar; ->Comunidade.</p>	<p>->Através do contato direto com todos os envolvidos.</p>	

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

->Interagir cada vez mais com a unidade de Ensino	->Desenvolver atividades que garantam o bom funcionamento da escola, em todos os segmentos;>Zelar pela melhor execução possível da tarefa de toda a equipe escolar.	->Através de reuniões pedagógicas voltadas para a troca de experiências e informações, onde todos os segmentos possam aproveitar a teoria, aplicando-a no exercício do cotidiano.	->Equipe >Pedagógica; ->Pais ->Direção ->Conselho Escolar. ->Comunidade.	->Através do contato direto com todos os envolvidos na Unidade de Ensino.
---	---	---	---	---

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

-> Falta de Realização de Gincana estudantil, cultural e esportiva.	-> Incentivar a participação dos alunos da escola nos jogos escolares e demais atividades educativas como Olimpíada de Matemática, concurso de redação, gincanas estudantil etc...	-> Manter a efetividade a todo o momento com os educandos, para que os mesmos possam sentir-se estimulados.	-> Equipe > Pedagógica; -> Pais -> Direção; -> Comunidade.	-> Através do contato direto com todos os envolvidos na Unidade de Ensino.
-> Falta de capacitação presencial para todos profissionais.	-> trazer Capacitação para os servidores nos processos administrativos em suas respectivas áreas e especialidades;	-> Solicitar da secretaria da Educação, Cultura, Esportes e Lazer de Barra da Estiva grupos de pessoas capacitados para atender demandas das Unidades de Ensino.	-> Equipe > Pedagógica; -> Pais; -> Direção; -> Conselho > Escolar; -> Comunidade	-> Através do contato direto com todos os envolvidos na Unidade de Ensino.

Prefeitura Municipal de Barra da Estiva

PLANO DE AÇÃO ANUAL 2024

Problemas - detectados	Metas que queremos alcançar	Ações para o alcance das metas	Responsáveis pelas ações	Como avaliar resultados das ações
Trabalhar datas comemorativas com ações prévias até a culminância dos mesmos.	->Resgatar as origens das datas comemorativas: Carnaval, Páscoa, São João, Aniversário da Cidade, Folclore, Independência do Brasil, Consciência Negra e Projeto Família.	-> Atividades em sala de aula como: dramatização, danças, confecção de máscaras, apresentação de comidas típicas, confecção e decoração de cada projeto, palestras, apresentação de cordel, pesquisas.	->Professores; ->Equipe Pedagógica; ->Conselho Escolar; ->Pais ou Responsáveis; ->Alunos; ->SEMEC.	->Reuniões Pedagógicas; ->Reuniões com os pais; ->Dados estatísticos.
->Falta de estímulo na leitura.	->Estimular o gosto pela leitura(Cantinho da leitura).	-> Leitura dos diversos gêneros textuais, dramatização, danças.		
->Falta de		-> Coreografias, palestras,		

